

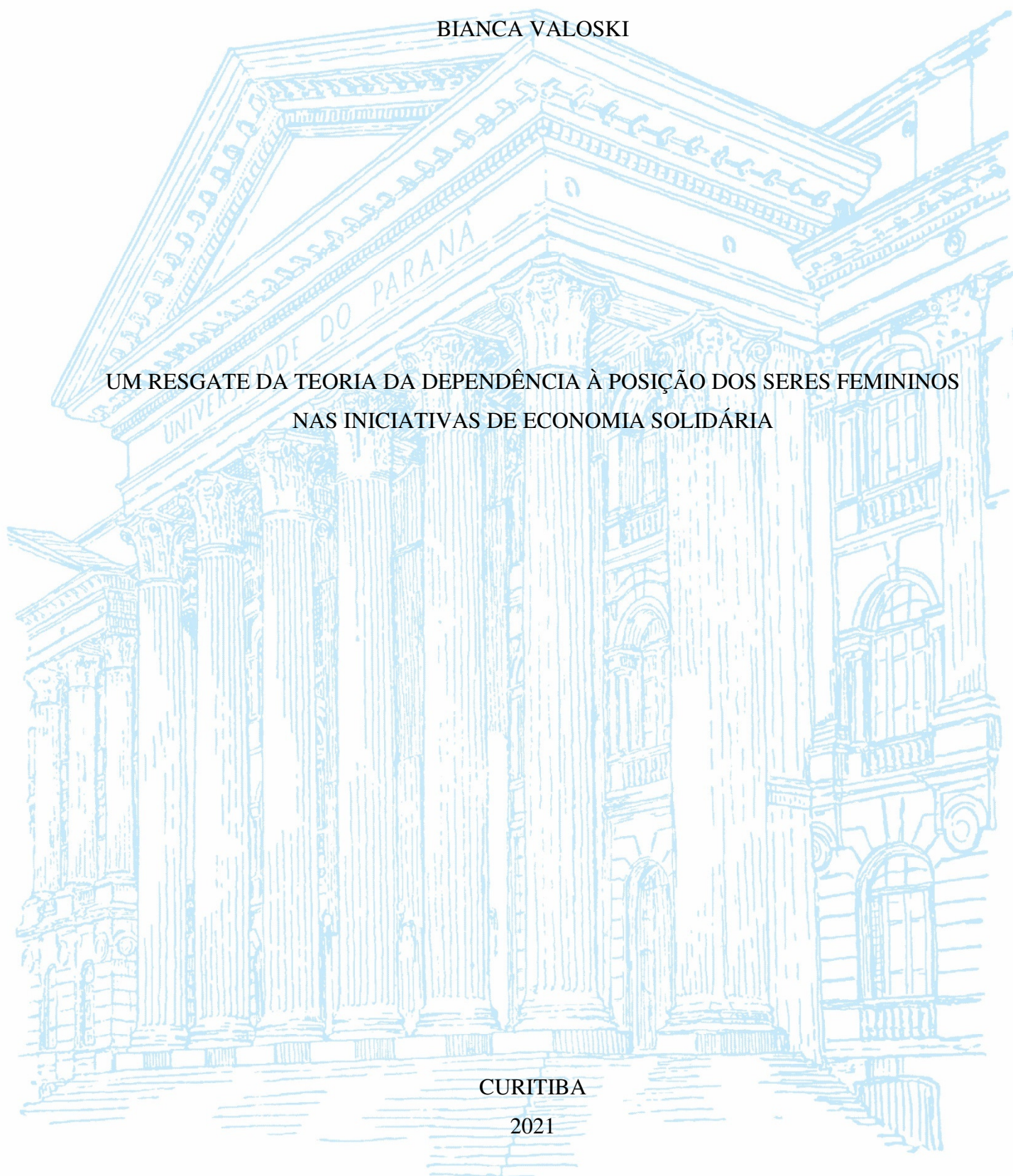
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

BIANCA VALOSKI

UM RESGATE DA TEORIA DA DEPENDÊNCIA À POSIÇÃO DOS SERES FEMININOS
NAS INICIATIVAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

CURITIBA

2021



BIANCA VALOSKI

UM RESGATE DA TEORIA DA DEPENDÊNCIA À POSIÇÃO DOS SERES FEMININOS
NAS INICIATIVAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Setor de Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas.

Orientadora: Profa. Dra. Raquel R. de M. Guimarães

Coorientadora: Profa. Dra. Denise Maria Maia (*in memoriam*)

CURITIBA

2021

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
APLICADAS – SIBI/UFPR COM DADOS FORNECIDOS PELO(A) AUTOR(A)
Bibliotecário: Eduardo Silveira – CRB 9/1921

Valoski, Bianca

Um resgate da Teoria da Dependência à posição dos seres femininos
Nas iniciativas de economia solidária / Bianca Valoski. - 2021
159 p.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná. Programa
de Pós-Graduação em Políticas Públicas, do Setor de Ciências Sociais
Aplicadas.

Orientadora: Raquel Rangel de Meireles Guimarães.

Coorientadora: Denise Maria Maia.

Defesa: Curitiba, 2021.

1. Política pública. 2. Economia solidária. 3. Mulheres. 4. Teoria da
dependência. I. Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências.
Sociais Aplicadas Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas.
II. Guimarães, Raquel Rangel de Meireles. III. Maia, Denise Maria.
IV. Título.

CDD 330



TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em POLÍTICAS PÚBLICAS da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **BIANCA VALOSKI** intitulada: **UM RESGATE DA TEORIA DA DEPENDÊNCIA À POSIÇÃO DOS SERES FEMININOS NAS INICIATIVAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA**, sob orientação da Profa. Dra. RAQUEL RANGEL DE MEIRELES GUIMARÃES, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 25 de Fevereiro de 2021.

Assinatura Eletrônica

26/02/2021 12:07:12.0

RAQUEL RANGEL DE MEIRELES GUIMARÃES

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

01/03/2021 19:50:20.0

LIANA MARIA DA FROTA CARLEIAL

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

02/03/2021 09:48:09.0

CAROLINA BAGATTOLLI

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

26/02/2021 13:47:10.0

SIBELLE CORNÉLIO DINIZ

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS)

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE MESTRADO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM POLÍTICAS PÚBLICAS

No dia vinte e cinco de fevereiro de dois mil e vinte e um às 14:00 horas, na sala Sala pessoal do Zoom, Zoom, foram instaladas as atividades pertinentes ao rito de defesa de dissertação da mestranda **BIANCA VALOSKI**, intitulada: **UM RESGATE DA TEORIA DA DEPENDÊNCIA À POSIÇÃO DOS SERES FEMININOS NAS INICIATIVAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA**, sob orientação da Profa. Dra. RAQUEL RANGEL DE MEIRELES GUIMARÃES. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em POLÍTICAS PÚBLICAS da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: RAQUEL RANGEL DE MEIRELES GUIMARÃES (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), LIANA MARIA DA FROTA CARLEIAL (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), CAROLINA BAGATTOLLI (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), SIBELLE CORNÉLIO DINIZ (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS). A presidência iniciou os ritos definidos pelo Colegiado do Programa e, após exarados os pareceres dos membros do comitê examinador e da respectiva contra argumentação, ocorreu a leitura do parecer final da banca examinadora, que decidiu pela APROVAÇÃO. Este resultado deverá ser homologado pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais definidos pelo programa. A outorga de título de mestre está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, RAQUEL RANGEL DE MEIRELES GUIMARÃES, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais membros da Comissão Examinadora.

Observações: A banca solicita a mudança do título da dissertação para o seguinte: **UM RESGATE DA TEORIA DA DEPENDÊNCIA À POSIÇÃO DOS SERES FEMININOS NAS INICIATIVAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA**.

CURITIBA, 25 de Fevereiro de 2021.

Assinatura Eletrônica
26/02/2021 12:07:12.0

RAQUEL RANGEL DE MEIRELES GUIMARÃES
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
01/03/2021 19:50:20.0

LIANA MARIA DA FROTA CARLEIAL
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
02/03/2021 09:48:09.0

CAROLINA BAGATTOLLI
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
26/02/2021 13:47:10.0

SIBELLE CORNÉLIO DINIZ
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS)

Dedico este trabalho a toda a população da América Latina, “*Un pueblo sin piernas pero que camina*” (grupo Calle 13), em especial às mulheres que aqui vivem e resistem, indígenas, negras, trabalhadoras, campesinas e urbanas. Não tenho dúvidas que as mudanças das quais o mundo necessita virão delas e para elas.

AGRADECIMENTOS

Em tempos de avanço rápido do neoliberalismo e de desmonte de quase tudo o que é coletivo e público, não poderia começar os agradecimentos se não a Universidade Federal do Paraná, instituição de ensino que vem me formando desde 2006, quando entrei no Ensino Médio da extinta Escola Técnica, em 2009 na sua graduação em Ciências Contábeis, em 2012 quando me concedeu uma bolsa de estudos para ficar seis meses em Coimbra - Portugal, entre 2016 e 2018 quando me ensinou inglês via CELIN e em 2019, como aluna do Mestrado em Políticas Públicas. Sou extremamente grata a educação pública, gratuita e de qualidade que a UFPR oferece!

Por óbvio que também não usufruiria de todos esses recursos, ainda mais morando no campo, não fosse o incentivo e dedicação de minha mãe e meu pai, pessoas de muita luta e trabalhadoras. Meu pai Zé Luis, com sua força, criatividade e energia inesgotáveis, sempre me ensinando a necessidade do lúdico e do novo, e minha mãe Cristiane, mulher guerreira e forte, professora minha e de outros milhares, com um senso de justiça único, certamente são a base de tudo que está aqui escrito. Não esqueço de quando no início dos anos 2000 ela foi em um encontro de um programa chamado Terra Solidária da CUT, do qual ela fazia parte como educadora das e dos trabalhadores rurais, e ao voltar para casa me mostrou a célebre frase de Ernesto Che Guevara “ser sempre capaz de sentir, profundamente, qualquer injustiça cometida, contra qualquer pessoa, em qualquer parte do mundo, é a qualidade mais bonita de uma revolucionária” e outra de Paulo Freire “ninguém educa ninguém, ninguém se educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”. Tais frases ecoam em mim até hoje e são fundamentos desta pesquisa.

Agradeço a toda minha família, gente simples, trabalhadora e unida, que sempre me deu muito amor, aprendizagem e confiança. Vó Lurdes, Vô Zeca, Vô Floriano (*in memoriam*), Vó Marica, meus tios e tias por parte de pai e principalmente Tia Angela, Ezequias, Tio Jonas, Egna, meus primos e primas, vocês todas e todos são minha base e meu porto. Carolina, Alice e Frederico, minhas irmãs e meu irmão queridos, vocês são meus primeiros grandes presentes e amizades, de forma que meu amor por cada uma e um é algo indescritível, obrigado por estarem comigo nesta jornada.

Meu companheiro Eduardo, sua sensibilidade, sua música, seu apoio e paciência me fortalecem, acolhem e ensinam, obrigado por ser tanto, sempre. Minhas amigas Kátia, Alana, Isabela, Carolina, Daniela, Thâmara, Elisa e Rhayane, que coisa boa ter vocês neste caminho nada fácil que é ser mulher, sou porque nós somos!

Á meus colegas de mestrado, em especial Fabiane, Carol, Renata, Elaine, Elizandra e Aglaé, muito obrigado pelas discussões e parceria neste período, aprendemos e seguimos juntas. Aos professores e professoras comprometidos com a educação pública, vocês são a potência desta universidade, todo meu respeito e carinho pelos vossos trabalhos. Em especial agradeço as minhas orientadoras Raquel e Denise (*in memoriam*), pela paciência e dedicação em me ensinarem a fazer o melhor. Denise infelizmente, acometida pelo vírus de COVID-19 que assolou o mundo no último ano, nos deixou ao final de 2020. Mas certamente sua força, inteligência e luta reverberam em todas e todos que a conheceram. Este trabalho é sem dúvida alguma uma homenagem a você, defensora da Teoria da Dependência e ex-aluna de Ruy Mauro Marini.

E por último, um muito obrigado aos meus colegas de trabalho Carla e Maycon, que muito generosamente seguraram as pontas na Câmara para que eu pudesse estudar, estou aqui para o que vocês precisarem também.

Los Hermanos – Atahualpa Yupanqui

*Yo tengo tantos hermanos
Que no los puedo contar
En el valle, la montaña,
En la pampa y en el mar
Cada cual con sus trabajos
Con sus sueños cada cual
Con la esperanza delante,
Con los recuerdos detras
Yo tengo tantos hermanos
Que no los puedo contar*

*Gente de mano caliente
Por eso de la amistad
Con un lloro pa' llorarlo
Con un rezo pa' rezar
Con un horizonte abierto
Que siempre esta mas alla
Y esa fuerza pa' buscarlo
Con tezon y voluntad.*

*Cuando parece mas cerca
Es cuando se aleja mas
Yo tengo tantos hermanos
Que no los puedo contar.
Y asi seguimos andando
Curtidos de soledad
Nos perdemos por el mundo
Nos volvemos a encontrar.*

*Y asi nos reconocemos
Por el lejano mirar
Por las coplas que mordemos
Semillas de inmensidad.
Yo tengo tantos hermanos
Que no los puedo contar*

*Y asi seguimos andando
Curtidos de soledad
Y en nosotros nuestros muertos
Pa' que nadie quede atras.*

*Yo tengo tantos hermanos
Que no los puedo contar
Y una hermana muy hermosa
Que se llama libertad*

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo fazer um resgate da teoria da dependência, para explicar como se chega na atual configuração social brasileira do trabalho, buscando entender a dinâmica entre trabalho produtivo e reprodutivo, bem como o fenômeno da economia solidária e a posição da mulher dentro dele, valendo-se então, da categoria superexploração do trabalho. Após a introdução, que mostra a metodologia e bibliografia utilizadas, objetivos e problematizações, passa-se para uma caracterização sobre cenário atual do trabalho e da renda na América Latina e no Brasil, seguida por uma retomada histórica em relação a formação da classe trabalhadora e industrialização no país, até a chegada do neoliberalismo. Apresenta-se então a Teoria da Dependência e seu entendimento sobre a industrialização e as possibilidades estruturais no continente, valendo-se da Teoria Valor Trabalho e do conceito da Superexploração do Trabalho. Na terceira parte, evidencia-se a Acumulação Originária sobre os corpos femininos no período conhecido como “Caça às Bruxas”, a reconfiguração estabelecida neste período ao trabalho reprodutivo, bem como ele veio a se caracterizar na América Latina, fazendo-se uso da interseccionalidade gênero, raça e classe. Assim, em sua última etapa, trabalha-se com Economia Popular, Economia Solidária e seu modo de ser, resgatando o surgimento do cooperativismo europeu e sua história no Brasil, da mesma forma que a Economia Solidária no país e sua consolidação como política pública, observando a posição das mulheres na Economia Solidária e contestando a ideia propagada que esta seria um novo modo de produção, capaz de superar o modo capitalista. Finalmente, estabelece o vínculo entre neoliberalismo, informalidade, Economia Solidária, valendo-se do conceito da superexploração do trabalho.

Palavras-chave: Teoria da Dependência. Super exploração do trabalho. Acumulação Originária. Trabalho reprodutivo. Economia Solidária.

ABSTRACT

This research aims to rescue the Theory of Dependence, to explain how it is achieved in the current Brazilian social configuration of work, seeking to understand the dynamics between productive and reproductive work, as well as the phenomenon of the Solidarity Economy and the position of women within him, making use of the category of Overexploitation of Work. After the introduction, which shows the methodology and bibliography used, objectives and problematizations, proceeding to a characterization of the current scenario of work and income in Latin America and Brazil, followed by a historical resumption in relation to the formation of the working class and industrialization in the country, until the arrival of neoliberalism. The Dependence Theory and its understanding of industrialization and the possible possibilities on the continent are then presented, using the Theory of Labor Value and the concept of the Overexploitation of Labor. In the third part, the Original Accumulation on female bodies is evidenced in the period known as “Hunt for witches”, a reconfiguration in this period to reproductive work, as well as it came to be characterized in Latin America, making use of the intersectionality of gender, race and class. Thus, in its last stage, working with Popular Economy, Solidarity Economy and its way of being, rescuing or the emergence of European cooperativism and its history in Brazil, in the same way that Solidarity Economy in the country and its consolidation as public policy, observing the position of women in the Solidarity Economy and contesting a propagated idea that this would be a new mode of production, capable of surpassing the capitalist mode. Finally, establishing the link between neoliberalism, informality, Solidarity Economy, using the concept of overexploitation of work.

Keywords: Dependence Theory. Original Accumulation. Overexploitation of Work. Reproductive Work. Solidarity Economy.

CARTOGRAMAS

CARTOGRAMA 1 - RENDIMENTO MENSAL DOMICILIAR PER CAPITA DAS PESSOAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO - BRASIL - 2018.....	52
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - TAXA DE DESOCUPAÇÃO EM PAÍSES/REGIÕES SELECIONADOS. 2004-2019 (EM PORCENTAGEM)	33
GRÁFICO 2 - AMÉRICA LATINA E CARIBE (19 PAÍSES): DIFERENÇA ENTRE TAXA DE DESOCUPAÇÃO E TAXA DE PARTICIPAÇÃO POR SEXO. JANEIRO A SETEMBRO DE 2019.....	35
GRÁFICO 3 - AMÉRICA LATINA E CARIBE (15 PAÍSES): SALÁRIO-MÍNIMO COMO PROPORÇÃO DO SALÁRIO MÉDIO DOS SETOR PRIVADO. 2012-2018	37
GRÁFICO 4 - AMÉRICA LATINA (18 PAÍSES): a TAXA DE POBREZA E POBREZA EXTREMA. 2012-2019 (EM PORCENTAGEM).....	37
GRÁFICO 5 - AMÉRICA LATINA (15 PAÍSES): VARIAÇÃO ANUAL DO INGRESSO TOTAL PER CAPITA ENTRE OS LARES DE MENORES RECURSOS, POR FONTE DE INGRESSO, 2014-2018a (VALORES ANUAIS).	38
GRÁFICO 6 - AUMENTO NO NÚMERO DE GRANDES PROPRIEDADES RURAIS NO BRASIL NOS ANOS 2000.	40
GRÁFICO 7 - INDICADORES SELECIONADOS DO MERCADO DE TRABALHO – BRASIL 2012-2018.....	42
GRÁFICO 8 - TAXA DE SUBUTILIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO E POPULAÇÃO DE SUAS COMPONENTES - BRASIL - 2012-2018.....	43
GRÁFICO 9 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA FORÇA DE TRABALHO POTENCIAL QUE NÃO TOMOU MEDIDA PARA CONSEGUIR TRABALHO, SEGUNDO O MOTIVO, POR SEXO - BRASIL - 2018.....	44
GRÁFICO 10 - POPULAÇÃO OCUPADA TOTAL, TRABALHADORES OCUPADOS COM VÍNCULO E TRABALHADORES SEM CARTEIRA E POR CONTA PRÓPRIA - BRASIL - 2012-2018	45
GRÁFICO 11- POPULAÇÃO OCUPADA, POR SEXO, SEGUNDO OS GRUPOS DE ATIVIDADE – BRASIL - 2018.....	46
GRÁFICO 12 - PROPORÇÃO DE PESSOAS DE 14 ANOS OU MAIS DE IDADE OCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA, POR GRUPO DE ATIVIDADE ECONÔMICA - BRASIL - 2012-2018.....	46
GRÁFICO 13 - PROPORÇÃO DE PESSOAS EM OCUPAÇÕES INFORMAIS, SEGUNDO OS GRUPOS DE ATIVIDADES ECONÔMICAS - 2012/2018.....	47

GRÁFICO 14 - PROPORÇÃO DE PESSOAS EM OCUPAÇÕES INFORMAIS, POR SEXO E COR OU RAÇA - BRASIL - 2018.....	47
GRÁFICO 15 - POPULAÇÃO OCUPADA, POR COR OU RAÇA, SEGUNDO OS GRUPOS DE ATIVIDADE - BRASIL - 2018.....	48
GRÁFICO 16 - RENDIMENTO MÉDIO REAL DO TRABALHO PRINCIPAL DAS PESSOAS OCUPADAS, SEGUNDO O SEXO E A COR OU RAÇA - BRASIL - 2018.....	49
GRÁFICO 17 - RAZÃO ENTRE OS RENDIMENTOS MÉDIOS DE TODOS OS TRABALHOS DOS 10% COM OS MAIORES RENDIMENTOS E OS 40% COM OS MENORES RENDIMENTOS, SEGUNDO A POPULAÇÃO OCUPADA - BRASIL - 2012-2018.....	50
GRÁFICO 18 - TAXAS DE VARIAÇÃO ANUAIS DOS RENDIMENTOS MÉDIOS, POR CLASSES DE RENDIMENTO HABITUAL DE TODOS OS TRABALHOS - BRASIL - 2012/2018.....	50
GRÁFICO 19 - RENDIMENTO MENSAL DOMICILIAR PER CAPITA MÉDIO E MEDIANO DAS PESSOAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES - BRASIL - 2012-2018.....	51
GRÁFICO 20 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE EM DOMICÍLIOS PARTICULARES, POR COR OU RAÇA, SEGUNDO OS DÉCIMOS DE RENDIMENTO MENSAL DOMICILIAR PER CAPITA - BRASIL - 2018.....	52
GRÁFICO 21 - RENDIMENTO MENSAL DOMICILIAR PER CAPITA MÉDIO, POR COR OU RAÇA - BRASIL - 2012-2018.....	53
GRÁFICO 22 - COMPOSIÇÃO DOS EES POR GÊNERO (2013-2020) - em %	116
GRÁFICO 23 - PARTICIPAÇÃO DOS ASSOCIADOS (2013-2020) - em %	117

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - AMÉRICA LATINA E CARIBE: PRINCIPAIS INDICADORES LABORAIS À ESCALA NACIONAL 2012-2018 (EM PORCENTAGEM).....	34
TABELA 2 - AMÉRICA LATINA: ESTRUTURA DA POPULAÇÃO OCUPADA NACIONAL, POR ANO, SEGUNDO ATIVIDADE ECONÔMICA. 2012, 2015, 2017, 2018 (PORCENTAGEM)	35
TABELA 3 - AMÉRICA LATINA (15 PAÍSES): VARIAÇÃO ANUAL DO INGRESSO LABORAL, DO INGRESSO POR RECEPTOR E DOS RECEPTORES, ENTRE OS LARES COM MENOS RECURSOS, 2014-2018 ¹ (VALORES ANUAIS).....	38
TABELA 4 - DIFERENTES FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DE INICIATIVAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (continua).....	111
TABELA 5 - EES POR ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL (2013-2020)	112
TABELA 6 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS EES POR FORMA DE ORGANIZAÇÃO (2013-2020)	114
TABELA 7- PRINCIPAIS MOTIVAÇÕES PARA A CONSTITUIÇÃO DOS EES (2013-2020).....	114
TABELA 8 - PERCEPÇÃO DOS ASSOCIADOS QUANTO A CONQUISTAS E DESAFIOS DOS EES (2013-2020)	118
TABELA 9 - CARACTERÍSTICAS SOCIAIS DOS ASSOCIADOS DOS EES.....	119

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 JUSTIFICATIVA	18
1.2 OBJETIVOS	25
1.2.2 <i>Objetivo Geral</i>	25
1.2.3 <i>Objetivos Específicos</i>	26
1.3 METODOLOGIA.....	26
2 AS VEIAS AINDA ABERTAS DA AMÉRICA LATINA	32
2.1 O CENÁRIO DO TRABALHO E DA RENDA NA AMÉRICA LATINA E NO BRASIL	
32	
2.1.1 <i>América Latina</i>	32
2.1.2 <i>Brasil e seus entes subnacionais</i>	41
2.2 COMO SE CHEGOU NESTE CENÁRIO? RETOMADA HISTÓRICA.....	55
2.2.1 <i>Formação da classe trabalhadora e industrialização</i>	55
2.2.2 <i>Neoliberalismo</i>	62
2.3 TEORIA DA DEPENDÊNCIA.....	66
2.3.1 <i>Industrialização e as possibilidades estruturais</i>	66
2.3.2 <i>Teoria Valor Trabalho</i>	69
2.3.3 <i>Superexploração do Trabalho</i>	72
3 MULHERES DO FIM DO MUNDO: DA CAÇA ÀS BRUXAS ÀS MÚTIPLAS	
ESPOLIAÇÕES PELAS QUAIS ELAS PASSAM NA SOCIEDADE CAPITALISTA .	76
3.1 ACUMULAÇÃO ORIGINÁRIA SOBRE OS CORPOS FEMININOS	76
3.1.1 <i>A reconfiguração do trabalho reprodutivo</i>	79
3.1.2 <i>Trabalho reprodutivo na América Latina</i>	83
3.2 TRABALHO PRODUTIVO E REPRODUTIVO: A POSIÇÃO DA MULHER NA	
SOCIEDADE CAPITALISTA.....	86

3.2.1 A interseccionalidade – gênero, raça e classe	92
4 O CÉU CLARO APESAR DE ESCURO: ECONOMIA POPULAR, SOLIDÁRIA E COOPERATIVISMO	96
4.1 ECONOMIA POPULAR, ECONOMIA SOLIDÁRIA E SEU MODO DE SER	98
4.1.1 Do cooperativismo europeu à sua história no Brasil.....	102
4.1.2 A Economia solidária no Brasil e sua consolidação como política pública.....	106
4.2 MULHERES NA ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	120
4.3 UMA ANÁLISE DA ECONOMIA SOLIDÁRIA PELAS LENTES DA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA.	128
4.3.1 Modo de produção capitalista e sua superação.....	129
4.3.2 Neoliberalismo e informalidade	132
4.3.3 A superexploração do trabalho mesclada à informalidade	135
5 CONCLUSÃO.....	139
6 REFERÊNCIAS	151

1 INTRODUÇÃO

Vivemos uma época em que a ideia de que não há alternativas ao capitalismo obteve um nível de aceitação, constatada por Boaventura de Souza Santos, como sem precedentes na história mundial desse modo de produção. Paradoxalmente, nos últimos trinta anos, o capitalismo revelou, como nunca, sua pulsão autodestrutiva, do crescimento absurdo da concentração da riqueza e da exclusão social (onde o Brasil se destaca como um dos países mais desiguais do mundo) à crise ambiental, da crise financeira à crise energética, da guerra infinita pelo controle do acesso aos recursos naturais à crise alimentar (SANTOS, 2016).

Dentro dessa pulsão autodestrutiva, o conflito distributivo brasileiro é permanente e abrange todos os níveis da sociedade e do Estado. A dispersão de rendimentos do trabalho, a queda de empregos formais, a retração dos direitos sociais, a variedade de formas de acumulação espúria de capital e a proliferação dos “podres poderes” exprimem um grau de inequidade que torna difícil de imaginar sua superação a curto prazo, pois, se as condições de organização da economia, da sociedade e do espaço¹ conduzem a agravar a pobreza, isto é, a reduzir a participação dos trabalhadores urbanos e rurais no fruto do seu trabalho, a organização do espaço e o perfil urbano resultantes serão um fator suplementar de pobreza, isto é, farão com que os pobres se tornem ainda mais pobres (SANTOS, 1992).

Pertence a este cenário a expansão sem precedentes do desemprego estrutural, que atinge o mundo em escala global. Funcionando de uma forma contraditória: de um lado, reduz o operariado industrial e fabril, de outro, aumenta a subproletariado, o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços. Incorpora o trabalho feminino e exclui os mais jovens e os mais velhos. Conduzindo, segundo Antunes (2015), à um processo maior de heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora. Sobre a subproletarização, interessa saber que:

está presente nas formas de trabalho precário, parcial, temporário, subcontratado, “terceirizado”, vinculados à “economia informal”, entre tantas outras modalidades existentes. (...) essas diversas categorias de trabalhadores têm em comum a precariedade do emprego e da remuneração; a desregulamentação das condições de trabalho em relação às normas legais vigentes ou acordadas e a consequente regressão dos direitos sociais, bem como a ausência de proteção e expressão sindicais, configurando uma tendência à individualização extrema da relação salarial. (ANTUNES, 2015, p 64).

¹ Milton Santos considera o espaço como uma instância da sociedade, ao mesmo título que a instância econômica e a instância cultural-ideológica. Isso significa que, como instância, ele contém e é contido pelas demais instâncias, assim como cada uma delas o contém e é por ele contida. A economia está no espaço, assim como o espaço está na economia. O mesmo se dá com o político-institucional e com o cultural-ideológico.

A erosão do trabalho contratado e regulamentado possui um resultado: intensificam-se as formas de extração de trabalho e sua substituição se dá por terceirizações, pelas diversas formas de empreendedorismo, cooperativismo, trabalho voluntário, trabalho atípico. E nesse quadro, caracterizado por um processo de precarização estrutural do trabalho, os capitais globais estão exigindo também o desmonte da legislação social protetora do trabalho, o que segundo Antunes (2015, p. 130):

E flexibilizar a legislação social do trabalho significa - não é possível ter nenhuma ilusão sobre isso - aumentar ainda mais os mecanismos de extração do sobretrabalho, ampliar as formas de precarização e destruição dos direitos sociais arduamente conquistados pela classe trabalhadora, desde o início da Revolução Industrial, na Inglaterra, e especialmente pós-1930, quando se toma o exemplo brasileiro.

Soma-se a isso a questão de que o modelo civilizatório capitalista, com a sua lógica de acumulação, está desenhado para que se incorporem pessoas que não tem que cuidar de nada, os horários e as modalidades são pensados para quem pode dar uma dedicação exclusiva. As necessidades produtivas organizam o tempo social, sem ter em conta o tempo necessário para a reprodução da vida. Desta forma nas posições sociais que trabalham na reprodução da vida, se manifestam a desigualdade e a hierarquia do atual modelo civilizatório. O cuidado da vida, que implica a cotidiana alimentação, a higiene do habitat, atenção especial e frequente as crianças, aos idosos e outros dependentes, cuidados a saúde, companhia e afeto, revela a divisão sexual do trabalho e as injustiças derivadas (CAROSIO, 2010).

As sucessivas políticas de ajuste econômico tiveram um grande impacto social, incrementando a pobreza e o desemprego. Este impacto foi muito maior para as mulheres, aumentando significativamente a pobreza feminina, a sobrecarga de trabalho e piorando as condições de saúde, educação e moradia (VALDIVIESO, 2010). Diversos fatores colocam as mulheres em uma posição mais crítica em tempos de crise, entre eles, taxas de emprego mais baixas, menor acesso a propriedade e aos recursos, concentração em empregos informais e com salários mais baixos, menor proteção social e responsabilidade quase que exclusiva do trabalho doméstico. Se em tempos de expansão capitalista a equidade de gênero não é alcançada, em tempos de crise a inequidade se acentua. (VALDIVIESO, 2010). Entretanto, a problemática central não é a integração das mulheres a um modelo de expansão da economia capitalista, mas a transformação das estruturas sociais, assim como dos processos e relações que a posição de desvantagem que afeta as mulheres em geral e em especial as que unem sua condição de gênero com a étnica, a de classe e a região em que vivem.

Frente à crise do emprego, os e as excluídas do mercado formal de trabalho se organizam para suprirem suas necessidades, criando alternativas coletivas de economia popular

que proliferam diante o declínio do trabalho assalariado. Uma delas é a economia solidária, cuja uma das interpretações mais comuns é a de que se configura como um outro modo de produção, uma forma alternativa ao capitalismo (SINGER, 2008), mas que de forma mais básica, se conforma como um modelo de organização, baseada na propriedade coletiva dos meios de produção e na autogestão. Carleial (2007, p. 3 e 4) explica bem isso nesta passagem:

A evidência do fracasso das estratégias desenvolvimentistas nos países subdesenvolvidos, especialmente os latino-americanos, e o reconhecimento da natureza estrutural do desemprego tem gerado a proliferação de experiências de geração de trabalho e renda identificadas em diferentes “locais” como experimentos em economia solidária as quais evidenciam soluções localmente construídas, aproveitando os recursos e potencialidades do lugar sob a forma jurídica de cooperativas, associações, organizações comunitárias etc.

Assim, ao mesmo tempo em que o capitalismo produz necessidades múltiplas e ricas devido a todo o avanço tecnológico alcançado nas últimas décadas, provoca o empobrecimento da humanidade e converte grande parte daqueles e daquelas que trabalham em um ser desprovido de necessidades. Isso é constatado, segundo Antunes (2015, p. 162), pelo processo de “homogeneização e redução das necessidades do ser social que trabalha, que deve privar-se de todas as suas necessidades para poder satisfazer uma só, manter-se vivo”, restando ainda para a mulher o duplo expediente: manter-se viva e cuidar da reprodução da vida, esfera do trabalho não diretamente mercantil, mas indispensável para o sistema de metabolismo social do capital.

Diante do exposto, pretende-se ao longo desta pesquisa fazer um resgate da teoria marxista da dependência, para explicar como se chega na atual configuração social brasileira do trabalho, buscando entender a dinâmica entre trabalho produtivo e reprodutivo, bem como o fenômeno da economia solidária e a posição da mulher dentro dele, valendo-se então, da categoria superexploração do trabalho.

1.1 JUSTIFICATIVA

O modo de produção capitalista gera um sistema de relações sociais muito particular e determinado, em que toda a humanidade se relaciona por intermédio da mercadoria e do dinheiro, onde essas relações, se expressam e se coisificam em preços. Parece natural que a relação entre democracia e capitalismo seja uma relação tensa, senão de contradição. De um lado, um contrato social, fundador da obrigação política moderna, base do Estado soberano que tem o dever de promover os bens públicos: legitimidade da governação, bem estar econômico e social, segurança e identidade coletiva, através de um sistema democrático, normalmente a democracia política representativa (SANTOS, 2004). De outro, o fato de que, a agenda das

grandes empresas passou a controlar totalmente a agenda política: da mercantilização total da vida ao fim dos poucos serviços públicos de qualidade; da eliminação da proteção do meio ambiente e dos consumidores à neutralização da oposição sindical; da transformação da universidade num espaço de aluguel para serviços empresariais à conversão dos professores em trabalhadores precários e dos estudantes em consumidores endividados por toda a vida; da submissão, nunca como hoje tão estrita, da política externa aos interesses do capital financeiro global à incessante promoção da guerra para alimentar o complexo industrial - securitário - militar (SANTOS, 2016). Perdeu-se o sentido a luta pelo bem comum (que é a expressão do contrato social), como também parece ter perdido sentido a luta por definições alternativas de bem comum.

Entretanto, é importante fazer algumas considerações sobre o que se entende por contrato social. Alícia del Águila (2014) traz em seu trabalho a crítica feminista de Carole Pateman (1989) à teoria clássica da democracia (especialmente a Locke e Rousseau). Com base nisso, expõe o fato de que os termos “homens” e “indivíduos” são atualmente lidos como genéricos e universais, mas considera isso uma má interpretação, pois os teóricos clássicos do contrato deduziram que a liberdade natural e a igualdade eram direitos de nascimento de um só sexo, eles construíram a diferença sexual como uma diferença política, a diferença entre a liberdade natural dos homens e da sujeição natural das mulheres. Ressalta que, por exemplo, quando o termo sufrágio universal foi empregado, as mulheres não tinham direito a sufrágio, sendo que esta invisibilidade também é presente na maioria das constituições latino-americanas do século XIX e início do século XX.

A origem da sociedade política civil em Locke está vinculada a evolução da propriedade. No estado natural os bens são comuns a todos, portanto, cada um tem direito a apropriar-se deles, resultando propriedade de determinado indivíduo quando este, com seu trabalho, o transforma e faz seu (ÁGUILA, 2014). Locke (2002 apud ÁGUILA, 2014), afirma que pai e mãe formam a primeira sociedade e que “é necessário que a vontade última, o direito de governo, deva recair em algum dos dois. E naturalmente recai no homem, por ser mais capaz e mais forte”, isto é, o consentimento da mulher se faria então, através do contrato matrimonial. Isto tem uma implicação ainda maior, “significa que as mulheres são excluídas do status de indivíduo, que é básico para a teoria do consentimento” (PATEMAN, 1989, apud ÁGUILA, 2014, p. 453). A mulher não é vista como igual.

É destacado que para Locke o assunto da propriedade precede a constituição do governo civil, constituindo um dos direitos naturais. Em sentido mais amplo, abarca o direito sobre sua vida, liberdade e bens, e emprega um significado mais: posse material. Desde o

momento em que nem todos podem dispor desse direito natural - mulheres, classe trabalhadora, indigentes - a condição natural dos indivíduos se mostra distinta, desigual (ÁGUILA, 2014). A crítica feminista sinalizará que a carência de propriedade termina excluindo uma grande camada da população dos direitos civis, inclusive as mulheres, sendo para essas de modo mais profundo, a confina no mundo do privado. Os homens criam o contrato social que dá origem ao governo civil moderno. Este contrato, enquanto seres dependentes de pai/marido, não compete as mulheres. Só, indiretamente, através do matrimônio, portanto, sujeitos não abarcados pela esfera pública. É na esfera pública que os indivíduos são sujeitos de plenos direitos, livres, além de proprietários. Neste plano, a mulher não só é ausente, como também constituía um problema. Definida como incapaz de controlar as suas paixões, não era, portanto, um indivíduo adequado para vida na sociedade civil. Pateman usa as palavras de Rousseau para consolidar isso “o único modo em que o estado pode ser protegido dos impactos das mulheres é através da segregação dos sexos em suas atividades, incluindo [...] a vida doméstica” (ROUSSEAU, 1966, apud PATEMAN, 1989, apud ÁGUILA, 2014).

Fica claro assim, o caráter de gênero no contrato social. Esse acordo do qual surge a ideia da cidadania contemporânea, não só excluía os trabalhadores (não proprietários), mas também as mulheres. As raízes que sustentam o privado como o espaço das mulheres e a família como constituída por uma ordem natural, segue ainda enraizado no senso comum da sociedade, ainda que hoje já não seja “politicamente correto” (ÁGUILA, 2014, p. 462), e aquelas mulheres que decidem entrar no mundo político, enfrentam um estado de coisas do público que embora emoldurados nos marcos democráticos, naturalmente não lhes são propício. Percebe-se então, que o contrato social, base da obrigação política moderna, que estabelece a ideia de cidadania que se utiliza hoje, originou-se tanto na exclusão das mulheres quanto da classe trabalhadora, enquanto sujeitos políticos. Algumas questões se colocam: estes grupos continuam a margem? Qual a situação então da mulher trabalhadora?

Em pleno século XXI, bilhões de homens e mulheres dependem de forma exclusiva do trabalho para sobreviver e encontram, cada vez mais, situações instáveis, precárias, ou vivenciam diretamente o desemprego. Isto é, ao mesmo tempo que se amplia o contingente de trabalhadores e trabalhadoras em escala global, há uma redução imensa dos empregos, aqueles que se mantêm empregados presenciam à corrosão dos seus direitos sociais e a erosão de suas conquistas históricas, consequência da lógica destrutiva do capital que, conforme expulsa centenas de milhões de homens e mulheres do mundo produtivo (em sentido amplo), recria, nos mais distantes e longínquos espaços, novas modalidades de trabalho informal, intermitente,

precarizado, flexível, depauperando ainda mais os níveis de remuneração daqueles que se mantêm trabalhando (ANTUNES, 2018).

Mas quando se fala em trabalho do que especificamente se trata? Da concepção de que através dele ocorre uma dupla transformação, uma vez que o ser social que trabalha atua sobre a natureza e, desenvolve as potências nela existentes, ao mesmo tempo que ele mesmo se auto transforma. É por meio desta complexa processualidade que o trabalho humano social se converte em elemento central do desenvolvimento da sociabilidade humana, porém, quando se estuda o trabalho social e humano sob o comando do capital, a teoria marxista acrescenta que é imperioso compreender sua dupla dimensão, dada pelo trabalho concreto e pelo trabalho abstrato, pois a partir da vigência do sistema de metabolismo social do capital, o caráter útil do trabalho e sua dimensão concreta se tornam subordinados à contradição de ser dispêndio de força humana produtiva, física ou intelectual, socialmente determinada para gerar mais valor. Surge então, o trabalho abstrato, o qual faz desaparecer as diferentes formas de trabalho concreto, que se reduzem a uma única espécie de trabalho, o trabalho humano abstrato, dispêndio de energias físicas e intelectuais necessárias para a produção de mercadorias e de valorização do capital (ANTUNES, 2018).

Um desenho contemporâneo da classe trabalhadora deve englobar, portanto, a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda de sua força de trabalho em troca de salário, seja na indústria, na agricultura e nos serviços, seja nas interconexões existentes entre esses setores, como na agroindústria nos serviços industriais, na indústria dos serviços etc. Dadas as profundas metamorfoses ocorridas no mundo produtivo do capitalismo contemporâneo, o conceito ampliado de classe trabalhadora, deve incorporar a totalidade dos trabalhadores e trabalhadoras, cada vez mais integrados pelas cadeias produtivas globais e que vendem sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário, sendo pagos pelo capital-dinheiro, não importando se as atividades que realizam sejam predominantemente materiais ou imateriais, mais ou menos regulamentadas (ANTUNES, 2018).

Mas é importante ter algumas concepções em mente, tanto o modo de produção capitalista, quanto a classe trabalhadora, em cada parte do mundo onde estão operando, estão configurados de formas distintas. A teoria marxista do capitalismo de dependência traz à tona os aspectos fundantes da estrutura socioeconômica da América Latina, onde expõe que a forma de integração dessas economias no mercado internacional mundial, as trocas desiguais as quais são submetidas, a superexploração do trabalho, o ciclo do capital nessas economias dependentes e os seus processos de industrialização, conduzem a economia latino-americana à

peculiaridades, que às vezes se apresentam como insuficiências e outras — nem sempre distinguíveis facilmente das primeiras — como deformações.

Não é acidental portanto a recorrência nos estudos sobre a América Latina a noção de "pré capitalismo", entretanto, ainda quando se trate realmente de um desenvolvimento insuficiente das relações capitalistas, essa noção se refere a aspectos de uma realidade que, por sua estrutura global e seu funcionamento, não poderá desenvolver-se jamais da mesma forma como se desenvolvem as economias capitalistas chamadas de avançadas. É por isso que, mais do que um pré capitalismo, o que se tem é um capitalismo particular, que só adquire sentido se contemplado na perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto em nível nacional, quanto, e principalmente, em nível internacional (MARINI, 2005).

No que tange a superexploração do trabalho, Marini (2005) destaca que o aumento da intensidade do trabalho aparece, nessa perspectiva, como um aumento da mais valia, obtido através de uma maior exploração do trabalhador e não do incremento de sua capacidade produtiva. Isso se poderia dizer da prolongação da jornada de trabalho, isto é, do aumento da mais-valia absoluta na sua forma clássica; diferentemente do primeiro, se trata aqui de aumentar simplesmente o tempo de trabalho excedente, que é aquele em que o operário continua produzindo depois de criar um valor equivalente ao dos meios de subsistência para seu próprio consumo. Deve-se assinalar, finalmente, um terceiro procedimento, que consiste em reduzir o consumo do operário mais além do seu limite normal, implicando assim em um modo específico de aumentar o tempo de trabalho excedente.

Assim, dada a conformação desigual e combinada da divisão internacional do trabalho, é preciso fazer algumas mediações quando se trata da classe trabalhadora. Nas periferias mundiais, o proletariado nasceu impregnado da condição de precariedade. Bastaria dizer que o proletariado no Brasil - e em vários outros países que vivenciaram escravismo colonial - efetivamente surgiu a partir da abolição do trabalho escravizado, herdando o mal de um dos mais longos períodos de escravidão, de modo que sua precarização não é a exceção, mas um traço constante de sua particularidade desde a origem (ANTUNES, 2018).

Ainda, neste contexto latino-americano de superexploração do trabalho, o papel designado à mulher, tanto no contrato social quanto dentro da economia contemporâneos, a colocam num contexto de marginalidade enquanto sujeito de direitos, que deveria gozar de autonomia física, econômica e política, isto é frente ao cenário exposto, a situação feminina é ainda pior, uma vez que, patriarcado e capitalismo são sistemas que se alimentam mutuamente, onde a contribuição econômica da mulher a família se tornou indispensável para o capitalismo avançado, apoiada ideologicamente na filosofia dos direitos individuais iguais para homens e

mulheres, sem tempo, sem história, sem circunstâncias, sem diferenças genéricas e sem responsabilidades pela reprodução da vida (CAROSIO, 2010). O trabalho produtivo na economia capitalista tem lógica e tempo incompatíveis com a lógica e tempo do cuidado e da vida, e as mulheres vêm conciliando estas dimensões com muita sobrecarga e tensão.

As mulheres não só são uma parcela importante da classe trabalhadora e uma das frações mais exploradas dessa classe, como elas são potencialmente um sujeito fundamental na luta anticapitalista; pois, do ponto de vista prático, se elas – que são metade da população e responsáveis por parir e cuidar da outra metade – param de realizar o trabalho reprodutivo, não existe reprodução de força de trabalho. Ou seja, se os trabalhadores não nascerem, se alimentarem, socializarem e não estiverem em condições plenas de saúde, simplesmente não há trabalho. E constatar isso reforça o quanto a reprodução é um lugar político e um terreno fundamental para a elaboração de um projeto de futuro de sociedade.

E é neste sentido que as teorias feministas modernas vêm trabalhando. Há diversas vertentes sobre o tema, como a teoria da interseccionalidade, que trata da interdependência das relações de poder de raça, sexo e classe, tanto no plano teórico como na prática de movimentos sociais de mulheres e trabalhadoras. Sua origem remonta ao movimento do final dos anos de 1970 conhecido como *Black Feminism*, cuja crítica coletiva se voltou de maneira radical contra o feminismo branco, de classe média, heteronormativo (HIRATA, 2014). Há também a tese de que as relações sociais são consubstanciais; elas formam um nó que não pode ser desatado no nível das práticas sociais, mas apenas na perspectiva da análise sociológica; e as relações sociais são coextensivas: ao se desenvolverem, as relações sociais de classe, gênero e raça e reproduzem e se coproduzem mutuamente (KERGOAT, 2010). Um ponto de convergência entre ambas (interseccionalidade e consubstancialidade) é a proposta de não hierarquização das formas de opressão. Danièle Kergoat (2010, p. 99), ressalta então:

Colocar o problema nos termos da consubstancialidade das relações sociais permite uma outra abordagem: de acordo com uma configuração dada de relações sociais, o gênero (ou a classe, a raça) será — ou não será — unificador. Mas ele não é em si fonte de antagonismo ou solidariedade. Nenhuma relação social é primordial ou tem prioridade sobre outra. Ou seja, não há contradições principais e contradições secundárias. Quando as mulheres da rede hoteleira Accor enfrentam conflitos, o fazem como mulheres, trabalhadoras, mulheres negras; não fazem reivindicações separadas. Lutando dessa maneira, elas combatem a superexploração de todas e sua luta, assim, tem alcance universal. O objetivo é, portanto, desnaturalizar radicalmente as construções que se baseiam na diferenciação das desigualdades, sem com isso perder de vista a dimensão concreta das relações sociais. Essa análise vai contra a ideia de que, por exemplo, as relações de classe se inscrevem unicamente na instância econômica, e as relações patriarcais, unicamente na instância ideológica. Cada um desses sistemas possui suas próprias instâncias, que exploram economicamente, dominam e oprimem. Estas instâncias articulam-se entre si, de maneira intra e intersistêmica.

Neste sentido, são relevantes as considerações de Boaventura de Souza Santos sobre o que se faz necessário à consecução para mudança do paradigma atual: *Desmercantilizar* é o des-pensamento da naturalização do capitalismo. Consiste em subtrair vastos campos da atividade econômica à valorização do capital (a lei do valor), para isso acontecer, deve-se priorizar a economia social, comunitária e popular, cooperativas, controle público dos recursos estratégicos e dos serviços de que depende diretamente o bem estar dos cidadãos e das comunidades. *Democratizar* significa des-pensar a naturalização da democracia liberal-representativa e legitimar outras formas de deliberação democrática; procurar novas articulações entre democracia representativa, democracia participativa e democracia comunitária. *Descolonizar* significa des-pensar a naturalização do racismo e do sexismo (SANTOS, 2016).

Dentre as diversas iniciativas de construção de práticas amenizadoras do não-assalariamento para subsistência de trabalhadores desempregados, emerge a economia solidária, cujas ações econômicas se realizam baixo a autogestão, através de cooperativas, associações, ou mesmo grupos informais, tanto no campo como na cidade. Tal sistema possui um diferenciador de outras atividades econômicas populares de geração de renda, diversas vezes é apresentada como uma alternativa, capaz de superar a exploração social, uma possível antessala de experimentos socialistas ou de um outro mundo possível (BARBOSA, 2007). Poderia ser capaz de gerar os elementos desmercantilizar, democratizar e descolonizar.

Paul Singer (2008) trata a economia solidária como um outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada dos meios do capital, a gestão compartilhada e o direito à liberdade individual. A aplicação destes princípios uniria a todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural seria a solidariedade, a igualdade e a ampliação da democracia, condições, a princípio, fundamentais a promoção da equidade de gênero.

Entretanto, trata-se de uma prática intrinsecamente vinculada a desobrigação pública com a oferta de emprego, à fragilização dos sindicatos e ao concomitante associativismo as organizações não governamentais. Envolve segmentos heterogêneos de trabalhadores, desde os extremamente vulnerabilizados, com baixa escolarização e que nunca trabalharam com a proteção de contratos formais (como os catadores de material reciclável), até os trabalhadores antes assalariados, impelidos para as relações de trabalho precarizadas via autoemprego. Como Barbosa (2007, p.23) ressalta:

Nesse quadro, é grande a presença de segmentos de baixa hierarquia na divisão sociotécnica do trabalho, e é possível encontrar experiências em todo o território nacional, tanto na cidade como no campo, incluindo assentamentos e grupos de agricultura familiar. Em termos de ramos de atividades, a economia solidária engloba desde práticas tradicionais de subsistência até empresas falidas que passaram às mãos dos trabalhadores e unidades produtivas subcontratadas por empresas no processo de externalização produtiva.

Contudo, a partir de 2003 implementou-se no país a política pública de Economia Solidária de maneira estruturada, com prioridade de acesso para pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social. Destaca-se então:

No processo de implementação da política pública de Economia Solidária, no período de 2003 a 2006, a SENAES buscou implantar um conjunto de ações que visassem o fomento e o fortalecimento das iniciativas de Economia Solidária, enquanto formas de organização do trabalho coletivo e que deram sequência após a estruturação da Secretaria. Com o passar dos anos, a SENAES² contribuiu para ampliar a missão institucional do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) no fomento ao trabalho coletivo ao lado de outras formas de trabalho assalariado. (ABREU e OLIVEIRA, 2020, p 27)

A criação da SENAES aponta formalmente para a reconceituação da informalidade, como nova ferramenta institucional de investimentos públicos na área e conexão com a sociedade sobre o fomento do trabalho em unidades coletivas autogestionadas. Assim, neste trabalho ao tratar da economia solidária como política pública, ela se inclui no universo das práticas sociais decorrentes da diminuição do emprego formal e da precarização do trabalho – baixos salários, péssimas condições e desproteção social. Conformando um novo tipo de Estado (neoliberal), que se descompromete com o pleno emprego e apoia iniciativas de autoemprego.

Apresentadas diversas formulações teóricas, que justificam a importância de alguns elementos centrais destacados, chega-se à proposta desta pesquisa: fazer um resgate da teoria marxista da dependência, para explicar como se chega na atual configuração social brasileira do trabalho, buscando entender a dinâmica entre trabalho produtivo e reprodutivo, bem como o fenômeno da economia solidária e a posição da mulher dentro dele, valendo-se então, da categoria superexploração do trabalho.

1.2 OBJETIVOS

1.2.2 Objetivo Geral

Fazer um resgate da teoria marxista da dependência, para explicar como se chega na atual configuração social brasileira do trabalho, buscando entender a dinâmica entre trabalho

² SENAES: Secretaria Nacional de Economia Solidária.

produtivo e reprodutivo, bem como o fenômeno da economia solidária e a posição da mulher dentro dele, valendo-se então, da categoria superexploração do trabalho.

1.2.3 Objetivos Específicos

- a) Caracterizar o cenário brasileiro e latino-americano sobre o trabalho;
- b) Fazer uma retomada histórica dos processos que configuram a atualidade do trabalho, se utilizando da Teoria Marxista da Dependência e de suas categorias.
- c) Definir a superexploração do trabalho e a posição da mulher dentro deste cenário;
- d) Mostrar as dimensões do trabalho produtivo e reprodutivo e as intersecções gênero, raça e classe;
- e) Compreender a informalidade, sua formatação enquanto economia popular e o surgimento da economia solidária sob esta perspectiva;
- f) Dimensionar as implicações da economia solidária como política pública;
- g) Entender a interação das mulheres com a economia solidária;
- h) Avaliar a economia solidária pela ótica da Teoria Marxista da Dependência.

1.3 METODOLOGIA

Fazer uma pesquisa científica inclui compreender o que se quer dizer com ciência e conhecimento científico. Bruyne, Herman e Schoutheete (1977, p. 27) entendem que:

A fundação de uma ciência está subordinada à delimitação de fronteiras claramente definidas que lhe conferem sua especificidade e lhe permitem desenvolver-se construindo rigorosamente seus objetos de conhecimento e seus protocolos de investigação. O conhecimento científico só merece este nome se foi elaborado segundo as regras da metodologia científica. Só esta permite garantir um conhecimento fiel sobre a realidade, demonstrando ela própria sua validade ao propor um tipo de compreensão de prova e de controle, ao fornecer explicação e predição.

Para este trabalho em específico, toma-se como base a concepção de que nenhuma prática científica funciona fora do conjunto das práticas sociais (BRUYNE, HERMAN e SCHOUTHEETE, 1977), o cientista não é uma inteligência pura, mas um ser humano, um ser social, que pensa em condições socialmente definidas. Henri Lefebvre (1991) diz que o conhecimento é um fato: desde à vida prática mais imediata e mais simples, conhece-se objetos, seres vivos, seres humanos; passa-se a conhecer por diversas vias: científica, experimental,

cultural, entre outras, conforme o sujeito (o pensamento, o ser que conhece) e o objeto (os seres conhecidos) agem e reagem continuamente um sobre o outro. Tal autor considera que o conhecimento enquanto fato possui as seguintes características gerais: i) é prático, começa pela experiência prática, que põe os seres em contato com realidades objetivas; ii) é social, na vida social descobre-se outros seres semelhantes, que agem e interagem uns com os outros; iii) é histórico, todo conhecimento adquirido foi conquistado, essas características formam um todo indissolúvel.

O sujeito e o objeto, o pensamento e a natureza, são diferentes, mas ligados, através de uma interação incessante. A relação entre esses dois elementos opostos e, não obstante, partes de um todo, se trata de uma interação dialética. Analisar o objeto com essas lentes que produzem a visão de que o conteúdo é feito da interação de elementos opostos, é per si, a lógica que conduz este estudo. Lefebvre (1991, p. 85) constata que:

(...) a lógica é frequentemente definida como estudo das “condições da verdade” ou das “condições do pensamento” verdadeiro. Tal condição só pode ser autêntica, se se entende por “condições do pensamento verdadeiro” a análise histórica do conhecimento, o qual, em contato com o real, forja os instrumentos, as formas objetivas do conhecimento. (...) Formas verdadeiras do pensamento são aquelas que correspondem ao conteúdo objetivo.

Sendo que a objetividade deve ser definida pela correspondência entre as ideias do sujeito e o objeto, relacionada a prática e aos instrumentos do pensamento, que não podem ser separados dos objetos aos quais se aplicam. Com isso chega-se à concepção de que o material, aquilo que trata do objetivo, o real, o existente, o concreto é de onde o sujeito pesquisador deve partir seu estudo. Para Marx (2008, p. 258):

O concreto é concreto, porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação.

Lefebvre (1991) expõe que o materialismo considera a natureza como elemento primordial, opõe-se ao idealismo, que admite o primado do espírito com relação a natureza, do pensamento humano em relação ao mundo. Complementa destacando que:

O materialismo coerente não afirma que os objetos são tais como percebemos, ou que nossas representações imediatas e banais coincidam com o real; o materialismo supõe, ao contrário, que elas correspondem ao real segundo uma lei, que nos cabe investigar. (LEFEBVRE, 1991, p. 68)

Assim, se para fazer-se ciência é necessário um método que explique a construção das conclusões à que se chegou, isto é, a forma pela qual se deu à relação entre sujeito (pesquisador)

e objeto de pesquisa, neste estudo fazer-se-á o uso do materialismo histórico. Quando se fala em materialismo histórico, está-se tratando de um método de leitura da sociedade criado por Karl Marx, após esse ter rompido e criticado tanto os filósofos materialistas e quantos os idealistas. Talvez uma das passagens nas inúmeras obras do autor, que melhor elucidam o que se quer dizer com esse método, é esta:

(...) na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. (MARX, 2008, p. 47)

Tal trecho contribui para elucidar a um pesquisador das ciências sociais, que venha a se valer do materialismo histórico como método de investigação e análise da sua pesquisa, o eixo central que é o modo de produção da vida material frente a todas as outras dimensões da vida em sociedade.

Sobre método de investigação e análise, Faria (2020, p. 192) conceitua elementos que compõe essa categoria e ainda exemplifica como eles vêm a se aplicar ao materialismo histórico:

- 1) Método de Produção do Conhecimento - Histórico e Dialético;
- 2) Relação entre Pensamento e Realidade - pensamento de apropria do real pela consciência;
- 3) Relação entre Essência e Aparência dos Fenômenos - essência e aparência, ainda que distintas, pertencem ao real concreto e o constituem;
- 4) Relação entre Sujeito/Consciência e Objeto/Matéria - Consciência e matéria se diferenciam, mas se interrelacionam, sendo a primeira condicionada pela segunda na reflexão crítica;
- 5) Relação entre Objetividade e Subjetividade no trato do Fenômeno - A realidade objetiva é apropriada pelo pensamento e representada na forma de concreto pensado;
- 6) Forma de Exposição - Analítica Conceitual. Assim, esta pesquisa se empenha em cumprir com todos estes elementos constitutivos do método.

Em relação ao sujeito, Bruyne, Herman e Schoutheete (1977, p. 34) consideram que “o sujeito da ciência não é absolutamente o próprio pesquisador, nem mesmo o corpo dos pesquisadores, mas as teorias e os métodos científicos em seu desenvolvimento”. Com isso,

fomenta-se a importância do corpo teórico que apoia uma pesquisa, Bourdieu, Chamboredon e Passeron (2002, p. 82) consideram que:

somente uma teoria científica pode opor às solicitações da sociologia espontânea e às falsas sistematizações da ideologia a resistência organizada de um elenco sistemático de conceitos e relações definido tanto pela coerência do que exclui, quanto pela coerência do que estabelece; somente ela pode construir o sistema de fatos entre os quais instaura uma relação sistemática;

A consideração que esses autores fazem de “um elenco sistemático de conceitos e relações definido tanto pela coerência do que exclui, quanto pela coerência do que estabelece” é muito rica para pensar o arcabouço teórico que se pretende trazer à uma pesquisa, entretanto, torna-se importante compreender o que Bruyne, Herman e Schoutheete (1977, p. 31) ensinam sobre o ambiente societal da pesquisa, isto é, onde se inscreve campo da pesquisa, para isso, eles demarcam searas de influência ou de coerção e/ou facilitação à pesquisa científica:

- i) o campo da demanda societal - toda produção científica traz a marca da demanda social à qual responde, o que justifica uma sociologia da prática científica;
- ii) o campo axiológico - valores sociais e individuais que condicionam a pesquisa;
- iii) o campo doxológico - é o campo do saber não sistematizado, da linguagem e das evidências da prática cotidiana, de onde a prática científica deve precisamente esforçar-se para arrancar problemáticas específicas;
- iv) o campo epistêmico - é campo do conhecimento científico que chegou a um grau de objetividade reconhecido - estado das teorias, estado da reflexão epistemológica, estado da metodologia, estado das técnicas de investigação.

Isto é, ainda que a pessoa pesquisadora se doe o mais intensamente possível à sua pesquisa, estará condicionada por estes campos de influência, tanto na construção do seu objeto, quanto no levantamento teórico que produzirá para pesquisar. Bourdieu, Chamboredon e Passeron (2002, p. 48) entendem que “Por mais parcial e parcelar que seja um objeto de pesquisa, só pode ser definido e construído em função de uma problemática teórica que permita submeter a uma interrogação sistemática os aspectos da realidade colocados em relação entre si pela questão que lhes é formulada.”

Assim, apresentada a teorização acerca do que se entende por ciência, método, conhecimento, objeto e sujeito, esta pesquisa se constrói de acordo com o método materialismo histórico, mediante à aplicação de suas categorias mais adequadas à natureza do fenômeno que busca analisar, isto é, a participação das mulheres nas experiências cooperativas de Curitiba, através de levantamento documental enquanto busca do que foi produzido pelas instituições e organizações sociais ao redor do cooperativismo, bem como uma pesquisa bibliográfica,

buscando investigar o que já foi produzido cientificamente sobre o tema, trazendo tantos autores clássicos, como as novas produções, no que tange:

- Capitalismo de Dependência: à relação centro-periferia; superexploração do trabalho e como se dá essa relação de superexploração para as mulheres;
- Trabalho produtivo e reprodutivo;
- Neoliberalismo e informalidade;
- Economia popular e economia solidária.

Assim, algumas obras merecem destaque devido à sua maior utilização. A primeira, O Capital, Livro I, de Karl Marx, que na sua dimensão enquanto obra historiográfica, traz a história das instituições políticas, a evolução das normas jurídicas (possui um estudo pioneiro sobre legislação trabalhista) e a história das relações internacionais, assim como o seu aspecto de evidente contato com a Economia Política e Demografia, trazem estudos sobre a lei da população do modo de produção capitalista, migrações e colonização. Ainda, do ponto de vista da Antropologia, destaca a relação da humanidade com a natureza por meio do trabalho, ressaltando que as mudanças nas formas de trabalho constituem indicadores básicos da mudança das relações de produção e das formas sociais em geral da convivência humana. Toda esta estrutura interdisciplinar tem ricas contribuições a oferecer para esta pesquisa, no que tange a sua relação com diversos dos campos acima elencados.

O trabalho primoroso de Vânia Bambirra e Ruy Mauro Marini no que diz respeito as condições socioeconômicas na América Latina, com o desenvolvimento da categoria Capitalismo Dependente, tão útil para se pensar a realidade aqui vivida. A pesquisa pioneira no contexto brasileiro, de Helleieth Saffioti, sob a orientação de Florestan Fernandes, onde desenvolve a interlocução gênero e classe. Não poderia deixar de ressaltar também o trabalho precursor de Lélia Gonzalez, sobre racismo e sexismo, que influenciou inclusive, Angela Davis, a maior expoente viva sobre o tema. Bem como Silvia Federici e sua inovação em pensar acumulação primitiva, importante categoria marxiana, como ocorrida também sobre os corpos femininos. O trabalho essencial de Ricardo Antunes sobre o trabalho no metabolismo social do capital, também são de extrema importância para esta pesquisa.

Necessário frisar também, que nos dados apresentados na primeira seção do Capítulo 1, fez-se uso de material (relatórios do IBGE e da OIT) que traziam informações até 2018, pois estes continham suas pesquisas sistematizadas em gráficos, o que contribui enormemente para compreensão e ilustração de dados. Ainda, como a maioria das tendências na economia e mercado de trabalho se mantiveram de 2018 para 2019 e que 2020 está sendo um ano

completamente atípico por conta da pandemia de COVID-19 que se alastrou pelo mundo, concluiu-se que não foi perdida a atualidade do conteúdo exposto.

Sobre a economia popular e a economia solidária, ressalta-se a obra de Lia Tiriba (2001), que se aprofunda de forma crítica e coerente, principalmente sobre a primeira temática, e o trabalho primoroso de Rosângela Barbosa (2007), sobre a análise da economia solidária como política pública, que inclusive foi premiado pela CAPES como melhor tese de doutorado em Serviço Social no ano de 2005.

Ainda, a hipótese que será trabalhada neste estudo é de que: devido as relações de trabalho atuais, a forma como a economia solidária se insere na sociedade seja muito mais como instrumento de superação da pobreza extrema do que modelo de resistência ao capital. Tal hipótese se sustenta devido ao movimento que vem acontecendo nos últimos anos na América Latina e Brasil, de aprofundamento das políticas neoliberais, cujo um dos objetivos constitui-se na flexibilização das leis trabalhistas, no incentivo a iniciativas individuais de trabalho e renda (empreendedores de si mesmo), bem como no crescimento do trabalho informal nos últimos anos, somados aos níveis sempre altos de pobreza e extrema na região. Assim, a economia solidária estaria vinculada mais a ser uma estratégia de emprego para parte de toda aquela massa de pessoas que não encontra lugar na economia formal, com trabalhos regulamentados e protegidos por leis trabalhistas, do que um outro modo de produção dentro do modo de produção capitalista, como afirmam alguns de seus teóricos. Uma vez que, diferentemente do cooperativismo europeu, que surge como forma de resistência e luta dos trabalhadores contra o capitalismo no século XIX, a economia solidária parece ser colocada de cima para baixo para o contingente de pessoas a procura de trabalho.

Entretanto, não se descarta a possibilidade de que, a depender do fomento proporcionado pela política pública que estabelece e economia solidária, ou de instituições (tais como ONGs e universidades) que venham a se relacionar com empreendimentos situados neste nicho, possam haver conscientizações e politizações a respeito da temática tratada por cada um. Por exemplo, uma associação de catadores de material reciclável, organizada sob o formato de economia solidária, através de uma parceria com determinada universidade, passe a discutir sobre questões ambientais e se organize para cobrar melhorias em seu trabalho.

2 AS VEIAS AINDA ABERTAS DA AMÉRICA LATINA

Iniciar uma pesquisa é sempre um desafio, tanto pela instigação de começar, quanto pela responsabilidade científica e acadêmica de produzir algo coerente, relevante e palpável a quem quer que chegue tal produção. Assim, neste estudo que aqui se apresenta, optou-se por primeiramente diagnosticar o cenário atual, levantar informações sobre suas particularidades, entender a conexão com a totalidade do movimento do capital, como forma de compreender o momento histórico analisado e suas interligações com os objetos da pesquisa, para então, apreender os processos constitutivos que demarcam as reais diferenças com o todo em um território minado pelos desdobramentos do capital, as bases históricos-teóricas que dimensionaram o teor passado-presente do trabalho na América Latina, como força que compõe de forma desigual e combinada com o capital em seu movimento geral.

2.1 O CENÁRIO DO TRABALHO E DA RENDA NA AMÉRICA LATINA E NO BRASIL

2.1.1 *América Latina*

A América Latina caracteriza-se por sua natureza multifacetada e estrutural de pobreza e desigualdade. Atualmente, passa por uma situação global e regional mais adversa, pelo menos em comparação com a primeira década e meia deste século, pois, além de vários avanços em questões sociais desacelerarem ou estagnarem devido à um contexto econômico não muito dinâmico, tem-se também sinais importantes de retrocesso. A esses fatores somam-se os problemas associados aos efeitos dos desastres e das mudanças climáticas, as transições demográficas, epidemiológicas e nutricionais, a intensificação dos movimentos migratórios e as incertezas relacionadas à revolução tecnológica, que imporão novas necessidades, riscos e prioridades. Ainda, presencia-se um período de mudanças geopolíticas globais, grande descontentamento social, acompanhados em muitos casos por um processo de deslegitimação da política e uma crescente rejeição das formas tradicionais de organização e expressão de interesses. Assim, a análise das tendências na evolução do trabalho, da desigualdade de renda, pobreza e gastos sociais na América Latina, impõe-se como fundamental a esta pesquisa e se torna o objeto dos parágrafos seguintes.

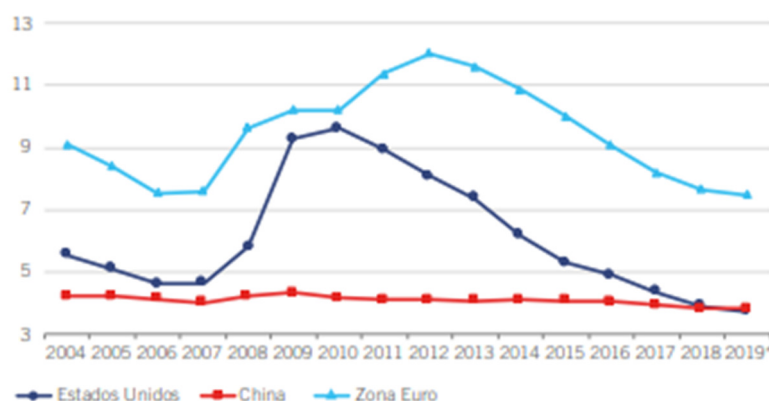
É preciso destacar o comportamento dos mercados de trabalho do Brasil e do México, que por sua dimensão influenciam as médias sub-regionais e regionais, e em 2018 ajudaram a moderar a alta. Sobre as mulheres, são pouco mais da metade da população da América Latina, mas menos de 40% dos trabalhadores (OIT, 2019). As brechas de gênero na participação no

trabalho, no desemprego e na ocupação vêm diminuindo, mas a passos muito lentos. A segregação ocupacional por gênero ainda prevalece. Os salários das mulheres subiram ligeiramente na comparação com o dos homens, no entanto, os salários dos homens ainda são um quinto mais altos do que os das mulheres (OIT, 2019).

A dinâmica da desaceleração econômica, segundo a OIT (2019), observada desde meados de 2018 tem impactado os empregos da América Latina e do Caribe, tanto em termos de estrutura quanto de qualidade. Até 2019 (data do relatório analisado), apesar do emprego assalariado ainda ser maioria (ao menos no Brasil), evidenciou-se que continuava a tendência de menor crescimento do emprego assalariado em relação ao trabalho autônomo. Em ambos os casos, são indicadores que sugerem uma tendência crescente da informalidade. Por outro lado, a criação de empregos registrados desacelerou em 2019, enquanto o subemprego devido à insuficiência de horas aumentou em quase todos os países para os quais há informação disponível. Portanto, esses resultados demonstram a precariedade dos empregos criados na América Latina e no Caribe em 2019 (OIT, 2019).

Em 2018, a taxa de desemprego nos Estados Unidos havia chegado a 3,8%, a menor desde 1969 (GRÁFICO 1). Do lado da Zona do Euro, também se manteve a redução gradual da taxa de desemprego. No final de 2018, a taxa de desemprego (7,7%) estava muito próxima da taxa mínima desde a criação da moeda comum (7,5% em 2005). Na China, a taxa de desemprego se manteve estável (3,8%) (OIT, 2019).

GRÁFICO 1 - TAXA DE DESOCUPAÇÃO EM PAÍSES/REGIÕES SELECIONADOS. 2004-2019 (EM PORCENTAGEM)



FONTE: Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2019); Produzido por: OIT.

A dependência da América Latina das condições econômicas externas é um fato estruturante. Dependendo do arranjo econômico e produtivo de cada país, a dependência pode operar por meio de recursos naturais, matérias-primas (metais, hidrocarbonetos, alimentos), remessas de migrantes ou turismo. Por todas essas razões, a região é mais vulnerável do que

outras regiões emergentes e em desenvolvimento a choques externos adversos que afetam os termos de troca, os preços de exportação de bens e serviços ou o crescimento global e de nossos parceiros comerciais (OIT, 2019).

A TABELA 1 apresenta, para região, os três indicadores básicos dos mercados de trabalho: participação no trabalho (percentagem de pessoas em idade ativa que trabalham ou procuram trabalho), ocupação (percentagem de pessoas em idade ativa que estão ocupadas) e desemprego (percentagem de pessoas na força de trabalho que estão desocupadas). Para efeitos analíticos, as variações dos dois primeiros indicadores (participação no trabalho e ocupação) são entendidas como variações na oferta e na procura de trabalho, respetivamente, enquanto a taxa de desocupação resulta do comportamento destes dois componentes (OIT, 2019).

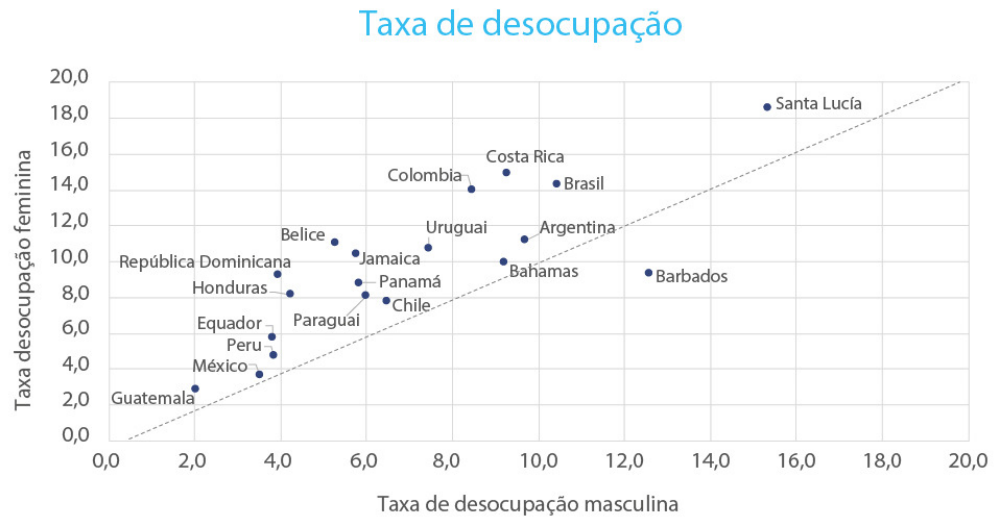
TABELA 1 - AMÉRICA LATINA E CARIBE: PRINCIPAIS INDICADORES LABORAIS À ESCALA NACIONAL 2012-2018 (EM PORCENTAGEM)

Anos	Taxa de Participação	Taxa de Ocupação	Taxa de desocupação
2012	62,4	58,4	6,4
2013	62,2	58,3	6,3
2014	62	58,2	6,1
2015	61,9	57,9	6,6
2016	62	57,2	7,8
2017	62,3	57,3	8,1
2018	62,4	57,5	8

FONTE: Adaptado de Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2019).

Apesar dos avanços gerais nas últimas décadas, as diferenças de gênero nas taxas de participação são marcantes em todos os países da região. As lacunas de participação para 2019 são notórias e as distâncias com relação à igualdade de participação (GRÁFICO 2) são evidentes, embora com nuances por sub-regiões. Nesse sentido, os países do Caribe de língua inglesa estão mais próximos da paridade. Em contraste, os países da América Central - em particular a Guatemala - apresentam maior disparidade de gênero na participação no trabalho (OIT, 2019).

GRÁFICO 2 - AMÉRICA LATINA E CARIBE (19 PAÍSES): DIFERENÇA ENTRE TAXA DE DESOCUPAÇÃO E TAXA DE PARTICIPAÇÃO POR SEXO. JANEIRO A SETEMBRO DE 2019



FONTE: Adaptado de Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2019).

A estrutura regional do emprego tem-se caracterizado por uma dinâmica de crescimento da proporção do emprego nos setores dos serviços, que se manteve em 2018. A composição do emprego nos ramos de atividade teve uma dinâmica heterogênea em diversos setores, desde 2015 há uma queda progressiva do emprego na construção, agricultura, pesca e minas, enquanto a participação da indústria transformadora se estabilizou em 2017 e 2018. Por outro lado, entre 2015 e 2018 continuou o aumento da participação do emprego nos setores de serviços, principalmente em serviços comunitários, sociais e pessoais, que respondem por mais de um terço do emprego urbano total, enquanto aproximadamente um quarto dos empregos na região trabalha no comércio (OIT, 2019).

TABELA 2 - AMÉRICA LATINA: ESTRUTURA DA POPULAÇÃO OCUPADA NACIONAL, POR ANO, SEGUNDO ATIVIDADE ECONÔMICA. 2012, 2015, 2017, 2018 (PORCENTAGEM)

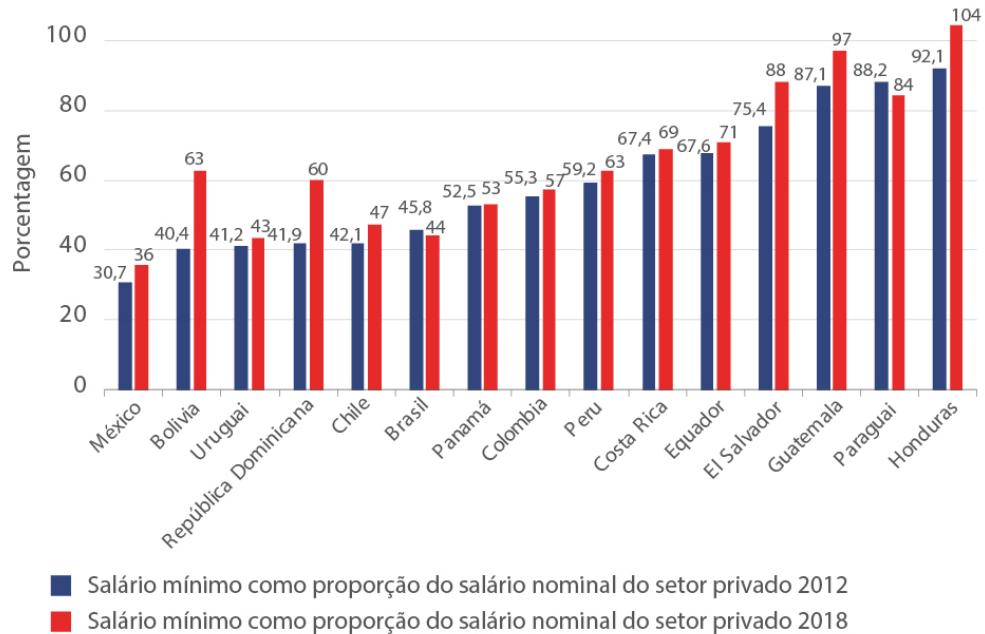
Atividade econômica	2012	2015	2017	2018
Total de Ocupados	100,0	100,0	100,0	100,0
Agricultura, Pesca e Mineração	11,5	10,7	10,1	9,9
Eletricidade, gás e água	1,0	1,0	0,9	0,9
Indústria manufatureira	13,3	13,1	12,5	12,5
Construção	8,2	7,9	7,4	7,1
Comércio	22,5	23,4	24,1	24,1
Transporte, armazenamento e comunicação	5,5	5,6	5,8	5,8

Estabelecimentos financeiros	5,7	6,0	5,9	5,8
Serviços locais, sociais e pessoais	31,7	32,0	32,9	33,5
Atividades não especificadas	0,5	0,4	0,4	0,4

FONTE: Adaptado de Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2019).

Os salários-mínimos, como ferramentas para a distribuição do bem-estar nos mercados de trabalho, merecem ser analisados num quadro mais amplo de políticas laborais. A relação entre o salário-mínimo e o salário médio das empresas privadas serve como uma medida aproximada do valor relativo do salário-mínimo. Não é possível indicar um intervalo "adequado" para esta relação (OIT, 2019). No entanto, a comparação dessas relações entre os países da região é informativa. Existem vários países onde a relação entre o salário-mínimo e o salário médio nas empresas privadas aumentou 10 pontos percentuais ou mais entre 2012 e 2018: Bolívia, República Dominicana, El Salvador, Honduras e Guatemala. Em um extremo estão os países onde o salário-mínimo parece ser muito baixo. Este é o caso do México até 2018, onde os salários-mínimos representam uma proporção de menos de 40% dos salários médios no setor privado (GRÁFICO 3). Deve-se notar que em 2019 o México aplicou um aumento significativo do salário-mínimo que certamente melhorou os níveis salariais mais baixos em maior medida do que os salários médios. No outro extremo estão os países em que existe uma relação muito alta entre o salário-mínimo e o salário médio. Essa relação indicaria que o nível do salário-mínimo está acima do que as empresas estão dispostas a pagar. Nesses casos, é previsível que ocorra maior descumprimento do salário-mínimo, o que fragiliza a eficácia da política. Assim, por exemplo, Equador, Paraguai, El Salvador, Honduras e Guatemala estão acima de 70%. No caso de Honduras, o salário-mínimo chegam a ultrapassar 100% (OIT, 2019).

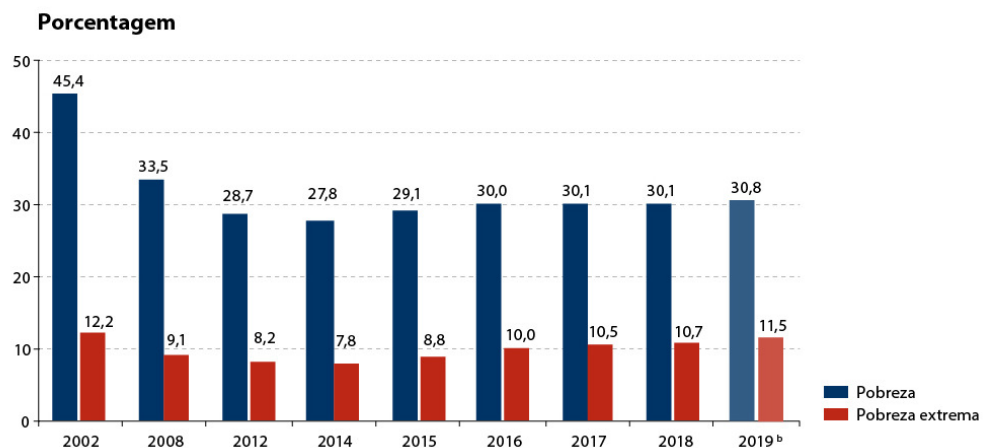
GRÁFICO 3 - AMÉRICA LATINA E CARIBE (15 PAÍSES): SALÁRIO-MÍNIMO COMO PROPORÇÃO DO SALÁRIO MÉDIO DOS SETOR PRIVADO. 2012-2018



FONTE: Adaptado de Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2019).

Desde 2015 há tendência de aumento na América Latina da população abaixo da linha da pobreza (GRÁFICO 4), em 2018 30,1% estavam nessa situação e 10,7% viviam em situação de extrema pobreza. Isso significa que aproximadamente 185 milhões de pessoas estavam abaixo da linha da pobreza em 2018, das quais 66 milhões estavam na extrema pobreza, indica o Panorama Social da América Latina 2019.

GRÁFICO 4 - AMÉRICA LATINA (18 PAÍSES): a TAXA DE POBREZA E POBREZA EXTREMA. 2012-2019 (EM PORCENTAGEM)



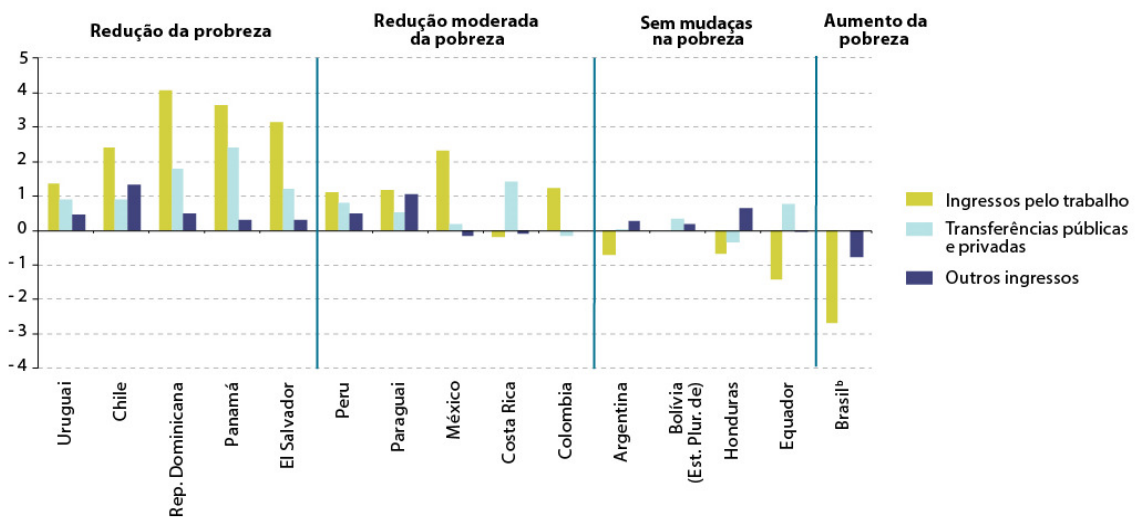
FONTE: Adaptado de CEPAL (2019).

^a: média ponderada dos seguintes países: Argentina, Bolívia (Estado Plurinacional de), Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai y Venezuela (República Bolivariana de).

^b: valor projetado

Resultados significativos na redução tanto da pobreza quanto da desigualdade de renda estão principalmente vinculados a dois fatores: de um lado, a evolução da renda nos decis de menor recursos associada ao aumento da renda do trabalho, que corresponde a 72% do total da renda familiar, e de outro, transferências públicas de sistemas de proteção social, que ampliam e diversificam seus benefícios (CEPAL, 2019). Assim, o Brasil no período 2014-2018 ao evidenciar uma redução nos ingressos advindos do trabalho, transferências públicas e privadas e outros, teve como consequência o aumento da pobreza (GRÁFICO 5), sendo único país onde o número de pessoas com renda do trabalho diminuiu (TABELA 3).

GRÁFICO 5 - AMÉRICA LATINA (15 PAÍSES): VARIAÇÃO ANUAL DO INGRESSO TOTAL PER CAPITA ENTRE OS LARES DE MENORES RECURSOS, POR FONTE DE INGRESSO, 2014-2018a (VALORES ANUAIS).



FONTE: Adaptado de CEPAL (2019).

^a: Países ordenados pela intensidade da redução da pobreza. Os dados correspondem ao subperíodo 2014-2018, exceto para o Chile (2013-2017)

^b: No Brasil não é possível efetuar uma maior desagregação de transferências para o período completo; por isso, as transferências públicas e privadas se apresentam em “outros ingressos”.

TABELA 3 - AMÉRICA LATINA (15 PAÍSES): VARIAÇÃO ANUAL DO INGRESSO LABORAL, DO INGRESSO POR RECEPTOR E DOS RECEPTORES, ENTRE OS LARES COM MENOS RECURSOS, 2014-2018¹ (VALORES ANUAIS).

	Ingresso Laboral	Ingresso Laboral por pessoa	Receptores de ingressos laborais
Argentina	-0,7	-3,6	2,3
Bolívia (Estado Plurinacional de)	0,0	-0,3	0,3
Brasil	-2,7	-3,0	-1,6
Chile	2,4	2,9	1,1
Colômbia	1,2	1,3	0,3

Costa Rica	-0,2	-0,4	0,1
Equador	-1,4	-2,2	0,2
El Salvador	3,1	3,8	0,5
Honduras	-0,7	-2,6	1,6
México	2,3	0,7	2,7
Panamá	3,6	3,3	3,2
Paraguai	1,2	0,7	1,1
Peru	1,1	0,6	1,0
República Dominicana	4,1	4,5	1,5
Uruguai	1,4	1,7	1,0

FONTE: Adaptado de CEPAL (2019).

¹ Países ordenados pela intensidade da redução da pobreza. Os dados correspondem ao subperíodo 2014-2018, exceto para o Chile (2013-2017)

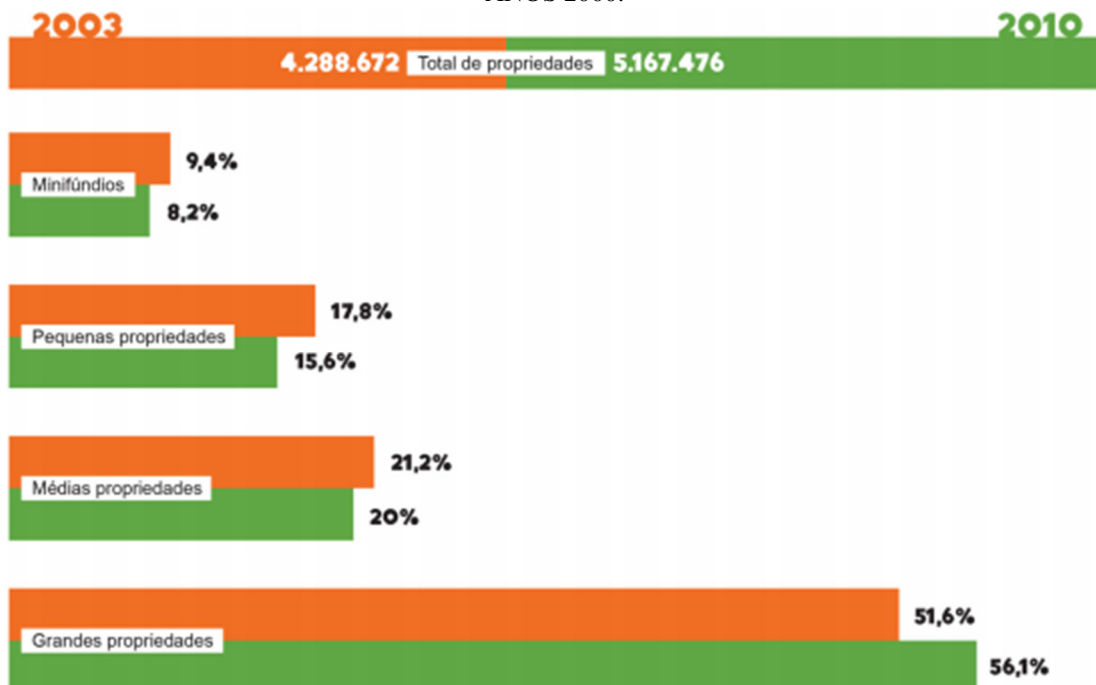
Sobre concentração de recursos no mundo, no ano de 2018, a riqueza dos bilionários do mundo aumentou em US\$ 900 bilhões, ou US\$ 2,5 bilhões por dia, enquanto a da metade mais pobre da humanidade, 3,8 bilhões de pessoas, caiu 11%. A riqueza está se tornando ainda mais concentrada – 26 indivíduos possuem a mesma riqueza dos 3,8 bilhões de pessoas que compõem a metade mais pobre da humanidade, o que significa uma redução se compararmos com as 43 pessoas do ano de 2017. Soma-se a isso o fato de que em alguns países, como o Brasil e o Reino Unido, os 10% mais pobres pagam atualmente uma proporção maior de sua renda em impostos do que os 10% mais ricos. A maioria das pessoas mais ricas do mundo é do sexo masculino e, em nível global, as mulheres ganham 23% menos que os homens e eles detêm 50% a mais da riqueza total do que elas (OXFAM, 2019).

O Brasil está atrás somente do Qatar em matéria de concentração de renda pelo 1% mais rico, sendo 29% a fatia concentrada no país árabe e 28% no Brasil. Os seis homens mais ricos do país têm a mesma riqueza que 100 milhões de brasileiros juntos (OXFAM, 2018). Segundo dados atualizados do Pnud, o Brasil passou a ocupar em 2018 a 9ª pior posição em matéria de desigualdade de renda medida pelo coeficiente de Gini em um conjunto de 189 países. Apesar de estar entre as dez maiores economias globais, o PIB per capita brasileiro, no valor em dólar de US\$ 9.821,4198, ainda é relativamente baixo se comparado a países com

desigualdades pouco menores que a brasileira, como o Chile (US\$ 15.346,45), o Panamá (US\$ 15.087,68) e a Costa Rica (US\$ 11.630,6799 (OXFAM, 2018).

A questão agrária é também um ponto importante a ser analisado na América Latina, a região do mundo com maior desigualdade na distribuição da terra. Os dados demonstram que mais da metade da terra produtiva na região está concentrada em 1% das fazendas, de acordo com a análise dos censos agropecuários realizada pela Oxfam (2016a). O caso mais extremo é o da Colômbia, onde mais de 67% da terra produtiva está concentrada em apenas 0,4% das explorações. Chile e Paraguai não ficam atrás em desigualdade: nesses países, 1% das explorações abarcam mais de 70% das terras. No que tange o Brasil, dados do Censo Agropecuário de 2006 apontam as diferenças entre grandes e pequenas propriedades em número de estabelecimentos e no percentual que representam no total das áreas rurais. Os grandes estabelecimentos somam apenas 0,91% do total dos estabelecimentos rurais brasileiros, mas concentram 45% de toda a área rural do país. Por outro lado, os estabelecimentos com área inferior a 10 hectares representam mais de 47% do total de estabelecimentos do país, mas ocupam menos de 2,3% da área total (OXFAM, 2016b).

GRÁFICO 6 - AUMENTO NO NÚMERO DE GRANDES PROPRIEDADES RURAIS NO BRASIL NOS ANOS 2000.



FONTE: OXFAM (2016); Produzido por: OXFAM.

E ainda, para finalizar esta parte de apresentação de dados, um relatório lançado pelo Banco Mundial no início de 2018, chamado Mudança na Riqueza das Nações, mostra que a

riqueza global aumentou 66% entre 1995 e 2014, segundo o estudo, a cifra passou de US\$ 690 trilhões para mais de um quatrilhão de dólares. Depois de analisar 141 países, o documento também concluiu que a riqueza global per capita caiu nesse período. O cálculo da riqueza de cada economia e do mundo leva em conta quatro fatores. O primeiro deles é o capital produzido, que inclui construções, máquinas e infraestrutura. Em segundo lugar, o capital natural, como terra agrícola, florestas, minerais e petróleo. Em terceiro, o capital humano, que consiste nas habilidades e na experiência dos trabalhadores. E por último, a soma de ativos e passivos estrangeiros de um país (ONU, 2018).

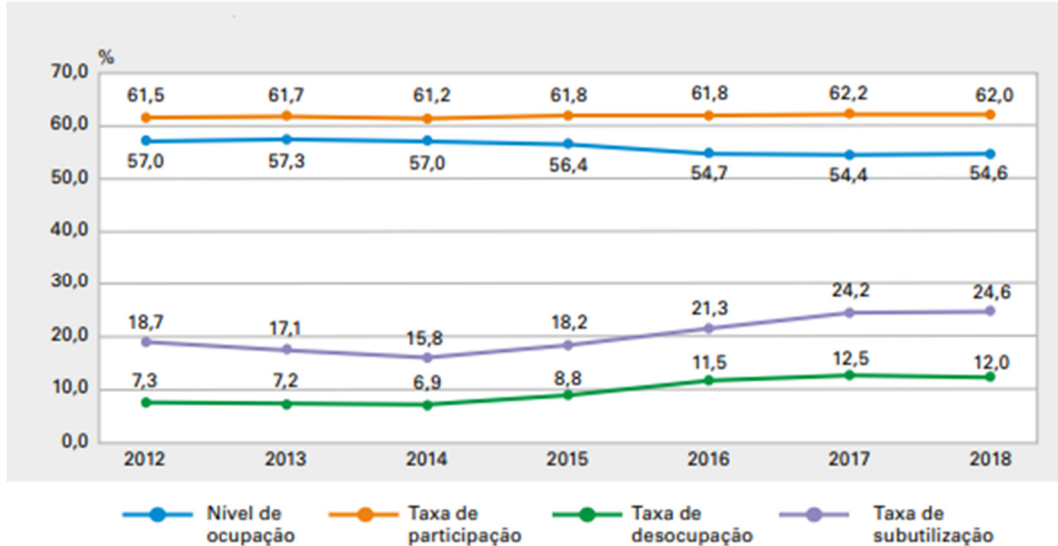
2.1.2 Brasil e seus entes subnacionais

Na quarta semana de agosto de 2020, segundo dados do IBGE (EBC, 2020a), a taxa de desocupação no Brasil atingiu 14,3%, é a maior da série histórica da PNAD contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), iniciada em 2012. Essa alta acompanha o aumento na população desocupada, representando cerca de 1,1 milhão a mais de pessoas à procura de trabalho no país, totalizando 13,7 milhões de desempregados. A população fora da força de trabalho (que não estava trabalhando nem procurava por trabalho) era de 74,4 milhões de pessoas. Nessa população, disseram que gostariam de trabalhar cerca de 26,7 milhões de pessoas (ou 35,8% da população fora da força de trabalho). Cerca de 16,8 milhões de pessoas fora da força que gostariam de trabalhar e não procuraram trabalho não o fizeram por causa da pandemia de COVID-19 ou por não encontrarem uma ocupação na localidade em que moravam. Elas correspondiam a 22,6% das pessoas fora da força. Já a taxa de desemprego entre os jovens de 18 a 24 anos de idade ficou em 27,1% no primeiro trimestre de 2020, bem acima da média geral de 12,2% do país no período. Nos impactos com relação a gênero, a taxa de desocupação do país no 1º trimestre de 2020 foi de 12,2%, entre as mulheres era de 14,5%, entre os homens de 10,4% (EBC, 2020b).

O GRÁFICO 7 apresenta a série histórica com quatro medidas essenciais do mercado de trabalho relacionadas a participação, ocupação, subutilização e desocupação da força de trabalho. Como a população na força de trabalho e a população em idade de trabalhar variaram de forma similar, verificou-se estabilidade em sua razão, ou seja, na taxa de participação, que oscilou em torno de 62%. Já as taxas de desocupação e de subutilização (taxa composta da subutilização da força de trabalho) mostraram crescimento nos anos de 2015 a 2017, enquanto o nível de ocupação, definido como a população ocupada em relação à população em idade de trabalhar, registrou redução (IBGE, 2019). Isto é, o contingente que ingressou na força de

trabalho ou que estava ocupado, em parte, passou a compor a população desocupada ou subutilizada nos anos finais da série. Em 2018, houve redução da desocupação (12,0%), que permanece quase o dobro da observada em 2014, embora a subutilização tenha crescido (24,6%).

GRÁFICO 7 - INDICADORES SELECIONADOS DO MERCADO DE TRABALHO – BRASIL 2012-2018



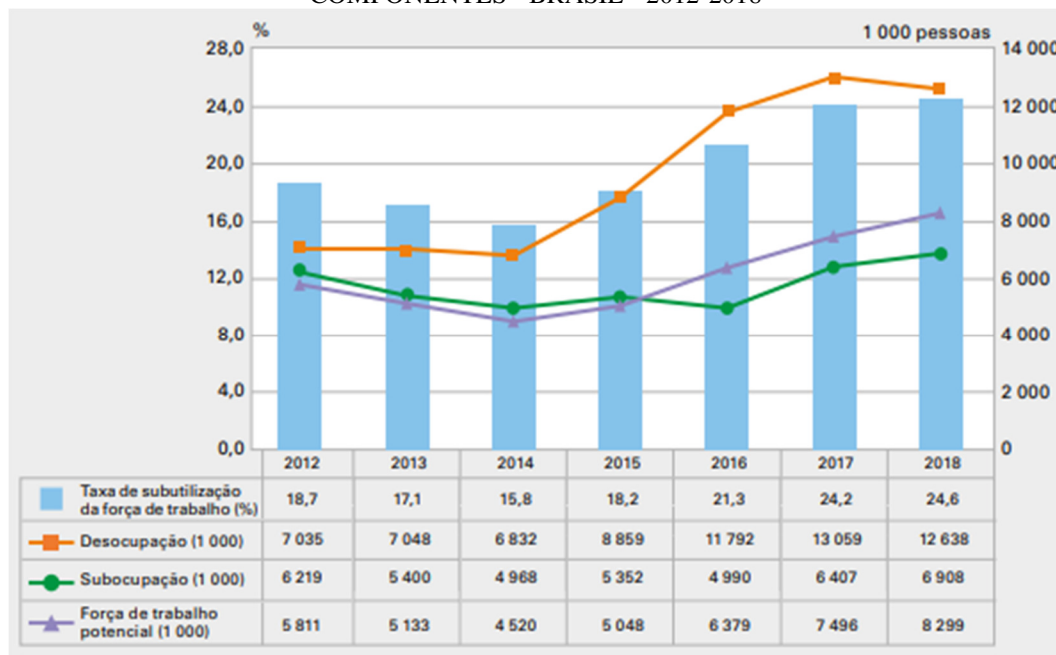
FONTE: IBGE (2019); Produzido por: IBGE.

O estado do Paraná, por sua vez, registrou a 5ª menor taxa de desemprego do País no quarto trimestre de 2019 (outubro a dezembro), com um índice de 7,3%. E a capital paranaense, Curitiba, foi a quinta capital brasileira com menor desemprego no país no quarto trimestre de 2019, apresentando uma taxa de 7,9%, atrás apenas de Campo Grande (6,0%), Porto Alegre (7,1%), Goiânia (7,3%), Palmas (7,8%). Curitiba apresentou um montante de 86 mil pessoas desocupadas e mais de 1 milhão de pessoas ocupadas no quarto trimestre de 2019 (AEN, 2020).

É necessário ampliar a compreensão da desocupação no mercado de trabalho, isto é, investigar de forma mais detalhada, dentre as pessoas ocupadas, aquelas que trabalham menos que 40 horas semanais, querem e estão disponíveis para trabalhar mais horas, ou seja, subocupadas por insuficiência de horas. Igualmente, é preciso averiguar a força de trabalho potencial, isto é, as pessoas que não estão ocupadas, mas que: 1). tomaram alguma medida efetiva para conseguir trabalho, mas não estão disponíveis para começar a trabalhar; ou 2). não realizaram busca por trabalho apesar de desejarem e estarem disponíveis para começar a trabalhar (IBGE, 2019). A proporção dos três componentes – desocupação, subocupação por insuficiência de horas e força de trabalho potencial – na força de trabalho ampliada (força de trabalho + força de trabalho potencial) – formam a taxa composta de subutilização da força de trabalho. A taxa composta de subutilização da força de trabalho diminuiu entre 2012 e 2014,

mas cresceu nos anos seguintes. Para tanto, contribuíram, como se vê no GRÁFICO 8, além do aumento da população desocupada até 2017, o da população subocupada por insuficiência de horas e o da força de trabalho potencial até 2018. De fato, a população subocupada (IBGE, 2019) por insuficiência de horas passou de 5,0 milhões de pessoas, em 2014, para 6,9 milhões, em 2018. Já a população na força de trabalho potencial passou de 4,5 milhões de pessoas, em 2014, para 8,3 milhões, em 2018. Somados, os dois grupos alcançam mais da metade (54,6%) da população subutilizada.

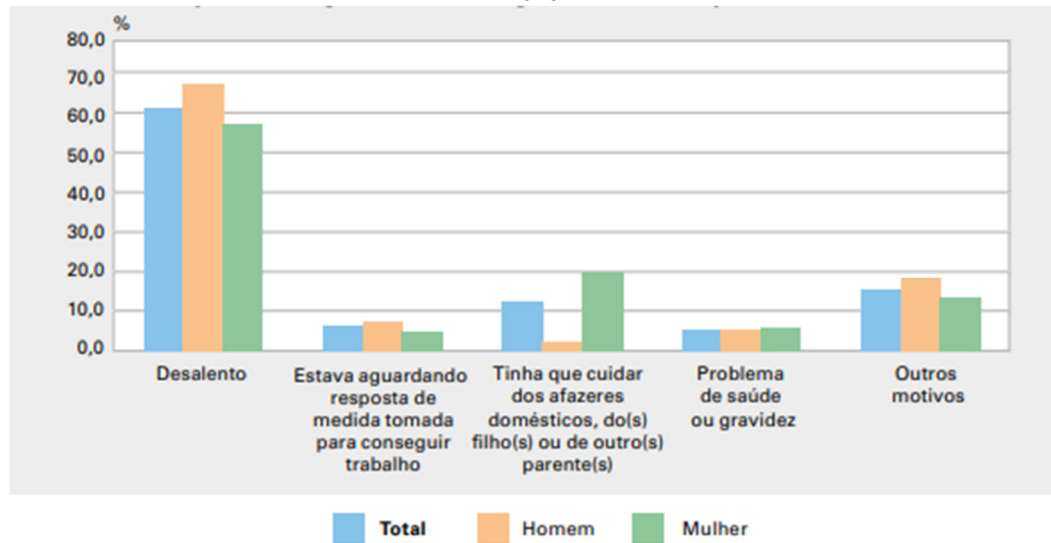
GRÁFICO 8 - TAXA DE SUBUTILIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO E POPULAÇÃO DE SUAS COMPONENTES - BRASIL - 2012-2018



FONTE: IBGE (2019); Produzido por: IBGE.

Cabe também ressaltar, que entre as mulheres na força de trabalho potencial que estavam disponíveis para trabalhar, mas que não procuraram trabalho, outro motivo aparece com destaque no GRÁFICO 9: 19,7% afirmaram não ter tomado providência para conseguir uma ocupação por ter que cuidar de afazeres domésticos, de filho ou de outro parente (IBGE, 2019). O mesmo motivo representou apenas 2,2% das respostas dos homens, corroborando sobre a desigualdade de gênero na realização de atividades domésticas. Ainda, entre 2016 e 2017, o percentual de pessoas que realizavam afazeres domésticos e cuidados de pessoas cresceu de 82,7% para 86,0%, chegando a 145 milhões de pessoas. Porém, enquanto a taxa de realização foi de 92,6% para as mulheres, entre os homens foi de 78,7%, além disso, as mulheres dedicavam a essas atividades quase o dobro do tempo, com uma média de horas semanais de 20,9 horas, enquanto para os homens a média ficou em 10,8 horas por semana (IBGE, 2018).

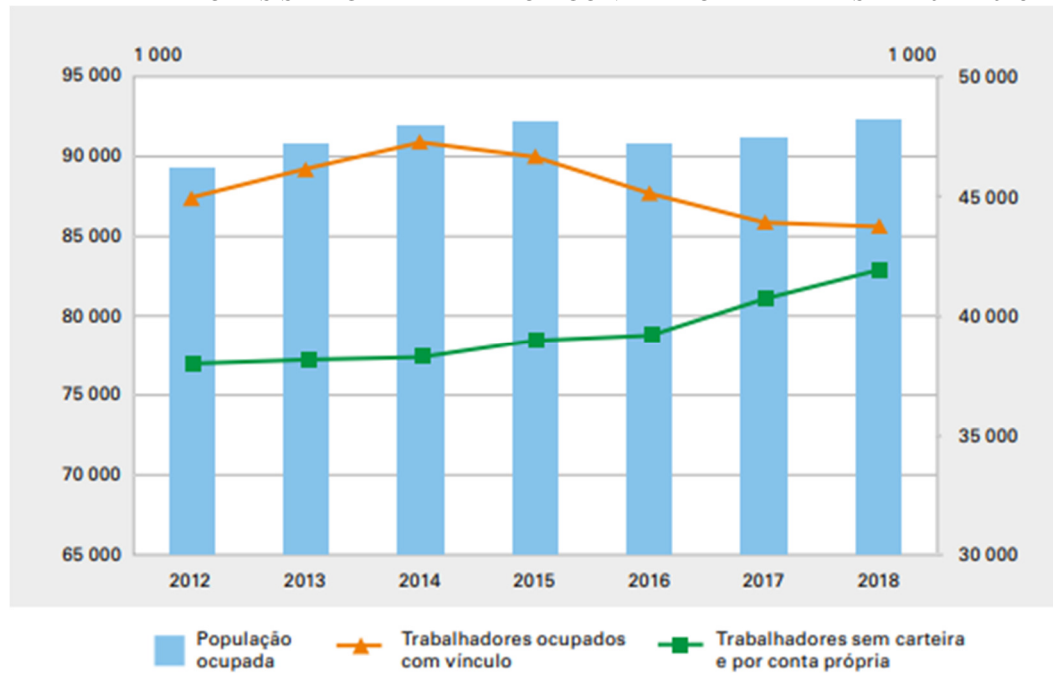
GRÁFICO 9 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA FORÇA DE TRABALHO POTENCIAL QUE NÃO TOMOU MEDIDA PARA CONSEGUIR TRABALHO, SEGUNDO O MOTIVO, POR SEXO - BRASIL - 2018



FONTE: IBGE (2019); Produzido por: IBGE.

Em 2016, houve forte queda do trabalho com vínculo, sem compensação em outras posições na ocupação (IBGE, 2019) Em 2017, ocorreu novamente acentuada redução do número de trabalhadores com vínculo, porém, com aumento de trabalhadores sem carteira ou por conta própria. Já em 2018, esses grupos seguiram crescendo, mas não houve forte redução dos ocupados com vínculo. Assim, pela primeira vez desde 2014, a ocupação aumentou de forma expressiva (1,3 milhão), concentrada no pessoal ocupado sem carteira assinada e por conta própria. Todas essas combinações de resultados ocasionaram a queda da participação do emprego com vínculo (GRÁFICO 10). O IBGE (2019) considera que a informalidade é uma característica histórica do mercado de trabalho brasileiro que constitui importante marcador de desigualdades. Como consequência, há um elevado contingente de trabalhadores sem acesso aos mecanismos de proteção social vinculados à formalização, como a remuneração pelo salário-mínimo, o direito à aposentadoria e às licenças remuneradas, como para maternidade ou por afastamento laboral por motivo de saúde.

GRÁFICO 10 - POPULAÇÃO OCUPADA TOTAL, TRABALHADORES OCUPADOS COM VÍNCULO E TRABALHADORES SEM CARTEIRA E POR CONTA PRÓPRIA - BRASIL - 2012-2018

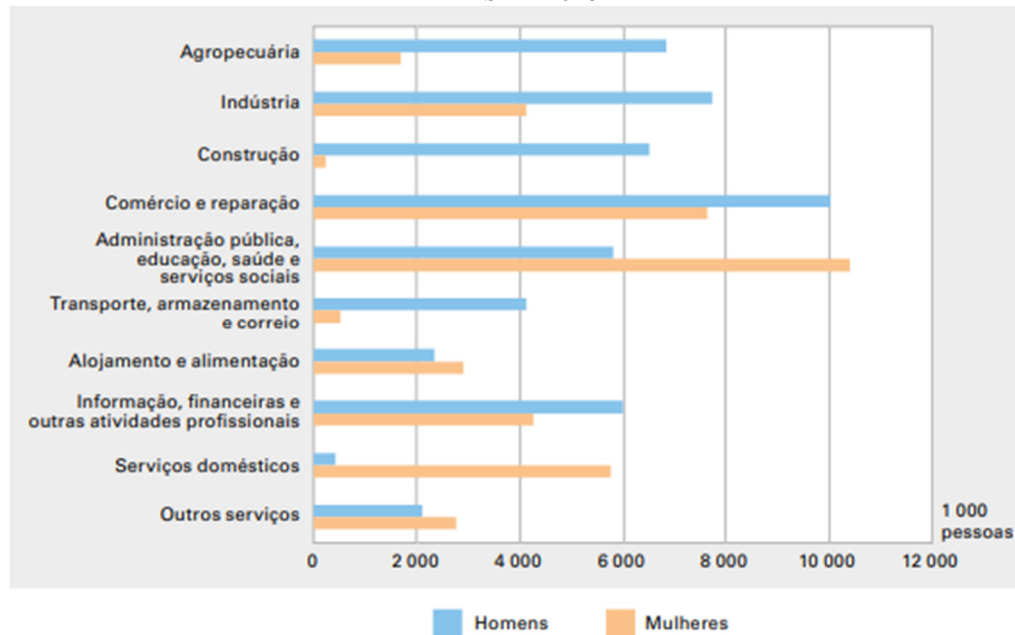


FONTE: IBGE (2019); Produzido por: IBGE.

O conjunto de atividades econômicas de um país retrata um dos principais traços de sua estrutura, pois permite conhecer seu perfil produtivo, identificando aspectos como nível de industrialização, do seu setor terciário, influência da atividade agropecuária e extensão do setor público. A partir da estrutura econômica brasileira é possível compreender características fundamentais de seu mercado de trabalho, identificando a distribuição dos trabalhadores nesses segmentos, assim como a diferenciação de suas remunerações. O setor produtivo brasileiro mostra uma concentração no setor de serviços, seguido em importância pela indústria, tanto para a geração de produto, como para a absorção de mão de obra.

Tal característica revela um perfil diferenciado quando comparado com outros países da América Latina, contudo, alguns elementos e relações trabalhistas típicas das economias da região, como por exemplo, o grande número de trabalhadores em serviços domésticos, 6,2 milhões, em 2018 (ou 6,8% dos ocupados) (IBGE, 2019). Nessa atividade verificou-se também a maior disparidade em relação à distribuição de homens e mulheres, sendo esta essencialmente constituída de ocupações femininas (5,8 milhões de mulheres e 458 mil homens). Em situação inversa, a construção, atividade também caracterizada por baixos rendimentos e alta informalidade, ocupou 6,5 milhões de homens e somente 235 mil mulheres, em 2018 (GRÁFICO 11).

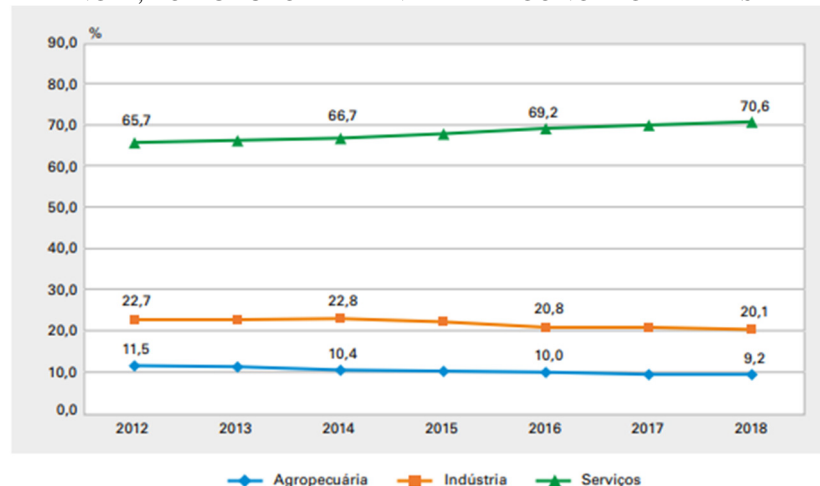
GRÁFICO 11- POPULAÇÃO OCUPADA, POR SEXO, SEGUNDO OS GRUPOS DE ATIVIDADE – BRASIL - 2018



FONTE: IBGE (2019); Produzido por: IBGE.

Considerando os três grandes grupos de atividade econômica nota-se que, proporcionalmente, o pessoal ocupado reduziu-se continuamente na agropecuária, passando de 11,5% do pessoal ocupado total para 9,2% (IBGE, 2019). No grande grupo da indústria, que inclui a atividade de construção, a redução ocorreu, principalmente, no triênio final (20,1% da população ocupada total, em 2018) e no grupo de serviços, que compreende as demais atividades, o crescimento foi contínuo, superando a marca de 70% da população ocupada total, em 2018 (GRÁFICO 12).

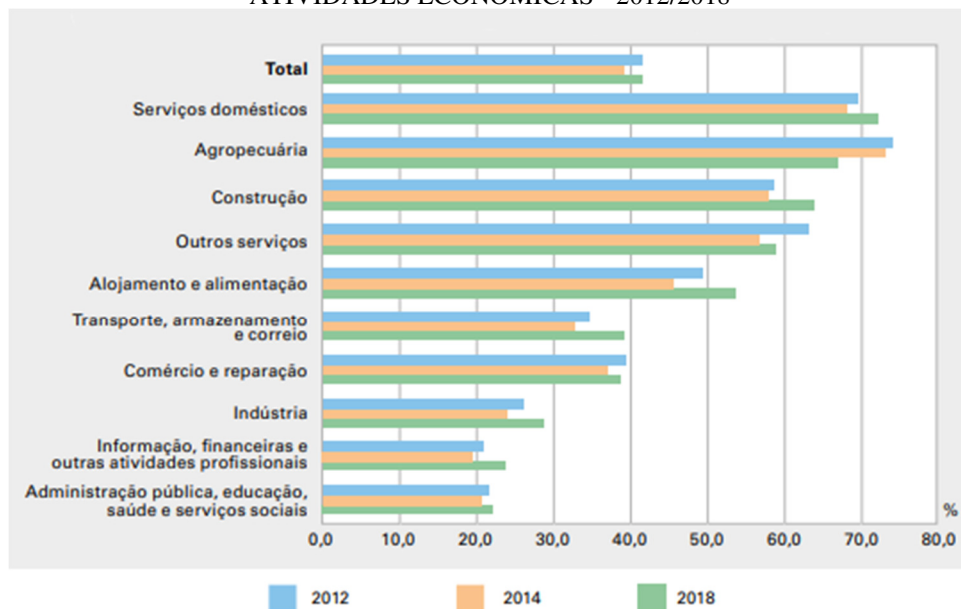
GRÁFICO 12 - PROPORÇÃO DE PESSOAS DE 14 ANOS OU MAIS DE IDADE OCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA, POR GRUPO DE ATIVIDADE ECONÔMICA - BRASIL - 2012-2018



FONTE: IBGE (2019); Produzido por: IBGE.

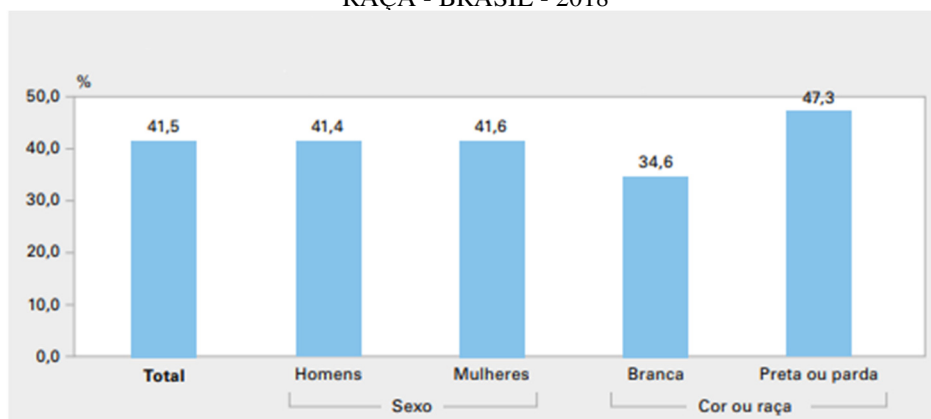
Na análise por grupo de atividade econômica, observou-se que as atividades que mais concentraram pessoas em ocupações informais foram os serviços domésticos (72,2%) e a agropecuária (66,9%), no ano de 2018 (GRÁFICO 13). O recorte por sexo nas atividades econômicas revelou que as taxas mais elevadas de informalidade no mercado de trabalho entre as mulheres ocorram nas atividades de serviços domésticos (73,1%) e na agropecuária (74,6%), em 2018. Já os homens se encontraram em maior proporção também na agropecuária (65,0%) e na construção (64,8%) (IBGE, 2019), atividades caracterizadas por uma elevada informalidade devido à dinâmica de contratações (sazonalidade, trabalho por empreitada, maior sensibilidade a fatores conjunturais etc.).

GRÁFICO 13 - PROPORÇÃO DE PESSOAS EM OCUPAÇÕES INFORMAIS, SEGUNDO OS GRUPOS DE ATIVIDADES ECONÔMICAS - 2012/2018



FONTE: IBGE (2019); Produzido por: IBGE.

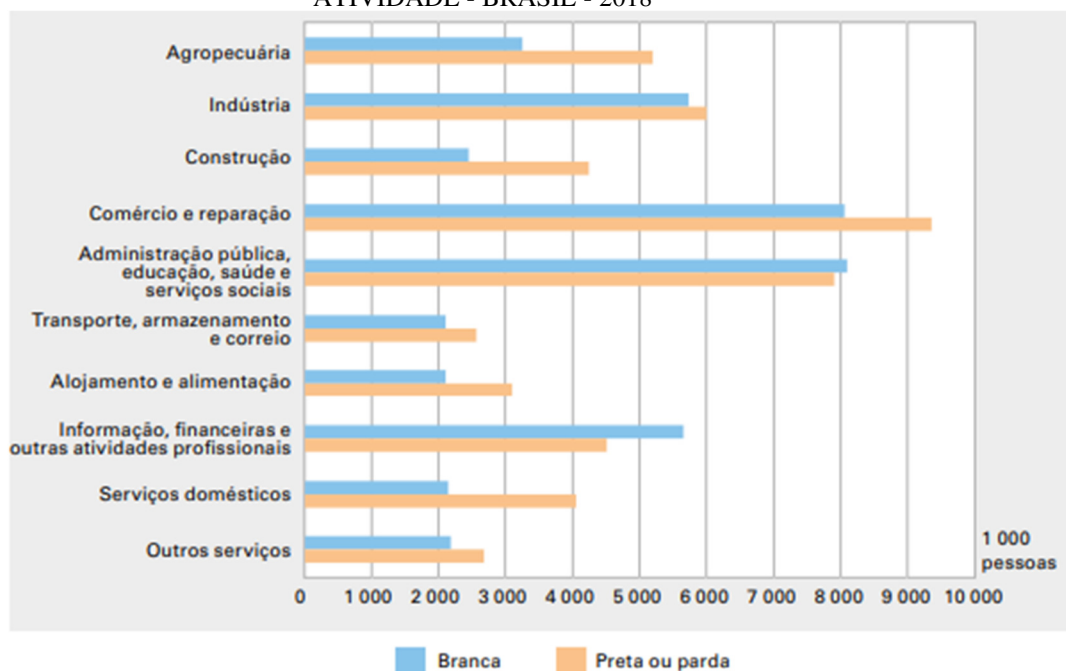
GRÁFICO 14 - PROPORÇÃO DE PESSOAS EM OCUPAÇÕES INFORMAIS, POR SEXO E COR OU RAÇA - BRASIL - 2018



FONTE: IBGE (2019); Produzido por: IBGE.

A análise por cor ou raça mostra que, dentre os ocupados, a proporção de brancos era de 45,2% e a de pretos e pardos de 53,7%. Todavia, quando comparado por atividades econômicas, o recorte por cor ou raça revela uma característica importante na segmentação das ocupações e a persistência, ainda hoje, da segregação racial no mercado de trabalho. A presença dos pretos ou pardos é mais acentuada nas atividades agropecuárias (60,8%), na construção (62,6%) e nos serviços domésticos (65,1%), atividades que possuíam rendimentos inferiores à média em 2018 (IBGE, 2019). Já as atividades de informação, financeiras e outras, juntamente com administração pública, educação, saúde e serviços sociais, cujos rendimentos médios foram superiores à média em 2018, são os agrupamentos de atividades que contavam com a maior participação de pessoas ocupadas de cor ou raça branca (GRÁFICO 15).

GRÁFICO 15 - POPULAÇÃO OCUPADA, POR COR OU RAÇA, SEGUNDO OS GRUPOS DE ATIVIDADE - BRASIL - 2018

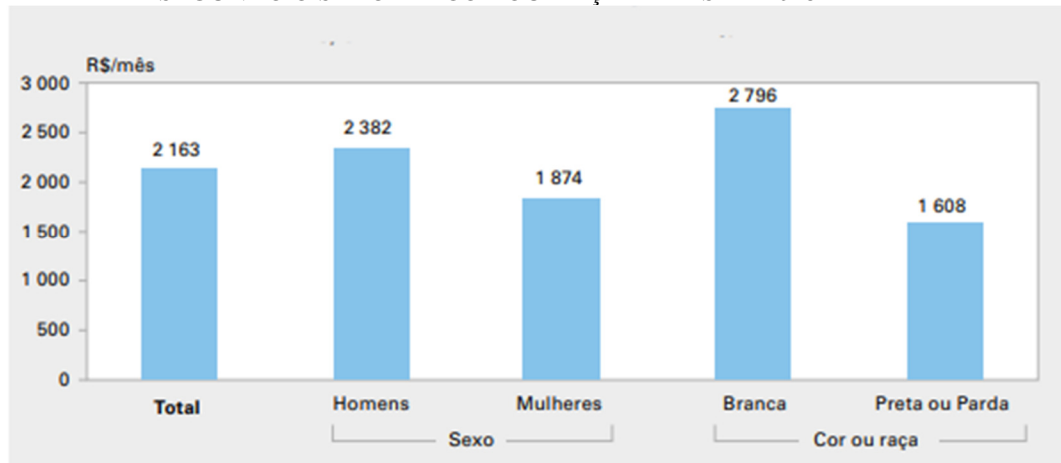


FONTE: IBGE (2019); Produzido por: IBGE.

O rendimento do trabalho, segundo o IBGE (2019), é um importante resultado derivado da inserção do trabalhador no mercado e um dos principais indicadores de qualidade da ocupação. Tal inserção tem estreita relação com a estrutura econômica do Brasil e com a hierarquia social que se revela pelas oportunidades existentes, escolhas individuais, formação escolar, evolução em carreiras específicas, evolução das tecnologias, entre outros fatores. O recorte por cor ou raça, assim como a diferenciação por sexo, é fundamental para o diagnóstico das desigualdades de rendimentos do país. Como pode ser visto, as atividades econômicas de menores rendimentos médios são as que proporcionalmente possuem mais ocupados de cor ou

raça preta ou parda e pessoas do sexo feminino. No balanço geral, em 2018, os brancos ganhavam em média 73,9% mais do que pretos ou pardos e os homens ganhavam, em média, 27,1% mais que as mulheres (GRÁFICO 16).

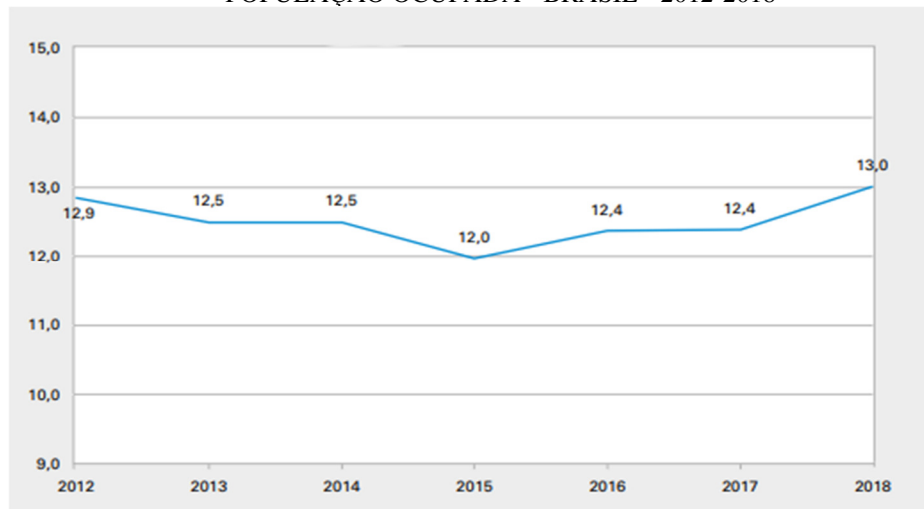
GRÁFICO 16 - RENDIMENTO MÉDIO REAL DO TRABALHO PRINCIPAL DAS PESSOAS OCUPADAS, SEGUNDO O SEXO E A COR OU RAÇA - BRASIL - 2018



FONTE: IBGE (2019); Produzido por: IBGE.

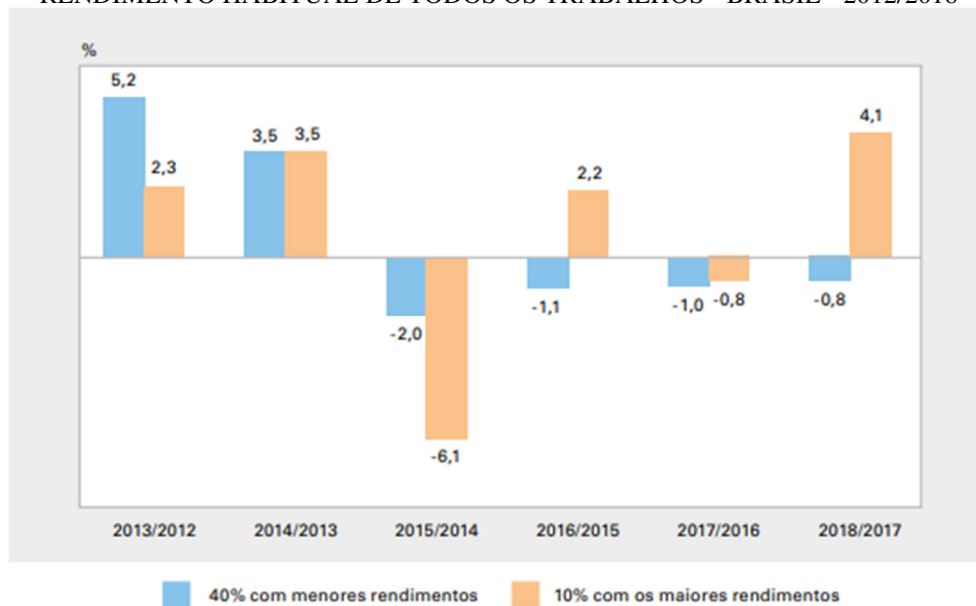
O GRÁFICO 17 evidencia duas tendências distintas na série histórica. Enquanto até 2015 houve redução da desigualdade da renda do trabalho, segundo a razão de rendimentos habituais – 12,0 vezes a mais para os 10% de maior renda, frente os 40% de menor renda – a partir de 2016, observou-se movimento contrário que, embora tenha permanecido estável no ano seguinte, se intensificou no último ano alcançando 13,0 vezes, resultado mais alto da série (IBGE, 2019). Observou-se, portanto, que quando o mercado de trabalho se mostrou aquecido a dispersão dos rendimentos dos ocupados se tornou menor, indicando maior ganho relativo aos trabalhadores de mais baixa renda. Um efeito explicativo pode ser atribuído à valorização do salário-mínimo no período, que, ao conceder ganhos reais não apenas aos trabalhadores que recebem o piso salarial oficial, como também àqueles cujos rendimentos são por ele influenciados, reduz as diferenças de rendimentos apropriados pelos menores décimos da distribuição, relativamente ao topo da distribuição, exatamente o que ocorreu até 2015 (IBGE, 2019).

GRÁFICO 17 - RAZÃO ENTRE OS RENDIMENTOS MÉDIOS DE TODOS OS TRABALHOS DOS 10% COM OS MAIORES RENDIMENTOS E OS 40% COM OS MENORES RENDIMENTOS, SEGUNDO A POPULAÇÃO OCUPADA - BRASIL - 2012-2018



FONTE: IBGE (2019); Produzido por: IBGE.

GRÁFICO 18 - TAXAS DE VARIAÇÃO ANUAIS DOS RENDIMENTOS MÉDIOS, POR CLASSES DE RENDIMENTO HABITUAL DE TODOS OS TRABALHOS - BRASIL - 2012/2018

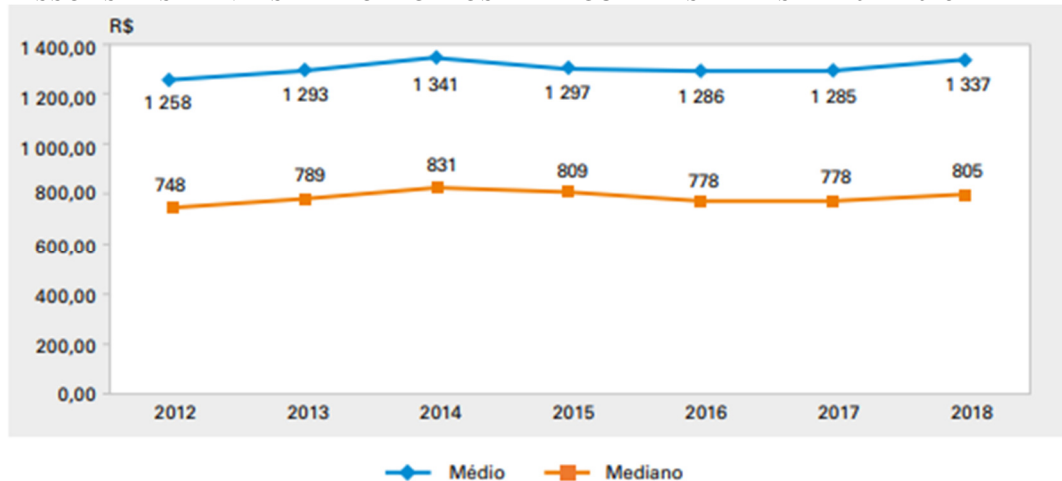


FONTE: IBGE (2019); Produzido por: IBGE.

O dinamismo do mercado de trabalho entre 2012 e 2014 se traduziu em crescimento do rendimento médio do trabalho, tal comportamento foi igualmente verificado em relação ao rendimento domiciliar per capita (GRÁFICO 19). Porém, a partir de 2015, houve queda deste rendimento e somente se recuperou em 2018. Trajetória semelhante se observa para o rendimento domiciliar per capita mediano. Ressalta-se que 57,6% dos rendimentos domiciliares per capita observados em 2018 ainda eram iguais ou inferiores ao valor do salário-mínimo vigente nesse mesmo ano (IBGE, 2019). Isso significa que mais da metade das pessoas

possuíam rendimento domiciliar per capita de até R\$ 954,00. Na proporção de pessoas residentes em domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar per capita inferior a US\$ 5,5 (26,5% das residências brasileiras), a mulher sem cônjuge e com filho(s) até 14 anos representa 56,9% dessas, sendo a mulher preta ou parda 64,4% dessas (IBGE, 2018b).

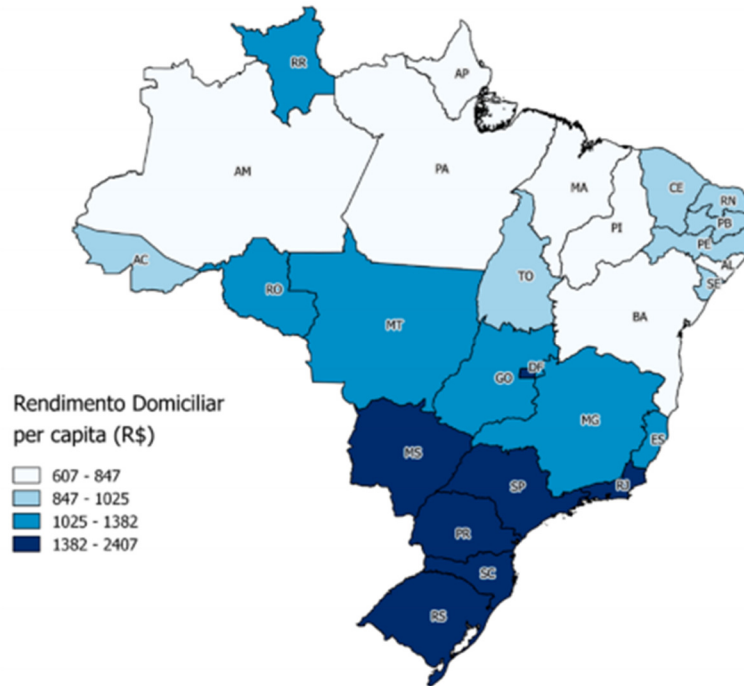
GRÁFICO 19 - RENDIMENTO MENSAL DOMICILIAR PER CAPITA MÉDIO E MEDIANO DAS PESSOAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES - BRASIL - 2012-2018



FONTE (2019): IBGE; Produzido por: IBGE.

O CARTOGRAMA 1 evidencia as diferenças geográficas de acordo com o rendimento domiciliar per capita em 2018. As Unidades da Federação com os maiores rendimentos estavam nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, com destaque para o Distrito Federal, que possuía o maior rendimento médio (R\$ 2.407,00). Por outro lado, os estados com os menores rendimentos estavam todos nas regiões Norte e Nordeste, sendo o menor deles no Maranhão (R\$ 607,00) (IBGE, 2019). O Paraná apresentou a 6ª maior média salarial real habitual das unidades federativas, com uma renda média per capita de R\$ 2.552,00 – crescimento de 0,4% em relação ao quarto trimestre de 2018 (R\$ 2.542) (AEN, 2020). Em 2018, o salário médio mensal em Curitiba era de 4,0 salários-mínimos. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por pessoa, tinha 26,9% da população nessas condições, o que o colocava na posição 366 de 399 dentre as cidades do estado e na posição 5166 de 5570 dentre as cidades do Brasil (IBGE, 2018c).

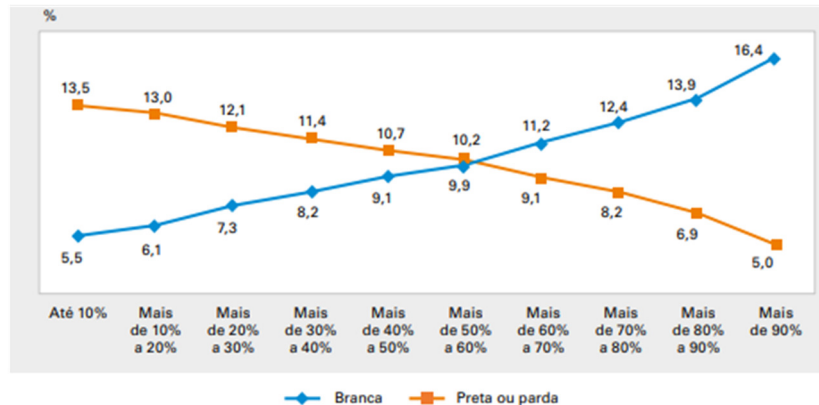
CARTOGRAMA 1 - RENDIMENTO MENSAL DOMICILIAR PER CAPITA DAS PESSOAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO - BRASIL - 2018



FONTE (2019): IBGE; Produzido por: IBGE.

As desigualdades de rendimento são evidentes quando a análise da distribuição do rendimento domiciliar per capita é feita para grupos de cor ou raça da população. Enquanto 16,4% da população branca estava entre os 10% com maiores rendimentos, apenas 5,0 % da população preta ou parda encontrava-se nessa mesma classe de rendimentos em 2018. O inverso acontece entre os 10% com menores rendimentos, que abarcavam 13,5% da população preta ou parda diante de 5,5% da população branca (GRÁFICO 20).

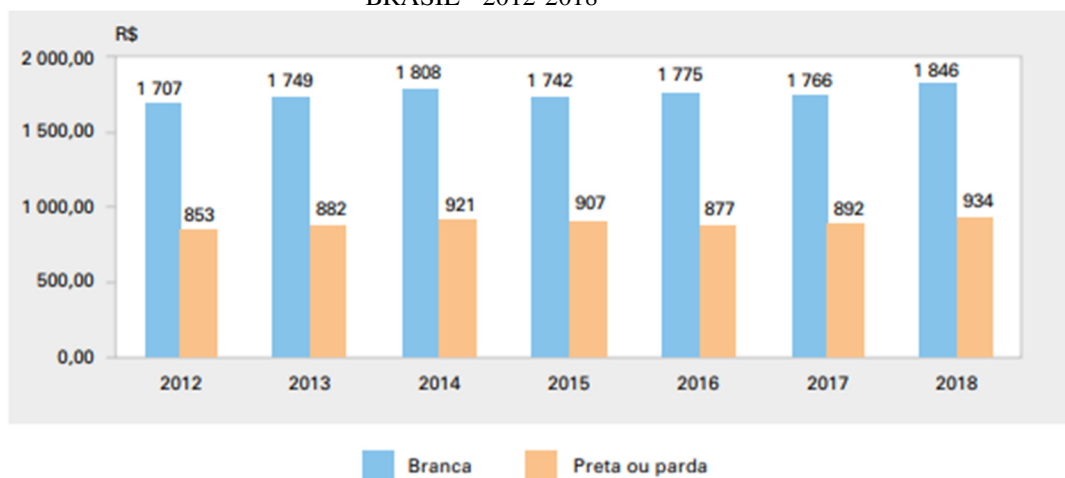
GRÁFICO 20 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE EM DOMICÍLIOS PARTICULARES, POR COR OU RAÇA, SEGUNDO OS DÉCIMOS DE RENDIMENTO MENSAL DOMICILIAR PER CAPITA - BRASIL - 2018



FONTE: IBGE (2019); Produzido por: IBGE.

Ainda sob este enfoque, em 2018, pessoas de cor ou raça preta ou parda tiveram rendimento médio domiciliar per capita de R\$ 934, diante do rendimento médio de R\$ 1 846 das pessoas de cor ou raça branca (IBGE, 2019). Entre 2012 e 2018, houve ligeira redução dessa diferença, explicada por um aumento de 9,5% no rendimento médio de pretos ou pardos, ante um aumento de 8,2% do rendimento médio dos brancos (IBGE, 2019). Porém, tal redução não foi capaz de superar a histórica desigualdade de rendimentos e o rendimento domiciliar per capita médio de pretos ou pardos foi de aproximadamente metade do recebido pelos brancos (GRÁFICO 21).

GRÁFICO 21 - RENDIMENTO MENSAL DOMICILIAR PER CAPITA MÉDIO, POR COR OU RAÇA - BRASIL - 2012-2018



FONTE: IBGE (2019); Produzido por: IBGE.

Para sintetizar tudo o que foi apresentado, o desemprego em 2020 atingiu a maior taxa da série histórica, sendo a desocupação das mulheres maior que a dos homens; taxa de subutilização da força de trabalho corresponde à mais de um quarto da população brasileira, sendo que para quase 20% das mulheres nessa situação, um fato impeditivo é para providenciar um trabalho é a questão de ter que cuidar de afazeres domésticos, de filho ou de outro parente. Desde 2015, há queda do trabalho com vínculo, sendo o aumento das ocupações concentrado no pessoal ocupado sem carteira assinada e por conta própria. O pessoal ocupado conforme os campos de atividades econômicas, tem reduzido continuamente na agropecuária e no grupo composto pela indústria, já no grupo de serviços, que compreende as demais atividades, o crescimento foi contínuo, superando a marca de 70% da população ocupada total. Dentre o grupo dos que trabalham, a proporção de brancos é menor que a de pretos e pardos. A presença dos pretos ou pardos é mais acentuada nas atividades agropecuárias, na construção e nos serviços domésticos, atividades que possuem rendimentos inferiores à média e que também são as que mais concentram pessoas em ocupações informais. As taxas mais elevadas de

informalidade no mercado de trabalho entre as mulheres ocorrem nas atividades de serviços domésticos e na agropecuária, já entre os homens se encontraram em maior proporção também na agropecuária e na construção. O Brasil conta com um elevado número de trabalhadores em serviços domésticos comparado a América Latina, atividade essencialmente constituída de ocupações femininas.

Enquanto até 2015 houve redução da desigualdade da renda do trabalho, a partir de 2016, observou-se movimento contrário, que no último ano analisado (2018) alcançou o resultado mais alto da série. Quase 60% dos rendimentos domiciliares per capita observados em 2018 ainda eram iguais ou inferiores ao valor do salário-mínimo vigente nesse mesmo ano (R\$ 954,00), à título de comparação, o salário-mínimo necessário, calculado pelo DIEESE, referenciado na cesta básica de alimentos, para dezembro de 2018, era de R\$ 3.960,57, 4,15 vezes mais do que o recebido pela maioria da população brasileira. Os domicílios que se encontram abaixo da linha da pobreza correspondem a mais de um quarto das residências brasileiras, sendo que a mulher sem cônjuge e com filho(s) até 14 anos representa 56,9% nessa condição, e a mulher preta ou parda 64,4% dessas. Curitiba segue o observado na média brasileira e possui mais de um quarto dos domicílios com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por pessoa (linha da pobreza). Também ficaram expostas as grandes discrepâncias de rendimentos entre negros e mulheres.

Notou-se que as tendências com relação ao trabalho no Brasil, são as mesmas na América Latina (aumento da informalidade e de concentração nas atividades de serviços), bem como o aumento da população abaixo da linha da pobreza, contudo, taxa de desocupação no Brasil vem em uma média superior a da América Latina desde 2015, sendo único país onde o número de pessoas com renda do trabalho diminuiu. A desigualdade é um traço marcante na sociedade brasileira e na América, contando ainda com grandes disparidades de gênero e raça, porém, o Brasil é o segundo país mais desigual do mundo e apesar de estar entre grandes economias globais, o PIB per capita brasileiro é relativamente baixo se comparado a países com desigualdades pouco menores. A concentração de terra é também um fato destacado na região, entretanto também é verdade que a acumulação de riqueza no mundo tem expandido rapidamente.

Exibidas todas essas diversas informações, a partir de agora, será iniciada a análise teórica e histórica para compreender como se chegou à situação apresentada.

2.2 COMO SE CHEGOU NESTE CENÁRIO? RETOMADA HISTÓRICA

2.2.1 *Formação da classe trabalhadora e industrialização*

Os dados apresentados evidenciam que por mais que durante algum período tenha havido redução das desigualdades sociais no Brasil, ela de fato nunca foi branda e sempre contou com o apoio das disparidades de gênero e raça para existir na sociedade brasileira. Tal constelação de disparidades, por sinal bastante presente em toda a América Latina, não se dá pelo acaso. Há uma série de fatores históricos e políticos que se somam para criar o cenário de concentração de riqueza e rendimentos a níveis muito altos, bem como o nível de ocupação em cada tipo de atividades econômicas. Segue-se então um breve histórico do desenvolvimento do país e da região.

A história econômica da América Latina, na sua forma hoje conhecida, se inicia juntamente com a acumulação mundial de capital, padrões de comércio e modos de produção de 1500 a 1770. André Gunder Frank (1980) destaca que o comércio triangular da Europa, Ásia e América, deu tríplice estímulo à indústria britânica, pois os negros eram negociados com manufaturas britânicas (e orientais); transportados para as plantations, onde produziam açúcar, algodão, anil, melão e outros produtos tropicais, cujo processamento criou novas indústrias na Inglaterra, enquanto a manutenção dos negros e de seus donos proporcionava outro mercado para a indústria britânica, a agricultura da Nova Inglaterra e as indústrias de pesca de *Newfoundland*. O nexos desta divisão internacional do trabalho e os triângulos de comércio inter-relacionados era o comércio europeu, que ficava com a maior parte do lucro desta produção colonial em cada um dos vértices do triângulo. Enfatiza que o intercâmbio comercial, especialmente de produtos, trabalho e metais preciosos coloniais produzidos através de modos de produção que dependiam substancialmente de violência e de força física. A exportação desses produtos e o pagamento, envolvia na maior parte das vezes intercâmbio desigual baseado em valores desiguais, que espoliava os produtores, especialmente nas colônias, e beneficiava os mercadores, na metrópole. Este intercâmbio gerou importante fluxo de capital das colônias produtivas para a metrópole, que acumulou este capital e o canalizou para o próprio desenvolvimento (FRANK, 1980).

Os modos de produção associados a este processo metropolitano e mundial de acumulação de capital diferiram de um conjunto de colônias para outro, de acordo com suas respectivas funções e posições neste estágio de desenvolvimento do sistema capitalista mercantil em escala mundial. Segundo Frank (1980), o participante colonial mais importante, o Novo Mundo, experimentou a transformação mais profunda e abrangente de seus modos de

produção e o maior desenvolvimento de subdesenvolvimento. A África ocupou uma posição intermediária tanto no grau de sua incorporação neste estágio do processo histórico como no grau de transformação do seu modo de produção, e a Ásia, de modo geral, foi a que menos participou e se transformou. Argumenta que nos termos da acumulação de capital em escala mundial, a troca de produtos asiáticos pela prata americana produzida com trabalho forçado implicou um “intercâmbio desigual”, que beneficiava os europeus às custas dos asiáticos (e latinos americanos), uma vez que os europeus não dispunham de produtos próprios para oferecer aos chineses e indianos, autossuficientes e industrialmente mais avançados, assim, a única possibilidade de os europeus expandirem o comércio com o oriente era o pagamento com prata do ocidente (FRANK, 1980).

Ainda, o desenvolvimento de economias de plantation no Novo Mundo, que dependiam de trabalho escravo importado como sua principal força produtiva, introduziu grandes partes da África, no processo histórico do desenvolvimento capitalista mundial, para suprir as economias de exportação, colonizadas e monocultoras, da América com o trabalho que produzia toda essa riqueza para a metrópole, assim, a África também foi convertida em uma economia monocultora de exportação, e nesse caso, o produto era seus próprios habitantes. Deste modo, o desenvolvimento do capitalismo mundial e de metrópole na Europa Ocidental (e depois também da América do Norte) estabeleceu as fundações produtivas e sociais de um processo autossustentado de desenvolvimento do subdesenvolvimento na América Latina e na África. Três séculos de intercâmbio desigual baseado em valores desiguais drenaram enormes volumes de capital da maioria das colônias da América e dos povos colonizados, que a metrópole europeia investiu no desenvolvimento econômico, que no século XIX serviu, por sua vez, para consolidar o subdesenvolvimento da América Latina (FRANK, 1980).

A Revolução Industrial, inicialmente na Grã Bretanha e depois em outros países metropolitanos, envolveu também transformações profundas na economia, na política, sociedade e cultura, contudo, não pode ser entendida destacadamente deste processo de acumulação de capital e expansão de mercados baseados na América. “qualquer que tenha sido a razão do avanço britânico, ele não se deveu à superioridade tecnológica e científica, foi o capital acumulado no comércio com as Índias Ocidentais que financiou James Watt e a máquina a vapor” (HOBSBAWM p. 47, apud, FRANK, p. 97, 1980). A acumulação de capital monetário e comercial criou as condições para a revolução industrial. As mudanças na política econômica metropolitana e na ideologia política para justificá-las, trazem à tona as contradições da divisão internacional do trabalho, que na medida em que os preços do mercado mundial subestimam as exportações dos produtores de matérias primas coloniais e superestimam as exportações

metropolitanas, acontece, então, um intercâmbio desigual. Estas mudanças estão relacionadas à transformação imperialista e capitalista-monopolista da economia metropolitana e sua crescente suplementação do comércio internacional pelo investimento estrangeiro, ao desenvolvimento de suas colônias de povoamento de além-mar e a transformação dos modos de produção – o modo de produzir subdesenvolvimento – na Ásia, África e América Latina, sem o que o desenvolvimento capitalista mundial não teria ocorrido como o fez (FRANK, 1980). Por sua vez, Ruy Mauro Marini (1990, s. p.), destaca que:

A revolução industrial, (...) corresponde na América Latina à independência política que, conquistada nas primeiras décadas do século 19, fará surgir, com base na estrutura demográfica e administrativa construída durante a Colônia, um conjunto de países que passam a girar em torno da Inglaterra. Os fluxos de mercadorias e, posteriormente, de capitais têm nestes seu ponto de entroncamento: ignorando uns aos outros, os novos países se articulam diretamente com a metrópole inglesa e, em função dos requerimentos desta, começarão a produzir e a exportar bens primários, em troca de manufaturas de consumo e — quando a exportação supera as importações — de dívidas.

Exposto esse primeiro momento em que impulsionada pela expansão comercial que caracteriza a acumulação primitiva na Europa, período que durou mais de 300 anos, a América Latina passou a ser cobiçada pela burguesia mercantil e pelos Estados nacionais recém constituídos no velho continente, passa-se em então a formação da classe trabalhadora no novo continente. Diversificar as atividades produtivas e constituir o mercado interno são fatores condicionantes para a implementação do trabalho assalariado na América Latina, modalidade de emprego estabelecida apenas ao longo do século XIX, em um momento caracterizado pela expansão do capitalismo industrial (especialmente o inglês), que passou a exigir a ampliação do mercado consumidor e a introdução do trabalho assalariado no mundo colonial. Segundo Ricardo Antunes (2011, p. 18):

Como resultado do surto urbano-industrial do século XIX - que substituiu o latifúndio pastoril, subordinado ao capital estrangeiro, que até então predominava na América Latina - e o conseqüente trânsito das sociedades rurais para essa nova realidade, começaram a surgir em diversos países latino-americanos os primeiros contingentes de trabalhadores assalariados, vinculados tanto às atividades agrário-exportadoras (caso da produção cafeeira no Brasil) como às atividades manufatureiras e industriais. Na Argentina e no Uruguai, países exportadores de carnes e derivados, os trabalhadores encontravam ocupação nos frigoríficos, a principal fonte de atividade produtiva. (...) Quanto mais as economias agrário-exportadoras, próprias do mundo mercantil, desenvolviam atividades relacionadas ao universo capitalista, mais necessidades sentiam de incrementar seus empreendimentos industriais.

Junto com os impulsos ocasionados pela demanda interna e as necessidades de acumulação da burguesia que se desenvolvia, a Primeira Guerra Mundial possibilitou um avanço importante no processo de industrialização, o que fez com que um forte fluxo migratório de trabalhadores europeus viesse para América Latina (principalmente para o Brasil, a

Argentina e o Uruguai) em busca de trabalho. Assim, com esse marco histórico e estrutural, que se inicia na segunda metade do século XIX, é que começou a se formar a classe trabalhadora latino-americana, centrada principalmente nos centros exploradores de salitre, cobre, prata, carvão, gás e petróleo, na indústria têxtil, nos serviços portuários e ferroviários, na construção civil e em pequenos estabelecimentos fabris (ANTUNES, 2011). É importante destacar nesse processo, que as experiências de trabalho artesanal e manufatureiro foram distintas daquelas vivenciadas na Europa porque a América não conheceu a vigência do sistema feudal, isto é, o trânsito entre sistemas foi aqui muito mais rápido, pois em vários países saltou-se quase que diretamente do trabalho rural, da escravidão africana ou indígena, para novas formas de trabalho assalariado industrial (ANTUNES, 2011).

Este período do fim do século XIX e início do XX também é marcado pelo fim da hegemonia britânica. A parte da Grã-Bretanha na produção industrial mundial cai de 32% em 1870 para 14% na véspera da-Primeira Grande Guerra e para 9% na véspera da crise de 1930; ao passo que a parte dos Estados Unidos passa de 23% para 38% e 42%. A Grã-Bretanha representava um quarto das trocas mundiais em 1880, um sexto em 1913, e somente um oitavo em 1948 (BEAUD, 1987, p. 206). Ainda, as rivalidades, concorrência, atritos, enfrentamentos, interesses industriais e financeiros, mas também ímpetos patrióticos, mesmo não sendo a única causa, levam a expansão imperialista³ dos capitalismo nacionais no fim do século XIX e no início do século XX, que está fundamentalmente na origem da "Grande Guerra" de 1914-1918. Para Beaud (1987, p. 237):

O imperialismo é o funcionamento e o desenvolvimento de um capitalismo nacional em escala mundial: extorsão do valor produzido por ocasião da produção, a realização do valor produzido por ocasião da venda das mercadorias, a exploração econômica, sob a forma de capitais novos, dos lucros anteriormente realizados, já não são pensados e organizados principalmente em escala local/nacional, mas sim de imediato em escala nacional/mundial. Esta nova atitude é fruto de entidades capitalistas de grande porte: oligopólios, assumindo diversas formas, grandes empresas, trustes, grupos; ela repousa cada vez mais na aliança, por vezes interpenetração, do capital industrial e do capital bancário, no capital financeiro; ela é promovida por frações da burguesia que, ultrapassando os horizontes locais/nacionais, empreendem e impulsionam em escala nacional/mundial, e que, nessa dinâmica, obtêm o apoio do Estado, de sua diplomacia, de sua frota e de suas armas.

³ “A boa consciência civilizada ou religiosa abençoa; o racismo e a certeza da superioridade suprimem os últimos escrúpulos; os interesses impelem; o misticismo do sol e dos grandes espaços por vezes animam; as armas modernas dão a coragem necessária. E, britânicas, francesas, alemãs, mas também belgas e holandesas, são as expedições coloniais; quando necessário, os massacres de homens ou de populações: o saqueamento. (...) Em menor escala e de uma outra maneira, a Rússia, de um lado, os Estados Unidos, do outro, participam nesse movimento”. Beaud, 1987, 237.

É importante destacar que na América Latina, em geral, quando se fala de industrialização se fala de substituição de importações, em sua primeira etapa, na substituição dos bens manufaturados estrangeiros pelos nacionais, e foi justamente nos momentos em que a economia mundial teve que se rearticular - seja em função da guerra europeia entre 1914 e 1918, seja em função da crise econômica, principalmente a de 1929 - que foram suscitadas circunstâncias favoráveis para a intensificação de tal processo (BAMBIRRA, 2013). As transformações modernizadoras que possibilitaram a industrialização, se manifestam, em primeiro lugar na **organização social da produção**, na medida em que se generalizam as relações capitalistas de produção nos setores-chave das economias, o que acaba por restringir as áreas da economia de subsistência e de autoconsumo e gera um potencial disponível de mão de obra para ser proletarizada no setor exportador.

A proletarização expressa o processo de penetração do capitalismo no campo, tal como ocorreu na Europa durante o período de acumulação originária. Restringir as possibilidades de subsistência do trabalho artesanal no campo e da produção vinculada à economia de autoconsumo, faz com que os camponeses, ao se transformarem em proletários, tenham que vender sua força de trabalho para adquirir no mercado tudo aquilo que necessitavam ou que objetivamente poderiam necessitar: alimentos, cigarros, roupas, móveis etc., portanto, coloca-se assim a necessidade de produtos industriais. Em segundo lugar, as transformações modernizadoras se manifestam, **no âmbito das forças produtivas, nas mudanças tecnológicas**, o que se dá através da introdução novos instrumentos de produção e de transporte, aumentando sua capacidade de capitalização, o que tem como resultado o crescimento da capacidade produtiva do setor exportador ao aumentar seu dinamismo e criar à expansão dos setores complementares ao setor exportador (BAMBIRRA, 2013).

Embora com esse processo surjam novas classes, como um proletariado crescente e classes médias, e se gerem gradualmente as condições para que se origine a burguesia industrial, segundo Vânia Bambirra (2013, p. 69) “o poder das oligarquias latifundiárias, mineradoras, comerciantes e exportadoras não é esmagado, mas sim redefinido”. E ainda, na medida em que a indústria se desenvolve, consolida as bases para um processo mais amplo de acumulação capitalista e se amplifica para atender a demanda criada na classe operária, nas classes médias (burocratas, profissionais liberais, empregados em serviços etc.), no campesinato e nos setores industriais diretamente complementares à economia exportadora, isto é, tende a se expandir acentuadamente para satisfazer novas necessidades geradas pela própria dinâmica que lhe dá origem e impulso (BAMBIRRA, 2013).

As duas guerras mundiais trouxeram a possibilidade de formação de divisas, que se acentuam devido à expansão das exportações de alguns produtos, especialmente de matérias primas latino-americanas para os países beligerantes. Vânia Bambirra (2013) explicará que a condição para que essas conjunturas internacionais pudessem ser aproveitadas estava dada por dois fatores fundamentais existentes nessas sociedades: a) um mercado nacional já estruturado; b) um setor industrial cujo processo produtivo estava organizado com base em relações capitalistas. Assim, a autora define uma classificação para os países da América Latina que já haviam começado seu processo de industrialização (ainda que de forma precária) antes das guerras, os países do tipo A, e aqueles em que só contavam com uma estrutura econômica primário exportadora nesse período, países do tipo B. É partindo desse fato histórico básico, constatável empiricamente, que se pode distinguir tipos diversos de estruturas no contexto de uma situação global de dependência:

Os países que já tinham começado a industrialização antes do pós-guerra são: Argentina, México, Brasil, Chile, Uruguai e Colômbia. Desses países, a Argentina e o México, desde o fim do século XIX, já tinham um significativo setor industrial. (...) Em todos esses países, a industrialização receberá um novo impulso com a Primeira Guerra Mundial. (...) Esses seis países correspondem ao tipo que chamamos de *países com início antigo de industrialização* (tipo A). (...) os países que começaram a industrialização a partir do pós-guerra serão chamados de *países cuja industrialização foi produto da integração monopólica* (tipo B). Estes são: Peru, Venezuela, Equador, Costa Rica, Guatemala, Bolívia, El Salvador, Panamá, Nicarágua, Honduras, República Dominicana e Cuba. (BAMBIRRA, 2013, p. 57, 58 e 60)

É a partir do pós guerra de 1945 que se faz culminar o processo de monopolização, centralização e concentração da produção por parte das empresas multinacionais, onde os EUA conseguiu tirar vantagem de forma inquestionável do processo de nova partilha mundial das áreas dominadas, através de sua participação decisiva na guerra de 1939 a 1945, do bloqueio do avanço do campo socialista e do estabelecimento do Plano Marshall de reconstrução europeia, afirmando-se assim como centro hegemônico do sistema imperialista. A partir de então as condições da dominação imperialista sobre os países dependentes mudam profundamente, e o próprio caráter do capitalismo dependente é redefinido de modo essencial, pois, a partir do pós-guerra, juntamente com a desnacionalização da propriedade dos meios de produção, verifica-se a desnacionalização da própria burguesia (BAMBIRRA, 2013).

Logo em seguida, a América Latina entra, então, no ciclo das ditaduras militares, tuteladas pelo imperialismo norte-americano. Brasil, Chile, Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia e Peru permaneceram durante longo tempo na lista de países atingidos por esse tipo de governo, que segundo Antunes (2011, p. 25), teve desde logo um duplo significado: “por um lado, reprimiu fortemente os distintos movimentos operários dos respectivos países e, por outro,

abriu caminho para a estrada da internacionalização e da ampliação do imperialismo norte-americano no continente”. Tal autor afirma que:

No Brasil, o golpe foi desencadeado em 1964, momento em que se desenvolveu um projeto capitalista dependente e subordinado, controlado por um Estado autocrático-burguês fortemente repressivo e ditatorial que reprimiu de maneira dura o movimento operário, desenvolvido durante os anos anteriores. O rebaixamento crescente dos salários dos trabalhadores possibilitou níveis de acumulação que atraíram o capital monopolista. Desse modo, a expansão capitalista industrial no Brasil intensificou sua tendência - presente, aliás, em toda a América Latina - de estruturar-se com base em um processo de superexploração do trabalho, articulando salários degradados, jornadas de trabalho extenuantes e extrema intensidade nos ritmos e tempos do trabalho, dentro de um padrão industrial significativo para um país subordinado. (ANTUNES, 2011, p. 32).

Com as forças sindicais entevadas, lideranças exterminadas, repressão brutal aos trabalhadores e aos militantes da esquerda e do movimento operário, tem-se um excelente cenário para a primeira experiência mais profunda de implementação das políticas neoliberais no mundo. A partir de trabalhos produzidos por economistas formados na Universidade de Chicago, sob influência de Milton Friedman, o Chile adotou as premissas do neoliberalismo e desencadeou um amplo processo de privatização dos bens estatais, de abertura comercial e de flexibilização das leis trabalhistas e sociais. Contudo, o Ricardo Antunes faz um destaque importante:

Se as ditaduras militares e os governos civis e conservadores dos anos 1970 foram fortemente privatistas e voltados para a expansão capitalista, alguns casos como o Chile e a Argentina, foram antecipadamente neoliberais em suas políticas econômicas, Em outros casos, como no Brasil, esse processo teve acentuado sentido industrializante, o que acarretou uma significativa ampliação da classe trabalhadora, responsável pelo ressurgimento do que, na época, foi denominado de *novo sindicalismo*, que teve como principal liderança o então metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva. (ANTUNES, 2011, p 38)

Porém, é especialmente a partir da década de 1980 que a América Latina começa a sentir os efeitos negativos do neoliberalismo e das tendências essencialmente regressivas da reestruturação produtiva imposta pelo capital, com todo seu corolário ideológico e político. Esse duplo processo, desenvolvido em escala mundial a partir dos anos 1970, forçou uma redefinição dos latino-americanos frente à nova divisão internacional do trabalho, em uma fase em que o capital financeiro começava a ampliar sua hegemonia no mundo do capital (ANTUNES, 2011).

2.2.2 Neoliberalismo

A globalização das finanças⁴ viabilizada pelas políticas liberais de desregulação dos mercados, iniciada pelos EUA e pela Inglaterra e alavancada pelo sistema de taxas cambiais flutuantes, sendo importante destacar que a globalização é um fato, mas só é global do ponto de vista das finanças que passaram a operar num espaço mundial hierarquizado a partir do sistema financeiro norte americano e viabilizado pela política econômica de estado hegemônico imitada, pelos demais países industrializados. Assim, as consequências de tais medidas são: na década de 80 os governos passaram a financiar seus déficits colocando seus títulos da dívida pública nos mercados financeiros globais, transformando-se em reféns dos credores, junto com liberalização dos mercados de ações (FIORI, 1998).

A fusão entre o neoliberalismo e reestruturação produtiva, dentro de um universo conduzido pelo capitalismo financeiro, gerou profundas transformações no mundo do trabalho. Informalidade, flexibilização e terceirização passam a ser imperativos empresariais. Na década de 1990 o Brasil iniciou sua reestruturação produtiva, a financeirização da economia e a livre circulação de capitais, as privatizações do setor produtivo estatal, a flexibilização da legislação trabalhistas, em suma, consolidou-se a pressão para uma nova inserção do país na nova divisão internacional do trabalho sob hegemonia neoliberal e financeira. As práticas de desregulamentação, flexibilização, privatização, desindustrialização se ampliaram, assim como a informalidade, a terceirização, o subemprego e o desemprego. Ainda, a mundialização do capital tem permitido ao capitalismo tornar global a produção das multinacionais, fazendo cadeia de produção em diferentes países, criando um exército mundial de reserva e, desta maneira, fragmentando também a classe trabalhadora que não pode responder com uma organização a nível mundial (ANTUNES, 2018).

A política neoliberal traz consigo uma palavra, que em 2010 o dicionário Merriam-Webster's, um dos mais importantes da língua inglesa, elegeu como a palavra do ano com base no número de pesquisas que a palavra gerou na internet, a austeridade (ROSSI; DWECK; ARANTES, 2018). A austeridade é a política que busca, por meio de um ajuste fiscal, preferencialmente por cortes de gastos, ajustar a economia e promover o crescimento, tal ajuste

⁴ O estoque de ativos financeiros no mundo foi da ordem de US\$ 12 trilhões em 1980, aumentando para US\$ 96 trilhões em 1999, e totalizando US\$ 209 trilhões em 2010; já o PIB mundial, que era de US\$ 11,8 trilhões em 1980, passou para US\$ 55,9 trilhões em 2010. O crescimento deste volume financeiro pode ser entendido a partir das mudanças históricas vividas pelo capitalismo ao longo das últimas décadas, servindo para “revitalizar”, mesmo que contraditoriamente, a taxa de lucro capitalista. <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-capital-financeiro-e-a-economia-brasileira/4/31662>

teria efeitos positivos sobre o crescimento econômico ao melhorar a confiança dos agentes, pois se demonstraria responsabilidade, assim a austeridade teria, portanto, a capacidade de reequilibrar a economia, reduzir a dívida pública e retomar o crescimento econômico. No plano da teoria econômica, esse efeito decorre do pressuposto de que o setor público e o setor privado disputam recursos, ou poupança, e que uma redução do gasto público abre espaço para o investimento privado, dada a suposta a maior eficiência do gasto privado, assim a contração do gasto público gera um aumento ainda maior do gasto privado (ROSSI; DWECK e ARANTES, 2018).

Entretanto, é uma falácia pensar o governo independente do resto da economia. Contabilmente, o gasto público é receita do setor privado, assim como a dívida pública é ativo privado e o déficit público é superávit do setor privado. Quando o governo contrai o seu gasto, milhões de pessoas passam a receber menos, o que tem impactos negativos na renda privada. Rossi, Dweck e Arantes (2018) apresentam diversos estudos internacionais que mostram evidências de que os países europeus que mais aplicaram a austeridade foram os que menos cresceram e que a confiança não é a causa, mas acompanha o desempenho econômico e que austeridade não aumenta, mas diminui a confiança ao gerar recessão. A austeridade, portanto, não tem amparo na teoria econômica, ela é uma ideia equivocada do ponto de vista social e contraproducente do ponto de vista do crescimento econômico e do equilíbrio fiscal, que juntamente com a liberalização dos mercados e as privatizações, formam os três pilares centrais do neoliberalismo. Mas a austeridade não é irracional, tampouco estritamente errada, essa nada mais é do que a imposição dos interesses de classe dos capitalistas:

Trata-se de uma política de classe ou uma resposta dos governos às demandas do mercado e das elites econômicas à custa de direitos sociais da população e dos acordos democráticos. Os capitalistas, por sua vez, se beneficiam das políticas de austeridade em três frentes: i) ao gerar recessão e desemprego, reduzem-se pressões salariais e aumenta-se a lucratividade. ii) o corte de gastos e a redução das obrigações sociais abre espaço para futuro cortes de impostos das empresas e das elites econômicas. iii) a redução da quantidade e da qualidade dos serviços públicos aumenta a demanda de parte da população por serviços privados em setores como educação e saúde, o que aumenta os espaços de acumulação de lucro privado. (ROSSI; DWECK e ARANTES, 2018, p. 27)

O neoliberalismo é uma doutrina que promete a liberdade de escolha, mas é vendida sempre sob o slogan de falta de alternativas⁵ (CARVALHO, 2018). E assim, justamente baixo um discurso de que não havia qualquer outra saída para o Brasil além da austeridade, que a

⁵ TINA - acrônimo do inglês para *there is no alternative*, slogan político cuja criação é normalmente atribuída a Margaret Thatcher, quando esta era primeira-ministra do Reino Unido, utilizado no sentido de que não há alternativa às leis do mercado, ao capitalismo, ao neoliberalismo e a globalização.

partir de 2015 o governo promoveu o maior contingenciamento na autorização orçamentária, desde o início da Lei de Responsabilidade Fiscal. Entre 2004 e 2015, houve um aumento constante da participação dos salários no PIB, o que significa uma melhora na distribuição funcional da renda em favor dos salários em detrimento das demais rendas, em especial, as do capital, houve também uma importante redistribuição do rendimento secundário associada aos gastos sociais, tanto ao nível do rendimento disponível quanto pelo efeito indireto do acesso aos serviços sociais (DWECK; SILVEIRA; ROSSI, 2018). Esta última medida é particularmente importante para o cenário de desigualdades brasileiro, porque ajuda a compensar o sistema tributário, que devido sua lógica regressiva, tem peso muito maior para os mais pobres:

Em linhas gerais, podemos resumir o impacto distributivo da política fiscal no Brasil como uma política que de um lado concentra (tributário) e outro que distribui (o gasto); ou seja, que o sistema tributário não contribui para redução da desigualdade, pois todo ganho de distribuição com a arrecadação direta, é perdido pela arrecadação indireta e que todo o efeito distributivo ocorre pelos gastos públicos: transferências e pelos serviços públicos. (DWECK; SILVEIRA; ROSSI, 2018, p. 41)

Apesar disso, recentemente houve uma tentativa de desqualificar o papel redistributivo da política fiscal. Um estudo do Banco Mundial⁶ (2017), bem como outro do Ministério da Fazenda (2017), levantaram essa questão de forma a justificar uma redução do papel do Estado na economia brasileira (DWECK; SILVEIRA; ROSSI, 2018). Assim, aquele Estado, potencial garantidor das demandas dessa mesma sociedade por mais proteção social, melhores serviços e maior igualdade de tratamento, torna-se um inimigo. Não só no discurso, mas também na prática, pois a tal doutrina econômica encarrega-se de mantê-lo sob controle das oligarquias, logo, a crise econômica brasileira também se mostrou uma oportunidade para bloquear agendas democráticas crescentes - das mulheres, dos movimentos sociais, das minorias e da juventude - e viabilizar uma agenda ideológica de redução do tamanho do Estado, por isso, Laura Carvalho (2018, p. 109) destaca:

(...) o Ponte para o Futuro⁷ em 2015 já soava como uma um túnel para o passado. As propostas partiam do diagnóstico de que o ajuste fiscal conjuntural era insuficiente, pois os direitos adquiridos pela sociedade brasileira no período de redemocratização já não caberiam no Orçamento Público. Em vez de imaginar estratégias para sanar os problemas fiscais pela via do crescimento econômico, da preservação de empregos e da redução da conta de juros, o programa do PMDB, que, como se verá, foi seguido à risca, começava com a flexibilização de leis trabalhistas, o fim da obrigatoriedade de

⁶ Estudo do Banco Mundial analisa qualidade dos gastos públicos no Brasil - disponível em: <https://news.un.org/pt/audio/2017/11/1601402>

⁷ Nome do programa apresentado pelo Governo Federal.

gastos com saúde e educação e a desindexação de benefícios previdenciários ao salário-mínimo.

Interessante destacar que no mesmo sentido, os estudos do Banco Mundial e do Ministério da Fazenda, concluíram que os gastos com previdência e pensões no Brasil reproduz a elevada desigualdade observada na distribuição de renda, sem destacar que se faz necessário apontar onde se situam os benefícios que são regressivos ou pouco progressivos frente à experiência internacional, pois, como ressaltam Dweck, Silveira e Rossi (2018, p. 41 e 42):

Não há dúvida que os segurados especiais, os beneficiários por aposentadorias por idade e os idosos com BPC fazem com que nosso sistema de caráter contributivo alcance a quase universalização, apresentando perfil altamente progressivo. Por outro lado, os benefícios ligados aos RPPSs e as aposentadorias por tempo de contribuição, bem como a possibilidade de acúmulo de benefícios de diferentes sistemas - para além dos que ganham salário-mínimo daquelas carreiras (profissionais da saúde e professores do ensino fundamental e médio) - apresentam perfil regressivo.

Assim, mediante a diversos tipos de pressões, em 2016 foi aprovada a Emenda Constitucional 95/2016 (EC 95 - teto dos gastos), que instituiu regras para as despesas primárias do Governo Federal com duração para vinte anos, sendo importante destacar que nenhum país do mundo estabeleceu uma regra para gasto público como essa, que em síntese, institui uma austeridade permanente. O não crescimento real das despesas totais do Governo Federal resultará em uma redução do gasto público relativamente ao PIB e per capita (devido ao crescimento da população ao longo dos anos). Se o PIB brasileiro crescer nos próximos vinte anos no ritmo dos anos 1980 e 1990, a EC do teto de gastos, se mantida, levará o país de um percentual de gastos públicos em relação ao PIB da ordem de 40% para 25%, patamar semelhante ao verificado em Burkina Faso ou no Afeganistão (CARVALHO, 2018).

Importante destacar que só existe possibilidade de cortar o montante dos gastos necessários para o cumprimento da EC 95, em torno de 25% dos gastos atuais como aponta o Banco Mundial (2017), se houver uma combinação das seguintes medidas: 1) Reforma na Previdência com impactos imediatos; 2) Reforma nos Benefícios de Prestação Continuada; 3) Fim de novos aumentos reais do salário-mínimo; 4) Redução do número de famílias contempladas com o Bolsa Família; 5) Reforma do abono salarial e do seguro desemprego; 6) Redução dos Subsídios Agrícolas e Industriais; 7) Redução dos Investimentos Públicos; 8) Redução dos gastos de Saúde e Educação em relação aos atuais mínimos constitucionais; 9) Revisão de diversas leis e atos normativos de repasse a estados e municípios; 10) Redução das políticas finalísticas de todos os demais ministérios; 11) Fim da reposição da inflação nos salários dos servidores públicos e, possivelmente, reforma da previdência dos servidores (DWECK; SILVEIRA; ROSSI, 2018).

Deste modo, para se ter uma elucidação com relação ao impacto que tal emenda constitucional ocasiona, no que tange as mulheres, segue o trabalho de Teixeira (2018, p. 285):

(...) dados de previsão orçamentária para 2018 indicam os programas com maior impacto, na comparação com 2014 medidos em valores reais: políticas de enfrentamento à violência (-83,0%); promoção da igualdade racial (-71,3%); promoção dos direitos a juventude (-95,6%); promoção e defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes (- 83,2%); promoção e defesa dos direitos humanos (-47,4%); reforma agrária e governança fundiária (-86,5%); segurança alimentar e nutricional (-97,7%); programa bolsa família (-16,0%). Em 2014 a verba destinada as políticas para as mulheres com objetivo de promover a autonomia e combate à violência chegava a R\$ 147 milhões e caiu para R\$ 24 milhões em 2018, queda de 83% no orçamento. De acordo com o INESC, entre 2014 e 2017, em torno de 164 serviços especializados, como abrigos, centros de atendimento, delegacias e varas, foram fechados em todo o país.

Consegue-se entender então, o porquê de um país com tamanha riqueza natural e uma das maiores economias do mundo, apresentar indicadores sociais que tornam claro o fato de que uma das principais características da sociedade brasileira é a desigualdade social que se manifesta em múltiplas faces, pois, além da desigualdade de renda, há uma concentração ainda maior da riqueza e uma enorme desigualdade no acesso e na qualidade de serviços sociais básicos, no desenvolvimento regional e um grande abismo nos indicadores quando analisados com cortes de gênero e raça. Assim, a próxima seção tratará de forma ainda mais específica as condicionantes da América Latina (e consequentemente do Brasil) na estrutura do capitalismo mundial, bem como seu traço mais marcante e nefasto: a superexploração do trabalho.

2.3 TEORIA DA DEPENDÊNCIA

2.3.1 *Industrialização e as possibilidades estruturais*

Na seção anterior foi apresentado os fatores que possibilitaram a formação de diferentes tipos de estrutura dependente, seguindo a explicação dada por Vania Bambirra, que criou as tipologias A e B para classificar as diferentes configurações pela qual passaram os países da América Latina no seu processo de industrialização, conformando então, a compreensão de que a dependência econômica engendra os parâmetros das possibilidades estruturais. Explicar a formação da indústria em uma determinada localização se faz necessário pois:

desde a primeira Revolução Industrial, o sentido do desenvolvimento de qualquer sociedade passou a ser dado pela indústria manufatureira. Porque a indústria é a base econômica de um sistema social novo, o capitalismo, que por sua força e dinamismo tinha as condições de se impor, subjugar e liquidar os demais sistemas. E isso devido à grande capacidade que a revolução das forças produtivas engendrava, gerando formas superiores de domínio da natureza, de relação entre as classes e entre os indivíduos. (...) E também no caso dos países em que sua importância relativa não é

ainda preponderante, a mera existência de um processo de industrialização em marcha - seja no nível nacional ou internacional - traz como consequência a subjugação dos demais setores à indústria e tende a se transformar no centro da dinâmica do desenvolvimento econômico e social. Isso se pode constatar a partir da alteração da base morfológica e ecológica da sociedade, passando pela geração de novas necessidades, até a desagregação das formas econômicas e sociais anteriores e o surgimento de novas classes por ela gerado, o que provoca variações no eixo das contradições e nos conflitos da sociedade. (BAMBIRRA, 2013, p. 61 e 62)

A industrialização que se iniciou na Argentina, no México, no Brasil, no Chile e no Uruguai (ainda que fraca se comparada a países do capitalismo central) a partir do final do século XIX se realiza dentro do contexto do sistema capitalista mundial, no qual esses países têm a função produtiva já definida como exportadores de produtos primários e, em cada um deles, o setor econômico fundamental é o setor exportador (BAMBIRRA, 2013). Neste setor e naqueles que lhe são complementares se encontram as classes oligárquicas⁸ dominantes, compostas pelos latifundiários, proprietários das minas, comerciantes e financistas, que controlam e manipulam o poder econômico e político da sociedade em função de seus interesses e através do aparelho estatal⁹, sendo um fato, por exemplo, que o capitalismo industrial postergou o enfrentamento e a resolução do problema agrário, que embora fosse importante do ponto de vista dos interesses gerais do desenvolvimento capitalista, a realização de uma reforma agrária que liquidasse o monopólio da terra pelas oligarquias latifundiárias¹⁰ e abrisse passagem para expansão do mercado interno não se realizou na maioria dos países. É neste sentido que Bamberra (2013, p.92) destaca:

É necessário compreender que, ainda que a burguesia industrial alcance a hegemonia econômico-social sobre todo o processo de desenvolvimento que ocorre a partir de sua “revolução burguesa”, trata-se de uma *hegemonia comprometida*. E é esta hegemonia burguesa comprometida que define o caráter e o modo de funcionamento do capitalismo dependente nesses países da América Latina, e define também suas possibilidades e limites. (...) O compromisso com os interesses de várias classes e setores é, portanto, a condição para que a hegemonia burguesa industrial se torne efetiva.

Estão dadas as condições que tornaram efetivo o processo histórico-social da industrialização e o consequente nascimento da classe trabalhadora, com as devidas

⁸“por oligarquia entendemos todos os setores das classes dominantes vinculados direta e indiretamente ao setor primário exportador, além dos latifundiários que produzem para o mercado interno ou que detenham a propriedade da terra sem torná-la majoritariamente produtiva -, mas também porque, em grande medida, o surgimento dos empresários industriais é produto da simbiose de setores da oligarquia (latifundiária, mineradora ou comercial exportadora) com setores industriais” (BAMBIRRA, 2013, p. 80)

⁹ E o fazem até hoje, vide a relevância da bancada ruralista no Congresso Federal do Brasil, por exemplo. <https://deolhonosruralistas.com.br/2019/03/22/nova-frente-parlamentar-da-agropecuaria-reune-257-deputados-e-senadores-com-25-psl-de-bolsonaro-so-fica-atras-de-pp-e-psd/>

¹⁰ O México representa o único caso em que o poder oligárquico-latifundiário foi realmente afetado devido à reforma agrária. (BAMBIRRA, 2013, p. 92)

determinações dos interesses objetivos das classes sociais que o impulsionaram, agora, cabe analisar seu desenvolvimento e seus limites, bem como as contradições geradas. Uma delas é que nesse contexto de transição do mundo capitalista agrário-exportador para o urbano-industrial que se percebe a intensificação da ação do Estado, que procurava criar organismos sindicais oficiais a fim de barrar as lutas sociais autônomas desencadeadas pelas correntes revolucionárias do movimento operário, pois em meados do século XIX, a América Latina era um campo tomado por lutas provenientes das forças sociais do trabalho. Desde aquele período, o movimento operário latino-americano briga pela conquista de uma legislação social que garanta seus direitos, sendo a expressão disso o peronismo na Argentina, o getulismo no Brasil e o cardenismo no México, dentre outros exemplos marcantes, que foram fenômenos políticos inseridos na expansão industrial que começava a se desenvolver no continente (ANTUNES, 2011). Sobre essa temática, Vânia Bambirra (2013, p. 94 e 95) considera que:

Todas as conquistas do proletariado - como a criação de uma legislação do trabalho e, em especial, a legislação sindical (...) - representavam concessões dentro do jogo da política democrática burguesa e eram, nesses casos, condições necessárias dentro do processo de modernização que o desenvolvimento capitalista requer. Além disso, grande parte dessas concessões serviam para manter o controle do aparelho burguês sobre a classe operária. (...) no plano político sua expressão foi o populismo, ou seja, a concepção ideológico-doutrinária que consistia em apresentar os interesses burgueses industriais misturados com os interesses de toda a nação e de todo o povo, e identificá-los com um líder popular, como se fossem interesses supra-classes e, ao mesmo tempo, de todas as classes. E através desse ecletismo se conclamava à unidade nacional, isto é, a unidade de interesses para realização da política de desenvolvimento capitalista nacional.

De forma geral, o desenvolvimento do capitalismo industrial em sua forma mais moderna, utilizado especialmente pela indústria automobilística norte-americana do início XX, surge e se expande através do taylorismo e do fordismo, que acabaram por conformar o desenho da indústria e do processo de trabalho em escala planetária. Segundo Ricardo Antunes (2011, p.22), seus elementos centrais podem ser assim resumidos:

1. vigência da produção em massa, realizada por meio da linha de montagem e produção mais homogênea; 2. controle dos tempos e movimentos por meio do cronômetro taylorista e da produção em série fordista; 3. existência do trabalho parcelar e da fragmentação das funções; 4. separação entre a *elaboração*, cuja responsabilidade era atribuída à gerência científica, e a *execução* do processo de trabalho, efetivada pelo operariado no chão da fábrica; 5. existência de unidade fabris concentradas e verticalizadas.

Portanto, foi meio desse padrão produtivo que a grande indústria capitalista moderna (cuja produção já é marcada pela presença da maquinaria e pela subordinação real do trabalho assalariado ao capital) pôde se desenvolver. Entretanto, dada a particularidade da subordinação e dependência estrutural do capitalismo latino-americano em relação aos países centrais, o

taylorismo/fordismo teve - e ainda tem - um caráter periférico em relação àquele que se desenvolveu nos Estados Unidos e na Europa Ocidental. Assim:

Na América Latina, esse caminho para o mundo industrial sempre se realizou de modo tardio (ou mesmo hipertardio) quando comparado aos processos vivenciados pelos países de capitalismo hegemônico. E o fez sustentado em um enorme processo de superexploração do trabalho, que combinava, de modo intensificado, a extração absoluta e relativa do trabalho excedente, oferecendo altos níveis de *mais-valia* para o capital. (ANTUNES, 2011, p.22)

Como já foi explicitado, o surgimento da grande indústria moderna nos países de capitalismo central seria dificultado se não houvesse contado com os países dependentes, e assim tivesse de se realizar sobre uma base estritamente nacional, pois o desenvolvimento industrial supõe uma grande disponibilidade de produtos agrícolas, que permita a especialização de parte da sociedade na atividade especificamente industrial. Mas além de facilitar o crescimento da indústria do capitalismo central, a América Latina se envolve nesse processo mundial de uma segunda forma, que Ruy Mauro Marini (1990, s. p.) descreve como:

(...) a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa, ou seja, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador. No entanto, o desenvolvimento da produção latino-americana, que permite à região coadjuvar com essa mudança qualitativa nos países centrais, dar-se-á fundamentalmente com base em uma maior exploração do trabalhador. É esse caráter contraditório da dependência latino-americana, que determina as relações de produção no conjunto do sistema capitalista, o que deve reter nossa atenção.

Cabe então, uma explicação com relação a teoria valor trabalho para maior compreensão dos apontamentos acima.

2.3.2 Teoria Valor Trabalho

Um produto possui em sua constituição (baixo a organização capitalista de produção) duas formas de valor: de uso e de troca, a utilidade de uma coisa constitui nela o primeiro, já o segundo, aparece, como relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de uma espécie se trocam contra valores de uso de outra espécie, uma relação que muda constantemente no tempo e no espaço, conforme descreve Marx (1985a, p. 49):

Uma coisa pode ser valor de uso, sem ser valor. É esse o caso, quando a sua utilidade para o homem não é mediada por trabalho. Assim, o ar, o solo virgem, os gramados naturais, as matas não cultivadas etc. Uma coisa pode ser útil e produto do trabalho humano, sem ser mercadoria. Quem com seu produto satisfaz sua própria necessidade cria valor de uso mas não mercadoria. Para produzir mercadoria, ele não precisa apenas produzir apenas valor de uso, mas valor de uso para outros, valor de uso social. (...) Para tornar-se mercadoria, é preciso que o produto seja transferido à quem vai servir como valor de uso por meio da troca.

Assim, como criador de valores de uso, o trabalho útil é uma condição de existência da humanidade, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação entre vida humana e natureza, sendo que, as diferentes proporções, nas quais as diferentes espécies de trabalho são reduzidas a trabalho simples como unidade de medida, são fixadas por meio de um processo social alheio a quem produz (MARX, 1985a). É neste sentido que Marx (1985a, p. 53) cria as categorias trabalho concreto e abstrato:

Todo trabalho é, por um lado, dispêndio de força de trabalho do homem no sentido fisiológico, e nessa qualidade de trabalho humano igual ou trabalho humano abstrato gera o valor da mercadoria. Todo trabalho é, por outro lado, dispêndio de força de trabalho do homem sob forma especificamente adequada a um fim, e nessa qualidade de trabalho concreto útil produz valores de uso.

Naturalmente, o tempo de trabalho necessário para produção de um dado produto se altera a cada mudança na força de produtiva de trabalho, pois esta é determinada por meio de circunstâncias diversas, entre outras pelo grau médio de habilidade dos trabalhadores, o nível de desenvolvimento da ciência e sua aplicabilidade tecnológica, a combinação social do processo de produção, o volume e a eficácia dos meios de produção e as condições naturais (MARX, 1985a). Ainda, o valor de um certo produto, será a parcela de trabalho humano nele contido, expresso numa quantia da mercadoria monetária, que contém a mesma quantidade de trabalho.

Desta forma, a força trabalho quando vendida ao capitalista, assume, como qualquer outra mercadoria, sua determinação de valor pelo tempo de trabalho necessário à sua produção, “se, portanto, a produção dos meios de subsistência médios diários do trabalhador exige 6 horas, então ele precisa trabalhar 6 horas por dia para produzir diariamente sua força de trabalho ou para reproduzir o valor recebido por sua venda” (MARX, 1985a, p. 187). E assim, todo o tempo a mais trabalhado do que o necessário para pagar seu valor, converte-se em mais trabalho e conseqüentemente em mais valia. Cabe, contudo a seguinte consideração de Marx (1985a, p. 188), sobre jornada de trabalho:

A jornada de trabalho não é, portanto, constante, mas uma grandeza variável. É verdade que uma das suas partes é determinada pelo tempo de trabalho exigido para contínua reprodução do próprio trabalhador, mas sua grandeza total muda com o comprimento ou duração do mais trabalho. A jornada de trabalho é, portanto, determinável, mas em si e para si, determinada. (...) O trabalhador precisa de tempo para satisfazer as necessidades espirituais e sociais, cuja extensão e número são determinados pelo nível geral de cultura. A variação da jornada de trabalho se move, portanto, dentro de barreiras físicas e sociais. Ambas as barreiras são de natureza muito elástica e permitem as maiores variações.

É por isso que a mercadoria trabalho tem o papel central no capitalismo, distingue-se das outras pelo fato de que seu consumo cria valor e valor maior do que ela mesma custa, e

deste modo, o que do lado do capitalista aparece como valorização do capital é da parte do trabalhador, dispêndio excedente de força de trabalho. Portanto, “O capital tem um único impulso vital, o impulso de valorizar-se, de criar mais-valia, de absorver com sua parte constante, os meios de produção, a maior massa possível de mais trabalho” (MARX, 1985a, p. 188-189), pois a partir da vigência do sistema de metabolismo social do capital, o caráter útil do trabalho e sua dimensão concreta se tornam subordinados a ser dispêndio de força humana produtiva, física ou intelectual, socialmente determinada para gerar mais valor, isto é, para a produção de mercadorias e de valorização do capital. Torna-se importante também compreender a dimensão da mais valia, que possui duas formas: a absoluta, que se refere ao valor do qual se apropria o capitalista daquilo que foi produzido pelo proletário, além do que é necessário para esse sobreviver; e a relativa, que se dá devido ao aumento da produtividade do trabalho. Assim:

A mais-valia produzida pelo prolongamento da jornada de trabalho chamo de mais-valia absoluta; a mais-valia que, ao contrário, decorre da redução do tempo de trabalho e da correspondente mudança da proporção entre os dois componentes da jornada de trabalho chamo de mais-valia relativa. (MARX, 1985a, p. 251)

Este aumento da força produtiva do trabalho em geral é entendido como uma alteração no processo de trabalho, pela qual se reduz o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir uma mercadoria, isto é, que uma menor quantidade de trabalho adquira a força para produzir uma maior quantidade de valor de uso (MARX, 1985a). Por isso, se torna um impulso imanente e tendência constante do capital aumentar a força produtiva do trabalho para baratear a mercadoria e, mediante o barateamento da mercadoria, baratear o próprio trabalhador. Devido a essa ideia que Marx (1985a, p. 251) conclui:

Tem de revolucionar as condições técnicas e sociais do processo de trabalho, portanto o próprio modo de produção, a fim de aumentar a força produtiva do trabalho, mediante o aumento da força produtiva do trabalho reduzir o valor da força de trabalho, e assim encurtar parte da jornada de trabalho necessária para reprodução deste valor.

Agrega-se a isso, o fato de que nem todos os trabalhos são entendidos como iguais, dentro da sociedade capitalista, desenvolve-se uma diferença qualitativa dos trabalhos úteis, executados independentemente uns dos outros, como negócios privados de produtores autônomos, num sistema complexo, o que vem a ser entendido como uma divisão social do trabalho, Marx (1985a, p. 71 e 72) explica melhor isso nessa passagem:

Somente dentro da sua troca, os produtos recebem uma objetividade de valor socialmente igual, separada da sua objetividade de uso, fisicamente diferenciada. Essa cisão dos produtos de trabalho em coisa útil e coisa de valor realiza-se apenas na prática, tão logo a troca tenha adquirido extensão e importância suficientes para que se produzam coisas úteis para serem trocadas, de modo que o caráter de valor das coisas

já seja considerado ao serem produzidas. A partir desse momento, os trabalhos privados dos produtores adquirem realmente duplo caráter social. Por um lado, eles têm de satisfazer determinada necessidade social, como trabalhos determinados úteis, e assim provar serem participantes do trabalho total, do sistema naturalmente desenvolvido da divisão social do trabalho. Por outro lado, só satisfazem às múltiplas necessidades de seus próprios produtores, na medida em que cada trabalho privado útil particular é permutável por toda outra espécie de trabalho privado, portanto lhe equivale.

Expostas essas conceituações fundantes da economia política marxiana, que por sua vez embasa a teoria da Dependência Latino Americana, retorna-se a essa para compreendê-la como um todo.

2.3.3 Superexploração do Trabalho

Sob a lente da Teoria Marxista da Dependência, a inserção da América Latina no mercado mundial contribuiu para desenvolver o modo de produção capitalista, que se baseia na mais-valia relativa, uma vez que, é mediante o aumento de uma massa de produtos cada vez mais baratos no mercado internacional, que a América Latina alimenta a expansão quantitativa da produção capitalista nos países industriais (MARINI, 1990). Essa expansão do mercado mundial é a base sobre a qual opera a divisão internacional do trabalho entre as nações industriais e as não industriais, sendo a contrapartida dessa divisão a ampliação do mercado mundial. Assim, por conta de uma maior produtividade do trabalho, uma nação pode apresentar preços de produção inferiores a seus concorrentes, sem por isso baixar significativamente os preços de mercado que as condições de produção destes contribui para fixar, o que vai expressar, para a nação favorecida, em um lucro extraordinário, Marini (1990, s.p.) esclarece bem esta situação nesta passagem:

(...) transações entre nações que trocam distintas classes de mercadorias, como manufaturas e matérias primas — o mero fato de que umas produzam bens que as outras não produzem, ou não o fazem com a mesma facilidade, permite que as primeiras iludam a lei do valor, isto é, vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim uma troca desigual. Isso implica que as nações desfavorecidas devem ceder gratuitamente parte do valor que produzem, e que essa cessão ou transferência seja acentuada em favor daquele país que lhes venda mercadorias a um preço de produção mais baixo, em virtude de sua maior produtividade.

Assim, o problema colocado pela troca desigual para a América Latina se configura em como compensar a perda de mais-valia, uma vez que é incapaz se contrapor à transferência de valor que tal troca implica, no nível das relações de mercado, de tal modo que a reação da economia dependente é compensá-la no plano da produção interna. Logo, o aumento da intensidade do trabalho aparece, nessa perspectiva, como um aumento da mais-valia, obtido através de uma maior exploração do trabalhador e não do incremento de sua capacidade

produtiva. Marini (1990, s. p.) identifica então três mecanismos pelos quais se configuram essa maior exploração e complementa:

a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho — configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador, e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva. Isso é condizente com o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas na economia latino-americana, mas também com os tipos de atividades que ali se realizam. De fato, mais que na indústria fabril, na qual um aumento de trabalho implica pelo menos um maior gasto de matérias primas, na indústria extrativa e na agricultura o efeito do aumento do trabalho sobre os elementos do capital constante são muito menos sensíveis, sendo possível, pela simples ação do homem sobre a natureza, aumentar a riqueza produzida sem um capital adicional. Entende-se que, nessas circunstâncias, a atividade produtiva baseia-se sobretudo no uso extensivo e intensivo da força de trabalho: isso permite baixar a composição-valor do capital, o que, aliado à intensificação do grau de exploração do trabalho, faz com que se elevem simultaneamente as taxas de mais-valia e de lucro.

Em termos capitalistas, esses mecanismos (que podem se apresentar, e normalmente se apresentam, de forma combinada) significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e correspondem, portanto, a uma superexploração do trabalho, e de fato, os dados apresentados na primeira seção confirmam isso, principalmente no que tange o Brasil, onde quase 60% da população trabalhadora, recebeu em 2018, menos do que um salário-mínimo, que por sua vez, já é defasado em relação ao que se considera justo para viver no país. Soma-se isto o fato de que:

Como a circulação se separa da produção e se efetua basicamente no âmbito do mercado externo, o consumo individual do trabalhador não interfere na realização do produto, ainda que determine a taxa de mais-valia. Em consequência, a tendência natural do sistema será a de explorar ao máximo a força de trabalho do operário, sem se preocupar em criar as condições para que este a reponha, sempre e quando seja possível substituí-lo pela incorporação de novos braços ao processo produtivo. (MARINI, 1990, s. p.)

O que Marini está querendo dizer nesta passagem é que, devido ao fato de que a produção agroindustrial latino-americana ser em sua maioria para exportação, o consumo interno tem um peso pouco relevante para tal segmento econômico. Assim, um nível rebaixado de consumo interno não se torna um problema, o que para o setor de serviços, é resolvido na medida em que a partir dos anos 80 amplia-se o crédito direto as pessoas e passa-se a contar com elevado endividamento¹¹ da população. Outro ponto que ele toca nessa passagem é a reposição de mão de obra, que Marx (1985b, p. 204) abordará da seguinte forma:

¹¹ Em maio de 2020, 66,5% da população estava endividada. Disponível em: [https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-05/cnc-endividamento-das-familias-alcanca-665-em-maio#:~:text=O%20percentual%20de%20endividamento%20foi,foi%20divulgada%20hoje%20\(20\).](https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-05/cnc-endividamento-das-familias-alcanca-665-em-maio#:~:text=O%20percentual%20de%20endividamento%20foi,foi%20divulgada%20hoje%20(20).)

Grosso modo, os movimentos gerais do salário são exclusivamente regulados pela expansão e contração do exército industrial de reserva, que correspondem à mudança periódica do ciclo industrial. Não são, portanto, determinados pelo movimento do número absoluto da população trabalhadora, mas pela proporção variável em que a classe trabalhadora se divide em exército ativo e exército de reserva, pelo acréscimo e decréscimo da dimensão relativa da superpopulação, pelo grau em que ela é absorvida, ora liberada. (...) Com salário em baixa, a população trabalhadora é mais dizimada, de modo que em relação a ela e o capital a ficar excessivo, ou, também como outros explicam, o salário em baixa e a correspondente exploração mais elevada do trabalhador novamente acelera a acumulação, enquanto, ao mesmo tempo, o salário baixo mantém o crescimento da classe trabalhadora em xeque.

Isto é, a superexploração do trabalho também só se faz possível devido ao fato de haver uma grande parte população desempregada, sem utilização pela produção econômica, o que tem como consequência uma baixa nos salários ofertados, bem como nos direitos da classe trabalhadora. O desemprego toma um caráter disciplinador, e como já foi mostrado na primeira seção deste capítulo, ao menos nos últimos anos, na América Latina sempre esteve em taxas superiores a Europa e EUA, sendo o caso do Brasil ainda mais drástico nesse sentido. É a partir dessa perspectiva que Ricardo Antunes (2011, p. 39) profere a seguinte passagem:

Dado o enorme contingente de força de trabalho sobrando, o processo de reestruturação em nosso continente apresenta um traço particular, proveniente da *superexploração da força de trabalho* e dos reduzidos níveis salariais, articulados, em alguns ramos produtivos, a um razoável padrão tecnológico. Isso acontece porque os capitais produtivos que atuam na América Latina buscam mesclar a existência de uma força de trabalho “qualificada” para operar com os equipamentos microeletrônicos com padrões de remuneração muito inferiores aos dos países centrais - onde as empresas têm suas sedes - tudo isso acrescido das formas de desregulamentação, flexibilização e precarização da força de trabalho. A fórmula favorece enormemente a intensificação da característica *superexploração do trabalho*, por meio da extração da mais-valia relativa em combinação com a mais-valia absoluta.

Para se ter ideia da dimensão que tal superexploração tem a nível global é importante ressaltar que a população do miolo da distribuição de renda no Brasil tem padrão de vida muito inferior à classe média de países ricos, “enquanto o 1% mais rico no Brasil possui rendimento maior que o 1% na França, por exemplo, a renda média dos 90% mais pobres no Brasil equivale à dos 20% mais pobres na França, assim em termos comparados, a nossa classe média é, na verdade, pobre” (CARVALHO, 2018, p 51). Ainda, essa expansão da exploração do trabalho, além de aumentar o desemprego, ampliou enormemente a informalidade, a terceirização e a flexibilização da força de trabalho, o que também pode ser constatado pelos dados já apresentados. E neste sentido cabe esta importante colocação de Ricardo Antunes (2018, p. 61):

(...) o proletariado no Brasil - e em vários outros países que vivenciaram escravismo colonial - efetivamente floresceu a partir da abolição do trabalho escravo, herdando a chaga de um dos mais longevos períodos de escravidão, de modo que sua precarização não é a exceção, mas um traço constante de sua particularidade desde a origem.

Ainda, conforme os dados apresentados demonstram, quando se examina a dimensão mercado de trabalho, isto é, as formas de mercantilização da força de trabalho, encontra-se uma condição de heterogeneidade e segmentação, marcada por uma vulnerabilidade estrutural que se reconfigura, com formas de inserção (contratos) precários, sem proteção social e com salários mais baixos, tudo isso sob a tutela de estudo do Banco Mundial, o que de alguma forma, evidencia, mais uma vez uma dependência até mesmo para formulação das políticas públicas a serem implementadas.

Portanto, se a América Latina foi elemento essencial para a acumulação originária do capital, isto é, o conjunto de processos não capitalistas que preparam e aceleraram o advento do modo de produção capitalista, logo, que proporcionam o nascimento do capital, o que exigiu o emprego da violência em grande escala, percebe-se que tampouco foi ela dispensada na sua trajetória expansionista, ainda que atualmente se faça num grau mais refinado, marcado pelo imperialismo moderno e superexploração de um grande contingente humano. Os dados apresentados exemplificam bem tal situação e ainda expõe que a posição da mulher é subalterna dentro deste contexto, por isso que o próximo capítulo tratará de entender como essa acumulação originária se deu sobre as mulheres e como a superexploração de trabalho se configura sobre elas.

3 MULHERES DO FIM DO MUNDO: DA CAÇA ÀS BRUXAS ÀS MÚLTIPLAS ESPOLIAÇÕES PELAS QUAIS ELAS PASSAM NA SOCIEDADE CAPITALISTA

3.1 ACUMULAÇÃO ORIGINÁRIA SOBRE OS CORPOS FEMININOS

A acumulação originária do capital consiste em um conjunto de processos não capitalistas que preparam e aceleraram o surgimento do modo de produção capitalista, uma época com destacado uso da violência. Marx (1985a) elenca quais são os processos que ele entende como método para tal: i) os cercamentos de terra, que expulsaram os camponeses dos lugares em que viviam, fato que os torna despossuídos e que faz com que surja o trabalhador moderno; ii) o confisco de terras da Igreja Católica e sua distribuição entre aristocratas e burgueses rurais; iii) o sistema de dívida pública; iv) no sistema tributário e protecionista; v) o colonialismo da época mercantilista, com o comércio ultramarino baseado na exploração dos recursos naturais das Américas, através do aniquilamento da população nativa e da escravização de africanos. E nesta passagem faz importantes considerações sobre:

Tais métodos, como, por exemplo, o sistema colonial, baseiam-se, em parte, na violência mais brutal. Todos eles, porém, lançaram mão do poder do Estado, da violência concentrada e organizada da sociedade, para impulsionar artificialmente o processo de transformação do modo de produção feudal em capitalista e abreviar a transição de um para o outro. A violência é a parteira de toda sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova. Ela mesma é uma potência econômica. (MARX, 1985b, p. 285 e 286).

Esta reestruturação social e econômica iniciada pela classe dominante europeia demonstra que: i) o capitalismo não poderia ter se desenvolvido sem uma concentração prévia de capital e trabalho; e que ii) a dissociação entre trabalhadores e meios de produção, não a abstinência dos ricos, é a fonte de riqueza. Pois o sistema capitalista pressupõe a destruição dos meios autônomos de vida, basicamente, na expropriação da terra e dos instrumentos produtivos, e passa então a produzir o que antes trabalhadores independentes realizavam para prover sua própria subsistência, criando mercadorias que serão consumidas por meio de salário ganho através da venda de sua força de trabalho. Entender a acumulação primitiva é necessário, uma vez que tal conceito conecta à queda do feudalismo com o desenvolvimento de uma economia capitalista, bem como identifica as condições históricas e lógicas para o desenvolvimento do sistema capitalista, em que “primitiva” (“originária”) indica tanto uma pré-condição para a existência de relações capitalistas como um evento específico no tempo (FEDERICI, 2017).

Entretanto, não é como se tal conceito estivesse livre de discussões acerca da sua dimensão. Há vários debates entre estudiosos marxistas que tratam, por exemplo, da necessidade do capitalismo precisar ainda atualmente de mercados externos para circular sua

produção (LUXEMBURGO, 1985), mecanismo que opera na forma de imperialismo moderno¹², que também não abre mão da violência para fazê-lo; ou ainda nos seus modos mais contemporâneos de expropriar terras de forma bruta, tal como a periferia é retirada de suas moradias por conta da especulação imobiliária, as florestas para plantar grãos e populações indígenas e ribeirinhas de seus terrenos para construção barragens para usinas hidroelétricas, à esses processos Harvey (2005) chamou de acumulação por espoliação.

Todas essas contribuições são importantes e demonstram que realmente há muito o que se pensar sobre as diferenciações entre acumulação originária/primitiva/por espoliação e a acumulação ordinária do capital. Mas há uma em específico, que, inicia-se com este questionamento de Federici (2017): Marx nunca mencionou em seu trabalho as profundas transformações que o capitalismo introduziu na reprodução da força de trabalho e na posição social das mulheres, no que tange a “grande caça às bruxas” dos séculos XVI e XVII, que foi fundamental para a derrota do campesinato europeu, facilitando sua expulsão das terras anteriormente comunais. Trata-se da acumulação originária/primitiva/por espoliação sobre os corpos femininos, que Federici (2017, p. 119) identifica do seguinte modo:

i) as formas apontadas originalmente por Marx para a acumulação primitiva, não foram os únicos meios para tal; ii) este processo demandou a transformação do corpo em uma máquina de trabalho e a sujeição das mulheres para a reprodução da força de trabalho. Principalmente, exigiu a destruição do poder das mulheres, que, tanto na Europa como na América, foi alcançada por meio do extermínio das “bruxas”; iii) a acumulação primitiva não foi simplesmente uma acumulação e concentração de trabalhadores exploráveis e de capital, foi também uma acumulação de diferenças e divisões dentro da classe trabalhadora, em que as hierarquias construídas sobre gênero, assim como sobre a “raça” e a idades, se tornaram constitutivas da dominação de classe e da formação do proletariado moderno; iv) e que, portanto, não se pode identificar a acumulação capitalista como libertação do trabalhador, mulher ou homem, ou ver à chegada do capitalismo como um momento de progresso histórico, pelo contrário, o capitalismo criou formas de escravidão mais brutais e traiçoeiras, na medida em que implementou no corpo do proletariado divisões profundas que servem para intensificar e para ocultar a exploração.

Silvia (2017) demonstra também, que a privatização da terra e comercialização da agricultura não aumentaram a quantidade de alimentos disponíveis para as pessoas comuns, embora tenha aumentado a disponibilidade de comida para o mercado e a exportação. Para os trabalhadores, isso representou a fome, da mesma forma que, atualmente, mesmo nas áreas mais férteis da África, Ásia e da América Latina, a desnutrição é endêmica, devido à destruição da posse comum da terra e da política de “exportação ou morte” imposta pelos programas de ajuste do Banco Mundial (o que lembra bastante o estudo desse mesmo órgão, recomendando ao

¹² O que submete a América Latina a posição de capitalismo dependente.

Brasil cortes nos gastos públicos, conforme foi tratado no capítulo 1). Conjuntamente relata que o sistema de agricultura de campos abertos protegia os camponeses do fracasso de uma colheita, devido à variedade de faixa de terra a que uma família tinha acesso, o que também permitia um planejamento manejável do trabalho e promovia uma forma de vida democrática, construída sobre base do autogoverno e da autossuficiência, já que todas as decisões - quando plantar, quando colher, quando drenar os pântanos, quantos animais seriam permitidos nos campos comuns - eram tomadas pelos camponeses em assembleia.

Além de incentivar as tomadas de decisão coletivas e a cooperação no trabalho, as terras comunais eram à base material sobre a qual podia crescer a solidariedade e a sociabilidade campesina. Todos os festivais, os jogos e as reuniões da comunidade camponesa eram realizados nessas terras. A função social das terras comunais era especialmente importante para as mulheres, que, tendo menos direitos sobre a terra e menos poder social, eram mais dependentes das terras comunais para a subsistência, a autonomia e a sociabilidade. (FEDERICI, 2017, p. 138)

Assim, nas sociedades pré-capitalista, embora em diversas esferas (jurídica, social e politicamente) a mulher fosse colocada em posição inferior ao homem, ela participava do sistema produtivo, desempenhava, portanto, um relevante papel econômico (SAFFIOTI, 2013). Logo, faz jus a reflexão de que as mulheres foram as que mais sofreram quando a terra foi perdida e o vilarejo comunitário se desintegrou, e que isso se deu, em parte, ao fato de que, para elas, era muito mais difícil tornar-se “vagabundas” ou trabalhadoras migrantes, pois uma vida nômade as submetia à violência masculina, especialmente num momento em que a misoginia estava crescendo. Neste sentido que Federici (2017, p. 144) destaca:

As mulheres também tinham mobilidade reduzida devido a gravidez e ao cuidado dos filhos. As mulheres tampouco podiam se tornar soldados pagos, apesar de algumas terem se unido aos exércitos como cozinheiras, lavadeiras, prostitutas e esposas, porém, essa opção também desapareceu no século XVII à medida que, progressivamente, os exércitos foram sendo regulamentados e as multidões de mulheres que costumavam segui-los foram expulsas dos campos de batalha.

Com o desaparecimento da economia de subsistência que havia predominado na Europa pré-capitalista, a unidade entre produção e reprodução, típica de todas as sociedades baseadas na produção-para-o-uso, terminou conforme essas atividades foram se tornando portadoras de outras relações sociais que forçavam a divisão sexual¹³ do trabalho.

¹³ Separação de tarefas e funções, onde algumas são consideradas masculinas e outras femininas, e por hierarquia, tarefas e funções consideradas masculinas têm mais valor na sociedade capitalista e patriarcal.

3.1.1 A reconfiguração do trabalho reprodutivo

Sob o então novo regime, somente a produção destinada ao mercado estava definida como atividade criadora de valor, ao passo que a reprodução do trabalhador começou a ser considerada como algo sem valor do ponto de vista econômico e, inclusive, deixou de ser considerada um trabalho. O trabalho reprodutivo só foi pago, ainda que em valores inferiores, quando realizado para senhores ou fora do lar. Assim, a importância econômica da reprodução da força de trabalho realizada no âmbito doméstico e sua função na acumulação de capital se tornaram invisíveis, o que como bem sinaliza Federici (2017, p. 145) as tornou “mistificadas como uma vocação natural e designadas como “trabalho de mulheres””. Soma-se a isso, o fato de que as mulheres foram excluídas de muitas ocupações assalariadas e, quando trabalhavam em troca de pagamento, ganhavam (e ainda ganham) muito menos em comparação com o salário masculino médio. É por isso que Federici (2017, p. 146) afirma:

A separação entre produção e reprodução criou uma classe de mulheres proletárias que estavam tão despossuídas como os homens, mas que, diferentemente deles, quase não tinham acesso aos salários. Em uma sociedade que estava cada vez mais monetizada, acabaram sendo forçadas à condição de pobreza crônica, à dependência econômica e à invisibilidade como trabalhadoras.

Com base nisso, torna-se impraticável dizer que a separação entre trabalhador e a terra e o advento da economia capitalista formaram o ponto culminante da luta travada pelos trabalhadores medievais para se libertarem da servidão. Pois, não foram os trabalhadores - mulheres ou homens - que foram libertados pela privatização da terra. O que de fato se tornou livre foi o capital, já que a terra agora estava disponível para funcionar como meio de acumulação e exploração, e não mais como meio de subsistência do campesinato. Libertados estavam os proprietários de terra, que a partir de então puderam remanejar os custos de reprodução dos trabalhadores, dando-lhes meios de subsistência apenas quando estavam diretamente empregados, deste modo:

A separação entre os trabalhadores e seus meios de subsistência, assim como sua nova dependência das relações monetárias, significou também que o salário real agora podia ser reduzido, ao mesmo tempo que o trabalho feminino podia ser mais desvalorizado com relação ao masculino por meio da manipulação monetária. (FEDERICI, 2017, p. 147)

Inicia-se o processo de dessocialização ou descoletivização da reprodução da força de trabalho, bem como a tentativa de impor um uso mais produtivo tempo livre, movimento que acontece através do cercamento físico operado pela privatização da terra, bem como o social: a reprodução dos trabalhadores converte-se do campo aberto para o lar, da comunidade para a

família, do espaço público (a terra comunal, a Igreja) para o privado (FEDERICI, 2017). Soma-se isso com a introdução da assistência pública o Estado, que passa a reivindicar a “propriedade” da mão de obra, ao mesmo tempo que instituía uma “divisão do trabalho” capitalista dentro da própria classe dominante. Essa divisão permitia que os empregadores renunciassem a qualquer responsabilidade na reprodução dos trabalhadores. Por meio desta inovação, houve um salto também na administração da reprodução social, resultando na introdução de registros demográficos (organização de censos, registro das taxas de mortalidade e de natalidade e dos casamentos) e na aplicação da contabilidade nas relações sociais (FEDERICI, 2017).

À medida que a crise populacional dos séculos XVI e XVII intensifica a perseguição as mulheres, novos métodos disciplinares são adotados pelo Estado no período, com finalidade de regular a procriação e quebrar o controle feminino sobre a reprodução, percebe-se aí a origem da vigilância sobre a escolha da maternidade, persistente até hoje . Sobre os fatores para isso acontecer, Federici (2017) discorre que se deve incluir a crescente privatização da propriedade e as relações econômicas que, dentro da burguesia, geraram uma nova ansiedade com relação à paternidade e à conduta das mulheres. E ressalta também, que na França e na Inglaterra o Estado adotou um conjunto de medidas pró-natalistas, que, combinadas com a assistência pública, formaram o embrião de uma política reprodutiva capitalista. Foi dada uma nova importância à família enquanto instituição chave que assegurava a transmissão da propriedade e a reprodução da força de trabalho (FEDERICI, 2017).

Lança-se então uma verdadeira guerra contra as mulheres, claramente orientada a quebrar o controle que elas haviam exercido sobre seus corpos e sua reprodução, adotando-se novas formas de vigilância para assegurar que as mulheres não interrompessem a gravidez, bem como, a entrada de médicos homens na sala de partos (uma suspeita sobre a índole das parteiras) devido ao medo que as autoridades tinham do infanticídio. Com a marginalização das parteiras, começa o processo pelo qual as mulheres perderam o controle que haviam exercido sobre a procriação, sendo reduzidas a um papel passivo no parto, enquanto médicos homens passaram a ser considerados como “aqueles que realmente davam a vida” (FEDERICI, 2017, p. 177). Com essa mudança, também teve início o predomínio de uma nova prática médica que, em caso de emergência, priorizava a vida do feto em detrimento da vida da mãe, e para que isso ocorresse, a comunidade de mulheres que se reunia em torno da cama da futura mãe teve que ser expulsa da sala de partos, condição que Federici (2017, p. 178) discorre nessa passagem:

Enquanto na Idade Média as mulheres podiam usar métodos contraceptivos e haviam exercido um controle indiscutível sobre o parto, a partir de agora seus úteros se transformaram em território político, controlados pelos homens e pelo Estado: a procriação foi colocada diretamente a serviço da acumulação capitalista.

O corpo feminino torna-se instrumento para a reprodução e expansão da força de trabalho, delimitado como uma máquina natural de criação, funcionando de acordo com ritmos que estavam fora do controle das mulheres. Com base nisso, Federici (2017, p. 179) faz o seguinte questionamento, que certamente qualquer pesquisa que se utilize do materialismo histórico deve se fazer: **“porque a procriação deveria ser um “fato da natureza” e não uma atividade historicamente determinada, carregada de interesse e relações de poder diversas?”** (grifo nosso). As mudanças na procriação e na população estão longe de ser automáticas ou “naturais”, pois, em todas as fases do desenvolvimento capitalista, o Estado teve de recorrer à regulação e à coerção para expandir ou reduzir a força de trabalho, de forma que, até o presente, não foram poupados esforços na tentativa de arrancar das mãos femininas o controle da reprodução e da determinação sobre onde, quando ou em que quantidade as crianças deveriam nascer. O resultado não poderia ser outro, se não, as mulheres sendo frequentemente forçadas a procriar, “experimentando uma alienação de seus corpos, de seu “trabalho” e até mesmo de seus filhos, mais profunda que a experimentada por qualquer outro trabalhador” (FEDERICI, 2017, p. 180).

A autora então expõe que um aspecto complementar foi à redução das mulheres a não trabalhadoras, pois, nessa época, as mulheres haviam perdido espaço nos empregos que haviam tradicionalmente ocupado, como a fabricação de cerveja e a realização de partos. As proletárias encontraram dificuldades para obter qualquer ocupação além daqueles com status mais baixos: empregadas domésticas, trabalhadoras rurais, fiandeiras, tecelãs, bordadeiras, vendedoras ambulantes ou amas de leite, de modo que: “(...) se uma mulher costura roupas, tratava-se de “trabalho doméstico” ou de “tarefas de dona de casa”, mesmo se as roupas não eram para a família, enquanto, quando um homem fazia o mesmo trabalho, se considerava produtivo” (FEDERICI, 2017, p. 182). Uma indagação bastante pertinente é feita por ela:

“O que pode explicar o ataque tão drástico contra as trabalhadoras? E de **que maneira a exclusão das mulheres da esfera do trabalho socialmente reconhecido e das relações monetárias se relaciona com a imposição da maternidade forçada e com a simultânea massificação da caça às bruxas?**” (FEDERICI, 2017, p. 187, grifo nosso)

Sobre isso, ela desenvolve que a discriminação sofrida pelas mulheres como mão de obra remunerada esteve diretamente relacionada à sua função como trabalhadoras não assalariadas no lar. Dessa forma, pode-se relacionar a proibição da prostituição e a expulsão das mulheres do espaço de trabalho organizado com a aparição da figura da dona de casa e da redefinição da família como lugar para a produção da força de trabalho. Aponta que de um ponto de vista teórico e político, **“a questão fundamental está nas condições que tornaram**

possível tal degradação e as forças sociais que a promoveram ou que dela foram cúmplices” (FEDERICI, 2017, p. 188, grifo nosso).

Forja-se uma nova divisão sexual do trabalho, que define as mulheres em termos - mães, esposas, filhas, viúvas - que oculta sua condição de trabalhadora e dava aos homens livre acesso a seus corpos, a seu trabalho e aos corpos e ao trabalho dos filhos. Assim, nesta nova organização do trabalho:

(...) todas as mulheres (exceto as que haviam sido privatizadas pelos homens burgueses) tornaram-se bens comuns, pois uma vez que as atividades das mulheres foram definidas como não trabalho, o trabalho das mulheres começou a se parecer com um recurso natural, disponível para todos, assim como o ar que respiramos e a água que bebemos. (FEDERICI, 2017, p. 191)

Se trata então de uma derrota histórica para as mulheres. Com sua expulsão dos ofícios e a desvalorização do trabalho reprodutivo, a pobreza foi feminilizada (o que persiste até hoje). De tal modo, que para realizar-se a espoliação dos homens sobre o trabalho feminino, foi construída uma “nova ordem patriarcal, reduzindo as mulheres a uma dupla dependência: de seus empregadores e dos homens” (FEDERICI, 2017, p. 191). A família se torna um complemento do mercado, instrumento para privatização das relações sociais e, sobretudo, para a propagação da disciplina capitalista e da dominação patriarcal. O marido converte-se em representante do Estado, o encarregado de disciplinar e supervisionar as “classes subordinadas” (FEDERICI, 2017), uma categoria que, para os teóricos políticos dos séculos XVI e XVII, incluía a esposa e os filhos, como bem trata Carole Pateman em sua crítica feminista a teoria da democracia (ÁGUILA, 2014). Saffioti (2013, p. 63) complementa esse entendimento:

A felicidade pessoal da mulher, tal como era então entendida, incluía necessariamente o casamento. Através dele é que se consolidava sua posição social e se garantia sua estabilidade ou prosperidade econômica. (...) Sendo a família a unidade econômica por excelência nas sociedades pré-capitalistas, a atividade trabalho é também desempenhada pelas mulheres das camadas menos privilegiadas. Embora não se possa falar em independência econômica da mulher (esta é uma noção individualista que nasce com o capitalismo).

Além disso, a nova divisão sexual do trabalho reconfigurou as relações entre homens e mulheres, de forma que na classe alta era propriedade dava ao marido poder sobre sua esposa e os filhos, e entre o proletariado era o recebimento do salário que dava aos trabalhadores um poder semelhante sobre suas companheiras (FEDERICI, 2017). Passa-se também para uma redefinição ideológica das relações de gênero na transição para o capitalismo, o que fez surgir um novo modelo de feminilidade: a mulher e esposa ideal - passiva, obediente, parcimoniosa, casta, de poucas palavras e sempre ocupada com as suas tarefas. Isto desencadeia uma desvalorização econômica e social, em que o ser feminino é submetido à um processo de

infantilização legal, vide a impossibilidade de votar, fazer contratos e representar a si mesma nos tribunais, que por séculos foram submetidas. Federici (2017, p. 203) faz uma interessante analogia neste sentido: “a demonização dos povos indígenas americanos serviu para justificar sua escravização e o saque dos seus recursos. Na Europa, o ataque contra as mulheres justificou a apropriação de seu trabalho pelos homens e a criminalização de seu controle sobre a reprodução”.

3.1.2 Trabalho reprodutivo na América Latina

É muito importante destacar, que no contexto das *plantations* na América, a situação era muito diferente, pois a divisão sexual do trabalho era ditada pelas demandas de trabalho dos fazendeiros e pelo preço das mercadorias produzidas pelos escravizados no mercado internacional. Portanto, até a abolição do tráfico de pessoas africanas para escravização, tanto as mulheres como os homens eram submetidos ao mesmo grau de exploração. Os fazendeiros achavam mais lucrativo fazer os escravos trabalharem até a morte do que estimular sua reprodução, logo, nem a divisão sexual do trabalho, nem as hierarquias sexuais eram, então, pronunciadas.

Os homens africanos não podiam decidir nada sobre o destino de suas companheiras e familiares, enquanto para as mulheres, longe de terem uma consideração especial, esperava-se que trabalhassem nos campos assim como os homens, especialmente quando a demanda de açúcar e trabalho era alta. (...) Contudo, nunca foram tratadas de forma igual. Dava-se menos comida às mulheres; diferentemente dos homens, elas eram vulneráveis aos ataques sexuais de seus senhores; e eram-lhes infligidos castigos mais cruéis, já que, além da agonia física, tinham de suportar a humilhação sexual (...). (FEDERECI, 2017, p. 223)

Cabe aqui, algumas considerações sobre esse processo na sociedade brasileira. O Brasil colônia existia para render lucros ao capitalismo comercial, assim, a estrutura social brasileira do período escravocrata e, sobretudo, da época colonial se apresentaria como uma configuração exótica com alguns traços das estruturas feudais europeias em desintegração, combinados com a nascente estrutura patrimonialista favorecedora do comércio externo e com a exploração da força de trabalho escrava. As relações de produção prevaletentes na ordem escravocrata-senhorial e as inconsistências culturais, do que Heleith Saffioti (2013) vem a definir como um sistema de castas, apresentavam-se como elementos decisivos dos papéis que as mulheres, de uma e de outra casta, desempenhariam na sociedade brasileira de então, logo:

Do ângulo desses dois fatores, o papel representado pela mulher negra tinha um caráter corrosivo. Com efeito, a afirmação de Florestan Fernandes de que “a alienação social da pessoa do negro se processou inicialmente como alienação social da pessoa do escravo” deve ser esmiuçada quando referida especificamente ao elemento

feminino da escravidão, Como às diferenças de posição econômica dos indivíduos correspondiam a diferenças de posição social, justificada esta em termos de raça e de cor, a condição de escravo significava, para o negro, ser instrumento de trabalho sem direitos de nenhuma espécie, ser, enfim, socialmente, uma coisa. (...) cabia à escrava, além de uma função no sistema produtivo de bens e serviços, um papel sexual, via de uma maior reificação e, simultaneamente, linha condutora do desvendamento do verdadeiro fundamento da sociedade de castas. (SAFFIOTI, 2013, p. 234, 235 e 236)

Saffioti (2013) também destaca a dupla escravização pela qual passa a mulher negra, na medida em que é explorada economicamente como trabalhadora e como mulher, no seu papel de reprodutora da força de trabalho, somado ao fator de que por conta do seu sexo, o senhor branco emprestou à escravidão a prestação de serviços sexuais por parte da negra como uma função regular da escrava, ou melhor dizendo, a violação do seu corpo também pelo estupro. Esta última forma de exploração, pode ser percebida através de dois estudos recém-concluídos por geneticistas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que compararam o padrão de alterações genéticas compartilhado por africanos e brasileiros. A análise feita sobre o material genético, demonstrou que 85% dos pretos brasileiros têm uma ancestral africana, mas os homens africanos estão representados em apenas 47% dos pretos, o restante tem ancestrais europeus em sua linhagem paterna (REVISTA DA FAPESP, 2020).

Sobre o papel das mulheres brancas na época escravocrata brasileira, estas, segundo Saffioti (2013), casavam-se, geralmente, muito jovens, sendo normal que aos 15 anos a mulher já estivesse casada e com um filho, havendo muitas que se tornavam mães aos 13 anos. Educadas em ambiente rigorosamente patriarcal, essas meninas-mãe escapavam ao domínio do pai para, com o casamento, caírem na esfera de domínio do marido. Ainda, raramente as mulheres da camada dominante saíssem à rua, só deixando a casa praticamente para irem à igreja, o que nunca faziam desacompanhadas. A autora defende também, que em última instância, foi à mulher o elemento mais afastado das correntes de transformações sociais e políticas, devido à atitude masculina francamente hostil à participação da mulher em toda e qualquer atividade que extravasasse os limites da família.

Além disso, como a propriedade territorial se constituía, a princípio, na única fonte de direitos políticos e as mulheres eram excluídas desse privilégio, igualam-se, a partir deste ângulo, aos escravos. Devido a todas estas constatações, Saffioti (2013) alega que a sociedade colonial do Brasil aliou à divisão da população em castas a estratificação social na linha do sexo, criando um rígido sistema de constrangimento físico e moral do elemento feminino, gerado e mantido pelo androcentrismo da família patriarcal, o que vem a marcar profundamente a vida e a mentalidade da mulher brasileira. A abolição da escravidão vai apresentar

significados diversos para a mulher negra e para a mulher branca. De acordo com Saffioti (2013, p. 253):

(...) em virtude das mudanças operadas no sistema de estratificação em castas não serem acompanhadas, no mesmo grau, por mudanças na estratificação à base do sexo. Com efeito, a mulher negra ganha, com a deterioração da sociedade de castas, pelo menos à liberdade formal que lhe era negada anteriormente. Ascende, neste sentido, tanto quanto o ex-escravo. Situa-se abaixo deste, entretanto, do mesmo modo que a mulher branca em virtude de não atingir, pelo processo de emancipação das “raças negras”, a plenitude dos direitos de pessoa humana. O ex-escravo seria, novo regime, considerado cidadão brasileiro para efeitos eleitorais, enquanto a mulher, tanto branca quanto negra, seria marginalizada da escolha dos representantes do povo no governo. Neste sentido, se a abolição constituiu uma emancipação precária e incompleta para a mulher de cor, representou, para a branca, uma descensão relativamente ao homem negro.

Tal situação de aparente descensão relativamente ao homem negro após a abolição da escravatura, tem diversos impactos, muitas das vezes reacionários sobre os movimentos sufragistas feminista. E neste sentido é interessante trazer as considerações de Angela Davis (2016) sobre as lutas de emancipação dos movimentos feminista de negritude nos Estados Unidos, onde destaca o papel das irmãs Sarah e Angelina Grimké, abolicionistas, ativistas política, defensoras dos direitos da mulher e do voto feminino, reconhecidas como as únicas mulheres brancas do sul que trabalharam pela libertação da escravatura, aliando a pauta da libertação negra com a libertação feminina.

Davis (2016) destaca que a conduta que Angelina (conhecida por fazer bons discursos) lucidamente conduziu a sua época, de unir as lutas democráticas, se entrelaça com o que diz Marx (1985a, p. 237) “o trabalhador de pele branca não pode emancipar-se onde o trabalhador de pele negra é marcado com ferro em brasa”. E ainda, conforme destaca Davis (2016, p 85) “Embora as correntes da escravidão tivessem sido rompidas, a população negra ainda sofria as dores da privação econômica e enfrentava a violência terrorista de gangues racistas, cuja intensidade não se comparava nem mesmo à da escravidão”.

Exposta a posição da mulher na gênese do capitalismo, compreende-se que “assim como a divisão internacional do trabalho, a divisão sexual foi, sobretudo, uma relação de poder, uma divisão dentro da força de trabalho, ao mesmo tempo que um imenso impulso à acumulação capitalista” (FEDERICI, 2017, p. 232). A diferença de poder entre mulheres e homens e o ocultamento do trabalho não remunerado das mulheres por trás do disfarce de inferioridade natural permitiram ao capitalismo ampliar imensamente a parte não remunerada do dia do trabalho, isto é, a mais valia, e usar o salário (masculino) para acumular trabalho feminino. Dessa forma, **“a acumulação primitiva foi, sobretudo, uma acumulação de**

diferenças, desigualdades, hierarquias e divisões que separam os trabalhadores entre si e, inclusive, alienaram a eles mesmos” (FEDERICI, 2017, p. 232, grifo nosso).

Deste modo, a elaboração social do fator natural sexo, assume então, na sociedade capitalista, uma feição inédita e determinada pelo sistema de produção social. O intenso processo de urbanização que a revolução industrial inicia, tira do campo imensas massas de trabalhadores rurais, arruína as bases da fabricação doméstica e do artesanato independente, o que solidifica, um profundo abismo entre o trabalho e a posse dos instrumentos de trabalho, promovendo o assalariamento de crescentes massas humanas provenientes de uma economia campezina ou de burgo (SAFFIOTI, 2013). É sobre as consequências do processo de assalariamento sobre as mulheres que tratará a próxima seção.

3.2 TRABALHO PRODUTIVO E REPRODUTIVO: A POSIÇÃO DA MULHER NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Marx (1985a) em suas críticas a Feuerbach, diz que este trata o homem como um ser genérico natural, supra histórico, e não um ser social determinado pela história das relações sociais por ele próprio criadas. A seção anterior tratou de demonstrar quais as determinações históricas que foram submetidas as mulheres para que esteja na posição que se encontra hoje. Cabe, porém, avançar no sentido da inclusão da mulher na classe trabalhadora e nas discussões que vêm sendo feitas sobre a temática, de forma que se possa verificar o modo específico em que este processo se desenvolve para representantes de um e de outro sexo, bem como a intensificação dessas contradições no trabalho feminino e suas repercussões nas diferentes subestruturas da sociedade. Os fatores dinâmicos das transformações sociais devem ser buscados no desenvolvimento das forças produtivas e nas relações que a humanidade estabelece entre si ao empregar as forças produtivas por ela acumuladas a fim de satisfazer suas necessidades materiais (MARX, 1985a). Nota-se que o emprego das forças produtivas acumuladas sob o capitalismo possui uma dinâmica que: não satisfaz as necessidades materiais de toda sociedade, vide a pobreza e concentração de riqueza no mundo ontem e hoje; segundo, joga a reprodução social para a esfera privada, sobre as costas das mulheres. Trata-se do trabalho produtivo e reprodutivo.

Uma das grandes diferenciações introduzidas pelo capitalismo é o fato de o trabalhador não mais produzir diretamente para seu consumo, mas sim artigos cuja existência independe de suas necessidades enquanto produtor. Entre a atividade trabalho e os produtos aptos a satisfazerem às necessidades do trabalhador, ou seja, entre a produção e o consumo, existem outros dois processos de natureza também social: a distribuição e a troca, o que faz com que o

trabalhador participe do mercado não apenas enquanto comprador de mercadorias, mas ainda, e mais importante, primeiramente como vendedor da sua força de trabalho. Assim, é como livre possuidora de sua força de trabalho que, primordialmente, a classe trabalhadora participa do mercado e dessa forma, como ressalta Saffioti (2013, p. 54) “A liberdade de que cada homem goza na situação de mercado leva à ilusão de que as realizações de cada um variam em razão direta de suas capacidades individuais”.

Ainda, o sistema capitalista opera sob a lógica do valor de uso e do valor de troca sobre as mercadorias que produz. Uma coisa pode ter valor de uso, sem, entretanto, ter valor de troca. Um dos casos, é quando a sua utilidade para a sociedade não é mediada por trabalho, tal como o ar, o solo virgem, os gramados naturais, as matas não cultivadas etc. Outro caso é quando uma coisa pode ser útil e produto do trabalho humano, sem ser mercadoria. Quem com seu produto satisfaz sua própria necessidade ou de outro sem vender, cria valor de uso, mas não mercadoria. Para produzir mercadoria, é necessário não apenas produzir valor de uso, mas valor de uso para outros (valor de uso social), e então, para tornar-se mercadoria, é preciso que o produto seja transferido a quem vai servir como valor de uso por meio do seu valor de troca (MARX, 1985a). O modo de produção capitalista, caracteriza-se pelo fato de que “o valor de troca penetra todos ou a maioria dos artigos produzidos, estes se determinam como e enquanto mercadorias, e a própria força de trabalho ganha a mesma determinação” (SAFFIOTI, 2013, p. 53). Assim:

Se o trabalhador originalmente vendeu sua força de trabalho ao capital, por lhe faltarem os meios materiais para produção de uma mercadoria, agora sua força individual de trabalho deixa de cumprir seu serviço se não estiver vendida ao capital. Ela apenas funciona numa conexão que existe somente depois de sua venda, na oficina capitalista. Incapacitado em sua qualidade natural de fazer algo autônomo, o trabalhador manufatureiro só desenvolve atividade produtiva como acessório da oficina capitalista. (MARX, 1985a, p. 283)

O trabalho é o uso da força de trabalho, que consiste nas aptidões físicas e intelectuais de quem a detém e a usa. O salário não paga o valor do trabalho, mas o valor da força de trabalho, cujo uso, no processo produtivo, cria um valor maior do que o contido no salário. Isso acontece porque seu valor, como o de qualquer outra mercadoria, é determinado pelo tempo de trabalho necessário à sua produção (MARX, 1985a). Se, portanto, para reproduzir o valor recebido por sua venda da força de trabalho (no caso o salário, que supostamente deveria garantir os meios de subsistência médios diários do trabalhador) necessita-se de 4 horas, então precisar-se-ia trabalhar 4 horas por dia. Entretanto, a jornada de trabalho total de toda pessoa da esfera produtiva, é maior que esse tempo de trabalho necessário para recriar seu salário,

assim, a grandeza do mais trabalho obtém-se da diferença da jornada de trabalho total o tempo de trabalho necessário.

Este processo cria o ponto central do capitalismo, onde a mercadoria trabalho distingue-se da multidão das outras mercadorias pelo fato de que seu consumo cria valor e valor maior do que ela mesma custa, sendo “a proporção tempo de mais trabalho dividida pelo tempo de trabalho necessário que determina a taxa de mais valia” (MARX, 1985a, p. 187). Soma-se a isso o fato de que a remuneração do trabalho em dinheiro, isto é, sob a forma de salário, disfarça a apropriação, por parte do capitalista do trabalho excedente do produtor imediato, pois oculta a relação mais profunda na sociedade, determinada pela distribuição dos instrumentos de trabalho, o que vale dizer, pela produção.

Só o trabalho produtivo, isto é aquele vinculado ao capital produtivo, que cria valor e mais valia. Por capital produtivo é, entende-se de forma mais imediata o capital industrial, admitindo-se o capital agrícola como uma das suas modalidades. O capital comercial e o capital bancário representam então, especializações funcionais improdutivas do capital social total, indispensáveis, porém, à sua circulação e rotação sob forma de mercadoria específica é sob forma de dinheiro. Jacob Gorender na apresentação de O Capital (MARX, 1985a, p. XLII e XLIII) explica que:

Uma parte da mais-valia criada na esfera do capital industrial passa às esferas do comércio e dos negócios bancários - assumindo as formas particulares de lucro comercial e juros -, com ela se pagando o lucro de comerciantes e banqueiros, bem como o salário dos seus empregados. Mas há atividades que não produzem bens materiais e, contudo, são necessárias ao processo de produção ou o prolongam na esfera da circulação, devendo ser consideradas produtivas e, portanto criadoras de valor e mais-valia. Este é o caso do transporte, armazenagem e distribuição de mercadorias. Uma vez que as mercadorias são valores de uso destinados à satisfação de necessidades (como bens de produção ou como bens de consumo), é evidente que transportá-las, conservá-las em locais apropriados e distribuí-las constituem tarefas produtivas, ainda que nada acrescentem à substância ou à conformação física das mercadorias. Por consequência, uma parte das atividades abrangidas pela rubrica do comércio tem natureza de trabalho produtivo. São somente improdutivas aquelas atividades comerciais que derivam das características mercantis das relações de produção capitalistas, dizendo respeito aos gastos com as operações de compra e venda e com suas implicações especulativas.

É importante destacar que há inúmeras discussões sobre o que é trabalho produtivo e improdutivo, não sendo possível definir os limites entre um e o outro com tanta clareza, principalmente atualmente, onde o setor de serviços assumiu um peso muito importante na economia mundial. Entretanto, a questão que se pretende inserir agora é a seguinte: se somente o trabalho produtivo é que gera mais valia, se somente importa ao capitalismo aquilo que converte-se em mercadoria (seja fruto de trabalho produtivo ou improdutivo), isto é, que possui valor de uso e de troca, o que acontece com os trabalhos ou coisas que possuem são úteis mas

não são mercadorias? Poderiam ser listadas nesta categoria desde o ar, o solo virgem, a água, as florestas (úteis e não criados pelo trabalho humano) até as atividades de reprodução social, produto direto do trabalho humano, tal como a criação de crianças, o cuidado com idosos e doentes, o trabalho doméstico de limpeza e conservação do lar, chegando até mesmo a construção e organização de moradias e locais para, quando se trata daquelas feitas pelas próprias pessoas para sua sobrevivência, algo muito comum nas periferias, fruto da espoliação urbana (KOWARICK, 1980).

Passa-se então para a análise acerca do trabalho útil, porém não gerador de mais valia que é o da reprodução social, principalmente no que tange aqueles realizados pelas mulheres, que compõe a grande maioria. Arruza (2017, p. 40 e 41) diz que:

a reprodução social refere-se ao domínio mais específico da renovação e da manutenção da vida e das instituições e o trabalho necessário aí envolvido. Isso deve ser entendido como abrangendo três elementos fundamentais: “a reprodução biológica da espécie”, “a reprodução da força de trabalho” e a “reprodução das necessidades de provisão e de cuidado”

Contudo o papel das mulheres na reprodução biológica da espécie, não pode ser confundido com a questão historicamente específica, de seus papéis na reprodução da força de trabalho e na manutenção das relações de dominação e de subordinação da produção capitalista. As relações de classe colocam os limites nos quais a reprodução social ocorre e, portanto, no interior dos quais a reprodução biológica também é organizada. Também tem de ser considerados os processos de produção ideológica que atribuem significados específicos ao sexo, sexualidade, reprodução geracional, e diferença sexual, de modo que, a diferença biológica não sinaliza nada mais do que o fato de que as mulheres partem, acontecimento que por si, não tem nenhum significado social ou cultural, esses surgem porque o traço biológico da reprodução e da diferença sexual estabelecem-se no interior dos modos de reprodução societal e social que têm características específicas (ARRUZA, 2017).

Frigga Haug (2007, p. 357) propõe que se deve falar de relações de gênero como relações de produção em uma forma tripla:

como um nível no qual os cidadãos estão especificamente e historicamente posicionados em organizar e produzir suas vidas; - como um momento decisivo na produção dos meios de vida e sua relação de - produção e manutenção da própria vida; e como um campo com contradições nele e entre os modos de produção.

Assim, o conjunto total de trabalho necessário para a reprodução da sociedade, tanto como a distribuição deste trabalho entre os gêneros e o apoio para o acordo em relação a lei, a moral, a política e a ideologia, são necessários a análise sobre a inclusão da mulher no processo de assalariamento, isto é, a maneira como o trabalho realizado dentro da família se relaciona à

totalidade do trabalho e à reprodução da sociedade, tendo em vista o emprego de relações de gênero no nível do conjunto total como um fundamento de acumulação capitalista, de forma que se possa entender a função da divisão do trabalho entre o lar e a indústria e, com isso, o papel das relações de gênero para a reprodução da sociedade capitalista.

Um importante elemento da lógica capitalista de produção é a jornada de trabalho, onde o desenvolvimento da força produtiva do trabalho, tem por finalidade diminuir a parte da jornada durante a qual o trabalhador tem de trabalhar para si mesmo (trabalho necessário), para então prolongar a outra parte da jornada, na qual trabalha gratuitamente para o capitalista (mais trabalho que convertesse em mais valia) (MARX, 1985a). O expediente de labor é um dos itens que caracteriza capitalismo dependente latino-americano, que somado aos salários degradados, configuram a superexploração do trabalho dentro de um padrão industrial subordinado. Mas o ponto que de fato quer se destacar se destacar aqui é: e a jornada de trabalho feminina? As economias, sejam dos países do capitalismo central seja dos dependentes, são construídas sobre centenas de milhões de horas de trabalho necessário e gratuito: cuidar de crianças, idosos e doentes, lavar, limpar, cozinhar e buscar água e lenha.

Visivelmente, a maior parte desse trabalho gratuito é feita por mulheres e meninas – resultado tanto do modelo econômico quanto das relações de gênero que se estabeleceram. Segundo a OXFAM (2020, p. 6) “o valor monetário global do trabalho de cuidado não remunerado prestado por adolescentes e mulheres na faixa etária dos 15 anos ou mais é de pelo menos US\$ 10,8 trilhões por ano - três vezes mais alto que o estimado para o setor de tecnologia do mundo”. Ainda, esse trabalho de cuidado (trabalho necessário) se configurou como sendo da esfera privada, competente a relação familiar, o que impõe a mulher trabalhadora uma dupla jornada de trabalho, onde utiliza muito mais horas do seu dia ocupando sua força produtiva para a reprodução social (vide os dados da primeira seção do capítulo um), assim, a falta de tempo livre somada as questões culturais e ideológicas (conforme demonstraram Federici e Saffioti), se colocam para a maioria das mulheres como um impedimento para estarem em espaços públicos e políticos.

Assim, se por um lado o trabalho nas fábricas, nas lojas, nos escritórios rompeu o isolamento em que viviam parte das mulheres, minando o sistema de segregação sexual e de reclusão aos quais elas estavam submetidas, permitindo que decrescesse as diferenças de participação cultural dos elementos femininos e masculinos, por outro lado, isso instituiu um duplo expediente de labor, onde a parte de trabalho necessário executada pela mulher se estende de forma muito maior dentro ambiente familiar. Exatamente sobre este ponto, surge uma discussão interessante e longe de estar resolvida no âmbito no feminismo marxista, que é: a

apropriação desse trabalho necessário realizado à mais pela mulher, é apropriado pelo capital ou pelo homem no núcleo doméstico? Apesar de ser uma temática bastante instigante, não será aqui tratada, mas certamente é um bom conteúdo a ser estudado. O tópico que de fato pretende-se adentrar agora, e que como já foi exposto por Federici, é onde existe controle do capital, é a moderação sobre o número de nascimentos. Passa-se então a fundamentação.

Marx (1985b) expõe um ponto sobre a acumulação ordinária do capitalismo, no que tange à sua reprodução simples, que é a necessidade permanente de que existam pessoas desempregadas, pois o efeito disciplinador e rebaixador do valor do salário que o desemprego tem é algo amplamente sentido, aqui ele explica um pouco:

(...) as necessidades da acumulação do capital podem superar o crescimento da força de trabalho ou do número de trabalhadores, a demanda de trabalhadores pode se tornar maior que a sua oferta e por isso os salários se elevam. Assim como a reprodução simples reproduz continuamente a própria relação capital, capitalistas de um lado, assalariados de outro, também a reprodução em escala ampliada ou a acumulação reproduz a relação capital em escala ampliada, mais capitalistas ou capitalistas maiores neste pólo, mais assalariados naquele. Acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado. (MARX, 1985b, p. 188)

Com base nisso, ele explica a utilidade de existência de uma massa de pessoas que não esteja ocupada, expõe então o conceito de exército industrial de reserva ou superpopulação relativa, demonstrando que uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base no capitalismo, pois se torna a alavanca da acumulação capitalista, até uma condição de existência do deste modo de produção, de forma que todo trabalhador ou trabalhadora faz parte dela durante o tempo em que está desocupado parcial ou inteiramente. Adentra na explanação de que tal fenômeno se trata de uma lei populacional peculiar ao capitalismo, assim como, cada modo de produção histórico tem suas leis populacionais particulares e historicamente válidas, de modo que, “uma lei populacional abstrata só existe para planta e animal, à medida que o ser humano não interfere historicamente” (MARX, 1985b, p.200), sintetiza bem a ideia nesta passagem:

Grosso modo, os movimentos gerais do salário são exclusivamente regulados pela expansão e contração do exército industrial de reserva, que correspondem à mudança periódica do ciclo industrial. Não são, portanto, determinados pelo movimento do número absoluto da população trabalhadora, mas pela proporção variável em que a classe trabalhadora se divide em exército ativo e exército de reserva, pelo acréscimo e decréscimo da dimensão relativa da superpopulação, pelo grau em que ela é absorvida, ora liberada. (...) Com salário em baixa, a população trabalhadora é mais dizimada, de modo que em relação a ela e o capital a ficar excessivo, ou, também como outros explicam, o salário em baixa e a correspondente exploração mais elevada do trabalhador novamente acelera a acumulação, enquanto, ao mesmo tempo, o salário baixo mantém o crescimento da classe trabalhadora em xeque. (MARX, 1985b, p. 204).

Retornando a questão da mulher, ora, se uma lei populacional não é algo abstrato na sociedade humana, mas sim determinado, como então não considerar historicamente determinada a reprodução social e o papel da mulher, como ser biológico que gesta a vida humana? Neste sentido, Federici parece ter conseguido esclarecer onde inicia-se a demarcação do processo de controle sobre nascimentos e população (a caça às bruxas), onde a mulher sistematicamente vai perdendo o controle sobre seu corpo e sua caracterização social, sendo impelida a adentrar neste novo modo de produção social e reprodução societal, tanto pela via do novo modelo econômico imposto, quanto pelas novas relações de gênero que se instituem, conforme destacam Silvia Federici (2017) e Frigga Haug (2017) em seus trabalhos.

3.2.1 A interseccionalidade – gênero, raça e classe

É essencial compreender de maneira mais específica, a condição da mulher negra enquanto pertencente a classe trabalhadora, ser biológico feminino na reprodução social e sujeita mulher nas relações de gênero. O movimento feminista foi capaz de demonstrar o caráter político do mundo privado, proporcionou todo um debate público em que foram pautadas questões completamente novas, como sexualidade, violência, direitos reprodutivos etc., que se revelaram articulados as relações tradicionais de dominação/submissão (GONZALEZ, 2011). Mas, apesar das suas contribuições fundamentais para a discussão da discriminação pela orientação sexual, não aconteceu o mesmo com outros tipos de discriminação, tão grave como a sofrida pela mulher: a de caráter racial., pois o eurocentrismo e seu efeito neocolonialista também são formas alienadas de uma teoria e de uma prática que se percebem como liberadora (GONZALEZ, 2011). Lélia Gonzalez (2011, p. 15) expõe:

O racismo latino-americano é suficientemente sofisticado para manter negros e indígenas na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças a sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento, tão bem analisada por cientistas brasileiros. Transmitida pelos meios de comunicação de massa e pelos sistemas ideológicos tradicionais, ela reproduz e perpetua a crença de que as classificações e os valores da cultura ocidental branca são os únicos verdadeiros e universais. Uma vez estabelecido, o mito da superioridade branca comprova a sua eficácia e os efeitos de desintegração violenta, de fragmentação da identidade étnica por ele produzidos, o desejo de embranquecer (de “limpar o sangue” como se diz no Brasil), é internalizado com a consequente negação da própria raça e da própria cultura.

Se a igualdade de todos perante a lei por muitos séculos significou à igualdade entre homens brancos com posses, baseada na ideologia de gênero da incapacidade feminina, o silêncio ruidoso sobre as contradições raciais se fundamenta, modernamente, num dos mais eficazes mitos de dominação ideológica: o mito da democracia racial (GONZALES, 1984).

Assim, o quadro das profundas desigualdades raciais existentes na América Latina, se junta, de forma muito bem articulada, a desigualdade sexual, o que Lélia Gonzalez (2011, p. 17), mais uma vez define de forma muito contundente:

Trata-se de uma discriminação em dobro para com as mulheres não-brancas da região: as amefricanas e as ameríndias. **O duplo caráter da sua condição biológica – racial e sexual – faz com que elas sejam as mulheres mais oprimidas e exploradas de uma região de capitalismo patriarcal-racista dependente.** Justamente porque este sistema transforma as diferenças em desigualdades, a discriminação que elas sofrem assume um caráter triplo, dada sua posição de classe, ameríndias e amefricanas fazem parte, na sua grande maioria, do proletariado afrolatinoamericano. (grifo nosso)

Lélia acrescenta que um dito popular brasileiro sintetiza essa situação ao afirmar: “branca para casar, mulata para fornicar, negra para trabalhar”, de modo que os papéis atribuídos as amefricanas (preta e mulata) retiram sua humanidade, são vistas como corpos animalizados (GONZALES, 2011). Expõe ainda que a função da mucama nunca foi esquecida, pois a mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta e novamente revela, que, como todo mito, o da democracia racial oculta algo para além daquilo que mostra:

Numa primeira aproximação, constatamos que exerce sua violência simbólica de maneira especial sobre a mulher negra. Pois o outro lado do endeusamento carnavalesco ocorre no cotidiano dessa mulher, no momento em que ela se transfigura na empregada doméstica. É por aí que a culpabilidade engendrada pelo seu endeusamento se exerce com fortes cargas de agressividade. É por aí, também, que se constata que os termos mulata e doméstica são atribuições de um mesmo sujeito. A nomeação vai depender da situação em que somos vistas. (GONZALES, 1984, p. 228)

E nesse sentido, ela destaca que:

Mas é justamente aquela negra anônima, habitante da periferia, nas baixadas da vida, quem sofre mais tragicamente os efeitos da terrível culpabilidade branca. Exatamente porque é ela que sobrevive na base da prestação de serviços, segurando a barra familiar praticamente sozinha. Isto porque seu homem, seus irmãos ou seus filhos são objeto de perseguição policial sistemática (esquadrões da morte, “mãos brancas estão aí matando negros à vontade; observe-se que são negros jovens, com menos de trinta anos. Por outro lado, que se veja quem é a maioria da população carcerária deste país). (GONZALES, 1984 p. 231).

As condições de existência material da comunidade negra remetem a condicionamentos ideológicos e sociais que têm que ser atacados e desmascarados. Os diferentes índices de dominação das diferentes formas de produção econômica existentes no Brasil, América Latina e até mesmo nos EUA reforçam isso diariamente. É neste sentido que as feministas negras norte americanas, desenvolvem a metodologia da interseccionalidade para estudar estas múltiplas conexões que se dão através gênero, raça e classe. Barbara Machado (2017, p. 2) destaca que:

Embora o conceito de interseccionalidade seja creditado à jurista norte americana Kimberlé Crenshaw (CRENSHAW, 1989, 1993), o entendimento de que gênero, classe, raça e sexualidade não devem ser entendidos de maneira separada, mas entrelaçada e articulada, remonta aos movimentos de mulheres negras e mulheres de cor norte-americanas da década de 1970. O coletivo de mulheres negras Combahee River Collective, em manifesto datado de 1977, já afirmava um compromisso de "lutar contra a opressão racial, sexual, heterossexual e classista", tendo como tarefa "o desenvolvimento de uma análise e uma prática integradas, baseadas no fato de que os maiores sistemas de opressão se encadeiam", configurando uma "síntese dessas opressões [que] criam as condições de nossas vidas." (LA COLECTIVA DEL RIO COMBAHEE, 1988: 172, tradução minha).

O feminismo negro teve, portanto, papel primordial na elaboração do que viria a ser sistematizado como interseccionalidade, denunciando o caráter branco, burguês e liberal que minava o potencial transformador do feminismo, já que o movimento se concentrava predominantemente nas experiências de mulheres brancas privilegiadas, ora consideradas como universais a todas as mulheres, ora como prioritárias, algo bastante destacado por Angela Davis (2016), desde o primórdio dos movimentos por direitos as mulheres nos EUA. Sendo muito importante a seguinte colocação de Machado (2017, p. 16):

(...) pode-se considerar que a análise interseccional que considera racismo e sexismo, mas que não desenvolve uma crítica do capitalismo, não representa uma ameaça real aos sistemas integrados que produzem desigualdade, já que as demandas individuais podem ser tragadas por ele sem custos significativos, mas as lutas coletivas exigem sua desestruturação.

Entretanto, não se pode perder de vista o que Davis expõe nesta passagem (1997, s.p.):

As organizações de esquerda têm argumentado dentro de uma visão marxista e ortodoxa que a classe é a coisa mais importante. Claro que classe é importante. É preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras".

Assim, encaminhando-se para o fim desta seção, que pretendeu adentrar nas determinações de um feminismo que usa as lentes do materialismo histórico, cabem as considerações de Clara Zetkin (alemã que veio a fundar o dia internacional da mulher), onde ressalta que Marx não se ocupou da questão feminina enquanto tal e em si mesma, mas sua contribuição é insubstituível e essencial na luta levada pelas mulheres para conquistar seus direitos.

Em suas obras acumula-se uma profusão de fatos, de ideias e de sugestões sobre a questão do trabalho feminino, sobre a situação das trabalhadoras, sobre a justificação da proteção legal do trabalho, das condições que deram origem às formas atuais da família, as

instituições e a influência das relações econômicas e de propriedade que estão relacionadas a elas. O que ensina não apenas a julgar corretamente a posição das mulheres no passado, mas permite compreender as posições sociais, legais e constitucionais do sexo feminino hoje. “É um arsenal intelectual inesgotável para nossa luta, tanto para as nossas reivindicações imediatas como para nosso objetivo socialista” (ZETKIN, 1903, s.p.). Segue, evidenciando que a partir da análise das contradições de classe na sociedade atual e suas raízes, Marx abre os olhos das mulheres para as diferenças de interesse que as separam em diferentes classes:

Na atmosfera do conceito materialista da história, a “baboseira amorosa” sobre uma “irmandade” que supostamente envolve uma fita unificadora em torno de mulheres burguesas e proletárias, explodiu como tantas bolhas de sabão cintilantes. Marx forjou e nos ensinou a usar a espada que cortou a conexão entre o movimento proletário e o movimento burguês das mulheres. Mas ele também forjou a corrente de discernimento pela qual o primeiro está inextricavelmente ligado ao movimento operário socialista e à luta revolucionária das classes do proletariado. (ZETKIN, 1903, s.p.)

É interessante perceber como esse comentário de Clara se interliga com aquele feito pelas feministas negras norte americanas, décadas depois, sobre a necessidade de transcender o feminismo liberal e branco. Continuando pelas lentes do materialismo histórico, se soma a luta de classe, a luta feminista e antirracista, tendo em vista que as necessidades produtivas organizam o tempo social, sem ter em conta o tempo necessário para a reprodução da vida, onde esse movimento constituiu a diferença sexual como uma diferença política e a diferença entre a liberdade natural dos homens e da sujeição “natural” das mulheres, tudo isso ainda mais acentuado quando se trata de uma mulher negra ou indígena. Patriarcado, racismo e capitalismo são sistemas que se alimentam mutuamente, onde a contribuição econômica da mulher a família se tornou indispensável para o capitalismo avançado, tal como a superexploração da mão de obra negra. Deste modo, características de ordem natural são tornadas problemas sociais pela civilização, então, é neste nível que suas soluções devem ser encontradas, logo, uma perspectiva crítica, feminista, antirracista e socialista não é, portanto, utópica no sentido de inatingível, impossível, mas, conforme Davis (1997, s.p.):

(...) utopia é quando a gente se move em novas direções e visões. Utopia no sentido de que necessitamos de visões para nos inspirar e ir para frente. Isso tem que ser global. Precisamos achar um modo de dar conta e saber como vamos interligar nossas lutas e visões e chegar a algumas conclusões sobre como desenvolver novos valores revolucionários e, principalmente, como desatrelar valores capitalistas de valores democráticos.

Assim sendo, o próximo tratará da economia popular, sua forma enquanto economia solidária e sua aproximação com mulheres, que ganha expressão no Brasil na década de 1990, como resposta ao desemprego, à precarização e ao dismantelamento do mundo do trabalho.

4 O CÉU CLARO APESAR DE ESCURO: ECONOMIA POPULAR, SOLIDÁRIA E COOPERATIVISMO

A produção é base da vida social. A humanidade, para viver, necessita de alimentos, bebidas, roupas, casas e demais bens materiais. Para conseguirem tais bens, precisam trabalhar – travando sua luta contra a natureza, na qual consegue-se os bens necessários para manter a condição de existência. O trabalho é uma atividade racional da humanidade – atividade através do qual ela se submete e se apropria da natureza, adaptando-se para satisfazer as suas condições de existência, de forma que não se dá de maneira isolada, mas em sociedade. Por esse motivo, toda produção é uma produção social. A produção social da humanidade pressupõe, sempre, três aspectos: a atividade adequada a um fim, isto é o próprio trabalho; a matéria a que se aplica o trabalho, o objeto de trabalho; e os meios de trabalho, o instrumental de trabalho (Marx, 1985a e 1985b).

Todavia, ao produzir, a humanidade não modifica somente a natureza, mas também a si mesma. Na produção social, deve-se considerar não somente o trabalho humano sobre a natureza, mas também da humanidade sobre a humanidade:

“As relações sociais de acordo com as quais os indivíduos produzem, as relações sociais de produção, alteram-se, transformam-se com a modificação e o desenvolvimento dos meios materiais de produção, das forças produtivas. Em sua totalidade, as relações de produção formam o que se chama de relações sociais, a sociedade e, particularmente, uma sociedade num estágio determinado de seu desenvolvimento histórico” (Marx, 1849).

O modo de produção capitalista, iniciado no século XVIII na Europa, a partir da desestruturação do sistema feudal, vigente até os dias de hoje, é caracterizado pela propriedade privada dos meios de produção (terra, matérias-primas, máquinas, edificações, isto é, os bens econômicos que podem ser utilizados na produção de outros bens e serviços, o capital), o que leva a sociedade a uma divisão de classes: a que é detentora dos meios de produção e a que vende sua força de trabalho a primeira. Reside ainda nesse modo de produção, a necessidade substancial do capital gerar lucro, assim o trabalho e a produção de valores de uso encontram-se submetidos a lógica da produção da mercadoria.

O interesse do sistema capitalista volta-se para o retorno que os valores de uso trarão ao serem trocados, mercantilizados, ou seja, será produzido aquilo que for lucrativo. Estando os valores de uso submetidos a lógica dos valores de troca, o próprio trabalhador não produz apenas mercadorias, ele também é uma mercadoria, entretanto, diferentemente das demais mercadorias, essa é a única capaz de gerar a riqueza apropriada pelos detentores dos meios de

produção, a burguesia. Através do trabalho assalariado e da exploração da classe trabalhadora, ocorre a apropriação da riqueza, que fica concentrada nas mãos de poucos (Marx, 1849).

Esta condição de exploração da mão de obra, associada aos primórdios do capitalismo onde trabalhadores eram submetidos a longas jornadas de trabalho, inclusive sábado e domingo, praticamente sem descanso, lazer e dedicação à família, sem qualquer lei trabalhista que os amparasse, faz com que surgisse o movimento operário organizado que passa a reivindicar direitos e condições salubres de trabalho, tudo isso nos idos do século XIX, na Europa. Os frutos dessas lutas e reivindicações tornam-se a base daquilo que vem a ser constituído como direitos trabalhistas e sociais.

Contudo, conforme já exposto nesta pesquisa, em cada parte do mundo, devido aos processos históricos próprios, o modo de produção capitalista assume configurações diferentes para operar, onde, por exemplo na América Latina, constitui-se em um capitalismo tardio, periférico e dependente, onde setores amplos da população nunca lograram pertencer ao mercado de trabalho formal e organizado em seus direitos laborais e sociais, estando a margem de um sistema de proteção social estatal, com direitos constituídos. Soma-se a isso o fato de que desde a Guerra Fria, as inovações técnico-científicas no capitalismo moderno amplificaram-se drasticamente. O desenvolvimento das forças produtivas alargou-se com a introdução da robótica, microeletrônica, automação, entre outras, além da instituição de novas formas de organização produtiva e empresarial. Ladislau Dowbor, considera que:

“A assimetria dos avanços tecnológicos no mundo, atingindo inclusive de forma negativa grande parte da população mundial; a disritmia entre o avanço corporativo e o desenvolvimento de mecanismos reguladores correspondentes; o impacto profundamente desigual sobre o emprego, gerando uma nova hierarquia entre empregados de ponta, emprego precário, atividades informais e atividades ilegais - estas três macrotendências convergem para a desigualdade crescente entre países, bem como entre ricos e pobres em cada país” (Dowbor, 2008, p. 152).

Assim, o desenvolvimento econômico e as lutas trabalhistas e sindicais de cada país são os promotores do grau de heterogeneidade e da desigualdade nos processos de trabalho, sociolaborais e organizacionais, isto é, a composição do capital, a incorporação de tecnologia no processo produtivo, a estabilidade ou crise do sistema econômico, as características do Estado e o nível de coesão, organização e luta dos trabalhadores e das classes exploradas da sociedade, são definitivas nas condições de vida e trabalho. Estas características que diferenciam a heterogeneidade e a desigualdade das relações sociais e trabalhistas por países e regiões possuem, porém, um ingrediente em comum: a tendência à precarização do trabalho conforme a crise econômica surja e as empresas adotando os métodos flexíveis de produção e organização do trabalho (Valencia, 2016). E de fato, onde se introduziram reformas de corte

neoliberal nas relações trabalhistas e econômicas nos últimos anos, a exemplo do Brasil, a precariedade converteu-se em atributo do mercado de trabalho, com o aumento na proporção de trabalhadores informais, conforme os dados apresentados no primeiro capítulo desta pesquisa.

E neste sentido, o destaque que se pretende dar agora é nas soluções baseadas na comunidade para esses problemas de exclusão crescente gerada pela globalização neoliberal, isto é, as alternativas coletivas de economia popular que, hoje, proliferam frente à crise do trabalho assalariado, mais especificamente, a aquele setor intitulado Economia Solidária.

4.1 ECONOMIA POPULAR, ECONOMIA SOLIDÁRIA E SEU MODO DE SER

A classe trabalhadora, seja em sua parte alocada em postos de trabalho formais ou que se encontra como exército industrial de reserva, desde sua constituição busca meios e formas de resistir à exploração que o sistema capitalista de produção impõe. No primeiro grupo¹⁴ as lutas sindicais são a expressão mais característica, além de todos os movimentos sociais que encabeçam. Já o segundo grupo se encontra numa posição ainda mais extrema, pois ao não estar contemplado como trabalhador formal, além de não poder contar com os diversos direitos sociais conquistados pelo primeiro grupo, tem de buscar alternativas de sobrevivência dentro de um sistema que lhe nega o acesso aos meios de produção.

Os caminhos escolhidos por estes sujeitos e sujeitas para providenciar a geração de trabalho e renda nos centros urbanos e no meio rural, formam o que vem a ser conhecido como economia popular. Lia Tiriba (2001, p. 109) destaca que “para a “economia crítica”, a economia popular é entendida como um setor que corresponde à atividade econômica desenvolvida pelos setores populares para tentar satisfazer às suas necessidades básicas. Seu objetivo não é a acumulação do capital e, sim, a reprodução da própria vida”. Sendo os atores da economia popular:

não somente as pessoas desprovidas da propriedade e que nada mais têm seus próprios filhos, mas também o conjunto de camponeses, operários urbanos e rurais e demais trabalhadores que não desfrutam, com dignidade, de seus direitos à educação, saúde, habitação, enfim, dos direitos mínimos de cidadania. (...) Em contraposição aos setores economicamente dominantes, compreendemos como setores populares as classes sociais que, devido à sua situação na hierarquia da produção, ficaram excluídos do acesso às riquezas socialmente produzidas. Assim, podemos afirmar que também são atores da economia popular aqueles que integram os setores populares “marginais”, pertencentes às classes com baixo nível de renda, que atualmente buscam formas alternativas de trabalho (lícitas ou ilícitas). (TIRIBA, 2001, p 134).

¹⁴ Importante destacar que estes grupos estão em constante intercâmbio e interação.

Ainda, a autora expõe que:

Os conceitos e denominações utilizadas para fazer referência às experiências de pequena escala têm sido os mais diversos, dependendo das diferentes perspectivas políticas e enfoques teóricos e da diversidade das práticas econômicas populares: além de economia informal, subterrânea, invisível, submergida, surgem novos termos, como economia popular, economia solidária, economia de solidariedade e trabalho, socioeconomia solidária e cooperativismo popular. (TIRIBA, 2001, p 104)

De início já se percebe que há uma dificuldade em conceituar tais práticas populares, uma vez que ela representa um amplo e heterogêneo campo, recorrendo-se a diferentes noções para tratar das práticas sociais e ramos de provisões de serviços, produção e renda, afinal, a descrição acima colocada, permite a inserção de diversas categorias no mesmo grupo (como economia informal e cooperativismo popular) e ainda a possibilidade de questionamentos como: o que é popular, de fato? Pois como bem destaca a própria Tiriba (2001, p. 133) “ (...)“o popular” não pode ser definido por uma série de conteúdos e pontos internos, como se eles fossem imunes aos processos de massificação e globalização da cultura”. Assim, para tentar esclarecer tais indagações, Lia, se utilizando dos ensinamentos de Razeto, traz o entendimento de que a economia popular está composta, basicamente, de cinco tipos de atividades e empreendimentos:

- i) soluções assistenciais, como mendicância nas ruas, subsídios oficiais para indigentes, sistemas organizados de beneficência pública ou privada orientados a setores de extrema pobreza etc.;
- ii) atividades ilegais ou envolvendo pequenos delitos, como prostituição, pequenos roubos, pequenos pontos de venda de droga ou outras atividades consideradas ilícitas ou à margem das normas sociais e culturais;
- iii) iniciativas individuais informais, como comércio ambulante, serviços domésticos de pintura e limpeza, mensageiros com locomoção própria, guardadores de carros, coletores e vendedores de ferro-velho etc., muitas vezes vinculadas ao comércio formal;
- iv) microempresas e pequenos escritórios e negócios de caráter familiar, individual ou de dois ou três sócios, como pequenos comércios de bairro, oficinas de costura, bares etc. (geralmente dirigidos pelos próprios proprietários, com a colaboração da família);
- v) organizações econômicas populares, como organização de pequenos grupos para buscar, associativa e solidariamente, a forma de encarar seus problemas econômicos, sociais e culturais mais imediatos (geralmente surgidos de paróquias, comunidades, sindicatos, partidos políticos e outras organizações populares). (RAZETO, 1993b, p. 36-37, apud, TIRIBA, 2001, p. 116)

Tiriba expõe que entre as diferentes atividades que compõem o mundo da economia popular, podem ser destacadas organizações econômicas populares (OEPs), que, como iniciativas organizadas e solidárias, transitando entre a economia popular e a economia de solidariedade, apresentam algumas características e aspectos comuns:

- a) são iniciativas que desenvolvem os setores populares tanto no campo como nas cidades, alcançando uma maior extensão nos cinturões de pobreza dos grandes centros urbanos;

- b) não são iniciativas meramente individuais, mas associativas, nas quais se organizam as pessoas e/ou famílias em pequenos grupos ou comunidades; seus integrantes não se apresentam como multidões anônimas, mas são facilmente identificáveis;
- c) são iniciativas organizadas em que seus integrantes propõem, de forma explícita ou informalmente, um programa de atividades com objetivos precisos, dando lugar a uma estrutura e procedimentos para a tomada de decisões;
- d) são iniciativas para enfrentar um conjunto de carências e de necessidades concretas como geração de trabalho e salários, alimentação, moradia, saúde etc.; além das fisiológicas, busca-se satisfazer às necessidades individuais de convivência, de desenvolvimento da cultura, de educação, de autonomia e integração crítica na sociedade;
- e) são iniciativas que buscam enfrentar os problemas por meio de uma ação direta, mediante o esforço coletivo e a utilização de recursos próprios;
- f) são organizações que implicam relações e valores solidários, não como algo acessório ou secundário, mas como algo inerente ao modo com que se busca enfrentar os problemas e satisfazer às necessidades;
- g) são organizações que, embora tenham de experimentar variadas formas de dependência com respeito aos sujeitos externos, pretendem que a dinâmica interna das relações entre seus integrantes se dê de uma maneira participativa, democrática, autogestionária e autônoma;
- h) são iniciativas que não se limitam a uma só atividade, mas que tendem a ser integrais, combinando atividades econômicas, sociais, educativas e culturais;
- i) são iniciativas que pretendem ser diferentes e alternativas com respeito ao sistema vigente, propondo-se ser, ainda que em pequena escala, uma mudança social, na perspectiva de uma sociedade melhor e mais justa;
- j) são experiências que, surgindo dos setores populares para fazer frente a suas necessidades, geralmente são apoiadas por instituições religiosas ou organizações não governamentais, através de atividades de capacitação, assessoria e doação de recursos materiais, tendo como objetivo o desenvolvimento social, cultural, político, econômico e humano integral dos setores populares. (RAZETO, 1990, p. 11-14, apud, TIRIBA, P. 117-118)

Assim, as organizações econômicas populares solidárias (OEPS) seriam concebidas como um modo de fazer a economia cuja tendência (não necessariamente sua realidade) é constituir como um modo de produzir e distribuir bens e recursos e de consumir alternativos ao capital (TIRIBA, 2001). Tal visão anticapitalista sobre essas organizações é corroborada por diversos autores, a exemplo de Paul Singer, um dos expoentes no Brasil sobre o tema. Singer (2008) trata a economia solidária como outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada dos meios do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação destes princípios uniria todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural seria a solidariedade e a igualdade.

O chileno Luis Razeto (2010), também estudioso ilustre na temática, define a economia solidária ou economia de solidariedade como uma busca teórica e prática de alternativas de fazer economia, baseadas na solidariedade e no trabalho. Destaca ainda, que existem diversos grupos populares e organizações de base que se organizam em solidariedade para enfrentar suas necessidades e problemas e que desde as origens do capitalismo, bem como

ao longo da história contemporânea, desenvolveram-se múltiplas pesquisas e processos de experimentação de formas econômicas alternativas, que assumiram diferentes denominações: cooperativismo, autogestão, mutualismo, economia social, entre outros. E o argentino Jose Luis Coraggio, da mesma forma referência sobre o assunto, por sua vez, demarca que “ao se adjetivar a economia como solidária, enfatiza-se que o objetivo de construir essa Outra Economia é inatingível sem afirmar os valores e práticas da solidariedade (...)” (2016, p. 24- tradução própria) e destaca que:

“A transição para um SESS [Sistema de Economia Social e Solidária] implica um salto de qualidade e escala de solidariedade. Trata-se de passar, em primeiro lugar, dos empreendimentos solidários intrafamiliares / comunitários e econômicos (sejam microempresas familiares ou grandes cooperativas e associações) à cooperação e complementação orgânica, conscientemente pactuada entre várias organizações do mesmo território, setor ou ligação intersetorial (nível meso). Associações comunitárias que resolvem coletivamente as condições gerais de suas vidas; produtores que comercializam e compram juntos, que compartilham marcas e responsabilidades pela qualidade de seus produtos; associações de consumidores e usuários de serviços que compram ou administram juntos; poupadores que somam suas poupanças e definem conjuntamente políticas de crédito solidário voltadas para o desenvolvimento da comunidade local; cooperativas responsáveis pela qualidade socioambiental de seus produtos, que se unem para investir nas condições gerais de produção e na vida da comunidade; comunidades que acolhem e integram os discriminados, os que nunca trabalharam, os excluídos pelo capital; vizinhos que integram associações de gestão conjunta do habitat que se articulam com outras para resolver condições de infraestrutura compartilhada ou atender outras necessidades (emprego juvenil, educação, atividades culturais ...); uma diversidade de organizações econômicas autogestionárias que disponibilizam tempo voluntário para participação em instâncias de deliberação e ação pela comunidade, além de seu interesse material imediato; redes locais, nacionais e internacionais de comércio justo; comunidades que organizam suas próprias finanças solidárias, que emitem e administram moedas locais para a troca endógena e solidária de seus empregos e produtos; redes que compartilham conhecimento economicamente valioso, como redes de software livre; a diversidade das redes de proteção solidária ou de defesa dos direitos sociais a partir do voluntariado; universidades e escolas que compartilham infraestrutura, coordenam estratégias de treinamento e pesquisa e muito mais. Em todos estes casos é evidente que a solidariedade é indissociável da corresponsabilidade social”. (CORAGGIO, 2016, p. 25 - tradução própria)

Para além de tais formulações teóricas sobre economia solidária, o fato é que ela se difunde nos anos de 1990, incentivada sobretudo por entidades civis e governamentais voltadas para a geração de ocupação e renda. Cabe destacar que essas ações, seja por seu formato jurídico-institucional atribuído como modelo (cooperativas ou associação autogeridas) e por isso o aspecto de solidariedade, amparam-se na substituição estrutural do trabalho assalariado convencional e na requalificação do universo de atividades informais de trabalho (BARBOSA, 2007).

É importante destacar que o solidarismo em atividade econômica, não se caracteriza como uma tradição da prática dos trabalhadores brasileiros, tendo nascido, também, como uma crítica ao tipo de cooperativismo que cresceu no país, voltado principalmente para a

agroindústria. Além disso, possui uma narrativa de destaque na questão da autonomia, devido ao legado das lutas sociais de democratização, mais precisamente da cultura de ressignificação de práticas dos ditos “novos movimentos sociais”. Assim, estão ligados aos empreendimentos de economia solidária, uma outra significação do cooperativismo no Brasil, que por ter uma perspectiva essencialmente muito mais participativa e democrática, foi chamado de o “novo cooperativismo” (BARBOSA, 2007).

Cabe aqui uma explicação sobre a história do cooperativismo e sua inserção em território brasileiro, uma vez que, o resgate histórico das lutas empreendidas neste sentido, torna-se importante para entender o trajeto que ajuda a constituir os processos hoje vividos por estes grupos, principalmente como vem a se entrelaçar com a economia solidária.

4.1.1 Do cooperativismo europeu à sua história no Brasil

Na Europa, as associações operárias surgiram inicialmente como sociedades de ajuda mútua, que constituem o embrião, simultaneamente, da previdência social, do sindicalismo e do cooperativismo. De modo que, o cooperativismo europeu, nasce como uma reação proletária ao liberalismo do capitalismo competitivo, como parte de uma estratégia de sobrevivência, constituindo também um projeto político. Rios (1989) explica que em função deste projeto alternativo, dentro do cooperativismo inglês se identifica o socialismo utópico de Robert Owen, proprietário de um imenso complexo têxtil em *New Lanark*, que ainda na primeira década do século XIX, decidiu em vez de explorar plenamente os trabalhadores que empregava, limitar a jornada e proibir o emprego de crianças, para as quais ergueu escolas, assim, seu tratamento generoso aos assalariados resultou em maior produtividade do trabalho e tornou sua empresa mais lucrativa (Singer, 2008). Owen tentou em 1817, que o governo britânico aplicasse a ideia de construir Aldeias Cooperativas com o dinheiro do fundo de sustento dos pobres, que permitiria às pessoas trabalharem na terra e em indústrias, produzindo sua própria subsistência, onde os excedentes de produção poderiam ser trocados entre as aldeias.

O governo britânico se negou a implementar o plano de Owen, mas seus discípulos começaram a pôr em prática suas ideias, criando cooperativas por toda parte. Tal movimento coincide com a proliferação do sindicalismo, desencadeado pela revogação dos *Combinations Acts*, legislação que proibia qualquer organização dos trabalhadores, então, com a sua revogação em 1824, novos sindicatos foram constituídos e com eles cooperativas. A primeira cooperativa owenista foi criada por George Mudie, que reuniu um grupo de jornalistas e gráficos em Londres e propôs que formassem uma comunidade para juntos viverem dos ganhos de suas atividades profissionais, em 1821 eles publicaram *The Economist*, o primeiro

jornal cooperativo. No meio dessa ascensão do cooperativismo, o owenismo foi assumido pelo crescente movimento sindical e cooperativo da classe trabalhadora. Um dos seus grandes líderes, John Doherty, conseguiu, em 1829, organizar os fiandeiros de algodão em um sindicato nacional. A partir desta vitória, ele passou a lutar pela organização sindical de todas as categorias de trabalhadores, logrando fundar em 1833-34 o *Grand National Consolidated Trades Union* (sucessora da *Grand National Moral Union* de Owen, possivelmente a primeira central sindical do mundo).

A reação dos trabalhadores franceses às novas condições de existência trazidas pela Revolução Industrial também se expressa, sobretudo, pelo chamado socialismo utópico ou “socialismo associacionista”. Essa corrente defendia a constituição de comunas agrícolas autossuficientes, isto é, cooperativas de produção agrícola com uma organização de trabalho igualitária (RIOS, 1989). Um dos maiores representantes dessa perspectiva associacionista foi Charles Fourier, com seu projeto de falanstério cuja ideia central era que se a sociedade se organizasse de uma forma que todas as paixões humanas pudessem ter livre curso para produzir uma harmonia universal. O principal objetivo dessa organização social seria dispor o trabalho de tal forma que se tornasse atraente para todos, do que deveria resultar um enorme aumento de produtividade e de produção. Daí surge a ideia do falanstério, uma comunidade suficientemente grande para oferecer a cada um ampla escolha entre trabalhos diversos. Mas o falanstério não é coletivista como a Aldeia Cooperativa de Owen. Nele se preservam a propriedade privada e a liberdade individual de mudar de trabalho. Os meios de produção seriam de todos os membros, mas sob a forma de propriedade acionária (SINGER, 2008).

No Brasil, diferentemente da Europa, onde o cooperativismo surge como uma reação proletária aos problemas socioeconômicos criados pelo capitalismo, aqui ele aparece como uma promoção das elites (econômicas e políticas) numa economia predominantemente agro-exportadora, caracterizado por uma política de controle social e de intervenção estatal (RIOS, 1989). Além disso, o cooperativismo europeu foi um movimento de expressão predominantemente urbana (cooperativas de consumo na Inglaterra e de produção industrial na França), no Brasil o cooperativismo, como movimento de elites, vai se localizar, sobretudo, no meio rural. Este modelo não enfrentou o problema da propriedade da terra e as questões que entrariam em conflito com os interesses das classes dominantes agrárias. Estas cooperativas se caracterizam por prestar serviços aos associados em função de seus estabelecimentos individuais, de maneira isolada. Trata-se de um modelo bem adequado à concentração da propriedade fundiária (AFANIO, 2006).

O primeiro diploma legal que menciona o cooperativismo surgiu no dia 06 de janeiro de 1903, o Decreto n. 979, permitindo aos sindicatos a organização de caixas rurais de crédito, bem como cooperativas agropecuárias e de consumo, sem maiores detalhes. Em 05 de janeiro de 1907, surgiu o Decreto nº 1.637, em que o Governo reconhece a utilidade das cooperativas, mas sem ainda reconhecer sua forma jurídica, distinta de outras entidades. A Lei nº 4.948, de 21 de dezembro de 1925, e o Decreto nº 17.339, de 02 de junho de 1926, tratavam especificamente das Caixas Rurais e dos Bancos Populares, ou seja, o cooperativismo no Brasil até 1930 não possuía uma forma jurídica distinta das demais entidades. Somente em 1932 Getúlio Vargas promulgou o Decreto 22.239/32, que apresentou as características das cooperativas e consagrou as postulações doutrinárias do sistema cooperativista da época. Em 1945, com a fome na Europa em função da II Guerra Mundial, houve um desenvolvimento de cooperativas agrícolas com o restabelecimento do comércio internacional. O governo oferecia vários incentivos materiais e fiscais às cooperativas e, em 1951, foi criado do Banco Nacional de Crédito Cooperativista (BNCC), que depois foi extinto pelo governo Fernando Collor (AFANIO, 2006).

A partir de 1966, o cooperativismo foi submetido ao centralismo estatal, perdendo muitos incentivos fiscais e liberdades. Em 1971, no governo Médici, veio o Decreto-Lei 5.764, que regula as cooperativas até os dias atuais. A legislação cooperativista data de 1971, alguns anos após o golpe militar. Essa conexão é esclarecedora para a identificação do sentido histórico do cooperativismo no Brasil. Além desta lei, a Constituição Federal, o Código Civil e o Direito do Trabalho trazem dispositivos referentes ao sistema cooperativista. Em 19 julho de 2012 foi sancionada pela Presidência da República a Lei no 12.690/2012, conhecida como Nova Lei das Cooperativas de Trabalho. Desde então, é o principal instrumento de regulação deste tipo de sociedade no país, complementando, no que com ela não colidir, a Lei nº 5.764/1971 – que define a Política Nacional de Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas – e a Lei no 10.406/2002 – que institui o Código Civil (AFANIO, 2006).

Destaca-se, desse modo, que a legislação cooperativa e a fundação do cooperativismo tradicional não surgem, por acaso, no período da ditadura civil-militar. Nascem em consonância à “modernização conservadora” da agricultura, que encontra na OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras) uma grande aliada, no plano dos aparelhos privados de hegemonia¹⁵:

¹⁵ Aparelhos privados de hegemonia, no interior do marco teórico gramsciano, são os que exercem operações ideológicas na denominada “sociedade civil”, como partidos políticos, escolas, igrejas, mídia etc. (Gediel e Mello, 2016, p.196)

Não por acaso, a Lei n. 5.674/1971 prevê a representação oficial do cooperativismo pela OCB (art. 105) e a obrigatoriedade de filiação das cooperativas à entidade (art. 107). O quadro de controle do movimento cooperativista, em comunhão ao modelo ditatorial, completa-se com os art.17 e 18 da Lei, referentes ao arquivamento de documentação na Junta Comercial e à obtenção de personalidade jurídica por parte das cooperativas (GEDIEL e MELLO, 2016, p. 196).

Já a nova Lei de Cooperativas de Trabalho no Brasil, segundo Pereira e Silva (2012), surge com dois objetivos. Primeiro, desestimular a criação e consolidar a punição das falsas cooperativas. Segundo, apoiar a constituição e o fortalecimento de cooperativas de trabalhadores desejosos em melhorar suas condições de vida. Nesse sentido, ela se apresentaria, ao mesmo tempo, como um novo instrumento de combate à precarização dos postos de trabalho; e como um passo importante para a construção de um ambiente institucional mais favorável ao exercício do trabalho segundo bases associativas. A nova lei vai ao encontro do esforço internacional de reconhecimento das cooperativas como promotoras do desenvolvimento, atendendo à recomendação Nº 193/2002 da OIT de “Promoção das Cooperativas”, a qual propugna, em linhas gerais, que os governos consolidem políticas públicas que estimulem as cooperativas conforme seus valores e princípios; e foi sancionada justamente em 2012, ano em que a Organização das Nações Unidas (ONU) celebrou o Ano Internacional das Cooperativas (PEREIRA e SILVA, 2012).

Percebe-se então que o cooperativismo brasileiro está longe de ser homogêneo. Além das diferenças quanto às atividades econômicas e aos espaços de atuação, as cooperativas são bastante diferentes entre si quanto aos seus interesses materiais e políticos. Assim, não por acaso, mantém-se em vigor a Lei no 5.764/1971, concebida em pleno período de ditadura militar, em especial benefício ao projeto de “modernização conservadora” da agricultura brasileira; e constrói-se uma nova lei supostamente favorável ao cooperativismo “autêntico” (fruto do “novo cooperativismo”) e a economia solidária (PEREIRA e SILVA, 2012).

E no Brasil, não se pode falar de novo cooperativismo sem discorrer sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, surgido em 1984. O modelo de desenvolvimento agropecuário implantado desde a década de 60 gerou a intensificação da concentração fundiária, a expropriação e a expulsão de milhões de pessoas, e, nesse processo de exclusão, os trabalhadores intensificaram a luta pela terra. A elaboração e não-realização de políticas de reforma agrária como o Estatuto da Terra e o Plano Nacional de Reforma Agrária são partes desse conjunto de fatores condicionantes. O Movimento é fruto dessa realidade (PINHEIRO, 2005).

No MST o núcleo gerador da organização é composto pelos grupos de famílias. Neste contexto, a participação efetiva da mulher acontece desde a gênese do Movimento. Ainda,

visando a sustentabilidade de seus assentamentos, o MST criou o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), cuja finalidade é estimular e massificar a Cooperação Agrícola dentro dos assentamentos, nas suas várias formas, integrando neste processo os assentados individuais. O SCA é responsável pela organização de base dos assentados, produção, tecnologia, transformação ou agroindústria, pela aplicação do crédito rural, pela comercialização, pela mobilização social dos assentados frente à política agrícola do governo, pela política econômica e pelas condições básicas dos assentamentos (PINHEIRO, 2005).

Atualmente, o Movimento¹⁶ Sem Terra está organizado em 24 estados nas cinco regiões do país. No total, são cerca de 350 mil famílias que conquistaram a terra por meio da luta e da organização dos trabalhadores rurais. Com esta dimensão nacional, as famílias assentadas e acampadas organizam-se numa estrutura participativa e democrática para tomar as decisões no MST. Nos assentamentos e acampamentos, as famílias organizam-se em núcleos que discutem as necessidades de cada área. Destes núcleos, saem os coordenadores e coordenadoras do assentamento ou do acampamento. Ela estrutura se repete em nível regional, estadual e nacional. Um aspecto importante é que as instâncias de decisão são orientadas para garantir a participação das mulheres, sempre com dois coordenadores, um homem e uma mulher. E nas assembleias de acampamentos e assentamentos, todos têm direito a voto: adultos, jovens, homens e mulheres.

Nessa trajetória de mais de trinta anos de lutas, o MST tornou-se uma organização social composta por 350 mil famílias assentadas; 100 cooperativas; 96 agroindústrias; 1,9 mil associações; mais de 2 mil escolas públicas construídas em acampamentos e assentamentos; 200 mil crianças, adolescentes, jovens e adultos com acesso à educação gratuita; 50 mil adultos alfabetizados; 2 mil estudantes em cursos técnicos e superiores; mais de 100 cursos de graduação em parceria com universidades públicas por todo o país. Cabe ainda destacar que em 2017 o MST se consagrou como o maior produtor de arroz orgânico na América Latina¹⁷.

4.1.2 A Economia solidária no Brasil e sua consolidação como política pública

O resgate teórico realizado até agora, permite mostrar que a economia solidária surge no debate latino-americano por volta da década de noventa, impulsionada por diversos atores sociais e descrita, na maioria das vezes, com uma certa distinção da economia popular, por

¹⁶ Dados advindos do próprio site do MST <http://www.mst.org.br/>

¹⁷ Cooperativa do MST é maior produtora de arroz orgânico da América Latina <https://www.brasildefato.com.br/2017/03/25/cooperativa-do-mst-e-maior-produtora-de-arroz-organico-da-america-latina/>

conta de seu suposto caráter anticapitalista. Rosângela Barbosa, expõe em seu trabalho, que ao realizar pesquisa no campo da economia solidária, deparou-se com fato de que:

(...) a abordagem das experiências tende a se concentrar em discursos essencialmente valorativos, sem deixar entrever com maior distinção as características socioinstitucionais dessas práticas econômicas e sua inserção na totalidade social. A retórica concentra-se num discurso auto-referenciado de defesa das virtudes anticapitalistas nomeadas pelos sujeitos sociais envolvidos. (BARBOSA, 2007, p. 89)

E realmente este fenômeno pode ser notado, como por exemplo, nas passagens apresentadas anteriormente referente à três grandes nomes da economia solidária no Brasil e na América Latina. Assim, tendo em vista que a narrativa sobre o tema tem se mostrado mais como um apelo sobre suas virtudes, do que explicativo das próprias práticas, se faz necessário estabelecer uma aproximação maior com as experiências concretas desse campo. É neste sentido que se pretende adentrar, para mais a frente, trazer as formulações críticas ao processo.

Sobre a institucionalização das práticas de economia solidária no Brasil, pode-se demarcar o ano de 2001 como um referencial, pois é nesta época que um grupo constituído por organizações e redes de uma diversidade de atividades e segmentos de economia solidária cria o Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária (GT-Brasileiro) para promover e mediar a participação nacional e das redes internacionais de Economia Solidária no I Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre naquele mesmo ano (MUNARIM, 2007). Faziam parte desse grupo, vários sujeitos políticos indutores dessas práticas, em sua maioria, atuantes nos processos de renovação da democracia no país, como sindicatos, igrejas, universidades, entidades civis de direitos humanos e partidos de esquerda, neste caso, principalmente o Partido dos Trabalhadores -PT (BARBOSA, 2007).

Assim, com a vitória do PT nas eleições presidenciais de 2002, o GT-Brasileiro elabora uma carta, encaminhada à equipe de transição, propondo a criação de uma política de apoio à Economia Solidária. Esta carta foi reforçada e ampliada na I Plenária Nacional que iniciou o debate sobre uma Plataforma, uma Carta de Princípios e a criação de um Fórum Nacional de Economia Solidária. Em 2003, na terceira edição do Fórum Social Mundial, o então presidente Lula assume o compromisso de criar uma secretaria voltada à elaboração de políticas públicas de Economia Solidária e deste modo, através da Lei nº 10.683 de 28/05/2003 foi concebida a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), presidida por Paul Singer, e nessa ocasião, pertencendo ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Neste mesmo ano é também criado o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), onde sua implantação e o seu subsequente funcionamento é uma das ações previstas no Programa Economia Solidária em Desenvolvimento (MUNARIM, 2007).

Ainda em 2003, é inserido no Plano Plurianual (PPA/2004-2007) o programa “Economia Solidária em Desenvolvimento”. E em 2004, estabelecem-se as seguintes ações para sua implementação:

- Articulação de políticas de fortalecimento da economia solidária e estímulo à participação da sociedade civil na elaboração e avaliação dessas políticas, por meio, principalmente, do Conselho Nacional da Economia Solidária.
- Articulação e integração de políticas públicas de economia solidária com estados e municípios.
- Integração da ES com os processos estratégicos de desenvolvimento (local, regional e urbano), priorizando a organização de cadeias produtivas, envolvendo setores como: material reciclável, confecção, artesanato e outros.
- Fomento e constituição de empreendimentos e de cadeias produtivas solidárias a partir das oportunidades e recursos existentes em outras políticas sociais e setoriais do governo federal (segurança alimentar, habitação, saneamento, reforma agrária, educação de jovens e adultos, e outros).
- Fomento à constituição de redes a partir dos empreendimentos autogestionários, feiras, redes de distribuição e comércio justo.
- Articulação das políticas de finanças solidárias. • Proposição de uma nova institucionalidade que crie mecanismos de proteção e garantia do direito ao trabalho associado.
- Promoção do debate público da economia solidária (seminários, encontros, eventos e cursos).
- Elaboração de metodologias, diagnósticos e outros instrumentos de acompanhamento e avaliação da economia solidária. (MUNARIM, 2007, p. 25)

A partir da ação de elaboração de metodologias, diagnósticos e outros instrumentos de acompanhamento e avaliação da economia solidária, busca-se um consenso em torno das concepções básicas orientadoras sobre a economia solidária, para elaborar um instrumento de pesquisa amplo abrangendo questões relativas à: identificação, abrangência e características gerais; tipificação e dimensionamento da atividade econômica; investimentos, acesso a crédito e apoios; gestão do empreendimento; situação de trabalho no empreendimento e dimensão sociopolítica e ambiental. Surge assim, o SIES, um sistema de identificação e registro de informações dos empreendimentos econômicos solidários e das entidades de apoio, assessoria e fomento à economia solidária no Brasil que se orienta pelos conceitos da Portaria Nº 30, de 20 de março de 2006, do então MTE.

No âmbito do SIES a economia solidária é compreendida como “o conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária” (SENAES, 2006, p. 11). Nesse conjunto de atividades e formas de organização são destacadas quatro características:

(...) cooperação, autogestão, viabilidade econômica e solidariedade. É necessário perceber que essas características, embora sejam complementares e nunca funcionem isoladamente, podem ser observadas e compreendidas objetivamente como categorias

analíticas diferentes, mas sempre presentes na Economia Solidária. (SENAES, 2006, p. 11)

E considerando tais características, os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) compreendem as organizações:

- a) coletivas - organizações suprafamiliares, singulares e complexas, tais como: associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas, redes e centrais etc.;
- b) cujos participantes ou sócios(as) são trabalhadores(as) dos meios urbano e rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados;
- c) permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e aqueles que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas;
- d) com diversos graus de formalização, prevalecendo a existência real sobre o registro legal e;
- e) que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário. (SENAES, 2006, p. 13)

Deste modo, mediante sua implementação enquanto política pública, a economia solidária passa por um mapeamento em 2005, que vem a produzir pela primeira vez o Atlas da Economia Solidária no Brasil, que tem um segundo mapeamento em 2013, que conta com versão em dados abertos. A formalização da economia solidária nos entes sub federativos, possui diferentes momentos e abordagens. Para dar exemplos mais locais, a cidade de Curitiba instituiu em 2016 a Política Municipal de Fomento à Economia Popular e junto criou o Conselho Municipal de Economia Popular Solidária, via Lei nº 14.786/16. Já o Estado do Paraná, em dezembro de 2018 promulga a Lei nº 19.784/18 que estabelece a Política Estadual de Economia Solidária, que vem a ser regulamentada somente em 2020, via Decreto nº 3932, sem nunca, entretanto, definir recursos a serem destinados à tal política¹⁸.

O que se percebe em geral nas políticas criadas, é que as organizações caracterizadas como de economia solidária, possuem natureza coletiva, permanente, podendo ser de estrutura simples ou complexa, e se distribuem por um conjunto de atividades como produção de bens, prestação de serviços, fundos de crédito, comercialização e consumo solidário. Barbosa (2007, p. 98) dirá que essas práticas são reunidas como atividades econômicas em seis grandes temas:

- 1) Agricultura, Agropecuária, Agroindústria;
- 2) Produção (indústria, artesanato, confecções etc.);
- 3) Prestação de Serviços (alimentação, consultoria, limpeza, serviços gerais etc.);
- 4) Extrativismo (pesca, silvicultura exportação florestal, mineração, etc.)

¹⁸ Lei de Economia Solidária do PR pode beneficiar até 100 mil trabalhadores - Em decreto assinado nesta semana, o governo do estado apresenta os eixos da política, mas não define recursos. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/03/21/lei-de-economia-solidaria-do-pr-pode-beneficiar-ate-100-mil-trabalhadores>

- 5) Comercialização e Troca;
6) Crédito/Fundo Rotativo.

Sandro Pereira Silva, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), tem sido um dos grandes investigadores dos empreendimentos de economia solidária no país, utilizando-se das informações e dados obtidos via SIES e Atlas da Economia Solidária. Ele explica a economia solidária enquanto fenômeno social que:

manifesta-se objetivamente quando grupos de indivíduos se organizam de forma associativa, sem relação direta de compra e venda de força de trabalho entre eles, para desempenhar diferentes atividades com finalidade econômica, sejam estas voltadas à produção propriamente dita e à prestação de serviços, sejam direcionadas a atividades de intermediação, como a constituição de fundos para microfinanças locais, trocas de produtos e serviços de interesse comum, compras conjuntas, utilização coletiva de bens ou espaços de produção, assessoramento e assistência técnica, serviços de comercialização, entre outras. (SILVA, 2020, p. 45).

Tal autor também destaca que outro fator que caracteriza um empreendimento de economia solidária (EES):

(...) é a existência de vínculos sociais anteriores que conectam seus associados entre si, seja por já dividirem outros ambientes de trabalho, seja por serem de uma mesma localidade, ou familiares, ou até mesmo por pertencerem a grupos étnicos em comum. Por tal motivo, a razão econômica presente nesses empreendimentos tende a combinar-se com outros vínculos sociais geradores de solidariedade de proximidade, que vão além das solidariedades naturais presentes na esfera doméstica. (SILVA, 2020, p. 48).

E assim, com base nestas conceituações, ele fez uma análise das principais informações disponibilizadas pelo SIES, a partir de tabulações e cruzamentos estatísticos descritivos específicos, para traçar um panorama geral das estruturas operacionais que caracterizam os EES, espalhados em todo o território nacional. A investigação foca em informações que permitissem uma caracterização mais abrangente sobre aspectos organizativos, econômicos e políticos, na tentativa de captar também os fatores de diferenciação estrutural entre os EES no país. Sendo variadas as iniciativas que se organizam sobre esse modelo, com destaque para as cooperativas em diferentes setores da economia, além de outras formas de associativismo ou coletivos informais de organização socioprodutiva, tais como: associações agrícolas e unidades agroindustriais; fábricas de pequeno porte; centrais de reciclagem de resíduos sólidos; agências prestadoras de serviços (limpeza, manutenção de equipamentos, construção civil etc.); entre outras. Essas iniciativas, comumente denominadas no Brasil como empreendimentos de economia solidária, constituem sua célula básica de representação na dinâmica econômica real (SILVA, 2020).

Apresenta então, um quadro que demonstra toda a heterogeneidade que caracteriza o universo da economia solidária no Brasil, exibindo as características básicas de algumas das experiências de trabalho coletivo mais citadas na literatura que abrange a temática.

TABELA 4 - DIFERENTES FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DE INICIATIVAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (continua)

Tipo	Caracterização
Associação de produtores autônomos entre si	Reunião constituída legalmente ou não, de produtores autônomos entre si. Os associados são donos de meios próprios de produção e reúnem-se com o fim de comercializar conjuntamente o produto e/ ou potencializar outras ações econômicas
Cooperativas de produtores autônomos entre si	Reúnem produtores autônomos entre si, mas filiados à organização cooperativa, na condição de proprietários privados de seus meios de produção, compartilhando o patrimônio e os ganhos da cooperativa
Cooperativas de produção ou trabalho	Reúnem produtores ou trabalhadores associados que compartilham a propriedade dos meios de produção e do patrimônio da cooperativa ao mesmo tempo.
Cooperativa de prestação de serviços de agentes autônomos	Formadas por profissionais de mesma capacitação – por exemplo: médicos, motoristas, artesãos etc. – que prestam serviços de forma autônoma entre si, mas cuja cooperativa permite organizar a relação com o mercado por meio de convênios, consórcios e outras formas de articulação econômica.
Cooperativas de consumo	Reunião de consumidores que objetiva reduzir custos de aquisição de bens ou serviços de qualquer natureza.
Cooperativas de habitação	i) cooperativas habitacionais que contratam terceiros para a construção de casas ou edifícios; e ii) cooperativas em que um conjunto de associados se reúne para dividir os custos de produção e o trabalho necessário à construção de suas próprias moradias.
Cooperativas de crédito	Formadas para a mobilização de fundos mútuos a serem destinados ao financiamento de insumos, de bens de produção, de capital de giro ou, até mesmo, de consumo particular dos associados. São regidas por legislação específica.
Fundo rotativo/banco comunitário	Fundo mútuo destinado ao financiamento de insumos, de bens de produção, de capital de giro ou até mesmo de consumo particular dos associados. Ao contrário das cooperativas de créditos, não tem legislação específica, regulando-se – a princípio – pelo direito civil, como associação privada.
Empresas recuperadas ou autogestionadas por trabalhadores	Empresas em regime falimentar, cuja massa falida é arrendada por uma associação ou cooperativas de funcionários com o síndico legal, e cujos rendimentos são em parte destinados a saldar o passivo da antiga empresa.
ONGs (entidades de assessoria e fomento)	Organizações não governamentais, sem fins lucrativos e com objetivo específico, que eventualmente assumem papéis de assessoramento técnico para a viabilização de iniciativas associativas.
Clubes de trocas	Associações de produtores autônomos e independentes que estabelecem entre si relações extra convencionais de mercado, determinando regras específicas de troca, a partir de compensações e moedas alternativas reguladas pelo próprio grupo.

FONTE: Cruz (2006); ELABORAÇÃO: Silva (2020, p. 50-51)

Tal pesquisa mapeou 19.708 empreendimentos, distribuídos entre 2.713 municípios brasileiros, em todos os estados da Federação, envolvendo 1.423.631 pessoas associadas. As análises foram organizadas em três dimensões sócio estruturais:

- 1) Dimensão organizativa: informações mais gerais sobre aspectos histórico-geográficos, formato organizacional e tipos operacionais.
- 2) Dimensão econômica: foram analisadas questões como a importância da renda gerada, as formas de comercialização e inserção no mercado, o acesso a crédito e os investimentos realizados.
- 3) Dimensão política: pontos que se referem às relações de parcerias, autogestão e articulações que os EES desempenham em suas atividades cotidianas, bem como algumas motivações e alguns desafios expressos por seus próprios representantes. (SILVA, 2020, p 52)

Conseguiu-se então chegar ao seguinte esquema, que mostra o número de EES por atividade e sua participação em relação ao total:

TABELA 5 - EES POR ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL (2013-2020)

Atividades dos EES	Total	%
Produção ou produção e comercialização	11.081	56,2
Consumo e uso coletivo de bens e serviços pelos sócios	3.945	20,1
Comercialização ou organização da comercialização	2.628	13,3
Prestação de serviço ou trabalho a terceiros	1.296	6,6
Troca de produtos ou serviços	430	2,2
Poupança, crédito e/ou finanças solidárias	328	1,7
Total	19.708	100

Fonte: Atlas Digital da Economia. Elaboração: SILVA, 2020, p. 52

Em termos regionais, a maior parte dos EES encontra-se na região Nordeste, responsável por 40,8% do total de empreendimentos mapeados. As regiões Sul, Sudeste e Norte apresentaram proporções próximas, em torno de 16%, e o Centro-Oeste concentra o menor percentual, 10,3%. Sobre à área de atuação nos municípios, mais da metade atua predominantemente em áreas rurais (54,8%), contra 34,8% de EES que atuam em áreas urbanas e 10,4% que se identificaram com atuação simultânea (rural e urbana). A respeito do tempo de existência dos EES mapeados, a maioria são relativamente recentes, uma vez que cerca de dois terços desse total foram constituídos a partir do início da década de 2000. No entanto, alguns casos se diferenciam, como o de um grupo de artesanato de mulheres em uma comunidade quilombola no Nordeste, que é do fim do século XIX (1885), sendo o mais antigo entre os

registrados. Outros dez relataram ter suas atividades iniciadas antes de 1930. Em termos de área de atuação, os EES rurais passaram a predominar a partir dos anos 1990, embora, nos últimos anos precedentes ao mapeamento, tenha havido aumento na taxa de EES urbanos (SILVA, 2020).

Sobre as formas organizacionais identificadas, no caso dos EES mapeados, são quatro: associações, cooperativas, grupos informais e sociedades mercantis. A forma predominante é a associação, com 60% do total. Outros 30,5% são grupos informais, e apenas 8,8% são formalizados enquanto organização cooperativa, além de um percentual residual de sociedade mercantil com menos de 1%. As associações estão mais presentes em áreas rurais, que congregam 69% dos empreendimentos sob esse formato. Os grupos informais e as cooperativas estão mais presentes em áreas urbanas, 59% e 46%, respectivamente (SILVA, 2020).

A quantidade de exigências burocráticas previstas em lei para a formalização de cooperativas no Brasil e a maior complexidade para administrar que lhes caracteriza, fazem com que muitos coletivos de trabalhadores não se sintam motivados a despender tempo e recursos para realizar essa formalização, mantendo-se como associação ou até mesmo na informalidade, ainda que a personalidade jurídica de sociedade cooperativa seja a mais recomendada institucionalmente para o exercício de uma atividade econômica coletiva. Silva (2020) atribui que isto resulta do próprio marco normativo do cooperativismo no Brasil, regido por uma lei geral antiga e controversa (Lei no 5.764/1971), conforme já explicitado anteriormente. Soma-se a isso a questão de que:

Embora as associações constituam alternativa intermediária de formalização, dada sua simplicidade jurídica, estas são formas organizacionais muito limitadas em termos de atividade comercial. De acordo com o Código Civil brasileiro, não podem exercer atividade econômica e emitir nota fiscal de seus produtos, por exemplo. (SILVA, 2020, p. 54)

No que tange à atividade exercida, o meio rural destaca-se pela alta proporção dos EES que desenvolvem atividades de consumo (85%), troca (65%), finanças (62%) e produção (52%). O meio urbano apresenta maior proporção entre os EES de prestação de serviços (64%) e comercialização (48%). Os EES rurais são a grande maioria na região Nordeste (72%) e, também, são maioria nas regiões Centro-Oeste (54%) e Norte (50%). Os EES de atuação predominantemente urbana têm maior incidência no Sudeste (61%). Já a região Sul possui o mesmo percentual entre urbanos e rurais (42%), e 16% de EES que atuam, simultaneamente, nas duas áreas (SILVA, 2020).

TABELA 6 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS EES POR FORMA DE ORGANIZAÇÃO (2013-2020)

Forma de organização	Regiões					
	Nordeste	Sul	Sudeste	Norte	Centro-Oeste	Total
Cooperativa	368 (21,1%)	606 (34,8%)	318 (18,3%)	273 (15,7%)	175 (10,1%)	1.740 (8,8%)
Associação	5.969 (50,5%)	1.194 (10,1%)	1.309 (26,2%)	2.044 (17,3%)	1.307 (11,1%)	11.823 (60%)
Grupo informal	1.675 (28,0%)	1.450 (24,2%)	1.567 (26,2%)	802 (13,4%)	524 (8,8%)	5.973 (30,3%)
Sociedade mercantil	28 (22,0%)	42 (33,1%)	34 (26,8%)	8 (6,2%)	15 (11,8%)	127 (0,6%)
Total	8.040 (40,8%)	3.292 (16,7%)	3.228 (16,4%)	3.127 (15,9%)	2.021 (10,3%)	19.708 (100%)

Fonte: Atlas Digital da Economia. Elaboração: SILVA (2020, p. 56)

Com relação às motivações indicadas pelos sócios para iniciarem a atividade coletiva, os dados levantados pelo mapeamento encontraram diversas respostas. As mais comuns foram: obter uma fonte complementar à renda da família; ter uma alternativa ao desemprego; obter maiores ganhos com um empreendimento coletivo; estar em uma atividade em que todos são donos; e auxiliar no desenvolvimento comunitário. Silva (2020) destaca algumas especificidades dessas respostas:

- 1) As opções de motivação *obter uma fonte complementar de renda* ou *uma alternativa ao desemprego* estão mais relacionadas mais fortemente aos grupos informais.
- 2) A opção *condições para o acesso a financiamento e apoios* é mais concernente à forma de organização de associações.
- 3) As opções com *maiores ganhos em empreendimento associativo* e *atividade na qual todos são donos* relacionam-se mais frequentemente com o grupo de cooperativas. (SILVA, 2020, p. 56)

Isto é, as cooperativas estão mais atreladas a motivações de geração de renda e organização coletiva do trabalho, e os grupos informais e associações estão mais relacionados com motivações de complementaridade de renda e alternativa ao desemprego.

TABELA 7- PRINCIPAIS MOTIVAÇÕES PARA A CONSTITUIÇÃO DOS EES (2013-2020)

Motivações	Total	%
Fonte complementar de renda	9.624	48,8
Alternativa ao desemprego	9.106	46,2
Maiores ganhos em empreendimento associativo	8.471	43,1
Atividade na qual todos são donos	8.024	40,7

Desenvolvimento comunitário	5.646	28,6
Condição para ter acesso a financiamentos e apoios	4.130	21,2
Motivação social, filantrópica ou religiosa	3.801	19,3
Alternativa organizativa e de qualificação	3.160	16,1
Incentivo de política pública	3.113	15,8
Atuação profissional em atividade específica	2.828	14,3
Fortalecimento de grupo étnico	1.912	9,7
Produção/comercialização de produtos orgânicos	1.607	8,2
Organização de beneficiários de políticas públicas	1.510	7,7
Recuperação de empresa privada	601	3,1
Outro	1.890	9,6

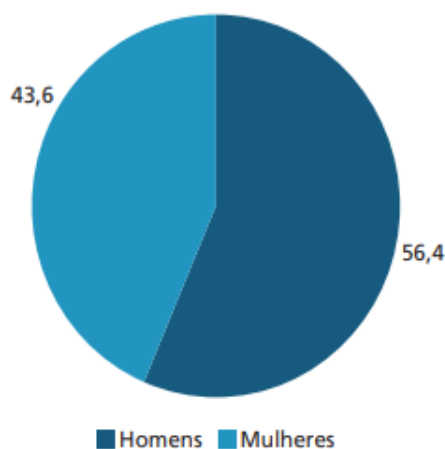
Fonte: Atlas Digital da Economia. Elaboração: SILVA (2020, p. 56 e 57)

Obs.: Essa questão comportava mais de uma resposta por EES.

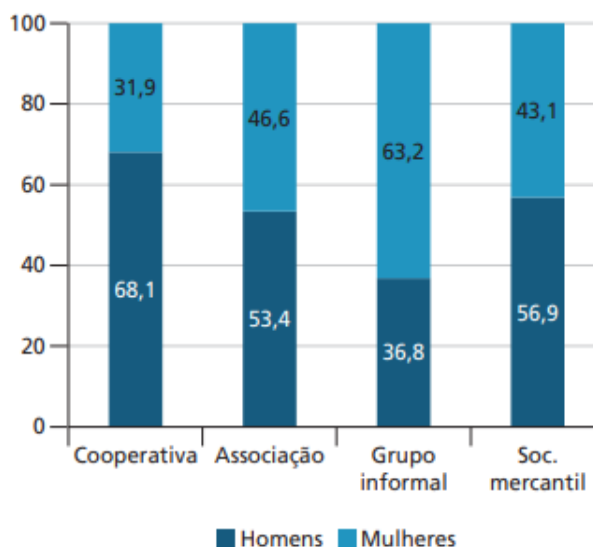
Quanto ao número de associados, em média, são 73 por empreendimento, contudo, esse número varia entre as regiões (de 37 na região Sudeste até 117 na região Sul). Além disso, a maioria dos EES é composta por menos de vinte sócios (41,7%), e outros 32,6% possuem entre 21 e cinquenta sócios (SILVA, 2020). No tocante a questão de gênero a maioria do quadro social desses EES é do sexo masculino: 56,4% contra 43,6% do sexo feminino, com uma média de 41 homens e 32 mulheres por EES. Cabe destacar a relação inversa que esse tópico apresenta entre as cooperativas e os grupos informais: enquanto as cooperativas possuem a maior proporção de homens (63,8%) entre as formas de organização dos empreendimentos, os grupos informais são os únicos com média superior de mulheres (63,2%), Silva então explica:

Embora não conste do questionário do Sies a pergunta sobre quantidade de horas trabalhadas semanalmente no empreendimento, as experiências empíricas do mundo do trabalho permitem supor que parte dessa realidade é explicada pela necessidade de muitas mulheres buscarem uma ocupação em tempo parcial que lhes permita complementação da renda familiar e que elas possam conciliar com outros afazeres que ainda são majoritariamente desempenhados pela população feminina, como os cuidados do lar e da família. Isso explica parte da razão de alto percentual de mulheres em empreendimentos informais, por exigirem dinâmicas administrativas mais simples e serem mais fáceis de serem desfeitos em caso de uma eventualidade. Por sua vez, com relação à área de atuação, os EES urbanos apresentam média de homens e mulheres mais equilibrada, enquanto nos rurais e rurais/urbanos a predominância é masculina. (SILVA, 2020, p 58)

GRÁFICO 22 - COMPOSIÇÃO DOS EES POR GÊNERO (2013-2020) - em %
2A – EES no Brasil



2B – EES por forma de organização



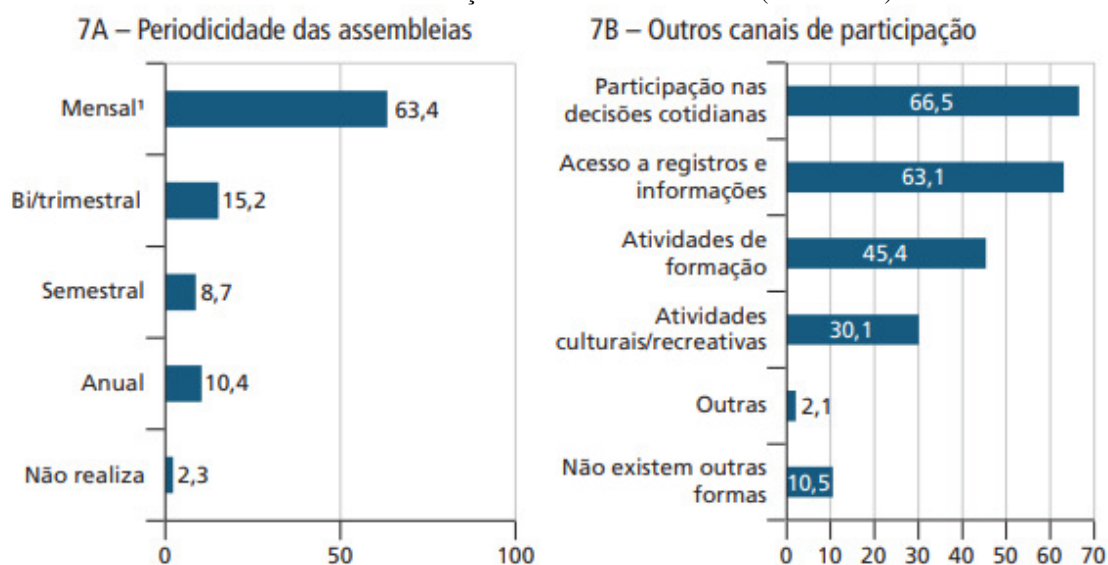
Fonte: Atlas Digital da Economia. Elaboração: SILVA (2020, p. 58)

Sobre a renda gerada nos EES, foi questionado aos associados a importância dos ganhos advindos dos empreendimentos, entretanto, somente 38,2% (7.535) escolheram responder. Entre os que responderam, 45,8% afirmaram que a renda obtida é a fonte principal para os sócios que lá trabalham, e outros 43% disseram que a renda serve como complementação de outras atividades. Percentual menor afirmou que a renda complementa outros recursos advindos de programas sociais (assistenciais e previdenciários).

Referente a autogestão, isto é, a participação dos sócios no ambiente coletivo de gestão do negócio, entre os EES mapeados, mais de 60% afirmaram realizar ao menos uma reunião coletiva ou assembleia geral mensal, e apenas 2,3% disseram não fazer esse tipo de reunião com regularidade. Silva complementa:

Em termos de densidade da participação dos associados, os dados apontam que há uma participação significativa nesses empreendimentos, uma vez que a grande maioria afirmou haver a participação de mais da metade dos associados nesses eventos. As assembleias gerais costumam ser o principal mecanismo de participação e espaço de definições dos associados quanto aos rumos do empreendimento que compõem, decidindo questões como: divulgação de registros e informações do empreendimento; prestação de contas aos(as) sócios(as); eleição de diretoria; decisão sobre destino de sobras e fundos; plano de trabalho; contratações e remunerações de terceiros; (SILVA, 2020, p. 66 e 67)

GRÁFICO 23 - PARTICIPAÇÃO DOS ASSOCIADOS (2013-2020) - em %



Fonte: Atlas Digital da Economia. Elaboração: SILVA (2020, p. 67)

Nota¹: Na barra *mensal*, estão incluídas as respostas *diariamente*, *semanalmente* e *quinzenalmente*.

Quanto à articulação e à participação dos EES em redes/entidades de representação política e movimentos sociais (populares ou sindicais), Silva (2020) identificou que, em ambos os casos, a maior parte (60,4%) não participa, mas ressalta:

(...) não se pode deixar de reconhecer que um percentual próximo a 40% de empreendimentos envolvidos com outras articulações e movimentos sociais, por si só, já demonstra um grau de engajamento político considerável das pessoas que compõem esses empreendimentos, que, muitas vezes, já estão inseridas em outros coletivos de finalidade política ou social. No caso daqueles que responderam participar de redes ou organizações de representação política, as opções colocadas no questionário são bem genéricas, o que dificulta identificar especificidades. Ainda assim, os dados mostram a importância dos fóruns e redes de economia solidária como espaços de organização política desses empreendimentos. (SILVA, 2020, p 70)

Foi questionado aos associados dos EES o que estes percebiam como principais conquistas até o momento e quais seriam os principais desafios a serem enfrentados em seus empreendimentos no dia a dia de seu trabalho, as respostas foram as seguintes:

TABELA 8 - PERCEPÇÃO DOS ASSOCIADOS QUANTO A CONQUISTAS E DESAFIOS DOS EES (2013-2020)

Principais conquistas obtidas pelo empreendimento	Total	%	Principais desafios a serem enfrentados pelo empreendimento	Total	%
Integração grupo/coletivo	13.025	66,1	Gerar renda adequada	14.503	73,6
Geração de renda/maiores ganhos	11.618	59,1	Viabilizar economicamente os EES	13.108	66,5
Exercício da autogestão/democracia	9.651	48,9	União do grupo/coletivo	11.048	56,1
Comunidade local	7.411	37,6	Efetivar a participação e a autogestão	8.611	43,7
Comprometimento dos sócios	7.372	37,4	Articulação com outros EES	8.457	42,9
Compromisso político	3.510	17,8	Garantir proteção social	7.755	39,3
Outro	2.432	12,3	Conscientização ambiental dos sócios	7.294	37,1
			Politização dos sócios	6.714	34,1

Fonte: Atlas Digital da Economia. Elaboração: SILVA (2020, p. 72)

Obs.: Essa questão comportava mais de uma resposta por EES.

Outra pesquisa encontrada e que é bastante interessante para elucidar a realidade da economia solidária no Brasil, é a realizada por Kuyven, Gaiger e Silva (2020) que através de um estudo cujo objetivo é um diagnóstico mais geral sobre a realidade social e ocupacional dos indivíduos que aderem a iniciativas de trabalho e renda sob a ótica da economia solidária. Os relatos por eles apresentados apoiaram-se em análises descritivas de questões, de abrangência nacional, resultantes das 2.985 entrevistas da amostra de sócios de empreendimentos econômicos solidários registrados na segunda rodada de mapeamento do Sies em 2013. Esse trabalho é relevante para a compreensão das condições sociolaborais das pessoas integrantes nesses empreendimentos no Brasil, complementando as informações levantadas sobre as condições socioestruturais dos EES, apresentadas por Silva (2020).

Da amostra composta por 2.895 sócios e sócias de EES, de quinze estados, compreendendo todas as regiões brasileiras, obtida de forma aleatória e representativa do total, 54,4% são homens e 45,6%, mulheres. Sob o aspecto racial, mais da metade dos sócios que participaram das entrevistas são negros, mulatos ou pardos (57,4%), enquanto os que se afirmaram brancos representam 38,5%. Em relação à idade, a média apurada entre aqueles que responderam à pesquisa foi de 46 anos, o que demonstra a tendência da presença de pessoas mais experientes na economia solidária. Apenas 10,7% dos entrevistados possuíam uma escolarização que vai além do ensino médio ou similar, revelando um indicador de escassa escolaridade entre os associados em geral, dado que 63,5% afirmaram possuir no máximo o ensino fundamental (KUYVEN, GAIGER e SILVA, 2020).

TABELA 9 - CARACTERÍSTICAS SOCIAIS DOS ASSOCIADOS DOS EES

Característica	Categorias	Amostra (%)
Gênero	Masculino	54,4
	Feminino	45,6
Raça/cor	Negro, pardo ou mulato	57,4
	Branco	38,5
	Amarelos ou ainocos	1,6
	Indígenas	1,2
	Caboclos ou cafuzos	1,2
Região	Nordeste	42,0
	Sul	19,4
	Centro-Oeste	16,5
	Sudeste	10,9
	Norte	11,2
Localização da residência	Rural	59,9
	Urbana	40,1
Faixa de idade	Até 20 anos	2,1
	Mais de 20 a 30 anos	11,7
	Mais de 30 a 40 anos	20,9
	Mais de 40 a 50 anos	26,7
	Mais de 50 a 60 anos	23,1
	Mais de 60 a 70 anos	12,4
	Mais de 70 anos	3,1

Fonte: Atlas Digital da Economia. Elaboração: Kuyven, Gaiger e Silva (2020, p. 88)

Os dados e informações apresentadas permitem compreender a dimensão real da economia solidária no Brasil e o quão diversas são as formas de inserção e atuação coletiva nos EES, bem como a profundidade que a implementação de uma política pública para a área proporcionou no sentido de entender a existência concreta desta ramificação da economia popular. É evidente que há distintos modos de desempenhar as relações associativas propostas no âmbito da chamada economia solidária. De maneira geral, é possível identificar com base nas pesquisas apresentadas, que os trabalhadores de EES, embora inseridos em atividades de baixo valor agregado, conseguem, pela mobilização dos esforços coletivos, gerar renda para sua sobrevivência familiar.

Para finalizar esta parte deste trabalho, é importante ressaltar que em 2016, quando do início do governo Temer, a SENAES foi rebaixada a subsecretaria. No governo de Bolsonaro, com a extinção do Ministério do Trabalho, a antiga Secretaria Nacional de Economia Solidária teve suas atribuições enviadas ao Ministério da Cidadania. O Centro de Formação Urbano e

Rural Irmã Araújo, instituição curitibana conhecida por sua atuação na economia solidária na cidade, em uma matéria sobre o assunto, se manifestou da seguinte forma:

A título de conclusão, a extinção da SENAES, no interior do Ministério do Trabalho, e seu deslocamento para o Ministério da Cidadania tem um impacto sobre seu sentido, saindo de uma estratégia de desenvolvimento, de trabalho, para uma de estratégia de cidadania (de assistência), rebaixando assim, sua dimensão como política pública.

Outro impacto importante é seu rebaixamento, como um Departamento, que limita ainda mais essa dimensão, associado a uma Secretaria de Inclusão Social e Produtiva Urbana.

A dinâmica de organização dos trabalhadores e trabalhadoras urbanas e rurais, que se organizam através da autogestão, ficou limitada a dimensão da inclusão social e produtiva urbana. Fragmentando as políticas públicas de apoio e fomento ao cooperativismo e associativismo solidário, pois agora, o setor rural foi remetido todo ao Ministério da Agricultura, lá também, a agricultura familiar que já teve Ministério, Secretaria Especial, virou uma Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo. (CEFURIA, 2019)

Tal mudança feita pelo atual governo, veio depois da promulgação da Medida Provisória nº 870/2019 que extinguiu diversos conselhos populares que ampliavam a participação democrática da população no governo federal. Essa medida se expande na Lei nº 13.844/19, que reestabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios e consolida uma concepção de governo, na qual a participação social, os direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais são colocados em terceiro plano ou efetivamente extintos.

Tendo sido apresentada uma visão geral sobre os EES e da política pública para a área, que trouxeram a compreensão do heterogêneo quadro que compõe o universo da economia solidária no Brasil. Pretende-se agora compreender melhor a posição e a experiência das mulheres dentro do setor.

4.2 MULHERES NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Os dados anteriormente apresentados mostraram que as mulheres são quase 44% dos EES mapeados pelo último levantamento do Sies. Entretanto, como não poderia deixar de ser também nesta esfera, as mulheres encontram-se responsabilizadas pela conciliação entre o trabalho reprodutivo doméstico (cuidar das crianças, idosos, doentes, limpar e organizar o lar) e trabalho que despende para gerar renda e se sustentar. Avançar no entendimento da experiência feminina na economia solidária, buscando perceber se existem melhorias no que diz respeito a sua autonomia física, política e econômica é o que se pretende fazer a partir de agora nesta pesquisa.

A divisão sexual do trabalho constitui a base material da opressão das mulheres, se constituindo na separação de tarefas e funções, onde algumas são consideradas masculinas e outras femininas, e por hierarquia, tarefas e funções consideradas masculinas têm mais valor na sociedade capitalista e patriarcal. Com base nisto, as economistas feministas expõem que não basta só visibilizar o trabalho doméstico, é preciso também evidenciar que ele faz parte do trabalho produtivo¹⁹, que a linha que separa a esfera pública e a privada é tênue, pois, o trabalho reprodutivo realizado no espaço doméstico (privado) não possui valor de troca, mas seu valor de uso sustenta a existência daqueles que saem para produzir valores de troca. Também vão tratar da concentração do trabalho feminino em “outras economias” e da baixa participação nas esferas política e social. Sobre esta temática, Ivonne Henrich (2016, p. 85) fala:

Neste quadro, um eixo analítico central para identificar os andaimes institucionais da economia, reside na relevância assumida pelas famílias e os lares na construção da economia e na divisão sexual do trabalho, na institucionalização do patriarcado e na naturalização do trabalho doméstico e de cuidado. Esta divisão tem repercussões na geração de mecanismos de distribuição desigual de trabalho, recursos e responsabilidades entre mulheres e homens nas diferentes esferas da vida social, econômica e política, e nas relações assimétricas de poder e dominação masculina (tradução própria).

A divisão sexual capitalista do trabalho, produz ainda a naturalização da solidariedade inerente ao trabalho doméstico e do cuidado como responsabilidade das mulheres, o que desvaloriza o doméstico e reprodutivo, por obscurecer o caráter econômico e o papel da interdependência na coesão social, estando ela sujeita ao que se funda na relação capital-trabalho salarial. Ivonne Henrich (2016, p. 88) vai ressaltar:

A atenção à função econômica das famílias e dos lares têm permitido ao feminismo argumentar a favor da pluralidade de princípios e estruturas institucionais da economia, e questionar -a partir daí- a falácia da separação dos processos e categorias de produção-reprodução, do público-privado, ao mesmo tempo que afirma a não separação entre economia e política ao relacionar essas esferas com as decisões que se situam no campo da política, como as relacionadas com a vida e sua reprodução. (tradução própria)

Soma-se a isto a feminização crescente da força de trabalho, utilizada como forma de barateamento de custos, que é uma das características da reestruturação produtiva das últimas décadas, afinal, quanto mais pessoas disputando vagas de emprego, quanto maior o exército industrial de reserva, mais baixos os salários. O aumento da precarização do emprego acompanha o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho, seja através do

¹⁹ Aqui, trabalho produtivo não no sentido marxista que determina como produtivo aquilo que gera mais valia, mas sim no que toca a produção econômica como um todo, aquilo que é contabilizado como atividade econômica.

mercado formal ou do informal. Assim, se por um lado a inserção da mulher branca²⁰ no mercado de trabalho trouxe a ela um rompimento com o isolamento social e político que enfrentava (temática tratada no capítulo 3), por outro, o peso do trabalho reprodutivo se tornou ainda maior mediante a necessidade de conciliação com a vida fora do lar, para uma grande massa de pessoas femininas.

Estas sujeitas, e agora inclusas brancas e negras, buscam diversos modos de combinar o cuidado com suas famílias e a geração de renda para sobreviver, tem aquelas que alcançam o trabalho formal - com alguma sorte dentro de uma entidade que permite uma adequação mais leve, ou dentro da normalidade do sistema, em uma empresa que não vai ceder e obrigará que esta composição se dê com bastante utilização do tempo do tempo livre da mulher - e aquelas que estarão dispendo sua mão de obra no trabalho informal, contando aí com diversos arranjos para enfrentar a dicotomia imposta socialmente a mulher sob o capitalismo: conseguir vender seu trabalho e responsabilizar-se pela manutenção da vida no seu lar. Ivonne Henrich expõe que (2016, p. 92 e 93):

(...) as estratégias de conciliação variam de acordo com as classes e estratos socioeconômicos, não permitindo que as famílias cuidem dos filhos como desejam. Famílias de alta renda têm alternativas para “comprar” serviços de cuidado no mercado (seja empregada doméstica assalariada ou serviço extra-escolar), enquanto a maioria das famílias populares de baixa renda não têm acesso a uma ou outra alternativa. Com que desigualdades sociais, igualmente, continuam se reproduzindo.(tradução própria).

A insuficiência das políticas de proteção social fala de uma ausência de solidariedade sistêmica ou macro. Essa situação repercute no empobrecimento relativo das mulheres e na reprodução de sua desigualdade por suas formas de inserção laboral nos mercados e seus efeitos sobre sua participação política, educação e outros espaços sociais. Sendo característica a tendência de se engajar em atividades econômicas autogeradas, especialmente em pequena e média escala, principalmente tendo em vista as altas taxas de desemprego atuais.

As reflexões sobre a economia solidária surgiram no Brasil década de noventa diante do fenômeno da marginalidade e da informalidade, a diminuição do emprego assalariado/formal, a precariedade do trabalho, o declínio dos direitos sociais e a perda dos mecanismos de a proteção social, produto dos ajustes neoliberais iniciados naquela década.

²⁰ É importante ressaltar que são as mulheres brancas que passam por este rompimento, principalmente quando se trata de Brasil, uma vez que as negras, desde o início da configuração do país como parte do ciclo de acumulação pré capitalista, bem como, já como integrante periférico do circuito do capital, coloca as mulheres negras como trabalhadoras escravizadas e posteriormente como mão de obra “livre” para vender sua força de trabalho. Tal temática é tratada com mais profundidade no capítulo 3 desta pesquisa.

Esses fenômenos promoveram condições para a proliferação de empreendimentos autogeridos e formas não assalariadas de trabalho: iniciativas autônomas de geração de renda, cooperativas, associações de trabalhadores, entre outros. Assim, por sua significância e dinâmica, esses fenômenos foram vinculados a espaços de outra economia: a economia solidária. E neste sentido, Henrich (2016, p. 96) salienta:

Em suas diferentes variantes, essas conceituações destacam três dimensões para caracterizar a economia solidária em seu processo de construção, especialmente no plano micro-social: econômica, política e social. Ou seja, além da regulação econômica (atividade continuada com viabilidade econômica, patrimônio comum, gestão cooperativa, trabalho realizado pelos associados), identifica-se um papel político democratizante a cumprir (gestão participativa, igual poder de decisão de cada sócio, autonomia organizacional, participação nas decisões), e também de compromisso social (equidade na distribuição de resultados, relações horizontais com os outros, mobilização para o seu fortalecimento orgânico e por causas sociais orientadas para a mudança) (...) a ES tem a tarefa pendente de incorporar a equidade de gênero como princípio. (tradução própria).

Agrega-se a esse contexto o fato de que:

A maioria das correntes latino-americanas, considera a economia solidária (ES) como uma forma de organizar a vida econômica, social e política de uma sociedade baseada nos princípios da solidariedade, cooperação e justiça social que tem o valor do ser humano nas relações centrais e democráticas em todas as esferas da economia. Nesse contexto, a equidade de gênero também diz respeito a ES. (HENRICH, 2016, p. 93 - tradução própria).

Interessa então compreender como a conciliação se impõe às mulheres na economia solidária, e se há algum avanço neste sentido para elas. Novamente Ivonne Henrich (2016, p. 90) traz contribuições valorosas à temática:

(...) questionamos que formas de politizar a divisão sexual do trabalho podem impedir que as estratégias desenvolvidas pelas mulheres para conciliar o trabalho doméstico não remunerado com a participação em outras atividades, principalmente no mercado de trabalho, não se tornem mecanismos que reproduzam a naturalização da divisão sexual do trabalho. Da mesma forma, nos perguntamos que possibilidade tem os movimentos e práticas da economia solidária de desempenhar um papel na sua desnaturalização. (tradução própria)

E como bem ressalta Abreu e Oliveira (2020, p. 28):

(...) com uma presença significativa dentro da Economia Solidária, as mulheres começam a trazer também suas reflexões e inquietações relativas às desigualdades de gênero existentes na sociedade e que, por vezes, acabavam se reproduzindo nos Empreendimentos de Economia Solidária (EES) e também no interior do próprio movimento de Economia Solidária.

Sabe-se que a participação das mulheres na economia solidária vem garantindo a elas e suas famílias, geração de renda, construindo assim uma autonomia econômica, mas e para além disso, há outros tipos de incrementos? Abreu e Oliveira colocam do seguinte modo (2020, p. 38):

As questões sobre gênero das lideranças dentro do movimento da Economia Solidária, tamanho de empreendimentos e sua relação com o gênero e até mesmo as diferenças quanto às atividades econômicas desenvolvidas por grupos com maioria de homens ou de mulheres precisam ser problematizados.

Neste sentido, a hipótese levantada por Henrich (2016, p. 99) é de que:

Além das articulações mútuas entre produção e reprodução, é importante destacar o caráter favorável do autogestionário das iniciativas econômicas na construção da autonomia das mulheres e na promoção de novas práticas equitativas para mulheres e homens. Com efeito, devido à sua forma autogerida, a ES possibilita mais autonomia para as mulheres, proporcionando maior flexibilidade para combinar seus tempos, para controlar e direcionar suas vidas. Além disso, sua base associativa abre uma oportunidade de ação coletiva na demanda por direitos de cidadania e / ou um quadro institucional mais favorável.

Para além do que hipoteticamente a economia solidária potencialmente pode promover, cabe analisar as experiências e realizações concretas, como por exemplo, a criação, em 2008, do Grupo de Trabalho das Mulheres do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, seguido de vários fóruns locais, o que representou um avanço para as mulheres da ES. Contudo, segundo Hillenkamp (2019), o alcance do programa Brasil Local Feminista, resultado desta mobilização, foi limitado e, de forma geral, o movimento e os governos locais não questionaram em profundidade as relações de gênero e de poder dentro da economia solidária:

As categorias de ação pública, como a de Empreendimento de Economia Solidária, que devem ser não só autogeridos, mas também permanentes e coletivos de tipo suprafamiliar (SENAES, 2013), não foi alterada. Esta categoria traduz a experiência específica dos modelos de organização masculina ou mista, mas não a realidade mais precária e volátil dos empreendimentos femininos, que enfrentam as desigualdades de gênero em vários níveis e dificilmente alcançam tal nível de organicidade e estabilidade. No nível municipal, as políticas públicas geralmente não integraram as desigualdades de gênero, classe e raça, mesmo que a grande maioria dos seus beneficiários fossem mulheres pobres, sobrecarregadas com o trabalho doméstico e discriminadas no mercado de trabalho. (HILLENKAMP, 2019, s.p.)

Sobre a participação das mulheres em grupos menores e majoritariamente informais e intermitentes, Nobre (2015) levanta a hipótese de que os grupos em que elas atuam podem ainda não ser reconhecidos como EES. O que valida esta suposição, é a pesquisa realizada pela SOF - Sempre Viva Organização Feminista- e CF8 - Centro Feminista 8 de Março- no Programa Territórios da Cidadania, da qual participaram entre 2009 e 2013. Ao longo do trabalho, foram identificados 972 grupos produtivos de mulheres contra 267 identificadas pelo mapeamento nacional realizado pela SENAES nas mesmas áreas (NOBRE, 2015). Outro apontamento importante da autora é que as mulheres têm uma presença maior nos grupos urbanos do que nos rurais, o que sugere que nas associações e cooperativas rurais maiores e mais estruturadas a família associada é representada pelo marido ou pai. Outro indicador da presença invisível das

mulheres é a pesquisa realizada no Rio de Janeiro, onde elas tiveram maior participação entre os trabalhadores não associados do que entre os associados (NOBRE, 2015).

De análoga importância, é a observação de que além da busca por reconhecimento e melhor remuneração para atividades consideradas típicas das mulheres, como o artesanato levado em consideração como parte do fortalecimento da agricultura familiar e camponesa, as mulheres deveriam poder exercer outras atividades (NOBRE, 2015). Valorizar atividades consideradas femininas também implica reconhecer a formação da mulher, que se naturaliza porque foi o que aprendeu na sua socialização de gênero:

Muitos grupos de mulheres que fazem artesanato e costura começam quando uma começa a ensinar outras. Só quando esse conhecimento coletivo atinge seus limites é que procuram apoio externo, geralmente relacionado a partes da atividade consideradas masculinas, como manutenção de máquinas ou marketing. A socialização do gênero feminino, reforçada pela educação formal, favorece, nas mulheres, uma relação de pouca familiaridade com as máquinas, com as chamadas «tecnologias duras». Porém, mais do que saber operar as máquinas, é imprescindível saber como funcionam para romper a fragmentação e alienação do trabalho, bem como permitir que sejam recriadas segundo os critérios das próprias mulheres e não de a economia capitalista. (NOBRE, 2015, p.12 - tradução própria).

Segundo Nobre (2015) uma política que favoreceu grupos de mulheres que antes faziam artesanato passassem a produzir e vender alimentos, foi o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Este programa está baseado na Lei 11.947 / 2009 que estabelece que pelo menos 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação para a Alimentação Escolar - PNAE- devem ser destinados à compra de produtos de agricultores e agricultores familiares e suas organizações, priorizando assentados, indígenas, quilombolas e outras populações tradicionais. Nobre (2015) destaca que as possibilidades abertas pela comercialização também estão na origem dos grupos urbanos:

A cooperativa Univens – Cooperativa de Costureiras Unidas Venceremos- nasceu em 1996 devido à necessidade de formalizar o trabalho em grupo para contratar com um hospital em Porto Alegre. Essa Cooperativa cresceu, diversificou sua produção com a serigrafia, forneceu produtos para movimentos sociais, como as sacolas do Fórum Social Mundial, e estabeleceu a cadeia produtiva "Justa Trama", que começa com a plantação de algodão orgânico no Ceará. Eles passaram a ter renda média mensal acima de um salário-mínimo. (NOBRE, 2015, p.14 e 15 - tradução própria).

A mesma autora também mostra que o movimento da economia solidária e o da agricultura familiar têm atuado em conjunto para mudar as normas de controle sanitário. As regras eram as mesmas para os grandes produtores, cujos produtos percorrem longas distâncias, e para os pequenos, que na maioria das vezes vendem nos mercados vizinhos. Isto implicava na ilegalidade de produtos artesanais de panificação, queijos e geleias, fabricados em geral por mulheres, assim, significou uma verdadeira vitória a Resolução nº 49 da ANVISA, de 30 de

outubro de 2013, dirigida às microempresas individuais, famílias rurais e empreendimentos de economia solidária. Essa resolução reconheceu o lar como um espaço de produção e define o papel do controle da saúde principalmente como um guia. Imediatamente, a Lei 13.011 / 14 isentou os microempresários e a EES do pagamento da taxa de fiscalização. Importante destaque, é fato de que os produtos e bebidas de origem animal são inspecionados pelo Ministério da Agricultura e não são abrangidos por estes novos regulamentos. Logo a produção de queijos, embutidos e polpas de frutas congeladas, que em algumas regiões do país é majoritariamente realizada por mulheres, continua em muitos casos ilegal (NOBRE, 2015).

A nível de discussão sobre a construção do debate feminista dentro dos EES, o trabalho Hillenkamp (2019) sobre a AMESOL - Associação de Mulheres na Economia Solidária do Estado de São Paulo, tem interessantes contribuições a serem expostas, à começar com o fato de que tal organização conta com a interpenetração da ONG feminista SOF - Sempre Viva Organização Feminista e da Marcha - Marcha Mundial das Mulheres, o que imprime uma abordagem feminista na economia solidária:

Algumas das mulheres que chegam na AMESOL não têm nenhum envolvimento prévio no movimento feminista. Elas descobrem-no ao mesmo tempo que a AMESOL e passam por um processo de discussão da proposta, frequentemente associada nas representações populares com posições radicais que a maioria delas não estão dispostas a assumir. (...) Com tudo, o envolvimento das mulheres da AMESOL no feminismo assume formas diferenciadas, entre a participação ativa e regular nas atividades da Marcha para umas, o envolvimento discreto nos espaços de proximidade para outras ou ainda a simples adesão em princípio. (HILLENKAMP, 2019, s.p.)

A autora ressalta que fundamentada nos espaços do movimento feminista, da economia solidária e de outras mobilizações, a politização das mulheres da AMESOL se concretiza nas suas práticas cotidianas, seja no nível da família, da comunidade, dos empreendimentos ou da Associação. Relata que durante as formações da SOF, a divisão sexual do trabalho é abordada na vida das mulheres através de dinâmicas como os “relógios”, onde as mulheres registram seu uso do tempo diário hora a hora e o comparam com o de seu marido ou outro parente de sexo masculino (HILLENKAMP, 2019). Destaca ainda, que a consciência da desigualdade na divisão sexual do trabalho é provavelmente o aspecto mais marcante destas formações e o que mais mudanças provoca na prática, conforme exposto no relato de uma empreendedora, via entrevista realizada em 2018 pela autora:

“Eu digo pra eles [marido e filhos] assim: eu sou mulher, eu sou a mãe, e nós somos moradores da mesma casa. Todos usam, todos têm dever. Chega uma época que eu fazia o trabalho nossos [no empreendimento], aí fazia o de casa (que era cuidar, passar, lavar, cozinhar...) e reunião. Tudo essas coisas. E foi aonde chegou o ponto que eu cheguei, conversei com todo mundo. Eu falei: não, gente, vamos chegar num acordo, somos moradores. Todo mundo usa, usufrui, então vamos chegar num acordo. Vamos

dividir. Eu fiz as divisões de tarefa, que até hoje ocorre, e cada um faz o seu". (empreendedora, entrevista, 2018, *apud*, HILLENKAMP, 2019, s.p.).

E no que tange às experiências de empresas recuperadas por trabalhadores - ERTs, uma das formas abarcadas como EES, a pesquisa de Henriques e *et al* (2013), observa que em 31%²¹ delas as mulheres têm participação elevada. Nessas empresas, as mulheres são bastante participativas, assumem espaços de liderança (na gestão e na produção) e possuem um papel muito visível. Expõe ainda que obtiveram-se relatos de que, após a recuperação, mulheres passaram a ocupar postos que antes só eram ocupados por homens, como supervisoras/coordenadoras, gerentes administrativas, gerentes de processos, presidentes, entre outros (HENRIQUES. *et al*, 2013). Entretanto, um outro estudo de Henriques e Thiollent (2013) também sobre as ERTs, verificou que se mantém a divisão sexual do trabalho nos casos estudados. As mulheres seguem exercendo funções administrativas, de zeladoria, de cozinha e em setores leves da produção.

E para finalizar esta apresentação de experiências e estudos sobre as mulheres na economia solidária, cabe lembrar que dentro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, um aspecto importante das suas instâncias de decisão, são a orientação para garantia de participação das mulheres, sempre contando com dois coordenadores, um homem e uma mulher. E nas assembleias de acampamentos e assentamentos, todos têm direito a voto: adultos, jovens, homens e mulheres.

Conclui-se então que, que a nível micro, das relações familiares e econômicas associativas, funcionando de algum modo interligadas ao que vem se chamar de economia solidária, os EES permitem mais autonomia às mulheres pela sua forma autogestionária, pela maior flexibilidade de horários e formas de trabalho (individual em casa ou coletivo na oficina) e pela oportunidade de combinar horários de trabalho e controlar ou direcionar sua vida. Da mesma forma, eles abrem espaços para uma ação coletiva em busca de direitos de cidadania ou de um marco institucional mais favorável, o que demonstra um avanço para além da autonomia econômica, permitindo progressos nos campos políticos e físicos, principalmente quando da interação com outros grupos e movimentos sociais que fomentem discussões para além da economia solidária em si.

Ainda, seja o sentido atribuído pelas mulheres ao trabalho doméstico e de cuidado positivo ou negativo, o espaço doméstico é um espaço econômico, onde ocorre parte ou a

²¹ De uma amostra de 52 empresas validadas para pesquisa, de um universo de 67 empreendimentos ativos, segundo a pesquisa de Henriques *et al*, 2013.

totalidade da produção dos EES. Reconhecer a existência e a importância econômica deste espaço é uma necessidade política que, por sua vez, exige um alargamento da concepção de economia em geral e de economia solidária em particular. Pois requer abandonar a concepção de empreendimento de economia solidária centrado na organização permanente e suprafamiliar da produção em cooperativas, associações ou outros tipos de organizações extra domésticas, para incluir as formas mais flexíveis, muitas vezes mais frágeis e enraizadas nas relações familiares e nos espaços domésticos onde as mulheres desenvolvem práticas solidárias.

Contudo, e aí já adentrando naquilo que vem a ser a próxima seção desta pesquisa, seria mesmo a ampliação do que se entende por empreendimento de economia solidária que poderia produzir uma melhor forma de conciliação entre trabalho produtivo e reprodutivo para as mulheres? Qual o real papel da economia solidária perante a totalidade do sistema capitalista? A que movimentos do capital ela corresponde? As respostas a essas questões serão buscadas nas contribuições da Teoria Marxista da Dependência.

4.3 UMA ANÁLISE DA ECONOMIA SOLIDÁRIA PELAS LENTES DA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA.

Com pessoas de referência em economia popular/social e solidária, o Instituto Nacional de Associativismo e Economia Social (INAES) da Argentina, realizou em 15/12/2020, um evento ao vivo intitulado “As economias dos povos na América Latina — entre o econômico, o social e o ambiental”, da qual participaram três brasileiros, cujas intervenções estão resumidas abaixo, conforme o documento síntese do encontro:

Roberto Marinho ressaltou a importância dos processos de desenvolvimento local e das políticas geradas durante o governo Lula, que permitiram visibilizar outros modos de produção através da cooperação e da solidariedade num contexto atual de redução de direitos.

Claudete Costa, abordou os problemas do atual contexto brasileiro e os retrocessos em termos de direitos, o que tem levado o movimento dos catadores a viver da solidariedade empresarial e a lutar pela retomada do trabalho articulado com as três esferas do Estado para não cair no trabalho escravo. No mesmo sentido, Francisco dal Chiavon argumentou que é também neste contexto que eles precisam resgatar o associativismo como ideia de “um que cuida do outro”, já que não é a iniciativa privada que vai resolver esses problemas. (INAES, 2020, p. 3 - tradução própria)

Tais falas são interessantes para o que esta pesquisa se propõe a fazer agora e também porque demarcam questões importantes acerca da temática da economia solidária. A primeira no sentido de políticas públicas que visibilizariam outros modos de produção, através do cooperativismo e da economia solidária. A segunda no sentido da precarização da vida dos catadores. E a terceira, de que a iniciativa privada não resolverá os problemas sociais, que se

faz necessário resgatar então o associativismo. Muito respeitosamente com todas as pessoas envolvidas nestas falas, pretende-se a partir delas polemizar algumas das considerações suscitadas.

4.3.1 Modo de produção capitalista e sua superação

O debate acerca da superação do capitalismo e a constituição de um outro modo de produção é de longa data dentro do marxismo, reconhecidamente a vertente que mais se aprofundou nas críticas econômicas e sociais ao sistema. Primeiramente estudando a fundo a construção do capitalismo, seu modo de ser e existir. Com fundamentação e permanente contestação sobre os economistas clássicos, Marx destrincha os conceitos de: valor, trabalho, mais-valia, acumulação, produção, circulação, distribuição e outros; e então, os entrega à classe trabalhadora, seja pelas suas obras ou por sua participação em diversos movimentos e encontros operários, sempre com a finalidade última que estas contribuições ajudassem a consolidar suplantação do sistema vigente.

Deste modo, dentro do referencial teórico estabelecido por ele, o modo de produção capitalista, iniciado no século XVIII na Europa (a partir da desestruturação do sistema feudal), vigente até os dias de hoje, é caracterizado pela propriedade privada dos meios de produção (terra, matérias-primas, máquinas, edificações, isto é os bens econômicos que podem ser utilizados na produção de outros bens e serviços; o capital), o que leva a sociedade a uma divisão de classes: a que é detentora dos meios de produção e a que vende sua força de trabalho a primeira. Reside ainda nesse modo de produção, a necessidade substancial do capital gerar mais valia, e acumular. Assim o trabalho e a produção de valores de uso encontram-se submetidos a lógica da produção da mercadoria, que circulará e será distribuída conforme a capacidade de aquisição das pessoas (em sua maioria definida pelo valor que vendem sua mão de obra), e não de acordo com suas necessidades (MARX, 1980a e 1980b).

Ora, tendo esta concepção em mente, percebe-se que por mais que a economia solidária, em seu formato autogestionário e cooperativo, rompa com a relação patrão-empregado, de forma que a propriedade dos meios de produção é coletiva, o fato é que a maioria das vezes seus empreendimentos contam com uma capacidade produtiva bastante rudimentar e ainda não superam as diversas outras características do sistema, pelo contrário, dependem delas para sobreviver, tal como a comercialização e distribuição mediante os rendimentos de terceiros. E neste sentido, o próprio Marx, tem suas considerações sobre as cooperativas de operários da Europa do século XIX, que se aproximam daquilo que os teóricos da economia solidária propõem sobre os empreendimentos sob esse formato:

a experiência do período decorrido de 1848 à 1864 demonstrou, acima de qualquer dúvida, que, por mais excelente em princípio e útil na prática, o trabalho cooperativo, se mantido nos limites estreitos dos esforços casuais dos operários privados, jamais conseguirá deter o crescimento em progressão geométrica do monopólio, nem emancipar as massas, tampouco aliviar minimamente o fardo de suas misérias. [...] Para salvar as massas industriais, o trabalho cooperativo deveria ser desenvolvido em dimensões nacionais e, conseqüentemente, ser promovido por meios nacionais. [...] conquistar o poder político tornou-se, portanto, o grande dever das classes trabalhadoras. (MARX, 2014, p. 98).

Contudo, a discussão dentro do marxismo sobre as cooperativas não se encerra aí. Rosa Luxemburgo, no início do século XX, em seus debates dentro do Partido Social-Democrata Alemão, em relação às vias revolucionárias ou reformistas para se chegar ao socialismo, vai polemizar com seus companheiros (principalmente Eduard Bernstein), sobre o tema:

O seu socialismo (Bernstein) deve ser realizado por dois meios: pelos sindicatos ou, como diz, pela democracia econômica e pelas cooperativas. Através dos primeiros quer suprimir o lucro industrial, pelos segundos o lucro comercial. As cooperativas e, sobretudo, as cooperativas de produção são instituições de natureza híbrida dentro do capitalismo: constituem uma produção socializada em miniatura, que é acompanhada por uma troca capitalista. Mas na economia capitalista a troca domina a produção. Por causa da concorrência, ela exige, para que a empresa possa sobreviver, uma impiedosa exploração da força de trabalho, quer dizer, a dominação completa do processo de produção pelos interesses capitalistas. Praticamente, isso se traduz numa necessidade de intensificação do trabalho, de encurtar ou prolongar a sua duração conforme a conjuntura, de contratar ou dispensar a força de trabalho conforme as necessidades do mercado, numa palavra, praticar todos os métodos, sobejamente conhecidos, que permitem a uma empresa capitalista sustentar a concorrência das outras empresas. Daí uma cooperativa de produção ter a necessidade, contraditória para os operários, de se governar a si própria com toda a autoridade absoluta e necessária, e de seus elementos desempenharem entre si o papel de empresários capitalistas. Dessa contradição morre a cooperativa de produção, na acepção em que se torna uma empresa capitalista ou, no caso em que os interesses dos operários são mais fortes ela se dissolve. Disso resulta que as cooperativas de produção devem contentar-se, no melhor dos casos, com pequenos mercados locais e se limitarem aos produtos de primeira necessidade e de preferência produtos alimentares. (LUXEMBURGO, 2019, p. 75 e 76)

No mesmo sentido, se manifesta Wood (2017, p. 248):

(...) mesmo com as equipes organizadas de forma mais democrática, essas empresas seriam governadas não pelos objetivos autodeterminados das pessoas que nela trabalham, mas pelos imperativos impostos a elas do exterior, nem mesmo pelas necessidades e pelos desejos da maioria dos cidadãos, mas pelos interesses dos empregadores e pelas coerções impostas pelo mercado capitalista em si: os imperativos da competição, da produtividade e da maximização dos lucros. E é claro que os trabalhadores continuariam vulneráveis à ameaça de demissão e fechamento de fábricas, a disciplina última do mercado.

Compreende-se então que o objetivo dos trabalhadores não deve ser somente transformar a propriedade privada capitalista em propriedade coletiva, mas também transformar a produção para venda em uma produção socialista, de modo que a demanda de produção seja baseada nas necessidades insatisfeitas da sociedade. Assim:

Em última análise, a prefiguração da sociedade futura no presente seria dada não tanto pelas conquistas individuais ou corporativas valorizadas como boas em si mesmas, mas de acordo com as repercussões que elas acarretam na construção e no fortalecimento do poder antagônico do subalterno, as classes como sujeito político anti-sistêmico com vocação hegemônica. Mas essa conexão também deve ser pensada na direção oposta: a meta ou o horizonte estratégico tem que estar potencialmente contido nos meios de construção e nas demandas cotidianas. (OUVIÑA, 2020, 132 - tradução própria)

Ainda, Borda (1976), que realizou uma pesquisa entre 1968 e 1970 em onze comunidades camponesas da Colômbia, Equador e Venezuela sobre o tema das cooperativas rurais e agrupamentos similares, chegou a conclusões similares sobre a superação do capitalismo pelas vias cooperativas, e então explica que a libertação deste sistema, implica uma profunda transformação socioeconômica (incluindo mudanças na estrutura socioeconômica e nas pautas de controle e exploração) e que disso podem derivar-se três critérios de avaliação:

- 1) O desenvolvimento de novas forças produtivas, por exemplo, em tecnologia, indústria, educação, serviços econômicos e sociais, e outros similares.
- 2) A democratização e o controle público da produção, distribuição, consumo e ingresso.
- 3) A autodeterminação e independência das classes anteriormente subordinadas e exploradas. (BORDA, 1976, p. 185)

Isto posto, percebe-se que intitulação dada a economia solidária como outro modo de produção, o que pode ser visto em fala recente de eventos sobre o tema, bem como em diversas teorizações a respeito, não procede quando confrontada com a definição de um modo de produção, e principalmente, não supera o capitalismo. Barbosa (2007, p. 90) faz uma contribuição interessante neste sentido:

(...) parte significativa das narrativas sobre economia solidária, mesmo as mais acadêmicas, depende de uma abordagem performática baseada numa narrativa auto referenciada, com ênfase na positividade das experiências perante os problemas humanos de grande envergadura nessa passagem de séculos, como, por exemplo, o efeito destrutivo da lógica da acumulação capitalista sobre o meio ambiente e os trabalhadores, tanto em termos de qualidade de vida como de desemprego e pobreza.

Tem-se de ter atenção para o aprofundamento histórico das práticas e dos segmentos em torno delas no contexto da totalidade social, entendendo que a verdadeira solução para os problemas apresentados as massas pela acumulação de capital é, portanto, o surgimento de um novo sistema capaz de reorientar o desenvolvimento total das forças produtivas e não somente a organização de um ou outro empreendimento. E principalmente, compreender o movimento por inteiro, para não acabar fazendo da necessidade uma virtude, conforme explica-se a seguir.

4.3.2 Neoliberalismo e informalidade

A partir do *Welfare State*, em diversos países onde se realizou a associação fordismo-keynesianismo, bem como pela pressão política que à evolução da URSS exercia no plano internacional sobre as condições do capitalismo e a pressão dos trabalhadores através de suas lutas, parte do apoio social à aqueles que vivem do trabalho passou a ser direito social e responsabilidade pública estatal, assim, quando não extinguidas, subordinou as mutualidades e associações de trabalhadores à condição de quase aparelho de Estado. Entretanto, nas últimas décadas, com a crise do capital e regressão do Estado protetor e garantidor do pleno emprego, a temática da economia popular e da solidariedade é recolocada em novas bases, como ocorreu quando da introdução do trabalho assalariado na Europa e na crise de 1929/1930. Como bem coloca Barbosa (2007, p. 91): “Será que estaríamos diante de uma manifestação defensiva comum a períodos de crise social, que fazem emergir com expressividade práticas de subsistência para reprodução dos trabalhadores?”.

Sob o pressuposto da descentralização e da autonomia, o desmonte sem precedentes das instituições públicas tem-se materializado na mercantilização da educação, da saúde e de outros direitos anteriormente conquistados pelos trabalhadores. Ainda, este Estado mínimo, representa aos países de capitalismo dependente levar até às últimas consequências o processo de exclusão e marginalização dos setores populares quanto ao direito ao trabalho, à saúde, educação e moradia, o que, inevitavelmente, produz uma readequação da dinâmica de dominação e de exploração sobre o trabalho e sobre a periferia do sistema. Lia Tiriba (2001, p. 125) expõe esta situação assim:

Em um momento em que o trabalho assalariado, além de não garantir uma remuneração suficiente para a satisfação das necessidades básicas, apresenta-se como um bem escasso, a lógica que move as pessoas não é necessariamente buscar um emprego, mas tentar assegurar a sobrevivência por meio da iniciativa própria. Pelo que se sabe, nunca se trabalhou tanto e, como resultado do desemprego involuntário, as pessoas têm buscado qualquer tipo de “bico”, tanto no centro como na periferia das grandes cidades.

Assim, frente à situação de extrema pobreza, as formas de trabalho por conta própria não significam necessariamente a autonomia do trabalhador. São formas de subemprego/subtrabalho, representativas de um novo estilo de submissão do trabalho ao capital e se configuram como estratégias populares de sobrevivência. O problema do emprego e da reordenação do trabalho, passa então à reestabelecer as relações da sociedade contemporânea com a economia popular, dando institucionalidade as suas variadas formas para responder à flexibilização produtiva e à destinação de ocupação e renda para os excluídos do mercado

formal de emprego, tal como aconteceu com a economia solidária, via sua inserção como política pública e com a criação de programas para formalização das pessoas entendidas como Microempreendedoras Individuais (MEI), mas que inúmeras vezes são contratadas por empresas, constituindo o então fenômeno da “pejotização”.

Essa aterrissagem do neoliberalismo na América Latina, produz uma forma sofisticada, inovadora e complexa de articular institucionalmente, uma série de tecnologias, procedimentos e afetos que incentivam a livre-iniciativa e a autogestão, assim como a responsabilidade sobre si. A argentina Verónica Gago traz uma análise interessante para se pensar esta consolidação de grandes reformas estruturais, conforme a lógica de ajuste das políticas globais, criando uma tipologia para neoliberalismo: o de cima para baixo e o de baixo para cima. O primeiro sinaliza “(...) uma modificação do regime de acumulação global - novas estratégias de corporações, agências e governos - que leva a uma mutação nas instituições estatais nacionais. Nesse ponto, o neoliberalismo é uma fase - e não mero matriz - do capitalismo” (GAGO, 2018, p. 17). E o segundo “(...) é a proliferação de modos de vida que reorganizam as noções de liberdade, cálculo e obediência, projetando uma nova racionalidade e afetividade coletiva” (GAGO, 2018, p. 17). Sobre este último é relevante aprofundar ainda mais o entendimento:

Por neoliberalismo de baixo para cima, entendo, portanto, um conjunto de condições que se concretizam para além da vontade de um governo, de sua legitimidade ou não, mas que se transformam diante das condições sobre as quais opera uma rede de práticas e saberes que assume o cálculo como matriz subjetiva primordial, e funciona como motor de uma poderosa economia popular que mistura saberes comunitários de autogestão e intimidade com o saber-fazer na crise como tecnologia de uma auto empresarialidade de massas. A força do neoliberalismo pensado dessa maneira acaba enraizando nos setores que protagonizam a chamada economia informal como uma pragmática vitalista. (GAGO, 2018, p. 19).

Este movimento permite ao neoliberalismo se enraizar nos territórios e se fortalecer nas subjetividades populares, se expandindo e proliferando pela organização das economias informais, pela promoção de uma empresarialidade popular que é obrigada a se responsabilizar por condições que não lhe são garantidas. E neste sentido, a autora apresenta o termo latim *Conatus*, “que pode designar esforço, impulso, inclinação, tendência ou cometimento, e tem sido usado em debates filosóficos, psicológicos e metafísicos para se referir a uma inclinação inata de uma coisa para continuar a existir e se aprimorar” (GAGO, 2018, p. 20), para tratar desse estímulo vital que desenvolve um cálculo em que se sobrepõe uma racionalidade neoliberal a um repertório de práticas comunitárias, produzindo como efeito o “neoliberalismo de baixo para cima”. Os efeitos são a pluralização de formas laborais, que leva a uma ampliação da categoria de trabalhadores e a uma reconceitualização das economias classicamente

chamadas de informais e periféricas, pois para a autora, há dois princípios fundamentais para estas economias:

- i) *O informal como fonte instituinte* ou como princípio de criação de realidade. Defino informalidade não de maneira negativa, por sua relação com a normativa que define o legal/ilegal, mas de modo positivo, por seu caráter de inovação e, portanto, por sua dimensão de práxis que busca novas formas. O informal nesse sentido não se refere aquilo que não tem forma, mas à dinâmica que inventa e promove novas formas - produtivas, comerciais, relacionais etc. - colocando o eixo no momento processual de produção de novas dinâmicas sociais;
- ii) *O informal como fonte de incomensurabilidade*, isto é, como dinâmica que põe em crise a mediação objetiva do valor criado por essas economias. O informal se refere, assim, ao transbordamento, por intensidade e sobreposição, de elementos heterogêneos que intervêm na criação de valor, obrigando a inventar também novas fórmulas de convenção do valor e a produzir mecanismo de reconhecimento e inscrição institucional. (GAGO, 2018, p. 29 e 30).

De uma forma ou de outra, este “informal” foi percebido como algo funcional ao desenvolvimento capitalista na periferia do sistema, garantindo mão-de-obra barata a empresas por meio da permanência de um extenso exército industrial de reserva que sobrevive em atividades de subsistência. Com isso, a reprodução da força de trabalho a preços mínimos estaria garantida com a produção barata de alimentos e outras mercadorias, assim como a prestação de serviços realizados dentro do vasto espectro da “informalização”, possibilitando a manutenção dos salários baixos entre os trabalhadores “formais”. Neste sentido Lima (2006, p. 306) diz:

A informalidade passa então a ser analisada como produto dos processos de reestruturação econômica, do aumento da competitividade mundial, da flexibilização e da desregulamentação dos mercados e do desemprego estrutural. (...) E pelos novos contratos atípicos propiciados por essas mudanças, os quais incluem novos grupos de trabalhadores vinculados às novas tecnologias, como a informática, com um exército de trabalhadores fora de qualquer formalidade. Ao lado do ambulante, do camelô, representantes da velha informalidade, convivem os vários “micreiros”, consultores variados, “bolsistas”, estagiários, com ganhos diferenciados, vinculações institucionais distintas ou nenhum vínculo.

Assim, se há algo que marca e caracteriza esse mapa de uma economia não tradicional é o fato de ser ao mesmo tempo informal, mas vinculada a cadeias de valor transnacionais e a grandes marcas locais, que combina condições extremas de precariedade com altos níveis de expansão, isto é, uma ambivalência fundamental: uma rede produtiva que articula momentos comunitários e de exploração brutal, protagonizada por mulheres, migrantes, trabalhadores, microempresários e dinamizadores comunitários. E neste sentido, os catadores de material reciclável, tão presentes nos empreendimentos de economia solidária, são exemplos perfeitos dessa ambivalência. Por um lado, executam o trabalho árduo, rudimentar e insalubre de separação manual de lixo (que foi produzido por grandes indústrias - o caso das latas de

alumínios representa bem), de forma a separar aquilo que pode vir a ser reutilizado pela indústria, recebendo por isso valores ínfimos.

Neste sentido, a segunda fala brasileira no evento do INAES, que ressalta a precarização da vida dos catadores mediante as reformas neoliberais, leva a reflexão de que, como em algum momento foi permitido enquanto sociedade, que este tipo de trabalho desenvolvido pelos catadores já não fosse entendido como precário ou quase análogo a escravidão? Obviamente que diminuição da proteção social oferecida pelo Estado torna a situação ainda mais dramática, mas a resposta parece estar dentro do que propõe Gago (2018), conforme foi apresentado e nas próprias condições estruturantes do capitalismo dependente latino-americano, a dizer, a superexploração do trabalho.

4.3.3 A superexploração do trabalho mesclada à informalidade

O estágio atual do capitalismo se dá pela conformação das mais singulares formas de precarização das condições de trabalho e de espoliação dos recursos naturais no âmbito mundial. É a própria estrutura do capitalismo nesta sua fase superior que marca a condição de capitalismo dependente a determinadas regiões estratégicas para a produção e composição geral da lei do valor-trabalho. Isto é, dentro deste capitalismo *sui generis* as trocas desiguais (transações realizadas em condições de divergência entre preços e valores), entre os produtos primários (alimentos e matérias primas) em relação aos manufaturados, não irá gerar uma busca de equivalência pelas próprias trocas, mas:

fundamentalmente, vai procurar compensar essa perda de renda, internamente ao país exportador de bens primários, através de um mecanismo de superexploração dos trabalhadores que se consubstancia em salários abaixo do custo de reprodução da força de trabalho, longas e intensas jornadas de trabalho e sem mudanças que levem a aumentos da produtividade do trabalho. (CARLEIAL, 2012, p. 9).

A superexploração da força de trabalho (categoria mais bem explicada no capítulo 2 desta pesquisa) e a opressão que a dá sentido são mecanismos estruturais do capitalismo dependente emanados de uma histórica situação de violência estrutural. De modo que, pode até haver superexploração da força de trabalho nas economias centrais (e o fenômeno da “uberização” em todo o mundo comprova isto), mas como processo conjuntural, como indicador econômico, não como categoria analítica. A superexploração não demarca o estágio em que chegou o capitalismo atual. Demarca a história do capitalismo dependente que compõe a história do capitalismo contemporâneo na desigualdade complementar e anárquica que o sustenta (TRASPADINI, 2016).

O assalariamento continua prevalecendo como forma de inserção nos mercados de trabalho, mas com a desregulamentação do trabalho, tornou-se possível extrair sobretrabalho sem relação explícita de assalariamento, fazendo parecer troca de equivalentes e não exploração. O trabalhador ou trabalhadora que não consegue ingressar no mercado formal - gerando sua renda através de atividades como as da economia solidária - mantém com o capital relações de tipos diferenciados, porém combinados. Barbosa (2007) classifica em duas grandes vertentes: as relações de subcontratação e as atividades de subsistência, que respondem às necessidades contemporaneamente postas para a valorização do capital e para sua produtividade, e explica:

A subsistência, ainda que não participe da valorização do capital, se faz através de atividades subordinadas à relação do capital, por meio das trocas que precisam ser feitas no mercado.(...) Além disso constitui-se como exploração, na medida em que participa da rede de reserva necessária para manter baixo o custo de trabalho - por isso seu desemprego (...).
A subcontratação estabelece com o capital uma conexão que pode ser produtiva ou improdutiva. (BARBOSA, 2007, p. 99)

De uma forma ou de outra, o ponto é que estes modos informais de interação da classe trabalhadora com capitalismo, também estão sujeitos ao recebimento de rendimentos (pois nesse caso não seria correto falar salários) bem abaixo da subsistência mínima necessária para garantir a reposição das suas necessidades. Neste sentido, Traspadini (2016, p. 68), coloca:

(...) os sujeitos super explorados e oprimidos que conformam o grande contingente populacional da América Latina, nas suas várias cores e tons de classe e identidade, seguem criando mecanismos para sobreviver ainda em meio à extração de riqueza, espoliação dos recursos e expropriação da terra como mecanismo continuado do poder do capital no continente. Através de sua incorporação real no setor informal da economia – onde ora reproduzem, ora confrontam o poder institucional estabelecido no ambiente formal de reprodução e acumulação do capital –, seja encontrando “novos” mecanismos de organização social para explicitar, não só a resistência, como também o protesto, a negação e a superação deste modo de produção e reprodução do capital

Deste modo, a flexibilização das leis trabalhistas, o discurso sobre o empreendedorismo e a economia solidária como alternativas ao emprego com carteira assinada e ao desemprego; as mudanças nos planos de aposentadoria, os bancos de hora; os estágios de jovens que duram toda a vida universitária, entre outros, são, segundo Traspadini (2016, p. 80) “(...) as novas condicionantes da práxis do capital, que reforça o caráter histórico da atualidade da dependência na América Latina sob a consigna da superexploração e do superendividamento”. Especificamente sobre a economia solidária, Carleial (2007, p. 21) faz as seguintes considerações:

(...) mesmo a partir da atuação da SENAES, as políticas de economia solidária constituem-se num elo da política de geração de ocupação e renda que incentiva a prática do trabalho associado como meio de sobrevivência material de indivíduos e grupos. A preparação para tal prática exige a apreensão de valores éticos, morais e sociais centrados na cooperação e no coletivo para grupos muito fragilizados socialmente os quais ainda teriam a “responsabilidade” de construir um modelo de superação do capital. Enquanto isto, os trabalhadores reais que vivem a economia solidária ganham pouco, trabalham demasiado quando mensurado em horas de trabalho, sofrem pressões para a intensificação deste trabalho, não possuem acesso a crédito, na esmagadora maioria dos casos, e vivem sem perspectivas concretas de alterar o futuro na direção de uma vida melhor.

Nota-se então, a economia solidária como símbolo de uma reforma social, ajustando-se ao capitalismo dependente, promovendo mudanças marginais e ajudando ao desenvolvimento dos países sem ameaçar as bases do sistema socioeconômico prevalecente.

Chega-se então em vias de poder contra argumentar a terceira fala brasileira, no evento do INAES, que ressalta a necessidade de resgate do associativismo. Como explicado anteriormente, a economia solidária (que se constitui em bases associativas) não reflete exatamente uma movimentação prévia de reivindicações coletivas, mas uma alternativa de opções de trabalho e renda a partir de formas autogeridas de produção, em oposição ao crescente desemprego e à exclusão social de contingentes cada vez maiores da população. Podendo ser considerada como uma inovação organizacional, caracterizada pelos seguintes elementos:

(i) é uma iniciativa coletiva de produção de bens e/ou serviços, (ii) criada para empreender com o objetivo de apropriação coletiva dos resultados; (iii) organizada de modo associativo e (iv) baseada nos princípios de autonomia, gestão democrática e valorização do trabalho acima do capital. (CARLEIAL, 2007, p. 9)

Entretanto, a análise dos resultados de pesquisas, mostra que para um grande contingente de pessoas inseridas nestes empreendimentos, principalmente para as que estão em associações ou em grupos informais (em sua maioria mulheres), a motivação para estar neste meio é a complementaridade de renda e alternativa ao desemprego (SILVA, 2020). O que demonstra que o projeto político “fazer de outro modo” não está tão claro para os e as envolvidas. Assim, cabem os questionamentos de Carleial (2007, p. 10):

Logo, o elemento de voluntariedade é muito frágil e é construído mediado pela política pública indutora. Cabe então, a pergunta, porque incentivar esse formato de organização? Essa constatação sugere certamente a interpretação de que tais políticas se constituem em mero « *approche* » da política de geração de trabalho e renda. Mas por que não assumi-las como tal? Por que intitulá-las de “Economia Solidária”.

Isto demonstra que a ação de uma política pública compromissada com o desenvolvimento de práticas solidárias precisa construir um projeto político claro, consciente e persuasivo no sentido de evidenciar o que é exatamente seu objetivo. Caso contrário, as políticas

de economia solidária nos países de capitalismo dependente podem facilmente transformarem-se em meios de um mero controle social da pobreza. Contudo, não se pode negar que não existam benefícios para além da geração de emprego e renda, aos envolvidos na economia solidária. De forma pontual, quando do envolvimento de outras entidades que fomentem discussões políticas e a formação dos grupos de estudo - conforme o caso mostrado da AMESOL - Associação de Mulheres da Economia Solidária de São Paulo, que conta com as intervenções da SOF - SempreViva Organização Feminista e da Marcha Mundial de Mulheres, ou mesmo o MST, que neste sentido é exemplo na instrução político e teórica aos seus e suas integrantes - realmente surte-se um efeito sobre a consciência em relação a condição das pessoas e seu posicionamento no mundo. Mas para além disso, pode-se destacar o que se chama de pedagogia da produção associada, que será tratada a seguir.

A economia solidária, bem como o novo cooperativismo, ainda que com suas numerosas limitações, pode levar em si mesmo a semente de uma transformação mais profunda e revolucionária, à medida que a crise social geral que experimenta a América Latina se torne mais aguda, se produzir algum incremento na consciência dos envolvidos sobre os problemas sociais e as condições de vida, um aumento de seus ingressos e na capacidade de manejar seus próprios assuntos, todos estes fatores podem ser pré requisitos para uma transformação subsequente mais significativa (BORDA, 1976).

Na perspectiva da práxis, o objetivo da educação é a articulação entre teoria e prática, rumo à formação integral de cada ser humano, capaz de governar a si próprio e aqueles que, transitoriamente, são dirigidos por ele, assim:

Devido ao homem só conhecer e transformar a realidade à medida em que se insere ativamente nela, não é possível reduzir o processo de conhecer o mundo ao espaço da escola, mas buscar os elementos materiais e imateriais da formação humana em outras instâncias educativas que, sobrepassando os muros da escola, acontecem como processos de vida. (TIRIBA, 2001, p 188).

Baseando-se na obra de Gramsci, Tiriba (2001) expõe que a educação vai além da educação escolar, invadindo todos os processos que envolvem a formação de consciência e a produção de subjetividade, pois a ideia do “trabalho como princípio educativo” não é só um pressuposto referente à educação escolar, mas também está presente no processo do próprio trabalho. Assim, “Além de produção de bens materiais, o trabalho também produz bens espirituais, entre eles as habilidades técnicas, o saber sobre o trabalho e sobre as relações em que se produz o trabalho e o trabalhador” (TIRIBA, 2001, p. 191). Tendo ainda produção associada a atribuição de permitir a possibilidade de pensar e criar o processo produtivo.

De modo que, ao subverter a lógica da organização capitalista de trabalho, “cada operário abandonaria seu posto de “apêndice da máquina”, articulando conhecimento prático e conhecimento científico, de modo a fazer da ciência e da técnica a expressão dos interesses dos setores populares da sociedade” (TIRIBA, 2001, p. 195). O que de fato foi constatado pelos estudos de Henriques e Thiollent (2013) e Henriques *et al* (2013) sobre as Empresas Recuperadas por Trabalhadores (ERTs). Por óbvio que o caráter da qualificação desta experiência varia no que diz respeito ao grau médio de destreza dos trabalhadores, a disponibilidade de recursos naturais, a quantidade e qualidade dos meios utilizados para produzir, a forma como é organizada socialmente à produção, o grau de desenvolvimento das ciências e a possibilidade de aplicação de seus resultados (TIRIBA, 2001). Logo, não terão o mesmo avanço uma cooperativa de reciclagem e uma indústria metalúrgica recuperada por trabalhadores.

O fato é que, para os campos de ação da educação popular comunitária tanto a escola formal, como a educação não-formal, as organizações econômicas populares, a educação municipal, os movimentos populares e sociais etc., são capazes de gerar politização e uma educação conscientizadora (GADOTTI, 2012). Principalmente quando as políticas voltadas para elas focam neste objetivo.

5 CONCLUSÃO

As relações sociais de acordo com as quais os indivíduos produzem, as relações sociais de produção, transformam-se com a modificação e o desenvolvimento dos meios materiais de produção, das forças produtivas. Em sua totalidade, as relações de produção formam o que se chama de relações sociais, a sociedade e, particularmente, uma sociedade num estágio

determinado de seu desenvolvimento histórico. Atualmente, as relações de produção estão subordinadas à lógica da acumulação capitalista.

Procurou-se então, no segundo capítulo desta pesquisa, através de evidências empíricas dos relatórios de diversas entidades que têm estudado a temática do trabalho e da renda, apresentar uma caracterização dos elementos que constituem a superexploração do trabalho, na medida que mostram a persistência, no Brasil e na América Latina, da desestruturação do mercado de trabalho, dos baixos rendimentos, da desigualdade de renda e da desigualdade regional. Além disso, constatou-se que as intersecções com o sexo e raça e a inserção ocupacional, comprovam uma superexploração ainda maior, que culmina em cenário de completa desigualdade.

Isto estrutura e compõe o fato de que desde 2015 há tendência de aumento na América Latina da população abaixo da linha da pobreza, sendo que um terço desses viviam em situação de extrema pobreza. A redução tanto da pobreza quanto da desigualdade de renda estão principalmente vinculados à evolução da renda nos decis de menor recursos, em que prevalecem os mais baixos aumentos da renda do trabalho; e das transferências públicas de sistemas de proteção social (CEPAL, 2019). Foi mostrado que devido às diversas políticas de ajuste econômico, nenhum destes elementos tem se crescido, ao contrário, suas quedas são ainda acompanhadas do aumento da riqueza e dos rendimentos dos mais ricos. A desigualdade impera, a ponto de o Brasil estar atrás somente do Qatar em matéria de concentração de renda pelo 1% mais rico. Aqui os seis homens mais ricos da nação possuem a mesma riqueza que a metade mais pobre da população. Tudo isso ao mesmo tempo em que a riqueza global aumentou 66% entre 1995 e 2014, e concomitante a riqueza global per capita caiu nesse período. Se produz muito, distribuindo pouco.

Entretanto, tal constelação de disparidades, não se dá pelo acaso. Há uma série de fatores históricos e políticos que se somam para criar o cenário de concentração de riqueza e rendimentos a níveis muito altos, bem como o nível de ocupação em cada tipo de atividade econômica. E neste sentido, buscou-se através da Teoria da Dependência, mostrar os fundamentos para esta configuração. Tal teoria, ao captar o movimento dialético entre a parte e o todo, cria um referencial analítico específico sobre o entendimento do movimento geral-particular do capital no território latino-americano. A assimilação do processo histórico e o rigor na aplicação de categorias marxistas como instrumento de análise, são tão presentes e fundamentais para se compreender os estudos feitos pelos teóricos desta área, que passou-se então a denominá-la Teoria Marxista da Dependência (TMD).

Assim, baseando-se na TMD, apresentou-se que a história econômica da América Latina, na sua forma hoje conhecida, se inicia juntamente com a acumulação mundial de capital, padrões de comércio e modos de produção de 1500 a 1770, de modo que o desenvolvimento do capitalismo mundial e de metrópole na Europa Ocidental (e depois nos EUA) estabeleceu as fundações produtivas e sociais de um processo autossustentado de desenvolvimento do subdesenvolvimento na América Latina e na África. Três séculos de intercâmbio desigual baseado em valores desiguais drenaram enormes volumes de capital da maioria das colônias da América e dos povos colonizados, que a metrópole europeia investiu no desenvolvimento econômico, que no século XIX serviu, por sua vez, para consolidar o subdesenvolvimento da América Latina.

Da mesma forma, explicou-se que o aparecimento do trabalho assalariado na região vai se dar somente após a diversificação das atividades produtivas e da constituição de um mercado interno, em um momento caracterizado pela expansão do capitalismo industrial (especialmente o inglês), que passou a exigir a ampliação do mercado consumidor e a introdução do trabalho assalariado no mundo colonial. Posteriormente, a Primeira Guerra Mundial, possibilitou um avanço importante no processo de industrialização, o que fez com que um forte fluxo migratório de trabalhadores europeus viesse para América Latina (principalmente para o Brasil, a Argentina e o Uruguai) em busca de trabalho. Assim, com esse marco histórico e estrutural, que se inicia na segunda metade do século XIX, somada a massa de negros e negras recém “libertados” da escravatura, é que começou a se formar a classe trabalhadora latino-americana.

Ainda, a partir do pós guerra de 1945 que se faz culminar o processo de monopolização, centralização e concentração da produção por parte das empresas multinacionais, onde os EUA passam a afirmar-se como centro hegemônico do sistema imperialista. A partir de então as condições da dominação imperialista sobre os países dependentes mudam profundamente, e o próprio caráter do capitalismo dependente é redefinido de modo essencial, pois, a partir do pós-guerra, juntamente com a desnacionalização da propriedade dos meios de produção, verifica-se a desnacionalização da própria burguesia. Soma-se a isso ao ciclo de ditaduras militares na América Latina, à implementação das premissas do neoliberalismo, que desencadeiam um amplo processo de privatização dos bens estatais, de abertura comercial e de flexibilização das leis trabalhistas e sociais. A fusão entre o neoliberalismo e reestruturação produtiva, dentro de um universo conduzido pelo capitalismo financeiro, gerou profundas transformações no mundo do trabalho. Informalidade, flexibilização e terceirização passam a ser imperativos empresariais

Sob essa ótica, a revolução industrial pode ser considerada um marco definitivo no processo de integração da região, pois a partir desse momento constrói-se uma estrutura definida da relação da América Latina com os centros industriais, que é a divisão internacional do trabalho, cujo curso do desenvolvimento posterior na região será determinado por essa estrutura. Afinal, o surgimento da grande indústria moderna nos países de capitalismo central seria dificultado se não houvesse contado com os países dependentes, e assim tivesse de se realizar sobre uma base estritamente nacional, pois o desenvolvimento industrial supõe uma grande disponibilidade de produtos agrícolas, que permita a especialização de parte da sociedade na atividade especificamente industrial.

Essa expansão do mercado mundial é a base sobre a qual opera a divisão internacional do trabalho entre as nações industriais e as não industriais, sendo a contrapartida dessa divisão a ampliação do mercado mundial. Assim, por conta de uma maior produtividade do trabalho, uma nação pode apresentar preços de produção inferiores aos seus concorrentes, sem por isso baixar significativamente os preços de mercado que as condições de produção destes contribui para fixar, o que vai expressar, para a nação favorecida, em um lucro extraordinário. Esta relação configura o intercâmbio desigual.

Está dado o problema colocado pela troca desigual para a América Latina, o que vai gerar uma busca pela compensação da perda de mais-valia, uma vez que é incapaz se contrapor à transferência de valor que tal troca implica, no nível das relações de mercado, de tal modo que a reação da economia dependente é supri-la no plano da produção interna. Logo, o aumento da intensidade do trabalho aparece, nessa perspectiva, como um aumento da mais-valia, obtido através de uma maior exploração do trabalhador e não do incremento de sua capacidade produtiva.

Foram mostrados os três mecanismos pelos quais se configuram essa maior exploração: a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho. Configura-se então, um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração da classe trabalhadora. Explicou-se também que a superexploração do trabalho também só se faz possível devido ao fato de haver uma grande parte população desempregada, sem utilização pela produção econômica, o que tem como consequência uma baixa nos salários ofertados, bem como nos direitos da classe trabalhadora. O desemprego toma um caráter disciplinador.

Bom, se a América Latina foi elemento essencial para a acumulação originária do capital, isto é, o conjunto de processos não capitalistas que preparam e aceleraram o advento do modo de produção capitalista, logo, que proporcionam o nascimento do capital, o que exigiu

o emprego da violência em grande escala, percebe-se que tampouco foi ela dispensada na sua trajetória expansionista, ainda que atualmente se faça num grau mais refinado, marcado pelo imperialismo moderno e superexploração de um grande contingente humano. Os dados apresentados exemplificam bem tal situação e ainda expõe que a posição da mulher é subalterna dentro deste contexto, e assim passou-se para a análise da situação dos seres femininos sob o sistema capitalista.

Através da produção de Federici (2017), destacou-se as profundas transformações que o capitalismo introduziu na reprodução da força de trabalho e na posição social das mulheres, ocorridas principalmente devido a “grande caça às bruxas” dos séculos XVI e XVII. Por meio das contribuições de Safiotti (2013), compreendeu-se que nas sociedades pré-capitalista, embora em diversas esferas (jurídica, social e politicamente) a mulher fosse colocada em posição inferior ao homem, ela participava do sistema produtivo e desempenhava, portanto, um relevante papel econômico. Ainda, o desaparecimento da economia de subsistência que havia predominado na Europa pré-capitalista, a unidade entre produção e reprodução, típica de todas as sociedades baseadas na produção-para-o-uso, terminou conforme essas atividades foram se tornando portadoras de outras relações sociais que forçavam a divisão sexual do trabalho.

Sob o então novo regime, somente a produção destinada ao mercado estava definida como atividade criadora de valor, ao passo que a reprodução do trabalhador começou a ser considerada como algo sem valor do ponto de vista econômico e, inclusive, deixou de ser considerada um trabalho. O trabalho reprodutivo só foi pago, ainda que em valores inferiores, quando realizado para senhores ou fora do lar. Assim, a importância econômica da reprodução da força de trabalho realizada no âmbito doméstico e sua função na acumulação de capital se tornaram invisíveis e o corpo feminino torna-se instrumento para a reprodução e expansão da força de trabalho, delimitado como uma máquina natural de criação, funcionando de acordo com ritmos que estavam fora do controle das mulheres.

Chega-se então a uma conclusão, o emprego das forças produtivas acumuladas sob o capitalismo possui uma dinâmica que: não satisfaz as necessidades materiais de toda sociedade, vide a pobreza e concentração de riqueza no mundo ontem e hoje; e joga a reprodução social para a esfera privada, sobre as costas das mulheres. De modo que, o papel das mulheres na reprodução biológica da espécie, não pode ser confundido com a questão historicamente específica, de seus papéis na reprodução da força de trabalho e na manutenção das relações de dominação e de subordinação da produção capitalista. As relações de classe colocam os limites nos quais a reprodução social ocorre e, portanto, no interior dos quais a reprodução biológica também é organizada.

Um importante elemento da lógica capitalista de produção é a jornada de trabalho, onde o desenvolvimento da força produtiva do trabalho, tem por finalidade diminuir a parte da jornada durante a qual o trabalhador tem de trabalhar para si mesmo (trabalho necessário), para então prolongar a outra parte da jornada, na qual trabalha gratuitamente para o capitalista (mais trabalho que convertesse em mais valia). O expediente de labor é um dos itens que caracteriza capitalismo dependente latino-americano, que somado aos salários degradados, configuram a superexploração do trabalho dentro de um padrão industrial subordinado. Foi adicionado a isso, o fato que a configuração do trabalho de cuidado (trabalho necessário) na esfera privada, competente a relação familiar, impõe a mulher trabalhadora uma dupla jornada de trabalho, onde utiliza muito mais horas do seu dia ocupando sua força produtiva para a reprodução social. Isto caracteriza uma maior exploração da mulher da trabalhadora, a julgar um adicional àquelas que já se encontram debaixo da superexploração.

Assim, a superexploração está diretamente vinculada às múltiplas formas de opressão que a sustentam, como a opressão étnico-racial, de gênero, sexual e patriarcal. Nas expressões cotidianas da desigualdade, o presente se mescla com o passado colonial e o debate remete cotidianamente sobre a manutenção de um processo histórico que insiste em permanecer vivo na América Latina: a violenta herança colonial. Logo, pelas lentes do materialismo histórico, se soma a luta de classe, a luta feminista e antirracista, tendo em vista que as necessidades produtivas organizam o tempo social, sem ter em conta o tempo necessário para a reprodução da vida, onde esse movimento constituiu a diferença sexual como uma diferença política e a diferença entre a liberdade natural dos homens e da sujeição “natural” das mulheres, tudo isso ainda mais acentuado quando se trata de uma mulher negra ou indígena. Patriarcado, racismo e capitalismo são sistemas que se alimentam mutuamente, onde a contribuição econômica da mulher à família se tornou indispensável para o capitalismo avançado, tal como a superexploração da mão de obra negra.

Foi explicado também, a utilidade da existência de uma massa de pessoas que não esteja ocupada, o exército industrial de reserva ou superpopulação relativa, demonstrando que uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base no capitalismo, pois se torna a alavanca da acumulação capitalista, até uma condição de existência do deste modo de produção, de forma que todo trabalhador ou trabalhadora faz parte dela durante o tempo em que está desocupado parcial ou inteiramente. Esta massa de pessoas, vai buscar diversos caminhos para providenciar a geração de trabalho e renda nos centros urbanos e no meio rural, formam o que foi apresentado como economia popular.

Dentre as diversas modalidades de jeitos e modos que este exército industrial de reserva produz para sobreviver frente a falta de emprego assalariado, destacou-se a economia solidária, concebida por diversos autores como um modo de fazer a economia cuja tendência é se constituir como um modo de produzir e distribuir bens e recursos e de consumir alternativos ao capital. Entretanto, o fato é que ela se difunde nos anos de 1990, incentivada sobretudo por entidades civis e governamentais voltadas para a geração de ocupação e renda. Cabe destacar que essas ações, seja por seu formato jurídico-institucional atribuído como modelo (cooperativas ou associação autogeridas) e por isso o aspecto de solidariedade, amparam-se, em realidade, na substituição estrutural do trabalho assalariado convencional e na requalificação do universo de atividades informais de trabalho, ocorridas principalmente após a aterrissagem do neoliberalismo na América Latina, o que produz uma forma sofisticada, inovadora e complexa de articular institucionalmente, uma série de tecnologias, procedimentos que incentivam a livre-iniciativa e a autogestão, assim como a responsabilidade sobre si.

A partir de 2003 a economia solidária assume o status de política pública, que permitiu uma maior ampliação da modalidade bem como um mapeamento apurado dos empreendimentos assim configurados. Diversos estudos sobre os dados advindos desta estrutura permitiram ter acesso a informações importantes, tais como, a forma organizacional predominante, é a associação com 60% do total, outros 30,5% são grupos informais, e apenas 8,8% são formalizados enquanto organização cooperativa, além de um percentual residual de sociedade mercantil com menos de 1%. Isto é, a fragilidade da maioria dos grupos transparece pela sua forma de organização simples.

Ainda, somente as cooperativas estão mais atreladas a motivações de organização coletiva do trabalho, enquanto os grupos informais e associações estão mais relacionados com motivações de complementaridade de renda e alternativa ao desemprego. As mulheres estão presentes em maioria, justamente nos grupos informais e associações. Sob o aspecto racial, mais da metade dos sócios são negros, mulatos ou pardos (57,4%), enquanto os que se afirmaram brancos representam 38,5%. Em relação à idade, a média apurada entre aqueles que responderam à pesquisa foi de 46 anos, o que demonstra a tendência da presença de pessoas mais experientes na economia solidária e conseqüentemente com mais dificuldades de aderência no mercado de trabalho formal.

Tal política sofreu um grande impacto a partir de 2016, quando a SENAES foi rebaixada a subsecretaria. No governo de Bolsonaro, com a extinção do Ministério do Trabalho, a antiga Secretaria Nacional de Economia Solidária teve suas atribuições enviadas ao Ministério da Cidadania. Essa medida se expande na Lei nº 13.844/19, que reestabelece a organização

básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios e consolida uma concepção de governo, na qual a participação social, os direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais são colocados em terceiro plano ou efetivamente extintos.

A partir desta caracterização da economia solidária e do seu fomento como política pública, buscou-se entender se havia outros tipos de incrementos (além da geração de renda) para as mulheres envolvidas em tal política, uma vez que, a insuficiência das políticas de proteção social fala de uma ausência de solidariedade sistêmica ou macro. Essa situação repercute no empobrecimento relativo das mulheres e na reprodução de sua desigualdade por suas formas de inserção laboral nos mercados e seus efeitos sobre sua participação política, educação e outros espaços sociais. Sendo característica a tendência de se engajar em atividades econômicas autogeradas, especialmente em pequena e média escala, principalmente tendo em vista as altas taxas de desemprego atuais.

Foi constatado que os EES permitem mais autonomia às mulheres pela sua forma autogestionária, pela maior flexibilidade de horários e formas de trabalho (individual em casa ou coletivo na oficina) e pela oportunidade de combinar horários de trabalho e controlar ou direcionar sua vida. Da mesma forma, eles abrem espaços para uma ação coletiva em busca de direitos de cidadania ou de um marco institucional mais favorável. Percebeu-se entretanto, que para além da criação, em 2008, do Grupo de Trabalho das Mulheres do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, seguido de vários fóruns locais, o que representou um avanço institucional para as mulheres da ES, o que de fato produziu efeitos sobre a consciência político social das integrantes, foram os empreendimentos de ES que contaram com o apoio de entidades que fomentam o feminismo e as discussões sobre divisão sexual do trabalho, tal como os relatos da AMESOL e a experiência do MST. Ainda, quando os EES se uniram a lutas por avanços em marcos institucionais e regulatórios, tal como a experiência com ANVISA, relatada por Nobre (2015) e novamente a do próprio MST, pode avançar também na superação da divisão sexual do trabalho, com as mulheres saindo do papel de artesãs e passando para o de produtoras.

Uma das reivindicações trazidas por pesquisadoras na área, é o reconhecimento da existência e a importância econômica do espaço doméstico, que se caracteriza como uma necessidade política que, por sua vez, exige um alargamento da concepção de economia em geral e de economia solidária em particular. Pois requer abandonar a concepção de empreendimento de economia solidária centrado na organização permanente e suprafamiliar da produção em cooperativas, associações ou outros tipos de organizações extra domésticas, para incluir as formas mais flexíveis, muitas vezes mais frágeis e enraizadas nas relações familiares e nos espaços domésticos onde as mulheres desenvolvem práticas solidárias.

Entretanto, conforme foi apresentado, a economia solidária está longe de ser uma via de emancipação da classe trabalhadora. Tal política surge como forma de indução ao trabalho associado (quer sob a forma de cooperativas populares ou ainda de associações), resultado da implementação de políticas de cunho neoliberal e pela forma passiva que o país adentrou à globalização nos anos noventa do século passado. Diante da impossibilidade de geração de postos de trabalho na medida das necessidades das populações em idade ativa e da instalação de importantes segmentos populacionais em condições diferenciadas de manifestação do exército industrial de reserva, estimula-se então o trabalho associado. A superação do capitalismo, conforme diversos autores expostos nesta pesquisa afirmam, não se confirma pelo fomento à economia solidária, mas pelo dismantelamento de uma série de complexos elementos que o constituem. De forma que, por mais que a economia solidária, em seu formato autogestionário e cooperativo, rompa com a relação patrão-empregado, de modo que a propriedade dos meios de produção seja coletiva, o fato é que a maioria das vezes seus empreendimentos contam com uma capacidade produtiva bastante rudimentar e ainda não superam as diversas outras características do sistema, pelo contrário, dependem delas para sobreviver, tal como a comercialização e distribuição mediante os rendimentos de terceiros

Os empreendimentos econômicos solidários estão mais ligados ao que Gago (2018) chamou de *Conatus*, um estímulo vital que desenvolve um cálculo em que se sobrepõe uma racionalidade neoliberal a um repertório de práticas comunitárias, produzindo como efeito o “neoliberalismo de baixo para cima”. Este movimento permite ao neoliberalismo se enraizar nos territórios e se fortalecer nas subjetividades populares, se expandindo e proliferando pela organização das economias informais, pela promoção de uma empresarialidade popular que é obrigada a se responsabilizar por condições que não lhe são garantidas.

Sendo muito claro que o “informal” é funcional ao desenvolvimento capitalista na periferia do sistema, garantindo mão-de-obra barata a empresas por meio da permanência de um extenso exército industrial de reserva que sobrevive em atividades de subsistência. Com isso, a reprodução da força de trabalho a preços mínimos estaria garantida com a produção barata de alimentos e outras mercadorias, assim como a prestação de serviços realizados dentro do vasto espectro da “informalização”, possibilitando a manutenção dos salários baixos entre os trabalhadores “formais”.

Sendo marcante o fato de essa economia ser ao mesmo tempo informal, mas vinculada a cadeias de valor transnacionais e a grandes marcas locais, que combina condições extremas de precariedade com altos níveis de expansão, isto é, uma ambivalência fundamental: uma rede

produtiva que articula momentos comunitários e de exploração brutal, protagonizada por mulheres, migrantes, trabalhadores, microempresários e dinamizadores comunitários. Foi ressaltado então, um exemplo bem característico da economia solidária, os catadores de material reciclável, que por um lado, executam o trabalho árduo, rudimentar e insalubre de separação manual de lixo (que foi produzido por grandes indústrias - o caso das latas de alumínio representa bem), de forma a separar aquilo que pode vir a ser reutilizado pela indústria, recebendo por isso valores ínfimos.

Assim, mesmo com o assalariamento prevalecendo como forma de inserção nos mercados de trabalho, com a desregulamentação do trabalho, tornou-se possível extrair sobretrabalho sem relação explícita de assalariamento, fazendo parecer troca de equivalentes e não exploração. O trabalhador ou trabalhadora que não consegue ingressar no mercado formal - gerando sua renda através de atividades como as da economia solidária - mantém com o capital relações de tipos diferenciados, porém combinados. E estes modos informais de interação da classe trabalhadora com capitalismo, também estão sujeitos ao recebimento de rendimentos bem abaixo da subsistência mínima necessária para garantir a reposição das suas necessidades.

Deste modo, a flexibilização das leis trabalhistas, o discurso sobre o empreendedorismo e a economia solidária como alternativas ao emprego com carteira assinada e ao desemprego; as mudanças nos planos de aposentadoria, os bancos de hora; os estágios de jovens que duram toda a vida universitária, tornam-se as novas condicionantes do modo de ser do capital, que reforça o caráter histórico da atualidade da dependência na América Latina sob a consigna da superexploração, uma vez que esta necessita de um grande contingente como exército industrial de reserva para acontecer.

A economia solidária mostrasse então, como símbolo de uma reforma social, ajustando-se ao capitalismo dependente, promovendo mudanças marginais e ajudando ao desenvolvimento dos países sem ameaçar as bases do sistema socioeconômico prevalecente, até mesmo porque para um grande contingente de pessoas inseridas nestes empreendimentos, principalmente para as que estão em associações ou em grupos informais (em sua maioria mulheres), a motivação para estar neste meio é a complementaridade de renda e alternativa ao desemprego. O que demonstra que o projeto político “fazer de outro modo” não está tão claro para os e as envolvidas. Assim, a ação de uma política pública compromissada com o desenvolvimento de práticas solidárias precisa construir um projeto político claro, consciente e persuasivo no sentido de evidenciar o que é exatamente seu objetivo. Caso contrário, as políticas de economia solidária nos países de capitalismo dependente podem facilmente transformarem-se em meios de um mero controle social da pobreza.

Destacou-se ao final, que ainda com todas as condicionantes expostas, não se pode deixar de negar o aspecto de campo de ação enquanto educação popular dos empreendimentos de economia solidária, sendo capazes, mediante a pedagogia da produção associada, de gerar politização e conscientização sobre seus papéis no mundo.

Espera-se que esta pesquisa tenha conseguido contribuir para o entendimento de que América Latina e corpos femininos são necessários para o surgimento do capitalismo. Sendo que são destinados novos papéis históricos às mulheres, que passam a protagonizar o trabalho de reprodução social da vida, ainda que este seja lançado à esfera privada e em certo sentido apagado, enquanto mecanismo fundamental para existência do proletariado.

Essa configuração associa-se fortemente ao patriarcado e articula-se com o processo de construção da mercantilização da vida que ocorre na América Latina, sob a escravização dos africanos, para a produção voltada à acumulação primitiva do capital. Que vai permitir assim a industrialização europeia e posteriormente um papel subordinado e de baixa capacidade produtiva, na inserção da região na divisão internacional do trabalho. Para compensar este mecanismo que gera trocas desiguais, mediante a não capacidade de ampliação da mais valia via produtividade, utiliza-se de maior exploração da classe trabalhadora, que se constitui em jornadas de trabalho mais intensas, sob condições piores e menores salários. Ainda para que se efetive essa possibilidade, faz-se necessário a existência de um exército industrial de reserva, isto é, uma grande massa de pessoas excluídas do mercado de trabalho formal que pressiona os salários para baixo.

As pessoas que se encontram nesta condição, em sua maioria mulheres, vão buscar diversas alternativas para sobreviver, o que vem a configurar o mercado informal de trabalho, mas também, caracteriza-se, principalmente nas últimas décadas, por várias medidas tomadas pelo Estado para fomentar ocupações não assalariadas, mas também não tão “sem forma” assim, tal como os microempreendedores individuais e a economia solidária. Sendo destacado o fato que isto se aprofundou com a introdução do neoliberalismo. Assim, dentro deste contexto, estas modalidades mais flexíveis de trabalho, ao mesmo tempo que ajudam a consolidar a superexploração do trabalho, parecem fazer a conciliação entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo ser mais facilitada para as mulheres, sendo as aspirações anti-sistêmicas ou politizadoras, principalmente atribuídas a economia solidária, pouco consistentes e factíveis somente quando fomentadas nos grupos, e não como condição prévia de união.

Entretanto, devido ao fato de o neoliberalismo ter sua fundamentação no individualismo, assim, ainda que a motivação inicial daqueles que estão em empreendimentos de economia solidária não seja a autogestão ou quaisquer dos princípios cooperativos, a

associação de pessoas em torno de uma atividade comum, a cultura do trabalho associado, possui efeitos sobre as e os envolvidos que transcendem a mera geração de renda e trabalho.

6 REFERÊNCIAS

ABREU, Sergio A. De; OLIVEIRA, Ana L. M. de. **Contribuições teóricas e práticas da economia feminista à economia solidária**. Fundação Perseu Abramo, Cadernos Latino-Americanos de Política e Sociedade, 2020, Ano I, nº 1, p. 25-39.

AFANIO, Claudia. O tratamento jurídico das cooperativas de trabalho no Brasil: os desafios da democracia econômica. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pós-Graduação em Direito, UFPR, Curitiba, 2006.

AGÊNCIA BRASIL (EBC). **IBGE: desemprego na pandemia atinge maior patamar em agosto**. 2020a. Disponível em:<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-09/ibge-desemprego-na-pandemia-atinge-maior-patamar-em-agosto>>. Acesso em: 30 set. 2020.

AGÊNCIA BRASIL (EBC). **IBGE: taxa de desemprego de jovens atinge 27,1% no primeiro trimestre**. 2020b. Disponível em:<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-05/ibge-taxa-de-desemprego-de-jovens-atinge-271-no-primeiro-trimestre>>. Acesso em: 30 set. 2020

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS PARANÁ (AEN). **Taxa de desemprego cai no Paraná, mostra IBGE**. 2020. Disponível em:<<http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=105752&tit=Taxa-de-desemprego-cai-no-Parana-mostra-IBGE>>. Acesso em: 30 set. 2020

ÁGUILA, A. del. **Carole Pateman y la crítica feminista a la teoría clásica de la democracia (Locke y Rousseau)**. Rev. Estudos Feministas, vol.22, no.2, Florianópolis, maio/agosto 2014, p. 449-464.

ANTUNES, Ricardo. **O Continente do Labor**. São Paulo: Editora Boitempo, 2011.

_____. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 16ª Ed. São Paulo: Editora Cortez, 2015.

_____. **O Privilégio da Servidão**. São Paulo: Editora Boitempo, 2018.

ARRUZA, C. **Funcionalista, determinista e reducionista - o feminismo da reprodução social e seus críticos**. Cadernos cemarx, nº 10, 2017, p. 39-60.

BAMBIRRA, Vania. **Capitalismo Dependente Latino Americano**. 2ª Edição. Florianópolis: Editora Insular. 2013

BARBOSA, R. N. de C. **A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil**. São Paulo: Editora Cortez, 2007.

BEAUD, Michel. **História do Capitalismo de 1500 aos nossos dias**. São Paulo: Editora Brasiliense. 1987.

BOURDIEU, P. CHAMBOREDON, J. PASSERON, J. **A profissão do sociólogo – preliminares epistemológicas**. 3ª Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

BORDA, Orlando F. **El Reformismo por dentro en América Latina**. 3º Ed. México, Editora Siglo Veintiuno, 1976.

BRASIL. Ministério do Trabalho. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária. **Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005**. Brasília: MTE, SENAES, 2006. Disponível em: http://base.socioeco.org/docs/sies_atlas_parte_1.pdf

BRUYNE, P. de; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. de. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

CARLEIAL, Liana.; PAULISTA, Adriane. **Economia Solidária: utopia transformadora ou política pública de controle social?** 2007. Disponível em: <https://www.academia.edu/7749254/Economia_Solid%C3%A1ria_utopia_transformadora_ou_pol%C3%ADtica_de_controle_social>.

CARLEIAL, Liana. **A Divisão Internacional do Trabalho como categoria central da análise de Ruy Mauro Marini**. pp 7-15. In: Desenvolvimento e Dependência - Atualidade do pensamento de Ruy Mauro Marini. Org. NEVES, L. S. Editora CRV: Curitiba, 2012.

CAROSIO, Alba. **Frente a la crisis económica y civilizatoria: un nuevo contrato socialista y feminista**. In: GIRÓN, Alicia (Coord.). Crisis económica: una perspectiva feminista desde América Latina. Caracas, Venezuela: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2010. p. 51-73.

CARVALHO, L. **A Valsa brasileira do boom ao caos econômico**. São Paulo: Todavia, 2018.

Centro de Formação Urbano e Rural Irmã Araújo (CEFURIA). **Qual é o Ano Novo para a Economia Solidária no novo Governo?** Curitiba, 2019. Disponível em: <<http://www.cefuria.org.br/2019/02/14/artigo-qual-e-o-ano-novo-para-a-economia-solidario-no-novo-governo/>>. Acesso em: 27 de janeiro de 2021.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE (CEPAL). **Panorama Social de América Latina**. 2019. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/44969/5/S1901133_es.pdf>. Acesso em: 30 set. 2020.

CORAGGIO, Jose. L. **La economía social y solidaria (ESS): niveles y alcances de acción de sus actores**. El papel de las universidades. p. 17-30. In: LIZARRAGA, C. P. (coord.) Economía Social y Solidaria: conceptos, prácticas y políticas públicas. Universidad del País Vasco, Bilbao, 2016.

CURITBA. **Lei nº14.786 de 23 de fevereiro de 2016**. Disponível em: <<https://goo.gl/Qx7tzX>>. Acesso em: 15 de maio de 2018.

DAVIS, A. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, A. **As mulheres negras na construção de uma nova utopia**. Conferência realizada na 1ª Jornada Cultural Lélia Gonzales. São Luiz, 13 dez. 1997. Sem paginação. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/>> . Acesso em 08 out. 2020.

DOWBOR, Ladislau. **Democracia Econômica: Alternativas de Gestão Social**. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

DWECK, E; SILVEIRA, F. G; ROSSI, P. **Austeridade e desigualdade social no Brasil**. In: ROSSI, P; DWECK, E; OLIVEIRA, A. L. M. (orgs). Economia para poucos: impactos sociais

da austeridade e alternativas para o Brasil. São Paulo: Editora Autonomia Literária, 2018. pp 32-56.

FARIA, J. H. **Introdução à Epistemologia em Estudos Organizacionais**. No prelo.

FEDERICI, S. **Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpos e Acumulação Primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FIORI, J.L. **Globalização, hegemonia e império**. In: FIORI, J.L. & TAVERES, M.C. (Orgs.). Poder e dinheiro: uma economia política da globalização. 5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998a. p.87-147.

FRANK, André Gunder. **Acumulação dependente e subdesenvolvimento: repensando a teoria da dependência**. Tradução de Cláudio Alves Marcondes. São Paulo: Brasiliense, 1980.

GADOTTI, Moacir. **Educação Popular, Educação Social, Educação Comunitária - Conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum**. Revista Dialogos: pesquisa em extensão universitária. IV Congresso Internacional de Pedagogia Social: domínio epistemológico. Brasília, v.18, n.1, dez, 2012. pp. 10-32.

GAGO, Verónica. **A Razão Neoliberal - Economias barrocas e pragmática popular**. São Paulo: Editora Elefante, 2018.

GEDIEL, José A. P; DE MELLO, Lawrence E. de M. **Paradoxos da autonomia precária: legislação cooperativista e trabalho**. Revista da Faculdade de Direito - UFPR, Curitiba, vol. 61, n. 1, jan/abr. 2016, pp. 193-218.

GERMER, C. A. **“Economia Solidária” uma crítica marxista**. Outubro, nº 14, 2º Semestre de 2006, p. 193-214.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo Afro-latino-americano**. In: Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino nº1. 2011. p. 12-20. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/375002/mod_resource/content/0/caderno-de-forma%C3%A7%C3%A3o-do-CP_1.pdf> Acesso em: 17 set.2020

GONZALEZ, L. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244.

HARVEY, D. **O Novo Imperialismo**. 2ªEd. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HAUG, F. **Para uma teoria das relações de gênero**. In: BORON, A. A.; AMADEO, J.; GONZÁLEZ, S. (orgs). A teoria marxista hoje: Problemas e perspectivas. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2007. pp. 345-359

HENRICH, Ivonne. F. **Economía feminista y economía solidaria: ¿alternativa al patriarcado?** p 83-104. In: LIZARRAGA, C. P. (coord.) Economía Social y Solidaria: conceptos, prácticas y políticas públicas. Universidad del País Vasco, Bilbao, 2016.

HENRIQUES, Flávio C.; THIOLENT, Michel J.M. **Empresas recuperadas por trabalhadores no Brasil e na Argentina**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. V.15, N.2 nov. 2013, p. 89-105.

HENRIQUES, Flávio C. *et al.* **As empresas recuperadas por trabalhadores no Brasil: Resultados de um levantamento nacional.** IPEA, Revista Mercado de Trabalho, nº 55, ago. 2013, p. 55-67.

HILLENKAMP, Isabelle. **Política da economia solidária e feminista. A experiência da Associação de Mulheres na Economia Solidária do Estado de São Paulo.** Revista Otra Economía, vol. 12, n. 22, 2019, p. 265-281.

HIRATA, H. **Gênero, classe e raça** - Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, 2014, v. 26, n. 1, p. 61-73.

INAES. **Encuentros de reflexión / investigación / diálogo para recrear las herramientas que necesitaremos para la Economía Social que soñamos.** 5º encontro. Argentina, 2020. Disponível em: https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/sintesis_ronda_de_mates_5.pdf. Acesso em 16 de jan. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de Indicadores Sociais Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira.** 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf> Acesso em: 30 set. 2020.

_____. **PNAD Contínua 2017: realização de afazeres domésticos e cuidados de pessoas cresce entre os homens, mas mulheres ainda dedicam quase o dobro do tempo.** 2018a. Disponível em: <https://goo.gl/8hedJG> Acesso em: 30 set. 2020.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.** 2018b. Disponível em: <https://goo.gl/LJQ1fR> >. Acesso em: 17 set. 2020.

_____. **IBGE Cidades.** 2018c. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/curitiba/panorama>>. Acesso em: 17 set. 2020.

KERGOAT, D. **Dinâmica e Consubstancialidade das relações sociais.** Revista Novos Estudos, CEBRAP, nº 86, março 2010, pp 93-103.

KOWARICK, L. **Espoliação Urbana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

KUYVEN, Patrícia S.; GAIGER, Luiz I.; SILVA, Sandro P. **Aspectos Sócio Laborais dos trabalhadores aderentes a empreendimentos de economia solidária no Brasil.** In: Dinâmicas da economia solidária no Brasil: organizações econômicas, representações sociais e políticas públicas. Org.: SILVA, Sandro P. Brasília: IPEA, 2020. pp 83 - 98.

LEFEBVRE, H. **Lógica Formal Lógica Dialética.** 5ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1991.

LIMA, Jacob. C. **Trabalho informal, autogestionário e gênero.** Revista Sociedade e Cultura, v. 9, n. 2, jul./dez. 2006, p. 303-310.

LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação do Capital.** 2ª Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou Revolução.** São Paulo: Editora Movimento, 2019.

MACHADO, B. A. **Interseccionalidade, consubstancialidade e marxismo: debates teóricos e políticos**. In: Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2017: De O Capital à Revolução de Outubro, 2017, Niterói.

MARINI, Rui. M. **Dialética da Dependência**. Editora Era, México, 1990, 10ª Ed. Disponível em:

<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2795191/mod_resource/content/1/Dial%C3%A9tica%20da%20Depend%C3%Aancia%20-%20Ruy%20Mauro%20Marini%20-%20exp.%20popular.pdf>. Acesso em 08 de jun. 2020.

MARX, Karl. **Trabalho Assalariado e Capital**. 1849. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1849/04/05.htm>>. Acesso em: 16 de jan. 2021.

_____. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Volume I, Livro primeiro, Tomo I. São Paulo: Editora Nova Cultural. 1985a.

_____. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Volume I, Livro primeiro, Tomo II. São Paulo: Editora Nova Cultural. 1985b.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. 2ª Ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

_____. **Mensagem inaugural da Associação Internacional do Trabalho**. In: Trabalhadores Uni-vos! Antologia Política Internacional. Org. Marcello Musto. São Paulo: Boitempo; Editora Perseu Abramo, 2014.

MUNARIM, Aquiles. **Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES: superação do capitalismo?** Monografia de graduação (Economia) - UFSC, Florianópolis, 2007.

NOBRE, Miriam. **Economía Solidaria y Economía Feminista: elementos para una agenda**. Papeles de Economía Solidaria. Nº 4. Janeiro de 2015.

_____. Economia Solidária. In: LEONE, Eugenia Troncoso; KREIN, José Dari; TEIXEIRA, Marilane Oliveira (Org.). **Mundo do trabalho das mulheres: ampliar direitos e promover a igualdade**. – São Paulo: Secretaria de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres / Campinas, SP: Unicamp. IE. Cesisit, 2017. p. 265-279.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Riqueza global aumentou 66% em 20 anos, segundo Banco Mundial**. 2018. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/audio/2018/01/1608541>>. Acesso em: 30 set. 2020.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Panorama Laboral de América Latina y el Caribe**. 2019. Disponível em: <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/documents/publication/wcms_732198.pdf> Acesso em: 30 set. 2020.

OUVIÑA, Hernan. **Rosa Luxemburgo y la reinención de la política. Una lectura desde América Latina**. 2ª Ed. Editorial El Colectivo (Argentina), Editorial Quimantú (Chile), Bajo Tierra Ediciones (México), La Fogata Editorial (Colombia): 2020.

OXFAM BRASIL. **Relatório Tempo de Cuidar - O trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade**. 2020. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/justica-social-e-economica/forum-economico-de-davos/tempo-de-cuidar/>>. Acesso em: 30 set. 2020.

_____. **Bem público ou riqueza privada?**. 2019. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/publicacao/bem-publico-ou-riqueza-privada/>>. Acesso em: 30 set. 2020.

_____. **País Estagnado: Um Retrato das Desigualdades Brasileiras**. 2018. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/pais-estagnado/>>. Acesso em: 30 set. 2020.

_____. **Terra, Poder e Desigualdade na América Latina**. 2016a. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/publicacao/relatorio-executivo-terra-poder-e-desigualdade-na-america-latina/>>. Acesso em: 30 set. 2020.

_____. **Terrenos da Desigualdade Terra, agricultura e desigualdades no Brasil rural**. 2016b. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/publicacao/terrenos-da-desigualdade-terra-agricultura-e-desigualdade-no-brasil-rural/>>. Acesso em: 30 set. 2020.

PATEMAN, C. **The disorder of women. Democracy, feminism and Political Theory**. Stanford: Stanford University Press, 1989.

PEREIRA, Clara M.; SILVA, Sandro P. **A nova lei de cooperativas de trabalho no Brasil: novidades, controvérsias e interrogações**. Revista Mercado de Trabalho. Vol. 53, novembro de 2012.

PINHEIRO, Angela M. **O cooperativismo do MST a sustentabilidade no contexto da reforma agrária: o caso da cooperativa de produção agropecuária dos assentados de Charqueadas Ltda**. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, UFSC, Florianópolis, 2005.

RAZETO, Luis. **¿Qué es la economía solidaria?**. Papeles de relaciones ecosociales y cambio global N° 110, 2010, pp. 47-52.

REVISTA DA FAPESP. **A África nos genes do povo brasileiro**. 2020. Sem paginação. Disponível em: <<https://revistapesquisa.fapesp.br/a-africa-nos-genes-do-povo-brasileiro/>>. Acesso em: 07 out. 2020.

RIOS, G. S. L. **O que é Cooperativismo**. 2ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

ROSSI, P; DWECK, E; ARANTES, F. **Economia Política da Austeridade**. In: ROSSI, P; DWECK, E; OLIVEIRA, A. L. M. (orgs). Economia para poucos: impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil. São Paulo: Editora Autonomia Literária, 2018. pp 14-31.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes - Mito e realidade**. 3ª Ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013.

SANTOS, B. S. **Reinventar a Emancipação Social**. Lisboa: Gradiva, 2004.

_____, B. S. **A Difícil Democracia: reinventar as esquerdas**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1992.

SILVA, Sandro P. **Dimensões Sócio estruturais dos Empreendimentos de Economia Solidária no Brasil**. In: Dinâmicas da economia solidária no Brasil: organizações econômicas,

representações sociais e políticas públicas. Org.: SILVA, Sandro P. Brasília: IPEA, 2020. pp 45 - 82.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

TEIXEIRA, M. O. **A crise econômica e as políticas de austeridade: efeitos sobre as mulheres**. In: ROSSI, P; DWECK, E; OLIVEIRA, A. L. M. (orgs). Economia para poucos: impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil. São Paulo: Editora Autonomia Literária, 2018. pp 281-300.

TIRIBA, Lia. **Economia Popular e Cultura do Trabalho**. Rio Grande do Sul: Editora Unijuí, 2001.

TRASPADINI, Roberta S. **Questão agrária, imperialismo e dependência na América Latina: a trajetória do MST entre novas-velhas encruzilhadas**. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação. UFMG, Belo Horizonte, 2016.

VALDIVIESO, Magdalena. Mujeres, Desarrollo y Crisis. In: Girón, Alícia (Coord.). **Crisis económica: una perspectiva feminista desde América Latina**. Caracas, Venezuela: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2010. p. 75-93. _

_____, Magdalena. **Gênero nas Políticas Públicas**. Políticas Públicas e justiça de gênero, sétima aula do seminário virtual (CLACSO), 2017a. _

_____, Magdalena. **Matriz para análise de políticas públicas**. Políticas Públicas e justiça de gênero, décima aula do seminário virtual (CLACSO), 2017b.

VALENCIA, Adrián S. **A precariedade do trabalho assalariado no capitalismo contemporâneo**. Revista Trabalho, Política e Sociedade (Nova Iguaçu) Vol 1, Nº1, 2016.

WOOD, Ellen. M. **Democracia contra capitalismo a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Editora Boitempo, 2017.

ZETKIN, C. **O que as mulheres devem a Karl Marx**. 1903. Sem paginação. Disponível em:<<https://medium.com/@zetkin.clara33/o-que-as-mulheres-devem-a-karl-marx-1903-7ed22a1397f>>. Acesso em 5 ago. 2020.